



DIAGNÓSTICO SOCIAL DO MUNICÍPIO DA MAIA

- 2014 -

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	6
DEMOGRAFIA	12
• ENQUADRAMENTO REGIONAL E DEMOGRÁFICO DO MUNICÍPIO DA MAIA	13
• FREGUESIAS DO MUNICÍPIO DA MAIA	14
• IMIGRAÇÃO	25
• QUADRO DEMOGRAFIA	29
EDUCAÇÃO	30
• CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO DO SISTEMA EDUCATIVO NO MUNICÍPIO DA MAIA	31
• TAXAS DE OCUPAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO DA REDE PÚBLICA	41
• ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO	44
• EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS DO MUNICÍPIO DA MAIA	48
• O ENSINO BÁSICO - 1º CICLO	59
• O ENSINO BÁSICO - 2º E 3º CICLO	65
• O ENSINO SECUNDÁRIO	69
• ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS	73
• ENSINO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO	77
• CURSOS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO	81
• ENSINO RECORRENTE	85
• PROCESSO DE RECONHECIMENTO, VALIDAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS	89
• CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO TECNOLÓGICA	90
• ENSINO SUPERIOR	92
• AÇÃO SOCIAL ESCOLAR	96
- REFEIÇÕES ESCOLARES	
- SUBSÍDIO PARA LIVROS, MATERIAL ESCOLAR E ALIMENTAÇÃO	
- SUBSÍDIO DE TRANSPORTE ESCOLAR	

• ATIVIDADES DE APOIO À FAMÍLIA	104
- ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR	
- COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA	
- SERVIÇO DE APOIO À FAMÍLIA	
• SUCESSO, INSUCESSO, ABSENTISMO E ABANDONO ESCOLAR	109
• QUADRO EDUCAÇÃO	122

AÇÃO SOCIAL	124
• GLOSSÁRIO	125
• ENTIDADES SOLIDÁRIAS DO MUNICÍPIO DA MAIA E RESPECTIVAS RESPOSTAS SOCIAIS	128
• INFÂNCIA E JUVENTUDE	132
• DEFICIÊNCIA	134
- CONSELHO MUNICIPAL DO CIDADÃO COM DEFICIÊNCIA DO MUNICÍPIO DA MAIA	
- SERVIÇO DE INFORMAÇÃO E MEDIAÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	
- PROJETO R+ - EQUIPAMENTO AMIGO DAS PESSOAS	
- PLANO MUNICIPAL DE ACESSIBILIDADE PARA TODOS	
- ESTUDO SOBRE A POPULAÇÃO COM DEFICIÊNCIA NO MUNICÍPIO DA MAIA	
- BANCO MUNICIPAL DE PRODUTOS DE APOIO	
• ENVELHECIMENTO	143
- APOIO DOMICILIÁRIO A IDOSOS	
- MAIA SAÚDE	
- DIA INTERNACIONAL DO IDOSO	
- DIA METROPOLITANO DOS AVÓS	
- CLUBE MAIA SÉNIOR	
- COMPLEXO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA QUINTA DA GRUTA	
- TURISMO SÉNIOR	
- OUTRAS INICIATIVAS DAS ENTIDADES SOLIDÁRIAS VISANDO A POPULAÇÃO SÉNIOR	
- OUTRAS INICIATIVAS DAS JUNTAS FREGUESIA VISANDO A POPULAÇÃO SÉNIOR	
• O OBSERVATÓRIO SOCIAL DA MAIA	166
• PRESTAÇÕES FAMILIARES E OUTROS APOIOS	171
- ABONO DE FAMÍLIA	
- SUBSÍDIO POR ASSISTÊNCIA DE 3 ^a PESSOA	
- SUBSÍDIO MENSAL VITALÍCIO	
- SUBSÍDIO DE FUNERAL	
- RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO	
• PENSÕES	187
- PENSÃO DE VELHICE	

- PENSÃO DE INVALIDEZ	
- PENSÃO DE SOBREVIVÊNCIA	
- COMPLEMENTO SOLIDÁRIO PARA IDOSOS	
• PROGRAMA COMUNITÁRIO DE AJUDA ALIMENTAR A CARENCIADOS	193
• PROGRAMA DE EMERGÊNCIA ALIMENTAR	194
• CONFERÊNCIAS VICENTINAS DO MUNICÍPIO DA MAIA	195
• CABAZ DE NATAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA	196
• HABITAÇÃO SOCIAL	198
• MERCADO SOCIAL DE ARRENDAMENTO	200
• GABINETES DE ATENDIMENTO INTEGRADO LOCAL	202
• COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS	211
• PESSOAS SEM-ABRIGO	226
• VIOLENCIA DOMÉSTICA	230
• CRIMINALIDADE	235
• QUADRO AÇÃO SOCIAL	238
EMPREGO	246
• ENQUADRAMENTO E DADOS DO MUNICÍPIO DA MAIA	247
• PROGRAMAS E MEDIDAS DE EMPREGO	265
- GABINETES DE INSERÇÃO PROFISSIONAL	
- MAIAFINICIA	
• QUADRO EMPREGO	269
SAÚDE	270
• CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS	272
- CARACTERIZAÇÃO DO AGRUPAMENTO CENTROS SAÚDE GRANDE PORTO IV MAIA	
- CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO INSCRITA NO ACES GRANDE PORTO IV MAIA. POPULAÇÃO INSCRITA POR LOCAL E GRUPO ETÁRIO	
• SAÚDE PÚBLICA	279
- PERFIL SAÚDE DO ACES GRANDE PORTO IV MAIA	
- MORTALIDADE	
- MORBILIDADE	
- DOENÇAS DE NOTIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA	
- VIH / SIDA	
- TUBERCULOSE	
• SAÚDE MENTAL	293
- PEDOPSQUIATRIA OU PSIQUIATRIA DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA	
- TOXICODEPENDÊNCIA	

- PROGRAMA EM DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DA MAIA NO ÂMBITO DA TOXICODEPENDÊNCIA	
• PROGRAMAS DE SAÚDE DESENVOLVIDOS NO ACES GRANDE PORTO IV MAIA	318
- PROGRAMA DE SAÚDE MATERNA	
- PROGRAMA DE SAÚDE REPRODUTIVA	
- PROGRAMA DE SAÚDE INFANTIL E JUVENIL	
- PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DE SAÚDE ORAL	
- PROJETOS DE SAÚDE ESCOLAR DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA	
- PROGRAMA DE VACINAÇÃO	
- PLANO NACIONAL DE PREVENÇÃO E CONTROLO DAS DOENÇAS ONCOLÓGICAS	
- PROGRAMA DE "CUIDADOS AO OSTOMIZADO"	
- PROGRAMA DE DIABETES MELLITUS	
- PROGRAMA DE DOENÇAS CARDIOVASCULARES	
- PROGRAMA DE IDOSOS	
- CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS NO ACES	
• QUADRO SAÚDE	348

TABELAS E GRÁFICOS	349
---------------------------	------------

BIBLIOGRAFIA	366
---------------------	------------



DIAGNÓSTICO SOCIAL DO MUNICÍPIO DA MAIA | 2014



NOTA PRÉVIA

Diagnóstico Social do Município da Maia | 2014



O Diagnóstico Social do Município da Maia, além de se assumir como um documento no âmbito do Programa da Rede Social, é um instrumento que pretende espelhar uma descrição pormenorizada do Concelho da Maia nas suas diversas áreas: Demografia, Educação, Ação Social, Emprego e Saúde.

A recolha, tratamento, cruzamento e análise destes dados, desde logo se assumiu como uma tarefa complexa e morosa, tendo em conta que a sua origem é proveniente de diversas e diferentes áreas sociais, mas também pelos anos a que se reportam, levando mesmo a que existam diferentes períodos em análise, sendo que os dados mais recentes reportam-se a 2011.

Assim, interessa referir que entre o espaço temporal, que vai da recolha dos dados até à apresentação deste documento, ocorreram um conjunto de acontecimentos e factos que alteraram substancialmente a realidade social hoje vivida e alguns dados aqui apresentados.

Nesta sequência é importante ressalvar a reforma administrativa do território, passando das dezassete freguesias para as atuais dez, a reforma administrativa de alguns serviços públicos ligados à área da saúde, nomeadamente do Agrupamento de Centros de Saúde Maia/Valongo e também a reformulação dos Agrupamentos Escolares levando à agregação do Agrupamento de Escolas de Gueifães com a Escola Secundária da Maia, constituindo atualmente o Agrupamento Escolas da Maia, e do Agrupamento de Escolas do Castêlo da Maia com a Escola Secundária do Castêlo da Maia, mantendo a designação de Agrupamento de Escolas do Castêlo da Maia. Também a intervenção levada a efeito pela Câmara Municipal no âmbito da requalificação e reordenamento do parque escolar originou algumas alterações, donde se destacam a construção dos centros escolares de Mandim e de Folgosa, em fase de conclusão, e a ampliação da EB1 da Pícua que passou a dispor de educação pré-escolar.

É igualmente fundamental ressalvar a construção de novos equipamentos sociais que vão dar resposta à infância, população idosa, deficiência e apoio domiciliário, designadamente, do Abrigo Nossa Senhora da Esperança, da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental da Maia, da ASMAN – Associação de Solidariedade Social Mouta Azenha-a-Nova, da Associação das Obras Sociais S. Vicente de Paulo - Lar Santo António, do Centro Social e Paroquial da Maia e da Santa Casa da Misericórdia da Maia.

E porque desenvolvimento social é um conceito multidimensional é importante referir outras iniciativas levadas a efeito pela própria Autarquia após o período a que se reporta o presente documento, como é o caso do Tarifário Social de Água, Saneamento e Resíduos Sólidos da Maia, do Programa Escolhas 5ª Geração – *Projeto Bué d'Escolhas*, da Recolha Seletiva de Resíduos de Porta a Porta, do Programa Municipal de Emergência Social e do Programa Municipal de Saúde Sénior.



INTRODUÇÃO

Diagnóstico Social do Município da Maia | 2014

INTRODUÇÃO

Todos temos consciência que um dos parâmetros em que Portugal persiste numa situação de desvantagem relativamente à União Europeia, é da vulnerabilidade à pobreza, quer em extensão, quer em intensidade. Esse é um domínio de pouca expressão da “europeização” da nossa sociedade. Este fenómeno liga-se à natureza estrutural dos níveis de desigualdade resultantes essencialmente de processos históricos prolongados de subdesenvolvimento, que sabemos necessário contrariar, com uma intervenção nos vários níveis supranacional, nacional e local, uma vez que este fenómeno tem um carácter multidimensional.

Assim, e ao nível local, têm sido tomadas medidas para combate da pobreza e da exclusão social, nomeadamente e no ano de 2004, a Câmara Municipal da Maia aderiu ao Programa Rede Social (programa nacional criado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97 e atualizado pelo Decreto-Lei n.º 115/2006), sendo este inovador e exigente, foi um desafio para a autarquia que demonstrou ser positivo no que respeita à intervenção social. Durante este período as entidades têm vindo a desenvolver um trabalho em parceria, de forma integrada e integradora respondendo localmente aos problemas de pobreza e exclusão.

Visando a metodologia da Rede Social um planeamento sistemático e integrado do trabalho, envolvendo todos os parceiros e a população em geral, de forma contínua, o documento que aqui expomos vem no seguimento da estratégia implementada no ciclo anterior e será um guia de intervenção, onde foram definidas prioridades focalizadas no desenvolvimento social do Concelho da Maia, nomeadamente na redução da pobreza, integração profissional e inclusão social. Traduz, além disso, um conhecimento aprofundado do Concelho da Maia, compreendendo diversas áreas relacionadas com fatores de vulnerabilidade e exclusão social.

Para a elaboração deste documento não partimos de uma tábua rasa, mas levámos em linha de conta o anterior Diagnóstico Social, aprovado em 2006. Este possibilitou que se fizesse uma atualização das problemáticas dominantes e fossem redefinidas as prioridades, tendo sempre em conta os recursos existentes neste contexto temporal.

O planeamento estratégico exige que se identifiquem e compreendam os problemas, o que pressupõe que neste documento se identifiquem as vulnerabilidades, potencialidades e também os recursos disponíveis neste território.

Assim, e partindo do conhecimento que os fenómenos de pobreza e exclusão social têm um caráter multidimensional, o Diagnóstico Social do Concelho da Maia, orientou a sua análise em torno dos principais domínios relacionados com os direitos sociais básicos, tais como: Demografia, Educação, Ação Social, Emprego e Saúde.



O presente trabalho foi elaborado pelo Núcleo Executivo da Rede Social da Maia, nomeadamente, APPACDM- MAIA, ISS,IP/Centro Distrital Porto/Serviço local da Maia, ACES- Grande Porto- Maia IV, Centro Emprego Maia, CICCOPN.

Os dados retratados ao longo do documento dizem respeito ao ANO 2011, com exceção da Educação, que se reportam ao **Ano Letivo 2011/2012**.



MAIA E PROGRAMA REDE SOCIAL

Sendo a dinamização das redes locais fundamental para a operacionalidade dos conteúdos, objetivos e eficácia das várias políticas locais contra a pobreza e exclusão, foi encetado em 2004 através do Programa Rede Social um trabalho para a concretização de um processo de planificação integrada do desenvolvimento social local.

Para a realização deste trabalho não podemos esquecer que foi necessário que os agentes sociais locais se envolvessem e conduzissem este processo de planificação integrada, por forma a que se criassem novas formas de conjugação de esforços e se constituísse um novo tipo de parcerias entre entidades públicas e privadas com responsabilidade na intervenção social.

► abril de 2004

Assinatura do Termo de Aceitação de Aprovação da Candidatura ao Programa Rede Social.

► junho de 2004

Sessão Pública de informação sobre a Rede Social na qual estiveram presentes representantes das várias entidades do concelho e constituição do Núcleo Dinamizador.

► novembro de 2004

Sessão Plenária do Conselho Local de Ação Social da Maia, constituição do Conselho Local de Ação Social da Maia, aprovação do seu Regulamento Interno e constituição do Núcleo Executivo.

► março de 2005

Sessão Plenária do Conselho Local de Ação Social da Maia para a aprovação do Plano de Trabalho do Núcleo Executivo e aprovação do Pré-Diagnóstico.

► maio/junho de 2005

Realização de Sessões de Trabalho para a elaboração do Diagnóstico Social, que contou com a participação de 20 técnicos pertencentes a várias entidades do Concelho, com o objetivo de identificar problemas, agrupá-los por áreas e definir as prioridades de intervenção.

► junho/julho de 2005

Reuniões com os vários Grupos Temáticos, ou seja, equipas de trabalho criadas em função das áreas de intervenção definidas que integram técnicos, dirigentes e especialistas nos diferentes domínios do saber, com o objetivo de aprofundar o Diagnóstico Social.

► **setembro de 2005**

Realização de uma Sessão de Trabalho participada pelos diferentes intervenientes/ parceiros sociais, com vista à definição dos recursos disponíveis nas diversas áreas sociais, por forma a melhor intervir nos problemas identificados.

► **janeiro de 2006**

2º Sessão Plenária do Conselho Local de Ação Social da Maia, na qual foi aprovado o Diagnóstico Social do Concelho da Maia.

► **fevereiro a maio de 2006**

Realização de Sessões de Trabalho para elaboração dos objetivos estratégicos e específicos do Plano Desenvolvimento Social (PDS) com os grupos temáticos que integraram representantes das diversas instituições do Concelho da Maia.

► **dezembro de 2006**

Sessão Plenária do Conselho Local de Ação Social da Maia, na qual foram aprovados o Plano de Desenvolvimento Social e o Plano de Atividades (PA) para 2007, do Concelho da Maia.

► **fevereiro de 2008**

Sessão Plenária do Conselho Local de Ação Social da Maia, na qual foi aprovado o Plano de Atividades para 2008, do Concelho da Maia.

► **janeiro de 2009**

Sessão Plenária do Conselho Local de Ação Social da Maia, na qual foi aprovado o Plano de Atividades para 2009, do Concelho da Maia.

► **setembro de 2009**

Início do trabalho de recolha de dados referentes aos indicadores seleccionados pelos grupos de trabalho.

► **novembro de 2009**

Organização da informação recolhida para a elaboração do Pré – Diagnóstico.

► **janeiro de 2010 a outubro de 2012**

Início do trabalho da recolha de dados referentes aos indicadores seleccionados pelo núcleo executivo

► **janeiro a maio de 2013**

Reuniões com o núcleo executivo, especialistas nos diferentes domínios do saber, com o objetivo de aprofundar o Diagnóstico Social.

METODOLOGIA

Finalizada uma etapa do trabalho da Rede Social da Maia encetada no ano de 2004, com o apoio de todos os parceiros, iniciou-se agora uma nova fase deste trabalho, expresso pela atualização do Diagnóstico Social foram efectuados diversos procedimentos para que este documento se efetivasse num instrumento estratégico útil para o desenvolvimento social do Concelho da Maia.

Em primeiro lugar, realizou-se uma recolha de informação, que veio dar corpo a este documento concretizando-se com o apoio das entidades que participaram e mostraram disponibilidade para fornecer a informação necessária à prossecução deste trabalho. Além da informação disponibilizada pelas entidades locais foram ainda exploradas outras fontes, designadamente o Instituto Nacional de Estatística, o Ministério do Trabalho e Solidariedade Social, Administração de Saúde do Norte, I.P. e Instituto do Emprego e Formação Profissional.

Neste documento estão integrados todos os dados relativos às grandes áreas nomeadamente a educação, o emprego, a ação social, a saúde e a demografia, caracterizando o concelho da Maia de acordo com as várias áreas temáticas identificadas e respetivos indicadores e mostra quais os recursos de que o Concelho dispõe para fazer face aos problemas de pobreza e exclusão social.

Posteriormente foram criados grupos de trabalho específicos para se analisarem os dados recolhidos, assim formaram-se três grupos a saber: grupo de trabalho da área da educação e emprego, o grupo de trabalho da saúde e grupo da área da ação social. Realizaram-se diversas reuniões e depois de analisados os dados em conjunto, identificaram-se os problemas/obstáculos e as linhas força/oportunidades para cada uma das áreas.

Este documento vem potenciar e divulgar o conhecimento sobre a realidade do Concelho e fomentar mudanças e inovações a níveis, como o da concretização de medidas de políticas sociais ativas e interação local.



DEMOGRAFIA

Diagnóstico Social do Município da Maia | 2014

DEMOGRAFIA

ENQUADRAMENTO REGIONAL E DEMOGRÁFICO DO MUNICÍPIO DA MAIA

O Município da Maia situa-se na Região Norte (NUT II), insere-se no NUT III Grande Porto, pertence à Grande Área Metropolitana do Porto (GAMP) e é um dos dezoito Municípios pertencentes ao Distrito do Porto. A sua área geográfica estende-se por 83,7 Km².

Demografia Mapa 1 – Município da Maia



Segundo os Censos de 2011, do Instituto Nacional de Estatística da Região Norte, o Norte (NUT II) concentra 3.689.609 habitantes e tem uma densidade populacional de 173,35 habitantes por km². Em relação aos Censos de 2001, o Município da Maia, registou um significativo aumento populacional, 12,65%, passando de 120.111 habitantes em 2001, para 135.306 em 2011.

FREGUESIAS DO MUNICÍPIO DA MAIA

O Município é um território com 83,14 km², constituído por dezassete freguesias: **Águas Santas, Avioso - Santa Maria, Avioso - São Pedro, Barca, Folgosa, Gemunde, Gondim, Gueifães, Maia, Milheirós, Moreira, Nogueira, Pedrouços, São Pedro Fins, Silva Escura, Vermoim e Vila Nova da Telha.**

Demografia Mapa 2 – Freguesias da Maia



Demografia Quadro 1- População Residente no Município da Maia, por Freguesia em 2001 e 2011

Freguesias	População Residente 2001	População Residente 2011	Crescimento
Águas Santas	25.249	27.470	8,79%
Avioso - Santa Maria	3.360	4.513	34,31%
Avioso - São Pedro	2.629	3.826	45,53
Barca	2.769	2.633	-4,91%
Folgosa	3.603	3.704	2,80%
Gemunde	4.765	5.215	9,44%
Gondim	1.929	2.208	14,46%
Gueifães	11.532	11.964	3,74%
Maia	9.816	12.406	26,38%
Milheirós	4.237	4.861	14,72%
Moreira	10.280	12.890	25,38%
Nogueira	44.78	5.473	22,21%
Pedrouços	11.868	12.149	2,36%
São Pedro Fins	1.838	1.837	-0,05%
Silva Escura	2.113	2.507	18,64%
Vermoim	14.277	15.764	10,41%
Vila Nova da Telha	5.368	5.886	9,64%
Total	120.111	135.306	12,65%

Fonte: INE, Censos de 2001 e 2011

De acordo com os Censos de 2001, residiam no Município da Maia um total 120.111 habitantes passando a 135.306 em 2011. Verificamos assim um aumento significativo da população num período de 10 anos. Este crescimento foi analisado em todas as freguesias, com a exceção de Barca e S. Pedro Fins.

Podemos verificar também que a população do Município da Maia se distribui de uma forma heterogénea pelas 17 freguesias. Percebemos ao analisar os dados do Quadro 1, relativos a 2011, os

mais atuais ao momento, que a freguesia de Águas Santas é a mais populosa do Município com 27.470 habitantes, seguindo-se as freguesias de Vermoim, Moreira e Maia com 15.764, 12.890 e 12.406 habitantes respetivamente. O menor número de habitantes situa-se nas freguesias de São Pedro Fins e Gondim com 1.837 e 2.208 habitantes respetivamente, apresentando-se deste modo como as freguesias menos povoadas.

Demografia Quadro 2 - População Residente por Grupos Etários, no Município da Maia por Freguesia em 2001 e 2011

Freguesia	Grupos Etários 2001				Grupos Etários 2011			
	0 – 14 Anos	15 – 24 Anos	25 – 64 Anos	65 e + anos	0 – 14 Anos	15 – 24 Anos	25 – 64 Anos	65 e + anos
Águas Santas	4.575	3.447	14.743	2484	4.831	2.805	16.351	3.483
Avioso Santa Maria	593	467	1.959	341	800	465	2.755	493
Avioso São Pedro	418	398	1.486	327	672	328	2.373	453
Barca	460	439	1.543	327	371	277	1.526	459
Folgosa	680	532	1.987	404	598	445	2.101	560
Gemunde	885	684	2.742	454	870	579	3.121	645
Gondim	345	307	1.083	194	393	271	1.267	277
Gueifães	1.890	1.650	6.648	1.344	1.757	1.275	7.060	1.872
Maia	1.703	1.396	5.893	824	2.154	1.153	7.570	1.529
Milheirós	779	570	2.404	484	832	533	2.850	646
Moreira	1.669	1.363	6.092	1.156	2.277	1.170	7.761	1.682
Nogueira	801	580	2.569	528	1.021	535	3.250	667
Pedrouços	1.849	1.614	6.756	1.649	1.758	1.236	7.013	2.142
São Pedro Fins	320	287	1.027	204	317	200	1.053	267
Silva Escura	407	283	1.174	249	497	264	1.412	334
Vermoim	2.619	2.056	8.472	1.130	2.672	1.665	9.563	1.864
Vila Nova da Telha	947	721	3.155	545	958	622	3.454	852
Total	20.940	16.794	69.733	12.644	22.778	13.823	80.480	18.225

Fonte: INE, Censos de 2001 e 2011

No Quadro 2 analisamos a população residente por grupos etários nas diferentes freguesias, e percebemos que no Município da Maia, se verificou um aumento da população no grupo etário dos 0 aos 14 anos, com a exceção das freguesias de Barca, Folgosa, Gemunde, Gueifães, Pedrouços e S. Pedro Fins que apresentaram um decréscimo. Entre 2001 e 2011, o grupo etário que compreende as idades de 65 e mais anos, apresentou um grande aumento em todas as freguesias do Município.

Demografia Quadro 3 - Evolução da População nos Municípios do Grande Porto

Municípios do Grande Porto	2001	2011	Crescimento
Espinho	33.701	31.786	-5,68%
Gondomar	16.4096	168.027	2,39%
Maia	120.111	135.306	12,65%
Matosinhos	167.026	175.478	5,06%
Porto	263.131	237.584	-9,70%
Póvoa do Varzim	63.470	63.408	-0,09%
Valongo	86.005	93.858	9,13%
Vila do Conde	74.391	79.533	-8,69%
Vila Nova de Gaia	288.749	302.296	4,69%
Total	1.260.680	1.287.276	2,10%

Fonte: I.N.E. Censos de 2001 e 2011

No Município da Maia, segundo o Quadro 3, registou-se entre as décadas de 2001 e 2011, um acréscimo de 15.195 indivíduos. O Município do Porto tal como o de Espinho têm vindo a perder população, com variações negativas, o que equivale a um decréscimo demográfico na última década.

Demografia Quadro 4 - Evolução da População por Grupo Etário nos Municípios do Grande Porto, entre os anos de 2001 e 2011

Municípios do Grande Porto	Grupo Etário 0-14		Variação (01-11)	Grupo Etário 15-24		Variação (01-11)	Grupo Etário 25-64		Variação (01-11)	Grupo Etário 65 Ou +		Variação (01-11)
	2001	2011		2001	2011		2001	2011		2001	2011	
	Espinho	5.134	4.043	-1.091	4.898	3.398	-1.500	18.778	17.760	-1.018	4.891	6.585
Gondomar	28.411	25.849	-2.562	23.641	18.736	-4.905	94.065	98.152	4.087	17.979	25.290	7.311
Maia	20.940	22.778	1.838	16.794	13.823	-2.971	69.733	80.480	10.747	12.644	18.225	5.581
Matosinhos	26.686	25.117	-1.569	24.035	18.827	-5.208	95.807	103.065	7.258	20.498	28.469	7.971
Porto	34.584	28.397	-6.187	36.850	24.975	-11.875	140.694	128.725	-11.969	51.003	55.487	4.484
Póvoa de Varzim	12.081	10.417	-1.664	10.321	7.644	-2.677	34.031	35.783	1.752	7.127	9.564	2.437
Valongo	15.349	15.540	191	13.060	10.469	-2.591	49.173	55.268	6.095	8.423	12.581	4.158
Vila do Conde	13.369	12.933	-436	11.276	9.072	-2.204	41.066	45.737	4.671	8.680	11.791	3.111
Vila Nova de Gaia	49.222	46.645	-2.577	40.611	32.516	-8.095	164.569	176.183	11.614	34.347	46.952	12.605

Fonte: I.N.E. Censos 2001 e 2011

Analizando a distribuição da população entre 2001 e 2011, nos nove Municípios do Grande Porto (Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia), por quatro grupos etários, verificamos que o Município da Maia e Valongo apresentam uma variação positiva, no que se refere ao grupo etário dos 0 aos 14 anos. Relativamente ao grupo etário dos 15 aos 24 anos, todos os Municípios evidenciam entre estes anos uma variação negativa.

No que concerne ao grupo etário dos 25 aos 64 anos, verifica-se que a variação é positiva no Município da Maia, 10747, no entanto verificam-se variações negativas nos Municípios do Porto e de Espinho. Neste contexto, a população que está em situação de entrada no mercado trabalho é maior em relação ao número de pessoas que se aproxima da idade da reforma.

A população com mais de 65 anos está a aumentar paulatinamente em todos os Municípios do Grande Porto, sendo este aumento mais notório nos Municípios de Gondomar, Matosinhos e Vila Nova de Gaia. Podemos afirmar, segundo os dados deste quadro que a população do Grande Porto está a evidenciar um envelhecimento.

Demografia Quadro 5 - Indicadores de População em 2010

Área Geográfica	Densidade Populacional	Taxa de Crescimento Efetivo	Taxa de Crescimento Natural	Taxa Bruta de Natalidade	Taxa Bruta de Mortalidade	Taxa Bruta de Nupcialidade	Taxa de Fecundidade Geral
	Hab/km ²	%	%			%	
Maia	1.694,4	1,67	0,44	10,5	6,0	3,6	42,3
Grande Porto	1.576,5	0,06	0,14	9,7	8,3	3,9	39,4
Continente	113,9	- 0,01	- 0,05	9,5	9,9	3,7	39,7

Fonte: I.N.E. Anuário Estatístico da Região Norte, 2010

Comparando o Município da Maia com o Continente, verifica-se que este Município tem uma densidade populacional muito superior ao resto do país, contudo quando comparado com o Grande Porto a sua densidade populacional é semelhante, sendo que o Grande Porto tem 1.576,5 habitantes por Km² e o Município da Maia 1.694,4 habitantes por Km².

Em relação às taxas de crescimento efetivo e natural verifica-se que ambas são superiores no Município da Maia com 1,67% e 0,44% respetivamente.

Comparando as taxas brutas de natalidade e de mortalidade do Município da Maia com o Grande Porto e o Continente, verificamos que relativamente à taxa bruta de natalidade esta é superior no Município da Maia, 10,5%, sendo de 9,7% no Grande Porto e 9,5% no Continente. Quanto à taxa bruta de mortalidade esta apresenta um valor superior no Continente com 9,9%, seguindo-se o Grande Porto com 8,3%. O Município da Maia tem uma taxa bruta de mortalidade de 6,0%.

A taxa bruta de nupcialidade no Município da Maia, 3,6% é mais baixa que a taxa relativa ao, Continente 3,7% e à do Grande Porto 3,9%.

Quanto à taxa de geral de fecundidade, esta é mais alta no Município da Maia, 42,3%, do que no grande Porto, 39,4% e no Continente, 39,7%.

Demografia Quadro 6 – Taxa de Natalidade e Mortalidade em 2001, 2010

Área Geográfica	Taxa de Natalidade 2001	Taxa de Natalidade 2010	Taxa de Mortalidade 2001	Taxa de Mortalidade 2010
Maia	12,8	10,5	6,3	6,0
Grande Porto	11,3	9,7	8,5	8,3
Continente	10,8	9,5	10,2	9,9

Fonte: I.N.E. Anuário Estatístico da Região Norte, 2010

Relativamente à evolução das taxas de natalidade e mortalidade no Município da Maia constatamos, através do Quadro 6, que eram respetivamente de 10,5% e de 6,0%. Quando analisamos o Grande Porto verificamos que a taxa de natalidade é mais baixa, 9,7% e a de mortalidade mais alta com 8,3%.

Demografia Quadro 7 - Índice de Dependência de Idosos, nos anos de 2004 a 2011

Área Geográfica	Período de Referência		
	2004	2008	2011
Maia	17,7	20,1	19,3
Grande Porto	20,5	22,2	24,4
Continente	25,6	26,7	29,5

Fonte: I.N.E. Anuário Estatístico da Região Norte e Censos de 2011

Relativamente ao índice de dependência de idosos, ou seja, a proporção de pessoas com 65 e mais anos, sobre a população em idade ativa (25 – 64 anos), verificamos que este apresenta um aumento entre 2004 e 2011, no Município Maia, no Grande Porto e no Continente. Podemos ainda verificar que no Município da Maia este aumento é mais acentuado, sendo que em 2004 existiam 17,7%, pessoas idosas para 100 pessoas ativas e em 2011, 19,3% para 100 pessoas ativas. Este aumento foi de 1,6%.

Demografia Quadro 8 - Índice de Dependência de Jovens, nos anos de 2004 a 2011

Área Geográfica	Período de Referência		
	2004	2008	2011
Maia	24,8	24,8	24,2
Grande Porto	23	22,7	21,8
Continente	23	22,6	22,4

Fonte: I.N.E. Anuário Estatístico da Região Norte e Censos de 2011

O Quadro 8 analisa o índice de dependência de jovens, definido como a relação entre a população jovem e a população em idade ativa, sendo o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos, no período entre 2004 e 2011. Assim, no Município da Maia verificamos que este índice não tem apresentado alterações significativas, oscilando entre o 24,8% e o 24,2%. No que respeita ao Grande Porto e Continente o índice de dependência de jovens sofreu um pequeno decréscimo.

Demografia Quadro 9 - População Residente com 65 e mais Anos por Freguesia

Freguesia	Homens	Mulheres	Total
Águas Santas	1.535	1.948	3.483
Avioso Santa	211	282	493
Avioso São Pedro	200	253	453
Barca	197	262	459
Folgosa	252	308	560
Gemunde	262	383	645
Gondim	119	158	277
Gueifães	838	1.034	1.872
Maia	664	865	1.529
Milheirós	280	366	646
Moreira	742	940	1682
Nogueira	282	385	667
Pedrouços	882	1.260	2.142
São Pedro Fins	121	146	267
Silva Escura	146	188	334
Vermoim	799	1.065	1.864
Vila Nova da Telha	376	476	852
TOTAL	7.906	10319	18.225

Fonte: I.N.E .Censos de 2011

Observa-se através do Quadro 9 que são as freguesias de Águas Santas e Pedrouços que apresentam um maior número de residentes com mais de 65 anos, com 3.483 e 2.142 respetivamente. Verifica-se ainda em todas as freguesias que do total dos residentes com 65 e mais anos, o número de mulheres é superior. Por fim verifica-se que no total de 135.306 da população residente, 13,47% (18.225) desta população tem mais de 65 anos.

Demografia Quadro 10 – Alojamentos Familiares de residência habitual nos quais todos os residentes têm 65 ou mais anos

Freguesias	Alojamentos familiares de residência habitual nos quais todos os residentes têm 65 ou mais anos		
	Com 1 pessoa com 65 ou mais anos	Com 2 ou mais pessoas com 65 ou mais anos	Total
Águas Santas	591	654	1.245
Avioso Santa Maria	75	68	143
Avioso São Pedro	59	84	143
Barca	69	91	160
Folgosa	75	108	183
Gemunde	106	101	207
Gondim	40	43	83
Gueifães	257	378	635
Maia	243	268	511
Milheirós	102	124	226
Moreira	269	337	606
Nogueira	106	128	234
Pedrouços	420	399	819
São Pedro Fins	25	48	73
Silva Escura	50	61	111
Vermoim	273	333	606
Vila Nova da Telha	123	144	267
TOTAL	2.883	3.369	12.504

Fonte: I.N.E .Censos de 2011

Observa-se através do Quadro 10 que dos 18.225 idosos, 15,82% (2.883) destes vivem sozinhos e que 3.369 idosos vivem com outros idosos.

Demografia Quadro 11 - Índice de Envelhecimento

Área Geográfica	Período de Referência		
	2004	2008	2011
Maia	72,1	81	80
Grande Porto	88,7	98,7	112,1
Continente	111,2	118,1	131,3

Fonte: I.N.E. Anuário Estatístico da Região Norte e Censos de 2011

Através da análise do Quadro 11, podemos perceber que o índice de envelhecimento registou um aumento no Município da Maia, no Grande Porto e no Continente, no período compreendido entre 2004 e 2011. No entanto, o índice em análise é mais baixo no Município da Maia, quando comparado com os índices relativos ao Grande Porto e ao Continente. Assim, por cada 100 jovens entre os 0 e 14 anos de idade, existem 80 pessoas com 65 e mais anos, no Município da Maia, enquanto no Grande Porto existem 112 pessoas e no Continente 131.

Estamos, perante, um fenómeno que assumindo proporções que justifiquem uma especial atenção no quadro das respostas sociais de âmbito concelhio, não é exclusivo da Maia, apelando nessa medida para a continuidade de acompanhamento da situação nos planos internacional, nacional e regional.

Demografia Quadro 12 - Índice de Dependência Total

Área Geográfica	Período de Referência		
	2004	2008	2011
Maia	42,3	44,9	43,5
Grande Porto	43,5	44,7	46,2
Continente	48,6	49,3	51,9

Fonte: I.N.E. Anuário Estatístico da Região Norte e Censos de 2011

Tendo em conta que o índice de dependência total define a relação entre a população jovem e idosa, e a população em idade ativa, ou seja, o quociente entre o somatório de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e as pessoas com idade igual ou superior a 65 anos, e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos. Podemos perceber através do Quadro 12 que, no período compreendido entre 2004 e 2011, o índice de dependência total registou um aumento, no Município da Maia, no Grande Porto e no Continente.

Demografia Quadro 13 - Tipos de Família na Maia e no Grande Porto, 2001

Tipos de Família	Maia		Grande Porto	
	N.º	%	N.º	%
Sem Núcleo Monopessoal	5.162	12,7	74.129	17,00
Com 1 Núcleo	Casal sem Filhos	8.943	22,0	92.118
	Casal com Filhos	21.789	53,7	213.417
	Família Monoparental	3.103	7,7	39.260
	Avós, Avô (ó) com Netos	232	0,6	3.076
Com 2 ou mais Núcleos	1.340	3,3	14.346	3,3

Fonte: INE, Censos 2001

Podemos concluir, através do quadro anterior, que as famílias do Município Maia e no Grande Porto são constituídas em primeiro lugar por casal com filhos, encontrando-se nesta situação 21.789 famílias na Maia e 213.417 no Grande Porto. De seguida, com 8943 famílias, surge o tipo de família, casal sem filhos, isto na Maia, no que se refere ao Grande Porto existem 92.118 famílias. As famílias com avós e netos e monoparentais são os tipos de famílias com um menor número, tanto no Município da Maia como no Grande Porto.

IMIGRAÇÃO

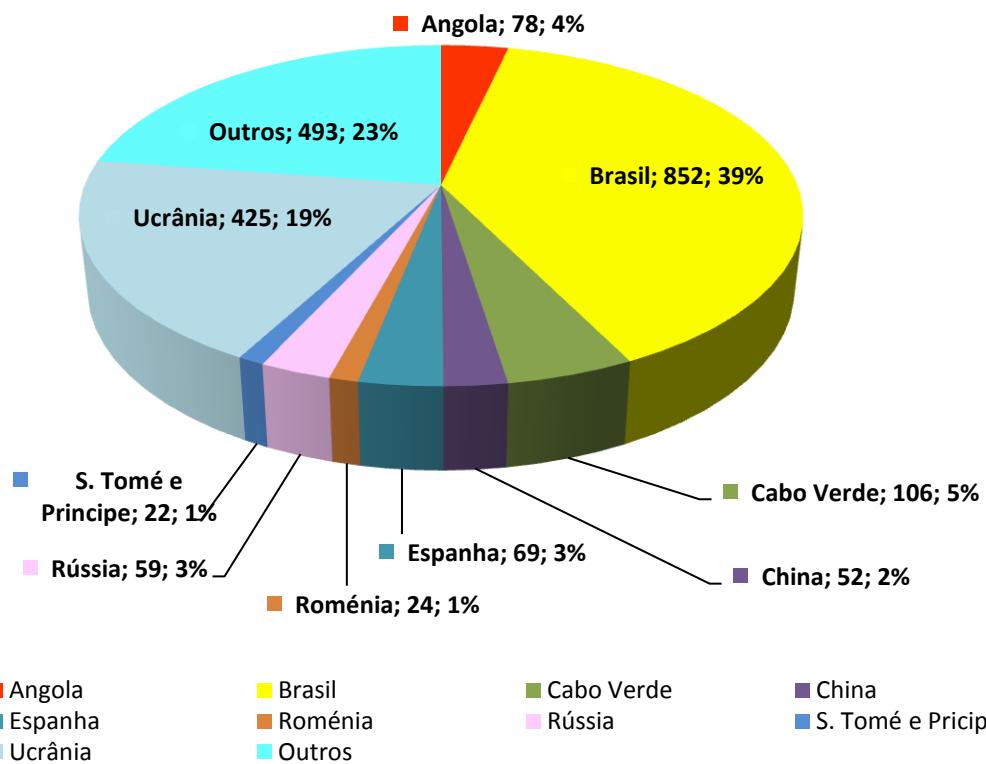
Em primeiro lugar torna-se importante definir o conceito de estrangeiro residente. Para efeitos estatísticos adota-se um conceito abrangente de estrangeiro residente em Portugal, que engloba os estrangeiros detentores de título de residência e os estrangeiros a quem foi prorrogada a permanência de longa duração.

Até à década de 60 do século XX, Portugal foi um país de índole predominantemente emigratório, onde os fluxos migratórios registavam um saldo claramente negativo. Com a Revolução de abril de 1974 e a independência dos atuais países africanos de língua portuguesa esta realidade alterou-se profundamente e, no inicio da década de 80, verificou-se um aumento exponencial e atípico do número de estrangeiros residentes em Portugal. Os anos 90 caraterizaram-se pela consolidação e crescimento da população estrangeira residente, destacando-se as comunidades oriundas dos países africanos de expressão portuguesa e do Brasil.

No início do século XXI, novos fluxos do leste europeu assumiram um súbito e inesperado destaque em especial no caso da Ucrânia, país que rapidamente se tornou numa das comunidades mais representativas.

No final de 2011 a população estrangeira residente em Portugal totalizava 436.822 cidadãos, valor que representa um decréscimo de 1,9% face ao ano transato.

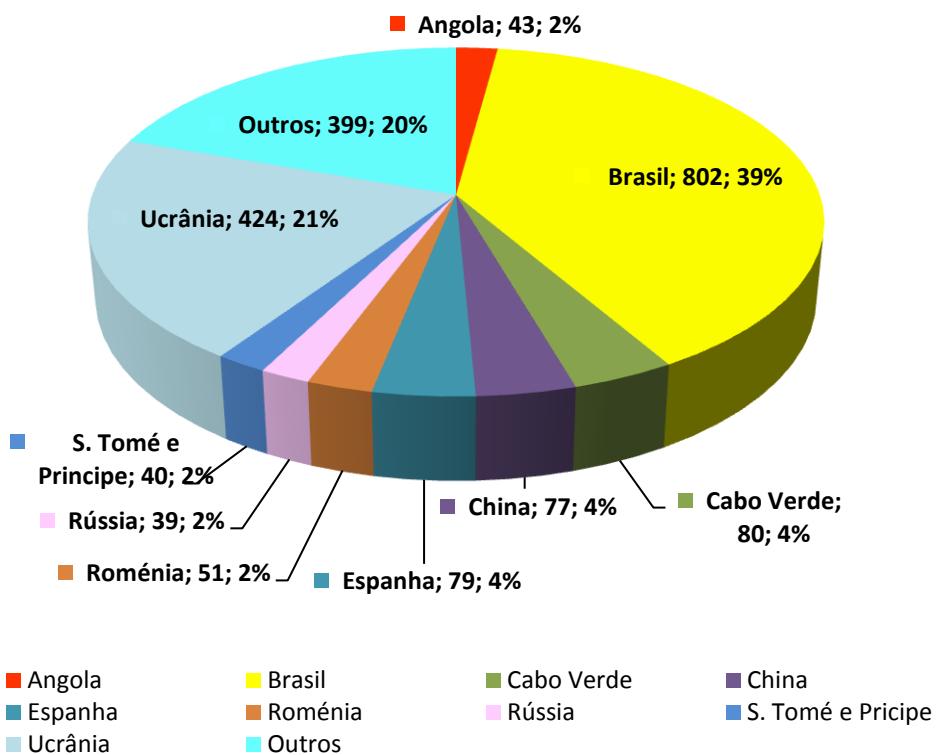
Este decréscimo da população estrangeira residente poderá configurar uma nova tendência na evolução da população estrangeira em Portugal face à evolução ocorrida na primeira década do século XXI. Esta inflexão terá como fatores explicativos, nomeadamente o acesso à nacionalidade portuguesa por parte de estrangeiros residentes, alteração de processos migratórios em alguns países de origem e efeitos da atual crise económica e financeira.

Demografia Gráfico 1 – População Estrangeira por Nacionalidades em 2008, no Município da Maia


Fonte: Sistema Integrado de Informação do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 2008

Verificamos através do Gráfico 1, que as nacionalidades de estrangeiros residentes mais representativos no Município da Maia em 2008, eram o Brasil (852), Ucrânia (425), Cabo Verde (106), Angola (78), Espanha (69) e a Rússia (59), China (52). Seguem-se-lhes a Roménia (24) e São Tomé e Príncipe (22). Este grupo de 9 nacionalidades mais representativas totaliza 1687 indivíduos da população estrangeira com permanência regular na Maia (de um total de 2180 indivíduos).

Demografia Gráfico 2- População Estrangeira por Nacionalidades, no Município da Maia em 2011



Fonte: Sistema Integrado de Informação do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 2008

Com a análise do gráfico 2 constatamos que as nacionalidades de estrangeiros residentes mais representativos no Município da Maia em 2011, são o Brasil (802), Ucrânia (424), Cabo Verde (80), Espanha (79) e a China (77). Seguem-se-lhes a Roménia (51), Angola (43), São Tomé e Príncipe (40) e a Rússia (39). Este grupo de 9 nacionalidades mais representativas totaliza 1635 indivíduos da população estrangeira com permanência regular na Maia (de um total de 2034 indivíduos).

Os residentes de nacionalidade brasileira, à semelhança do que acontece em Portugal, permanecem como a comunidade estrangeira claramente preponderante no Município da Maia, mantendo-se a Ucrânia como a segunda comunidade mais representativa em Portugal.

Demografia Quadro 14 - População Estrangeira Residente nos Municípios do Grande Porto em 2008 e 2011

Municípios do Grande Porto	2008	2011
Espinho	620	624
Gondomar	1.550	1.420
Maia	2.180	2.034
Matosinhos	3.019	2.860
Porto	8.286	7.759
Póvoa do Varzim	885	871
Valongo	900	835
Vila do Conde	1.102	1.227
Vila Nova de Gaia	4.924	4.616
Total	23.466	22.246

Fonte: Sistema Integrado de Informação do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 2008 e 2011

Em termos da distribuição territorial da população estrangeira residente evidencia uma concentração predominante no Município do Porto (7.759), destacando-se ainda Vila Nova de Gaia (4.616) e Matosinhos (2.860). Nestes três Municípios a população estrangeira residente representa 68,4% do valor total do Grande Porto.

O Quadro 14 mostra uma tendência generalizada a todos os Municípios do Grande Porto, com exceção dos Municípios de Vila do Conde e Espinho, de um decréscimo da população estrangeira residente, este decréscimo prende-se com o acesso à nacionalidade portuguesa por parte dos estrangeiros e com os efeitos da atual crise económica.

No final de 2011 a população estrangeira residente no Grande Porto totalizava 22.246 indivíduos, valor que representa um decréscimo de 5,2% face ao ano de 2008.

QUADRO DEMOGRAFIA

PROBLEMAS / OBSTÁCULOS	LINHAS DE FORÇA / OPORTUNIDADES
Envelhecimento Populacional	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da esperança de vida; • Aumento das oportunidades de convívio e de aprendizagem intergeracional; • Aumento de projetos na Edilidade (desporto, cultura, ambiente, social) que visam um envelhecimento ativo; • Aumento das respostas no terciário no âmbito da idade sénior.
População Estrangeira sem retaguarda ao nível de estruturas de proximidade	<ul style="list-style-type: none"> • Boas estruturas de apoio específico – como Entidades Solidárias; • Projetos de Educação Intercultural.
Presença Idosos Isolados no Município	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de parcerias locais interinstitucionais; • Cooperação interinstitucional para a resolução das diversas problemáticas (Proteção Civil e Divisão Ação Social).

POTENCIALIDADES	LINHAS DE FORÇA / OPORTUNIDADES
Aumento da população da faixa etária dos 0-14 anos	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento das respostas sociais e Municipais no âmbito da Infância; • Alargamento da Rede Pré-escolar; • Alargamento e Requalificação do Parque Escolar; • Boa cobertura Municipal no âmbito dos equipamentos desportivos.
Aumento da população em idade ativa dos 25 – 64 anos	<ul style="list-style-type: none"> • Localização geográfica do Município; • Melhoria da rede transporte (Metro); • Tecido Empresarial muito diversificado.



EDUCAÇÃO

Diagnóstico Social do Município da Maia | 2014

EDUCAÇÃO

CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO DO SISTEMA EDUCATIVO NO MUNICÍPIO DA MAIA

O desenvolvimento sustentável de uma sociedade passa, necessariamente, pela capacidade de intervenção do indivíduo ou grupos de indivíduos e pela consciência que os mesmos detêm da necessidade de, “possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e económico e de realização humana e cultural¹ ...”.

Tal capacidade e a aquisição de tal consciência resultam, em larga medida, dos conhecimentos e saberes que a sociedade detém, sejam eles resultantes de uma educação formal ou não formal, que se vão cimentando e evoluindo ao longo da vida e, dessa forma, vão respondendo às necessidades decorrentes da evolução da própria sociedade.

A Educação constitui-se, assim, para além de um direito universalmente consagrado, como um processo social evolutivo, indispensável à consolidação dos direitos cívicos e políticos dos cidadãos e indissociável de uma sociedade sustentável e harmoniosa, culturalmente fértil e tolerante, inclusiva e progressiva.

Tais princípios encontram-se, aliás, consubstanciados na Lei de Bases do Sistema Educativo português que estabelece como princípios gerais que:

- ▶ Todos os portugueses têm direito à educação e à cultura;
- ▶ É da responsabilidade do Estado promover a democratização do ensino, garantindo o direito a uma justa e efetiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares;
- ▶ No acesso à educação é garantida a todos os portugueses o respeito pelo princípio da liberdade de aprender e ensinar, com tolerância para as escolhas possíveis;
- ▶ O sistema educativo responde às necessidades resultantes da realidade social, contribuindo para o desenvolvimento harmonioso da personalidade dos indivíduos;
- ▶ A educação promove o desenvolvimento, ... formando cidadãos capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva.

¹ Relatório Brundtland
EDUCAÇÃO

A educação tem merecido, igualmente, uma atenção especial por parte dos dirigentes da União Europeia, designadamente no que concerne ao estabelecimento das prioridades políticas gerais, tendo a Comissão Europeia na definição da "Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo – Europa 2010", definido como objetivo da iniciativa Juventude em Movimento "melhorar o desempenho e a capacidade de atração internacional das instituições de ensino superior europeias, melhorar a qualidade global de todos os níveis de ensino e formação na UE, combinando excelência e equidade, através da promoção da mobilidade dos estudantes e formandos, e melhorar a situação de emprego dos jovens" estabelecido como deveres dos Estados Membros a nível nacional os seguintes:

- ▶ Assegurar a realização de investimentos eficientes nos sistemas educativos e de formação a todos os níveis (do ensino pré-escolar ao ensino superior);
- ▶ Melhorar os resultados escolares, relativamente a cada ciclo (pré-escolar, primário, secundário, profissional e superior) através de uma abordagem integrada, que abranja as competências-chave e vise a redução do abandono escolar precoce;
- ▶ Aumentar a abertura e a relevância dos sistemas de ensino mediante a criação de quadros nacionais de qualificações e orientando melhor a aprendizagem para as necessidades do mercado de trabalho;
- ▶ Facilitar a entrada dos jovens no mercado de trabalho através de uma ação integrada que abranja, nomeadamente, os serviços de orientação e aconselhamento e a aprendizagem.

Ao longo, sobretudo, dos últimos dez anos, a Câmara Municipal da Maia tem sabido, no âmbito das suas competências, interpretar os principais desígnios da educação, elegendo-a como uma das áreas de intervenção prioritária, integrada numa política mais vasta e globalizante de desenvolvimento do Município.

Privilegiando o diálogo e a permanente colaboração com as estruturas de direção dos agrupamentos escolares e escolas não agrupadas, com as associações de pais e encarregados de educação e com a comunidade educativa em geral, a Câmara Municipal da Maia tem vindo a implementar um conjunto de medidas verdadeiramente estruturantes, de que vale a pena destacar:

- ▶ A requalificação do parque escolar e a sua adequabilidade às necessidades do Município;
- ▶ O apetrechamento de todos os estabelecimentos do 1º ciclo do ensino básico com equipamento tecnológico facilitador dos processos de ensino e de aprendizagem;
- ▶ O reforço da componente de apoio à família através do desenvolvimento da componente de apoio à família na educação pré-escolar (CAF) e das atividades de enriquecimento curricular (AEC) no 1º ciclo do ensino básico e do serviço de apoio à família (SAF) igualmente no 1º ciclo do ensino básico;

- ▶ O alargamento a todos os estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico do serviço de refeições escolares, sob gestão municipal;
- ▶ A intervenção ao nível de alunos em situação de absentismo e em risco de abandono escolar precoce e dos respetivos agregados familiares e a promoção do sucesso escolar;
- ▶ A promoção de medidas tendentes à implementação de ofertas formativas diversificadas e adequadas às necessidades do tecido empresarial do Município da Maia por parte das entidades públicas e privadas.

No presente capítulo dá-se conta de um conjunto de indicadores fundamentais para uma análise da situação da educação no Município da Maia, tendo-se tomado por base os dados colhidos junto dos diversos agrupamentos escolares, escolas não agrupadas e demais entidades formadoras públicas e privadas.

No Município da Maia, no ano letivo 2011/12, existiam sete agrupamentos de escolas que comportavam estabelecimentos de educação pré-escolar, 1º, 2º e 3º ciclo do ensino básico e ensino secundário (escola secundária de Águas Santas), representados nas Figuras 1 e 2.

Educação Figura 1 - Agrupamentos Escolares do Município da Maia

Agrupamentos Escolares		
Agrupamento de Escolas de Pedrouços	Agrupamento de Escolas Dr. Vieira de Carvalho	Agrupamento de Escolas de Águas Santas
<ul style="list-style-type: none"> • EB 2,3 de Pedrouços • EB1/JI de Pedrouços • EB1/JI de Enxurreiras • EB1/JI da Giesta • EB1/JI do Paço • EB1/JI de Parada <p>É composto ainda pelas escolas do Município de Gondomar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • EB1 Triana • EB1/JI Santegãos • EB1/JI Boucinha • JI Carreiros 	<ul style="list-style-type: none"> • EB 2,3 Dr. Vieira de Carvalho • EB1/JI de Crestins • EB1/JI da Guarda • EB1/JI de Pedras Rubras • EB1/JI de Prozela • EB1/JI de Lidor 	<ul style="list-style-type: none"> • Escola Secundária de Águas Santas • EB1/JI de Moutidos • EB1 da Granja • EB1/JI de Corim • Centro Escolar da Gandra • EB1/JI de Cristal • EB1 da Pícuia
Agrupamento de Escolas do Castêlo da Maia	Agrupamento de Escolas de Gonçalo Mendes da Maia	Agrupamento de Escolas do Levante da Maia
<ul style="list-style-type: none"> • EB 2,3 do Castêlo • EB1/JI do Castêlo • EB1/JI de Ferreiró • EB1/JI de Porto Bom • EB1/JI de Santa Cruz • EB1/JI de Gestalinho • EB1/JI de Mandim • EB1 da Seara • EB1/JI da Bajouca • EB1/JI de Ferronho • JI da Campa do Preto 	<ul style="list-style-type: none"> • EB 2,3 da Maia • EB1/JI da Maia • Centro Escolar da Maia • EB1/JI D. Manuel I • EB1/JI de Currais • EB1/JI de Cidade-Jardim • Centro Escolar Gueifães* 	<ul style="list-style-type: none"> • EB 2,3 de Nogueira • EB1/JI de Monte das Cruzes • EB1 de Monte Calvário • JI de Barroso • EB1/JI de Folgosa • EB1/JI de Santa Cristina • EB1/JI de Vilar de Luz • EB1/JI de Arcos • EB1/JI de Frejufe
	Agrupamento de Escolas de Gueifães	
	<ul style="list-style-type: none"> • EB 2,3 de Gueifães • EB1/JI da Azenha • EB1/JI de Gueifães • Centro Escolar Gueifães* 	

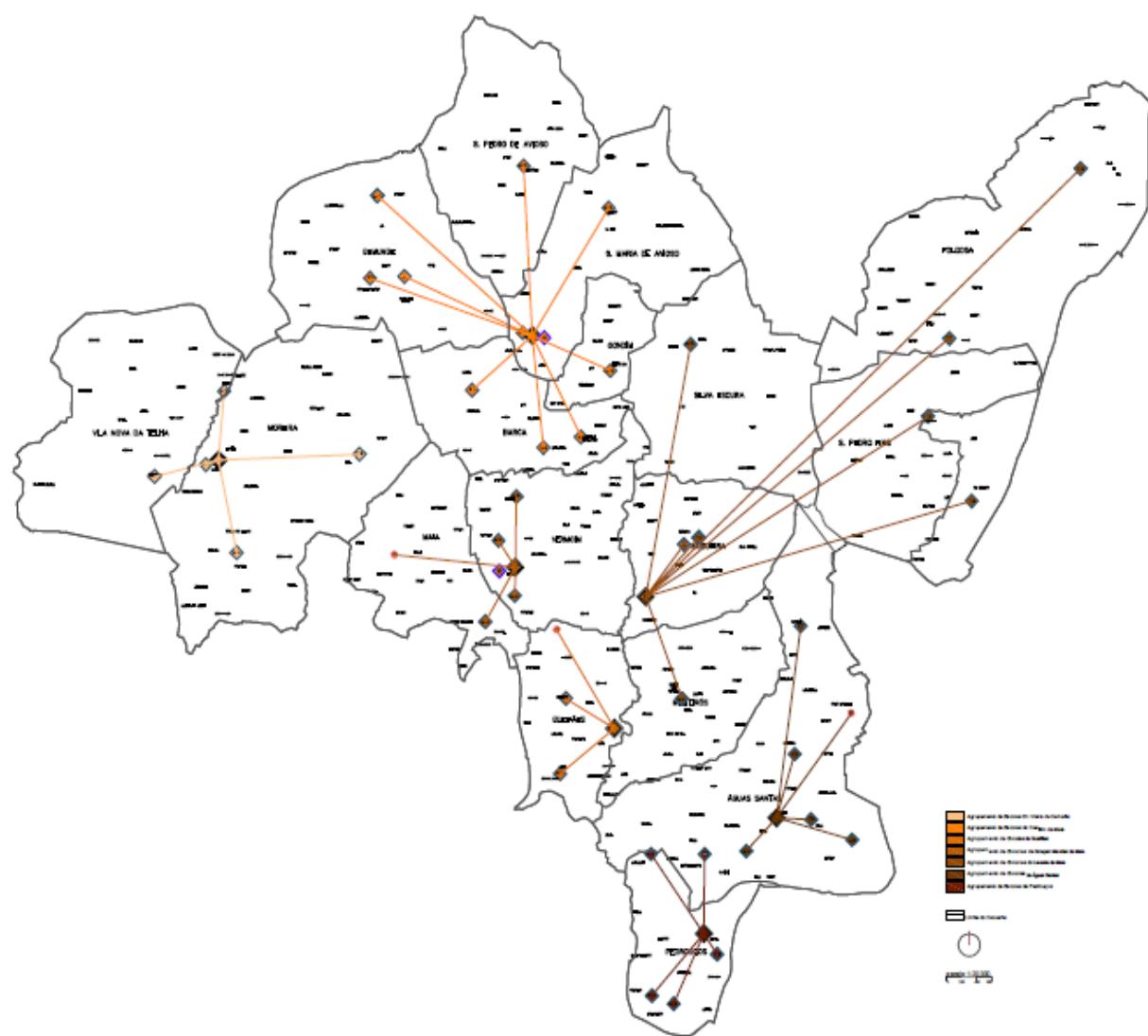
*Este estabelecimento de ensino encontra-se sob a orientação do Agrupamento Gonçalo Mendes da Maia e Agrupamento de Gueifães.

Escolas não agrupadas

<ul style="list-style-type: none"> • Escola Secundária da Maia 	<ul style="list-style-type: none"> • Escola Secundária do Castêlo
---	--

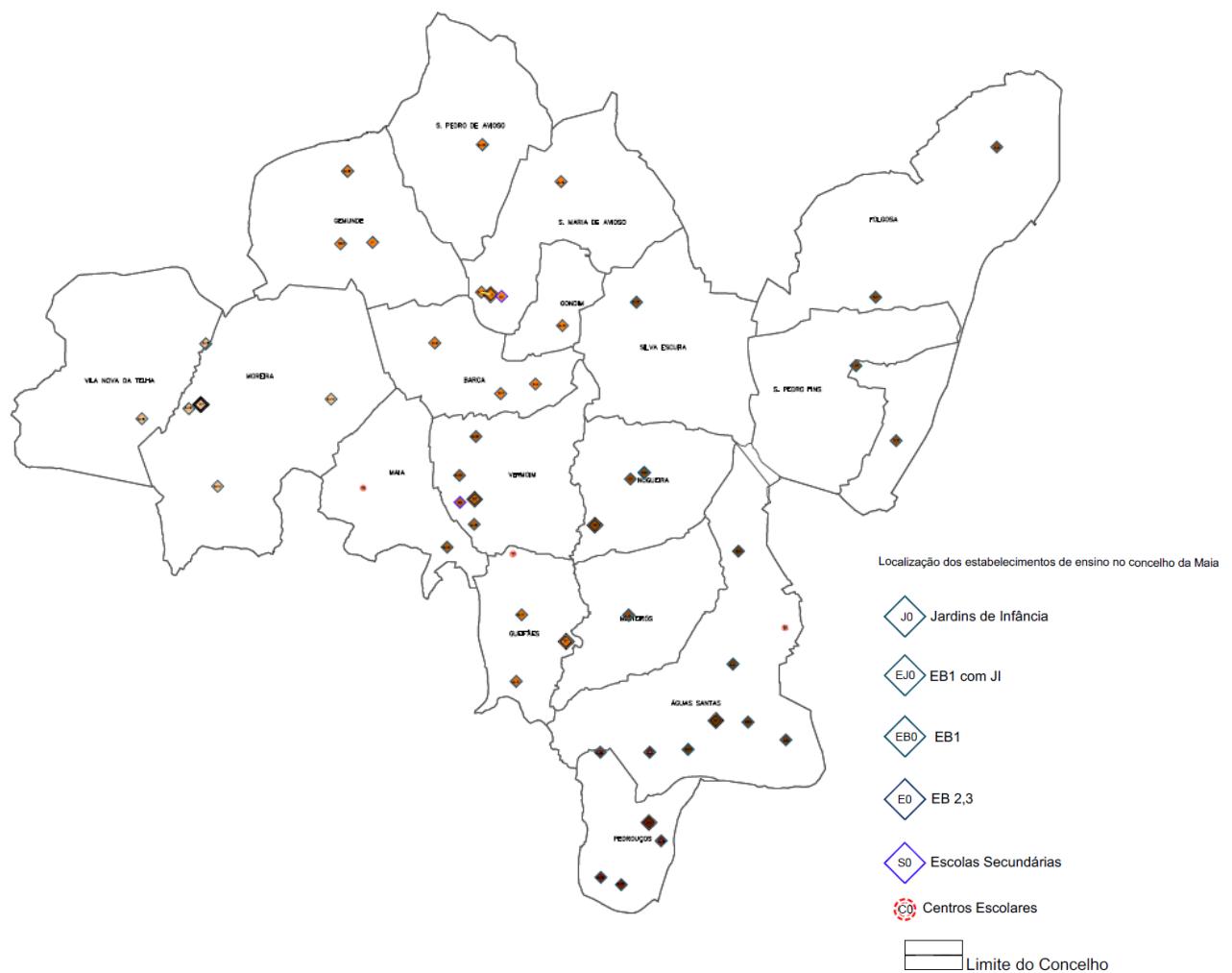
Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude - CMM

Educação Figura 2 - Distribuição Espacial e agregação funcional dos Agrupamentos Escolares



Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude - CMM

Educação Figura 3 - Localização dos estabelecimentos de ensino do Município da Maia



Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude (DEASJ) - CMM

As infraestruturas de ensino do Município da Maia encontram-se distribuídas de acordo com o mapa de localização presente na Figura 3. Importa, ainda, entender a distribuição dos estabelecimentos de ensino de acordo com a sua tutela, para a qual se apresenta a seguinte disposição relativa ao ensino pré-escolar na Tabela 1.

Educação Tabela 1 - Distribuição dos estabelecimentos da educação pré-escolar, por freguesia, nos anos letivos 2004/05 e 2011/12

Freguesia	Público		Privado		IPSS	
	2004/05	2011/12	2004/05	2011/12	2004/05	2011/12
Águas Santas	4	5	0	2	2	2
Barca	4	3	2	3	0	0
Folgosa	3	3	0	0	0	0
Gemunde	1	2	0	1	0	0
Gondim	1	1	0	0	1	1
Gueifães	2	3	5	3	0	2
Maia	1	2	2	1	1	1
Milheirós	2	1	1	1	1	1
Moreira	3	3	1	0	2	3
Nogueira	1	1	0	0	1	1
Pedrouços	3	4	2	0	1	1
S. M^a Avioso	2	2	0	0	1	1
S. P. Avioso	1	1	0	0	0	0
S. P. Fins	1	1	0	0	1	1
Silva Escura	1	1	0	0	0	0
V. N. Telha	2	2	2	1	0	0
Vermoim	2	3	6	5	1	1
Total	34	38	21	17	12	15
%	50,7	54,3	31,3	24,3	17,9	21,4

Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude - CMM

No ano letivo 2004/05, existia no Município da Maia um total de 67 estabelecimentos de educação pré-escolar, tendo-se registado um aumento para 70 estabelecimentos no ano letivo 2011/12. Estes localizam-se em maior número nas freguesias demograficamente mais ativas do Município (Águas Santas, Vermoim, Gueifães, Moreira e Pedrouços). De registar que a este nível, no período em análise, foram encerrados os Jardins de Infância de Guadalupe, Gestalinho (Junta de Freguesia), Monte Penedo, Cruzeiro e Monte Calvário, registando-se a abertura do JI de Barroso e a implantação de salas de educação pré-escolar nos estabelecimentos de ensino do Centro Escolar da Gandra, Corim, Centro Escolar da Maia, Giesta, Centro Escolar de Vermoim/Gueifães, Monte das Cruzes, Bajouca e Currais.

Relativamente à tutela, verifica-se em ambos os anos letivos de 2004/05 e 2011/12, uma predominância dos estabelecimentos sob gestão pública (50,7% e 54,3% respetivamente), seguindo-se os que estão sob gestão de uma entidade privada (31,3% e 24,3% respetivamente).

A educação pré-escolar era, no ano letivo 2004/05, ministrada em 12 Instituições do Setor Solidário, representando 17,9% dos estabelecimentos pré-escolares existentes no Município. No ano letivo 2011/12, registam-se 15 estabelecimentos sob gestão do Setor Solidário, o que confere uma representatividade de 21,4% no total de estabelecimentos. De referir o facto de as instituições A.S.M.A.N., JardimCoop - Solidariedade Social e Centro Social das Guardeiras não constarem na Carta Educativa de 2004/05 como Instituições do Sector Solidário gestoras de estabelecimentos de educação pré-escolar.

Educação Tabela 2 - Distribuição dos estabelecimentos de ensino do 1º CEB, por freguesia, nos anos letivos 2004/05 e 2011/12

Freguesia	Público		Privado	
	2004/05	2011/12	2004/05	2011/12
Águas Santas	6	7	0	0
Barca	3	3	0	1
Folgosa	3	3	0	0
Gemunde	2	2	0	0
Gondim	1	1	0	0
Gueifães	2	3	1	2
Maia	1	2	0	0
Milheirós	2	1	1	1
Moreira	5	3	0	0
Nogueira	2	1	0	0
Pedrouços	4	4	0	0
S. Mª Avioso	2	2	0	0
S. P. Avioso	1	1	0	0
S. P. Fins	1	1	0	0
Silva Escura	2	1	0	0
V. N. Telha	1	2	0	0
Vermoim	4	3	0	0
Total	42	40	2	4
%	95,5	90,9	4,5	9,1

Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude (DEASJ) – CMM

Relativamente aos estabelecimentos de ensino do 1º ciclo do ensino básico, existiam no Município da Maia, no ano letivo 2004/05, 42 escolas, diminuindo o seu número para 40 no ano letivo 2011/12 (Tabela 2). Esta variação encontra-se relacionada com o encerramento, no período em análise, das escolas do Padrão, Sá, Ardegães, Agra e Cavadas, resultante da abertura da escola da Pícuia e dos Centros Escolares da Gandra, Gueifães e Maia.

As freguesias de Águas Santas e Pedrouços são as que apresentam uma maior concentração de estabelecimentos escolares deste nível de ensino.

Para além das escolas públicas, existem, ainda, no Município escolas de gestão privada a lecionar o 1º ciclo do ensino básico. No ano letivo 2004/05, as duas únicas escolas privadas diziam respeito ao Externato Imaculada Conceição (Gueifães) e ao Colégio Novo da Maia (Milheirós). No ano letivo 2011/12, o Município da Maia encontra-se dotado de mais duas escolas privadas, designadamente, o Colégio Central de Gueifães (Gueifães) e o Colégio S. Francisco de Assis (Barca).

Educação Tabela 3 - Distribuição das escolas dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e ensino secundário da rede pública, por freguesia, no ano letivo 2011/12

Freguesia	Estabelecimento de ensino
Moreira	EB 2,3 Dr. Vieira de Carvalho
Nogueira	EB 2,3 de Nogueira
Pedrouços	EB 2,3 de Pedrouços
Avioso – Santa Maria	EB 2,3 do Castêlo
	Secundária do Castêlo
Vermoim	EB 2,3 da Maia
	Secundária da Maia
Gueifães	EB 2,3 de Gueifães
Águas Santas	Secundária de Águas Santas

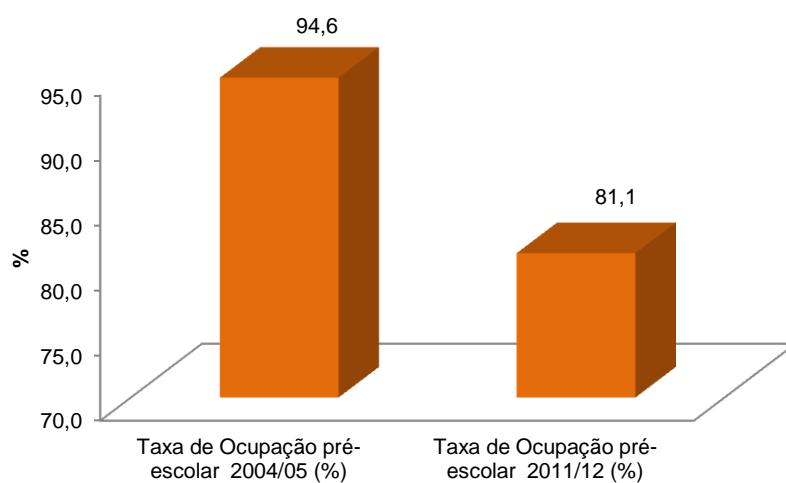
Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude - CMM

Os 2º e 3º ciclos do ensino básico, na Maia, são ministrados em seis escolas EB 2,3, localizadas nas freguesias de Moreira, Nogueira, Pedrouços, Santa Maria de Avioso, Vermoim e Gueifães e em três escolas Secundárias, localizadas nas freguesias de Águas Santas, Vermoim e Santa Maria de Avioso. O ensino secundário é lecionado em quatro estabelecimentos de ensino, três escolas secundárias localizadas nas freguesias de Águas Santas, Vermoim e Santa Maria de Avioso e em uma escola EB2,3, esta localizada na freguesia de Nogueira.

TAXAS DE OCUPAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO DA REDE PÚBLICA

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Educação Gráfico 1- Evolução da taxa de ocupação entre os letivos 2004/2005 e 2011/2012 nos estabelecimentos de educação pré-escolar



Atendendo ao Artigo 4º da Lei nº 85/2009 de 27 de Agosto que estabelece que a educação pré-escolar seja universal para todas as crianças a partir do ano em que atinjam os 5 anos de idade, a Câmara Municipal da Maia procedeu à construção de mais vinte e nove salas de Jardim-de-Infância nos diferentes Agrupamentos Escolares. Esta medida permitiu garantir, ainda, a cobertura de crianças com idades inferiores a 5 anos de idade, adequando, assim, a oferta à procura.

A variação da taxa de ocupação permitiu reorganizar a oferta existente, traduzida numa significativa melhoria das condições físicas dos edifícios, possibilitando a prestação de serviços complementares, também eles previstos na Carta Educativa de 2004/05, tal como o serviço da Componente de Apoio à Família (CAF).

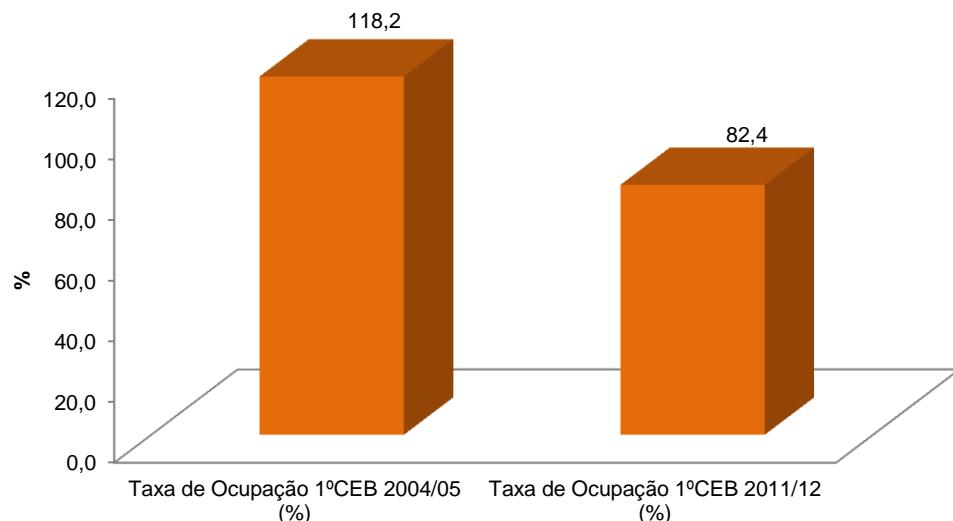
Decorrente deste reordenamento, através da construção, requalificação e/ou ampliação dos edifícios escolares, assistiu-se, igualmente, a um reforço das medidas de segurança existentes nos estabelecimentos de ensino assim como a uma rentabilização e/ou racionalização dos meios e recursos disponíveis na comunidade da educação pré-escolar.

Desta forma, importa referir que à escala concelhia verifica-se uma considerável diminuição da taxa de ocupação ao nível da educação pré-escolar (público) que passou de 94,6% no ano letivo 2004/05 para 81,1% no ano letivo 2011/12, conforme se constata no Gráfico 1.

Esta variação da taxa de ocupação decorre das intervenções operadas neste período, através da construção de trinta novas salas de Jardim-de-Infância.

ENSINO BÁSICO – 1º CICLO

Educação Gráfico 2 - Evolução da taxa de ocupação entre os letivos 2004/2005 e 2011/2012 nos estabelecimentos do 1º ciclo do ensino básico



Atendendo ao princípio considerado na Recomendação nº 4/2011 sobre reordenamento da rede escolar, deliberada pelo Conselho Nacional de Educação e publicada em Diário da República, 2ª série – nº 80 – 26 de Abril, “O sistema de ordenamento do território deve reconhecer às escolas, enquanto equipamentos estruturantes para a organização do espaço, papel consentâneo com o que representam para a coerência, equidade e coesão sócio territorial”. O planeamento da rede escolar municipal deve ter como objetivos a promoção da construção/ampliação/requalificação do parque escolar, bem como a construção/requalificação das escolas na perspetiva de Centros Escolares, com espaços multifuncionais integrados. A reestruturação dos estabelecimentos de ensino surge, ainda, no contexto de transformação do regime de funcionamento duplo de todas as turmas do 1º ciclo para regime normal.

Neste desiderato, foi levada a cabo pela Câmara Municipal a construção de mais oitenta e três salas nas escolas do 1º ciclo.

À escala concelhia, verifica-se uma diminuição acentuada da taxa de ocupação no 1º ciclo do ensino básico (público) que passou de 118,2% no ano letivo 2004/05 para 82,4% no ano letivo 2011/12, conforme se constata no Gráfico 2.

Esta taxa de ocupação decorre da variação do número de crianças e do número de salas entre os anos letivos considerados.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO

No que respeita à oferta, importa analisar o estado de conservação dos estabelecimentos de ensino existentes no Município, tanto da rede pública como da privada e solidária.

Este estudo permite um conhecimento mais aprofundado das condições físicas das escolas, incidindo sobre os seus principais elementos construtivos. Foi definida uma classificação qualitativa para todos os itens traduzida numa escala de gradação de Fraco, Razoável e Bom.

No que respeita ao 2º e 3º ciclo do ensino básico, a avaliação do estado de conservação dos edifícios foi realizada pelo Laboratório de Física das Construções/Instituto da Construção da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP) com a mesma escala de gradação.

Educação Tabela 4 - Estado de conservação dos estabelecimentos de ensino pré-escolar e 1º CEB (público)

Freguesia	Estabelecimento de ensino	EDIFÍCIO										ESPAÇO EXTERIOR
		Cobertura	Paredes	Paredes Exteriores	Vãos Exteriores	Pavimentos Interiores	Paredes Interiores	Tetos	Vãos Interiores	Abastecimento Águas	Saneamento	
Águas Santas	Cristal	Yellow	Yellow	Yellow	Yellow	Yellow	Yellow	Yellow	Green	Green	Yellow	Green
	Moutidos EB1	Red	Yellow	Red	Red	Yellow	Yellow	Red	Yellow	Yellow	Red	Green
	Moutidos JI	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green
	Moutidos (Edifício refeitório)	Yellow	Green	Green	Green	Yellow	Yellow	Green	Green	Green	Yellow	Green
	Paço EB1	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green
	Paço JI	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green
	Corim (Edifício EB1 P3)	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Yellow	Green
	Corim (Edifício 2 pisos)	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green
	Corim (Edifício refeitório)	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green
	CE Gandra	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green
	Granja	Yellow	Yellow	Yellow	Yellow	Yellow	Yellow	Yellow	Yellow	Yellow	Yellow	Green
	Granja (Edifício refeitório)	Yellow	Yellow	Yellow	Yellow	Yellow	Yellow	Yellow	Yellow	Yellow	Yellow	Green
	Pícuia	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Yellow	Green	Green

Freguesia	Estabelecimento de ensino	EDIFÍCIO									ESPAÇO EXTERIOR
		Cobertura	Paredes Exteriores	Vãos Exteriores	Pavimentos interiores	Paredes Interiores	Tetos	Vãos Interiores	Abastecimento Águas	Saneamento	
Barca	Gestalinho	Yellow	Yellow	Yellow	Yellow	Yellow	Yellow	Yellow	Yellow	Yellow	Yellow
	Gestalinho (Edifício refeitório)	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green
	Mandim	Yellow	Green	Green	Green	Yellow	Yellow	Green	Green	Yellow	Green
	Santa Cruz	Yellow	Yellow	Yellow	Yellow	Yellow	Yellow	Yellow	Yellow	Yellow	Green
	Santa Cruz (Edifício refeitório)	Yellow	Yellow	Yellow	Yellow	Yellow	Yellow	Green	Green	Yellow	Green
Folgosa	Folgosa	Yellow	Green	Red	Yellow	Yellow	Yellow	Green	Green	Green	Green
	Santa Cristina	Green	Green	Yellow	Yellow	Yellow	Green	Green	Green	Red	Green
	Santa Cristina JI	Yellow	Yellow	Yellow	Green	Yellow	Yellow	Green	Green	Red	Green
	Vilar de Luz	Green	Yellow	Red	Yellow	Yellow	Green	Green	Green	Green	Green
Gemunde	Bajouca	Yellow	Yellow	Red	Red	Green	Green	Green	Green	Green	Green
	Seara	Green	Green	Yellow	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green
Gondim	Porto Bom EB1	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green
	Porto Bom JI	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green
Gueifães	Azenha Nova	Yellow	Yellow	Yellow	Red	Red	Red	Yellow	Green	Red	Green
	Gueifães (Edifício centenário)	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green
	Gueifães (Edifício térreo)	Green	Green	Green	Green	Yellow	Yellow	Green	Green	Green	Green
	Gueifães (Edifício JI)	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green
	CE Gueifães	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green
Maia	Maia EB1	Yellow	Green	Green	Green	Yellow	Yellow	Green	Green	Green	Green
	Maia JI	Red	Green	Green	Green	Yellow	Red	Green	Green	Green	Green
	CE Maia	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green
Milheirós	Monte das Cruzes	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green
Moreira	Crestins EB1	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green
	Crestins JI	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green
	Guarda (Edifício centenário)	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green
	Guarda (Edifício 2 pisos)	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green
	Guarda (Edifício biblioteca)	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green

Freguesia	Estabelecimento de ensino	EDIFÍCIO									ESPAÇO EXTERIOR
		Cobertura	Paredes Exteriores	Vãos Exteriores	Pavimentos interiores	Paredes Interiores	Tetos	Vãos Interiores	Abastecimento Águas	Saneamento	
	Pedras Rubras (Edifício centenário)	Yellow	Green	Green	Yellow	Yellow	Yellow	Yellow	Green	Green	Green
	Pedras Rubras (Edifício térreo)	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green
	Pedras Rubras (Edifício JI)	Yellow	Green	Yellow	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green
Nogueira	Monte Calvário Barroso	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green
Pedrouços	Enxurreiras	Yellow	Green	Green	Green	Red	Yellow	Red	Green	Green	Green
	Parada EB1	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Yellow
	Parada JI	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Yellow
	Pedrouços (Edifício centenário)	Yellow	Green	Green	Red	Red	Yellow	Green	Green	Green	Green
	Pedrouços (Edifício refeitório)	Yellow	Yellow	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green
	Giesta (Edifício centenário)	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green
	Giesta (Edifício 2 pisos)	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green
	Giesta (Edifício Biblioteca)	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green
S.M^a Avioso	Castêlo da Maia EB1	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green
	Castêlo da Maia JI	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green
	Ferreiró	Yellow	Yellow	Yellow	Yellow	Yellow	Yellow	Yellow	Yellow	Yellow	Yellow
S. P. Avioso	Ferronho EB1	Yellow	Green	Yellow	Yellow	Yellow	Yellow	Yellow	Yellow	Yellow	Green
	Ferronho JI	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green
S.P. Fins	Arcos	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green
Silva Escura	Frejufe EB1	Green	Green	Green	Yellow	Green	Yellow	Green	Green	Green	Green
	Frejufe JI	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green
V.N. Telha	Lidor	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green
	Prozela EB1	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green
	Prozela JI	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green

Freguesia	Estabelecimento de ensino	EDIFÍCIO									ESPAÇO EXTERIOR
		Cobertura	Paredes Exteriores	Vãos Exteriores	Pavimentos interiores	Paredes Interiores	Tetos	Vãos Interiores	Abastecimento Águas	Saneamento	
Vermoim	Cidade-Jardim	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Recreio
	D. Manuel II (Edifício térreo)	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
	D. Manuel II (Edifício 2 pisos)	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
	Currais EB1	Verde	Verde	Verde	Amarelo	Verde	Verde	Verde	Verde	Amarelo	Verde
	Currais JI	Amarelo	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
	Currais (Edifício EB1 Térreo)	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde

Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude - CMM



Como se pode verificar pela análise da tabela 4, os estabelecimentos escolares apresentam na sua generalidade um estado de conservação bom, decorrente da intervenção operada pela Câmara Municipal da Maia no parque escolar, Contudo, subsistem ainda algumas situações que carecem de uma atenção especial, sendo que no que se refere à escola da Granja a mesma será brevemente desativada com a ampliação da escola da Pícua.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS DO MUNICÍPIO DA MAIA

A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

"Estamos perante uma tarefa de alcance educativo e social da maior importância, que constitui para o nosso tempo um fator decisivo de modernização e desenvolvimento, desde que orientada por objetivos de qualidade e pelo princípio da igualdade de oportunidades."²

Sendo a educação pré-escolar a primeira etapa no processo de educação ao longo da vida, este tipo de ensino destina-se a crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 6 anos de idade.

Segundo o Artigo 4º da Lei nº 85/2009 de 27 de agosto, "(...) a educação pré -escolar é universal para todas as crianças a partir do ano em que atinjam os 5 anos de idade. A universalidade prevista implica, para o Estado, o dever de garantir a existência de uma rede de educação pré -escolar que permita a inscrição de todas as crianças por ela abrangidas e o de assegurar que essa frequência se efetue em regime de gratuitidade da componente educativa".

As redes de educação pré-escolar, pública e privada, constituem, assim, uma rede nacional, tendo em vista a universalidade da educação pré-escolar. O ensino particular e cooperativo rege-se por legislação e estatuto próprios, subordinados, contudo, aos princípios estabelecidos na Lei nº49/2005 de 30 de Agosto, que corresponde à segunda alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo nº 46/1986 de 14 de outubro.

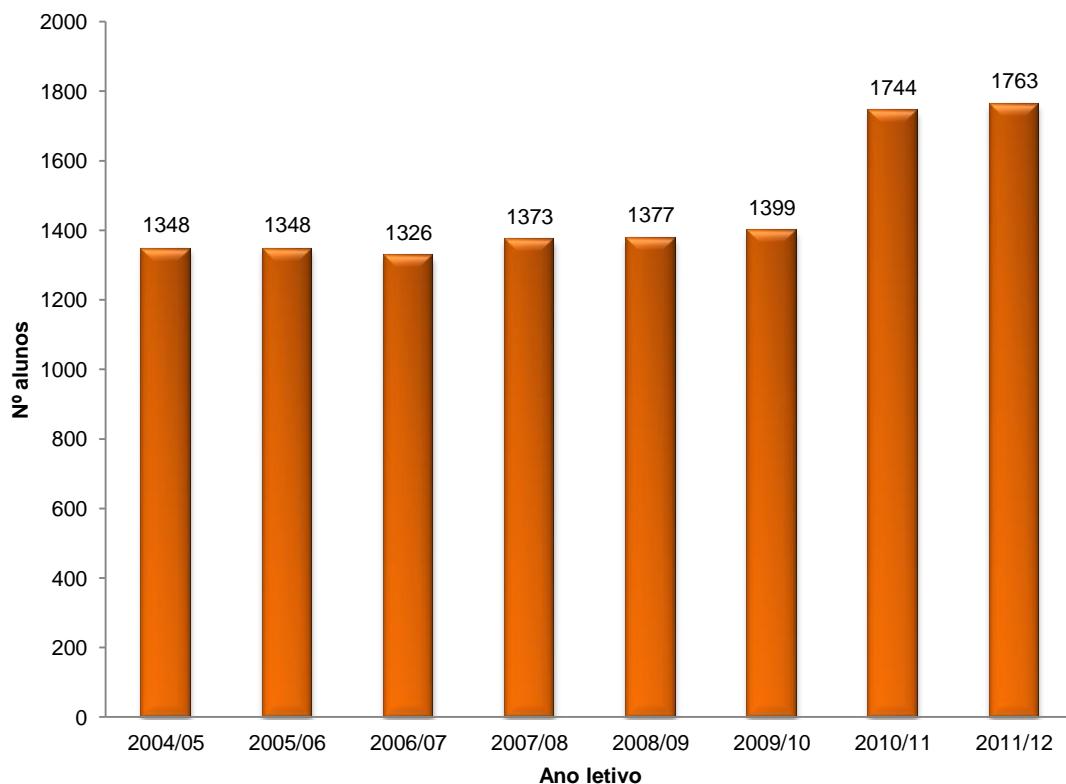
Verifica-se a obrigatoriedade, em cada sala de educação do pré-escolar, de uma frequência mínima de 20 e máxima de 25 crianças. Contudo, em zonas de baixa densidade populacional poderá ser autorizada, por despacho do Ministério da Educação, uma frequência inferior ao mínimo estabelecido.

A materialização de uma rede de educação pré-escolar constitui o sustentáculo do Protocolo de Cooperação celebrado pelos Ministérios da Educação e da Solidariedade e Segurança Social. Surgiu em 1997, este documento teve como principal objetivo o de *criar as condições para a participação das autarquias locais no Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar*, sendo renovado e atualizado anualmente. Neste Acordo, a Administração Central assegura a colocação de educadores de infância nos estabelecimentos da rede pública de educação pré-escolar e a atribuição de uma comparticipação mensal destinada à organização de atividades de apoio à família (alimentação, acolhimento e prolongamento), bem como despesas com pessoal afeto a estas funções. Por sua vez, a Câmara Municipal da Maia assegura a:

² Preâmbulo do Decreto-lei nº 147/97 de 11 de Junho

- a) Colocação do pessoal com funções de ação educativa e do pessoal responsável pelo desenvolvimento de atividades de animação socioeducativa e de apoio à família, procedendo ao pagamento dos respetivos vencimentos;
- b) Fornecimento de refeições para crianças que frequentam os estabelecimentos de educação pré-escolar, de acordo com as necessidades das famílias;
- c) Manutenção das instalações e equipamentos, designadamente quanto ao serviço de limpeza;
- d) Pagamento das despesas correntes dos estabelecimentos de educação pré-escolar, designadamente as relativas a água, gás, e eletricidade;
- e) Envio, aos departamentos governamentais competentes, das informações e outros dados, nomeadamente de natureza estatística, que lhes forem solicitados.

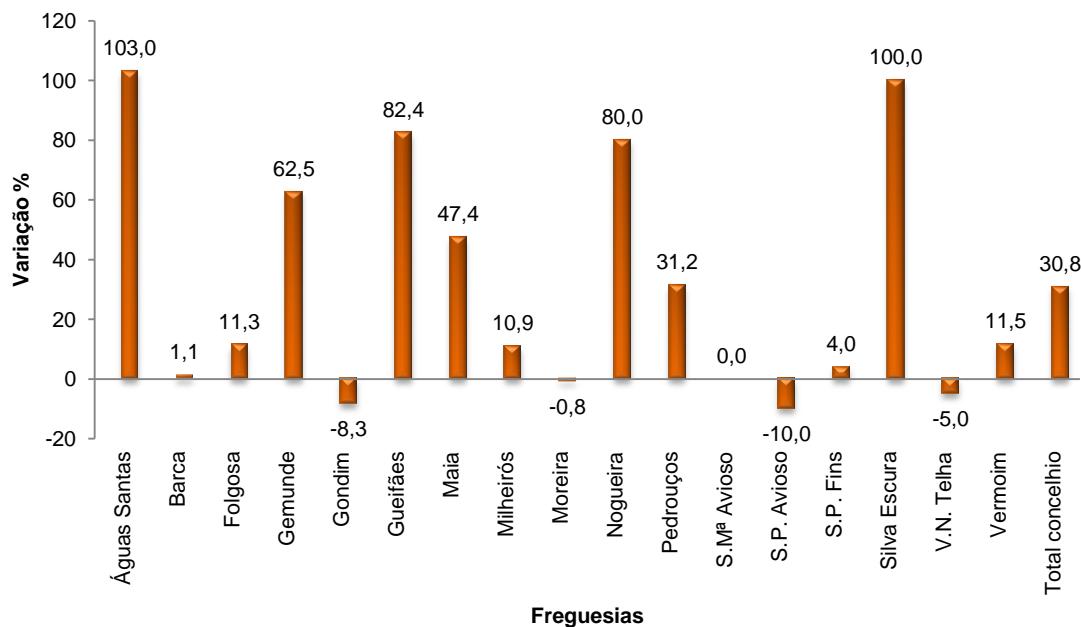
Educação Gráfico 3 - Evolução do número de alunos do pré-escolar público entre os anos letivos 2004/2005 e 2011/2012



Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude - CMM

No Município da Maia, entre os anos letivos 2004/05 e 2011/12, verificou-se um aumento de 415 crianças a frequentar a educação pré-escolar, representando um crescimento de cerca de 30,8%.

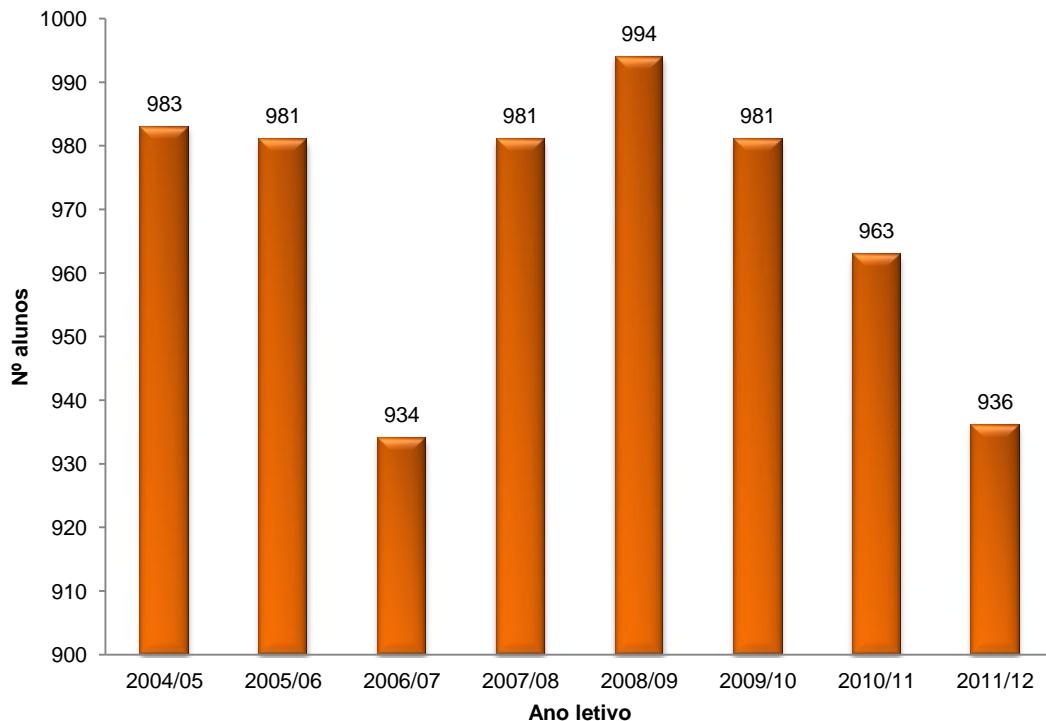
Educação Gráfico 4 - Variação do número de crianças a frequentar o ensino pré-escolar público, por freguesia, entre os anos letivos 2004/2005 e 2011/2012



Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude – CMM

Na análise da evolução, à escala da freguesia, do número de crianças a frequentar a educação pré-escolar pública entre os anos letivos 2004/05 e 2011/12, conforme o Gráfico 4 comprova, pode observar-se, variações diferenciadas, sendo de registar um decréscimo nas freguesias de Gondim, Moreira, S. Pedro de Avioso e V. N. Telha e um crescimento superior a 30% nas freguesias de Águas Santas, Gemunde, Gueifães, Maia, Nogueira, Pedrouços e Silva Escura. Este aumento decorre, fundamentalmente, de dois fatores. O primeiro, diretamente relacionado com a oferta existente no Município e o segundo associado à diminuição da capacidade económica dos agregados familiares e ao consequente aumento da procura dos estabelecimentos da rede pública.

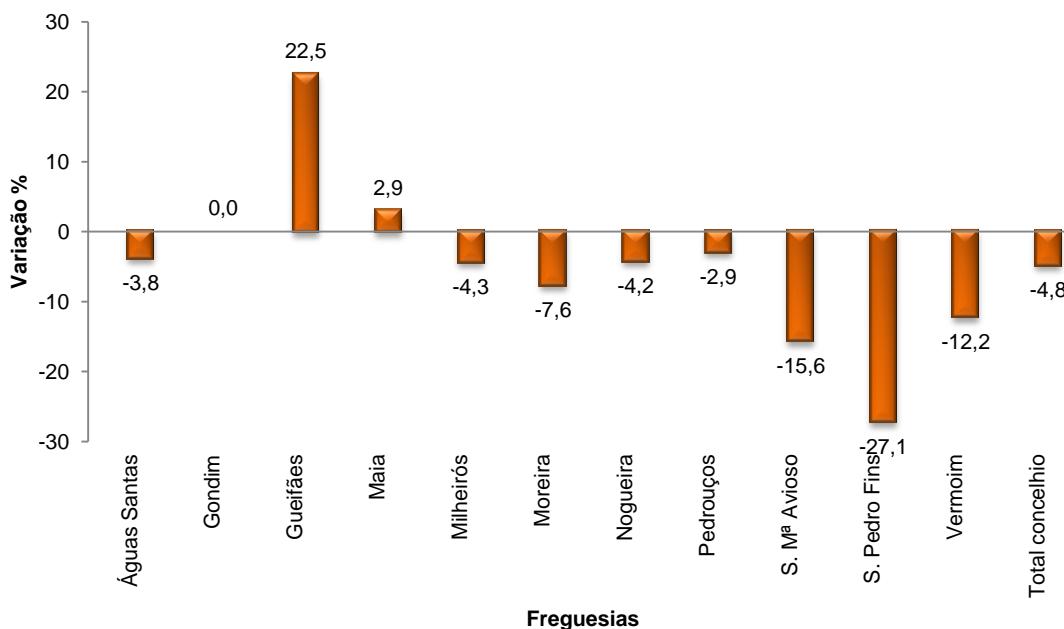
Educação Gráfico 5 - Evolução do número de crianças a frequentar a educação pré-escolar em Instituições do Setor Solidário entre os anos letivos 2004/2005 e 2011/2012



Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude - CMM

A evolução do número de crianças a frequentar a educação pré-escolar nas Instituições do Setor Solidário apresenta uma quebra no ano letivo 2006/2007 em relação ao ano letivo de 2004/2005, na ordem dos 5%, tendo-se registado no ano letivo 2007/08 um aumento da mesma ordem de valor. A partir do ano letivo 2008/2009, verifica-se uma diminuição progressiva do número de crianças, apresentando o ano letivo 2011/2012, a par com o ano letivo 2006/2007, os valores mais baixos no período considerado de, respetivamente, 936 e 934 crianças.

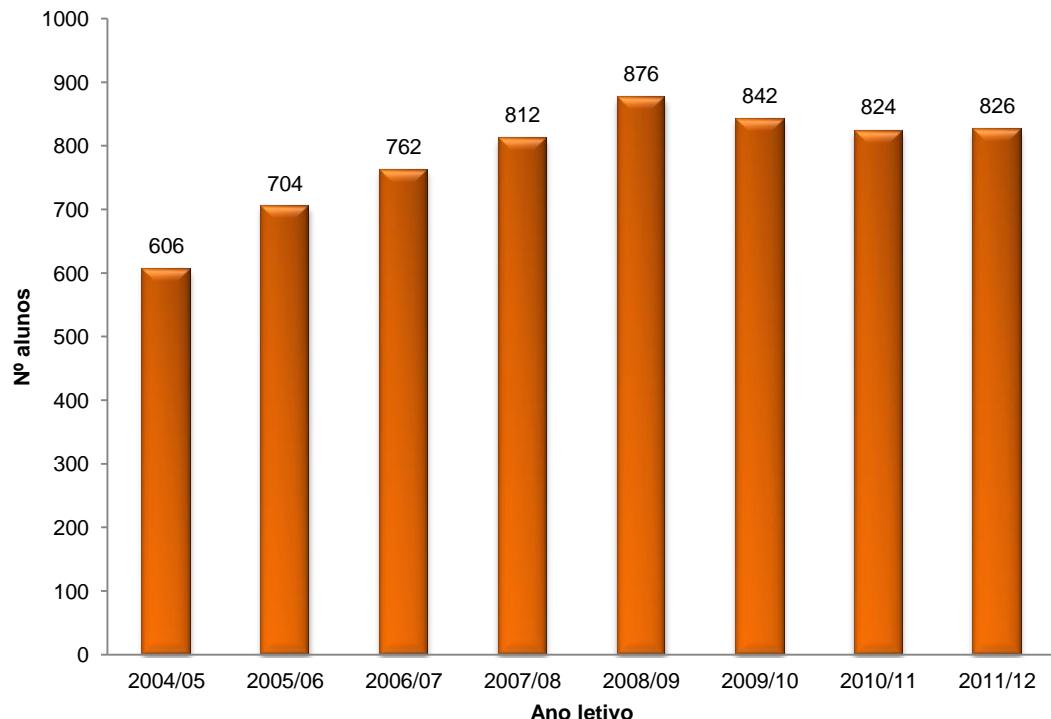
Educação Gráfico 6 - Variação do número de crianças a frequentar a educação pré-escolar em Instituições do Setor Solidário, por freguesia, entre os anos letivos 2004/2005 e 2011/2012



Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude - CMM

Na análise da evolução do número de crianças a frequentar a educação pré-escolar nas Instituições do Setor Solidário (Gráfico 4), entre 2004/05 e 2011/12, registou-se uma variação positiva apenas nas freguesias de Gueifães (22,5%) e da Maia (2,9%). Com a exceção da freguesia de Gondim que não apresenta qualquer variação do número de crianças entre 2004/05 e 2011/12, todas as restantes freguesias registaram variações negativas. A nível concelhio registou-se uma taxa de variação de -4,8%.

Educação Gráfico 7 - Evolução do número de crianças a frequentar a educação pré-escolar em estabelecimento privados entre os anos letivos 2004/2005 e 2011/2012



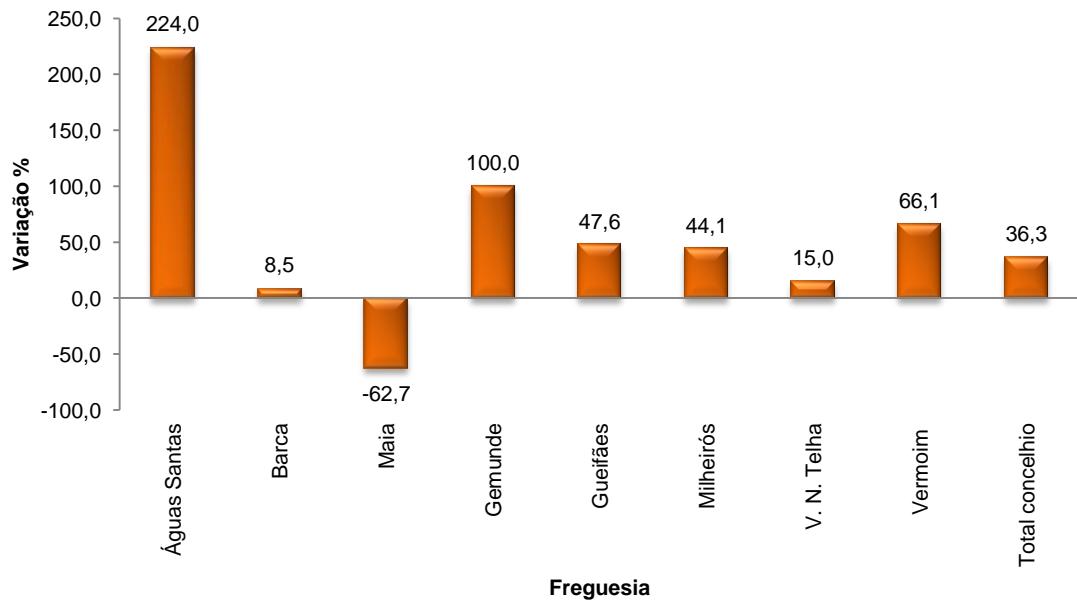
Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude - CMM

O número de crianças a frequentar a educação pré-escolar no ensino privado registou um aumento progressivo entre os anos letivos 2004/2005 e 2008/2009, verificando-se nos anos letivos seguintes uma ligeira descida.

O facto de um Jardim de Infância não ter disponibilizado o número de crianças entre os anos letivos 2005/06 e 2007/08, influencia os resultados obtidos para estes anos letivos, assim como a análise da evolução verificada.

De referir, ainda, que o decréscimo verificado a partir do ano letivo 2008/2009 é justificado pelo aumento do número de salas que se verificou no ensino público e pela conjuntura económica.

Educação Gráfico 8 - Variação do número de crianças a frequentar a educação pré-escolar em estabelecimentos privados, por freguesia, entre os anos letivos 2004/2005 e 2011/2012



Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude - CMM

Na análise da evolução, por freguesia, do número de crianças a frequentar a educação pré-escolar nos estabelecimentos de ensino privados (Gráfico 6) entre os anos letivos 2004/05 e 2011/12, regista-se uma variação positiva em todas as freguesias, com exceção da Maia (-62,7%) devido ao decréscimo bastante acentuado de crianças no Jardim de Infância do Externato de Apoio Educativo S. Miguel. De referir, ainda, que as freguesias com variações positivas mais elevadas são as Águas Santas (224%) e Gemunde (100%). No que diz respeito ao total concelhio, verifica-se um aumento de 36,3%.

Educação Tabela 5 - Distribuição, por idade, do número de crianças a frequentar a educação pré-escolar em estabelecimentos públicos no ano letivo 2011/12

Freguesia	Estabelecimento de Ensino	3 anos	4 anos	5 anos	6 anos	Total
Águas Santas	Cristal	7	5	3	0	<2
	Moutidos	9	24	38	4	75
	Paço	20	13	15	0	48
	Corim	16	28	31	0	75
	Gandra	7	64	51	2	124
Barca	Gestalinho	15	24	9	1	49
	Mandim	6	11	7	0	24
	Santa Cruz	10	6	6	0	22
Folgosa	Folgosa	9	5	11	0	25
	Santa Cristina	28	18	5	0	51
	Vilar de Luz	8	2	3	0	13
Gemunde	Bajouca	6	10	9	0	25
	Campa Preto	10	11	14	5	40
Gondim	Porto Bom	5	8	9	0	22
Gueifães	Azenha Nova	15	0	0	0	15
	Gueifães	22	19	27	2	70
	CE de Gueifães	8	40	21	1	70
Maia	Maia	3	36	25	7	71
	CE da Maia	4	33	31	1	69
Milheirós	Monte das Cruzes	0	28	23	0	51
Moreira	Crestins	5	5	15	0	25
	Guarda	7	7	11	1	26
	Pedras Rubras	12	15	39	7	73
Nogueira	Barroso	18	20	7	0	45
Pedrouços	Enxurreiras	17	15	15	1	48
	Parada	8	22	19	0	49
	Pedrouços	11	18	13	0	42
	Giesta	0	8	16	1	25
S.M ^a Avioso	Castêlo da Maia	16	22	31	1	70
	Ferreiró	8	10	7	0	25
S. P. Avioso	Ferronho	13	15	16	1	45
S.P. Fins	Arcos	8	12	6	0	26
Silva Escura	Frejufe	21	12	17	0	50

Freguesia	Estabelecimento de Ensino	3 anos	4 anos	5 anos	6 anos	Total
V.N. Telha	Lidador	8	28	32	2	70
	Prozela	9	4	12	0	25
Vermoim	Cidade-Jardim	1	16	30	3	50
	D. Manuel II	19	22	27	1	69
	Currais	7	13	25	1	46
Total		396	649	676	42	1763
Valor %		22,5	36,8	38,3	2,4	

Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude – CMM

Conforme se pode constatar na tabela 5, no ano letivo 2011/12 encontravam-se inscritas em estabelecimentos públicos de educação pré-escolar 1.763 crianças. A sua distribuição por estrutura etária demonstra uma maior incidência de crianças com 5 anos de idade (38,3%). Com um valor de representação muito semelhante estão as crianças de 4 anos (36,8%), representando as crianças de 3 anos 22,5% e as de 6 anos apenas 2,4%. Uma maior procura por parte das crianças com 5 anos de idade é justificada pela implementação de uma política a nível nacional, presente na Lei nº 85/2009 de 27 de Agosto supra citada, que, conforme foi referido, aponta para a universalidade da educação pré-escolar para as crianças com 5 anos de idade.

Educação Tabela 6 - Distribuição, por idade, do número de crianças a frequentar a educação pré-escolar em Instituições do Setor Solidário no ano letivo 2011/12

Freguesia	Estabelecimento de ensino	3 anos	4 anos	5 anos	Total
Águas Santas	Jardim de Infância de Águas Santas I	23	20	21	64
	Jardim de Infância de Águas Santas II	20	22	20	62
Gondim	Jardim de Infância de Gondim	24	20	15	59
Gueifães	Jardim Coop. Solidariedade Social	23	23	23	69
	Jardim de Infância da ASMAN	9	19	12	40
Maia	Jardim de Infância Catassol	27	26	18	71
Milheirós	Jardim de Infância de Milheirós	20	23	24	67

Freguesia	Estabelecimento de ensino	3 anos	4 anos	5 anos	Total
Moreira	Jardim de Infância de Crestins	22	20	11	53
	Jardim de Infância do Centro Social José Moreira da Silva e Lucinda Alves - Guarda	20	23	20	63
	Jardim de Infância do Centro Social das Guardeiras	22	22	22	66
Nogueira	Jardim de Infância de Nogueira	23	24	21	68
Pedrouços	Jardim de Infância de Pedrouços - Casa do Alto	22	22	22	66
S. M ^a Avioso	Jardim de Infância de Avioso Santa Maria	19	23	23	65
S. Pedro Fins	Jardim de Infância de S. Pedro Fins	16	15	20	51
Vermoim	Jardim de Infância do Centro de Animação de Infância de Vermoim	25	24	23	72
Total		315	326	295	936
Valor %		33,7	34,8	31,5	

Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude – CMM

Nos estabelecimentos de educação pré – escolar das Instituições do Setor Solidário encontravam-se inscritas, no ano letivo 2011/12, 936 crianças. A sua distribuição por estrutura etária demonstra uma maior incidência de crianças com 4 anos de idade (34,8%) e 3 anos de idade (33,7%), representando as crianças com 5 anos de idade 31,5%.

Educação Tabela 7 - Distribuição, por idade, do número de crianças a frequentar a educação pré-escolar em estabelecimentos privados no ano letivo 2011/12

Freguesia	Estabelecimento de ensino	3 anos	4 anos	5 anos	Total
Águas Santas	Jardim de Infância A Escolinha do Aldeamento	10	7	8	25
	Jardim de Infância O Sorriso	21	16	19	56
Barca	Jardim de Infância do Colégio S. Francisco de Assis	16	20	16	52
	Jardim de Infância do Externato Limiar	18	22	24	64
	Jardim de Infância Os Ratinhos	7	0	4	11
Maia	Jardim de Infância do Externato de Apoio Educativo S. Miguel	13	9	6	28
Gemunde	Jardim de Infância O Nenúfar	3	5	2	10
Gueifães	Jardim de Infância do Colégio Central de Gueifães	25	25	25	75
	Jardim de Infância Gota de Mel	10	0	0	10
	Jardim de Infância do Externato Imaculada Conceição	33	30	66	129
Milheirós	Jardim de Infância do Colégio Novo da Maia	47	49	51	147
V. N. Telha	Jardim de Infância O Tintin	7	7	9	23
Vermoim	Jardim de Infância As Estrelas	10	8	1	19
	Jardim de Infância Monfortinhos de Real	25	21	22	68
	Jardim de Infância O Gatinho	17	13	21	51
	Jardim de Infância O Pim Pim	7	2	2	11
	Jardim de Infância O Pimpolho	15	10	12	37
Total		284	244	288	816
Valor %		34,8	29,9	35,3	

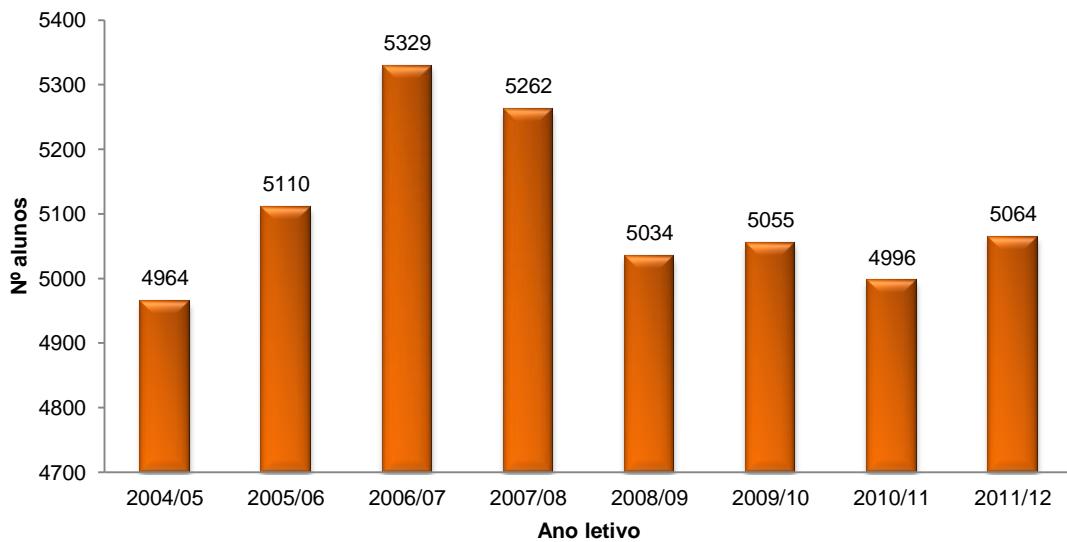
Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude – CMM

Nos estabelecimentos de educação pré - escolar de ensino privado, no ano letivo 2011/12, encontravam-se inscritas 816 crianças. A sua distribuição por estrutura etária demonstra uma maior incidência de crianças com 5 anos de idade (35,3%), sendo a representatividade de crianças com 3 anos de idade de 34,8% e, por último, a de crianças com 4 anos de idade de 29,9%.

O ENSINO BÁSICO - 1º CICLO

Atendendo à Lei nº 49/2005 de 30 de agosto, comprehende-se o ensino básico como universal, obrigatório e gratuito para todos os cidadãos. O 1º ciclo do ensino básico (CEB), com a duração de quatro anos de escolaridade, funciona em regime de monodocência, com recurso a professores especializados em determinadas áreas.

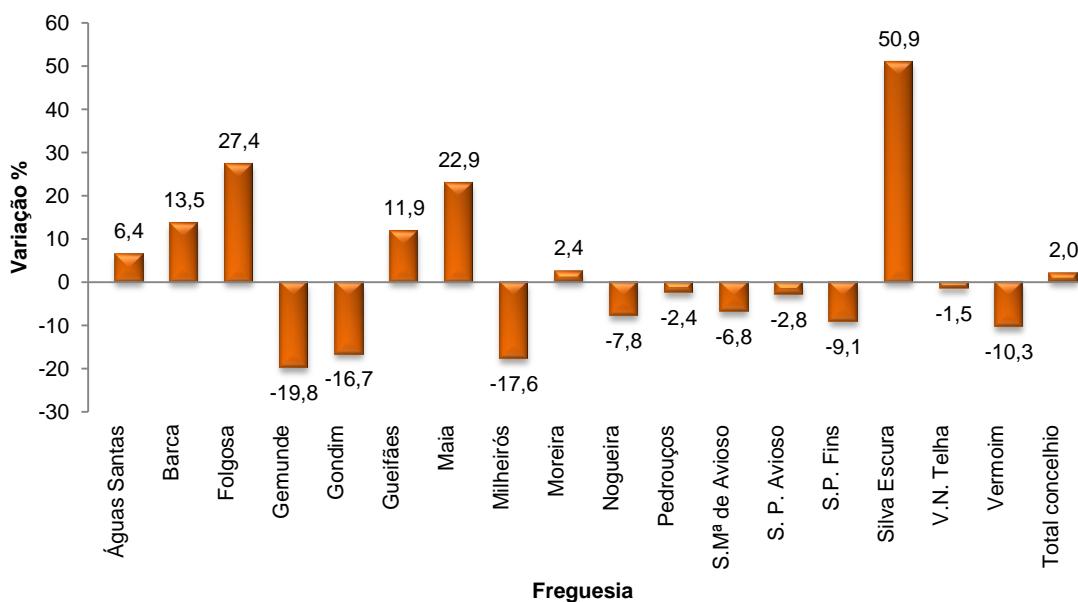
Educação Gráfico 9 - Evolução do número de alunos do 1º ciclo do ensino básico público entre os anos letivos 2004/2005 e 2011/2012



Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude - CMM

Tendo em conta a evolução do número de alunos do 1º ciclo do ensino básico público para o período considerado, verifica-se que entre os anos letivos de 2004/05 e 2006/07 o número de alunos aumentou progressivamente. A partir de 2007/08 regista-se um ligeiro decréscimo do número de alunos a frequentar este nível de ensino. Contudo, no ano letivo de 2011/12 passaram a frequentar o 1º ciclo do ensino básico público 5064 crianças nas 40 escolas do 1ºCEB, registando-se o maior número de alunos desde o ano letivo de 2008/2009.

Educação Gráfico 10 - Variação do número de alunos do 1º ciclo do ensino básico público, por freguesia entre os anos letivos 2004/2005 e 2011/2012



Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude - CMM

No que respeita à variação do número de alunos, por freguesia, presente no Gráfico 10, e tendo em conta as sete freguesias que apresentam valores de crescimento positivos, é de destacar a freguesia de Silva Escura com um crescimento de 50,9%. As restantes 10 freguesias registam uma variação negativa, com especial destaque para Gemunde (-19,8%), Milheirós (-17,6) e Gondim (-16,7%). Este facto resulta do reordenamento do parque escolar concelhio traduzindo-se em alterações significativas na oferta para este nível de ensino.

Educação Tabela 8 - Distribuição dos alunos do 1º ciclo do ensino básico público, por ano de escolaridade, no ano letivo 2011/12

Freguesia	Estabelecimento de ensino	Ano escolaridade				Total	Turmas	Aluno/Turma
		1º ano	2ºano	3ºano	4ºano			
Águas Santas	Cristal	0	18	16	19	53	3	17,7
	Moutidos	68	46	64	49	227	10	22,7
	Paço	23	40	37	31	131	6	21,8
	Corim	52	26	67	48	193	8	24,1
	Gandra	58	61	26	48	193	9	21,4
	Granja	18	0	21	21	60	3	20,0
	Pícuia	44	50	25	24	143	6	23,8
SubTotal		263	241	256	240	1.000	45	22,2
Barca	Gestalinho	24	19	24	37	104	5	20,8
	Mandim	14	22	18	0	54	3	18,0
	Santa Cruz	13	7	10	5	35	2	17,5
SubTotal		51	48	52	42	193	10	19,3
Folgosa	Folgosa	4	10	7	15	36	2	18,0
	Santa Cristina	13	25	22	28	88	4	22,0
	Vilar de Luz	4	3	3	1	11	1	11,0
SubTotal		21	38	32	44	135	7	19,3
Gemunde	Bajouca	12	13	14	12	51	3	17,0
	Seara	24	26	20	17	87	4	21,8
SubTotal		36	39	34	29	138	7	19,7
Gondim	Porto Bom	19	14	22	15	70	4	17,5
SubTotal		19	14	22	15	70	4	17,5
Gueifães	Azenha Nova	0	0	18	25	43	2	21,5
	Gueifães	48	49	62	52	211	7	30,1
	CE Gueifães	49	92	49	75	265	13	20,4
SubTotal		97	141	129	152	519	22	23,6
Maia	Maia	71	48	71	73	263	11	23,9
	CE Maia	68	95	49	72	284	12	23,7
SubTotal		139	143	120	145	547	23	23,8
Milheirós	Monte das Cruzes	39	35	27	25	126	6	21,0
SubTotal		39	35	27	25	126	6	21,0

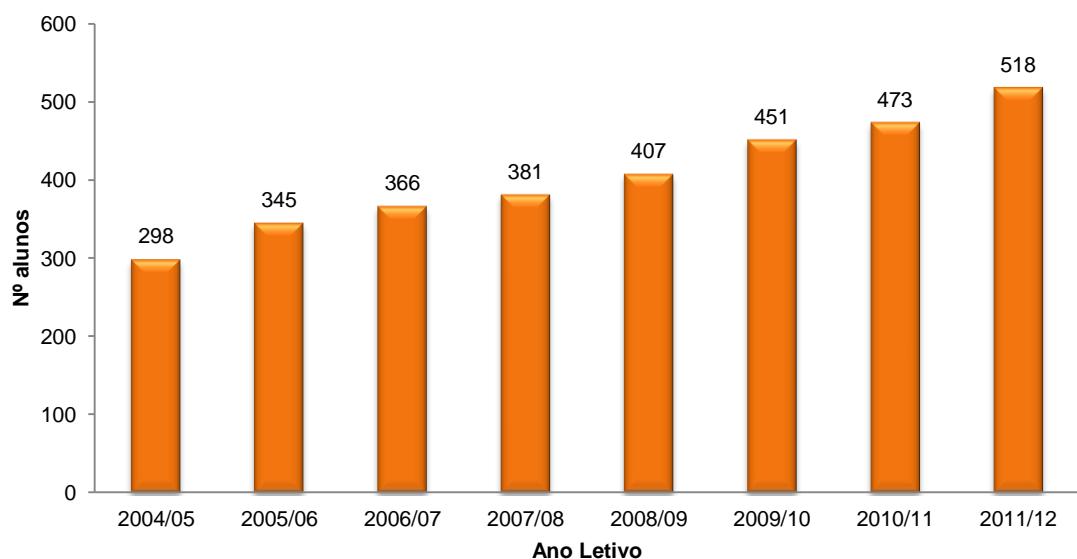
Freguesia	Estabelecimento de ensino	Ano escolaridade				Total	Turmas	Aluno/Turma
		1º ano	2ºano	3ºano	4ºano			
Moreira	Crestins	23	20	22	25	90	4	22,5
	Guarda	36	22	24	27	109	5	21,8
	Pedras Rubras	46	25	42	28	141	6	23,5
SubTotal		105	67	88	80	340	15	22,7
Nogueira	Monte Calvário	33	28	37	44	142	7	20,3
SubTotal		33	28	37	44	142	7	20,3
Pedrouços	Enxurreiras	24	19	20	23	86	4	21,5
	Parada	17	26	19	23	85	4	21,3
	Pedrouços	26	25	35	34	120	6	20,0
	Giesta	27	38	20	30	115	5	23,0
SubTotal		94	108	94	110	406	19	21,4
S.Mª Avioso	Castêlo da Maia	64	68	48	70	250	11	22,7
	Ferreiró	22	19	22	15	78	4	19,5
SubTotal		86	87	70	85	328	15	21,9
S. P. Avioso	Ferronho	23	29	14	38	104	5	20,8
SubTotal		23	29	14	38	104	5	20,8
S.P. Fins	Arcos	26	21	19	24	90	4	22,5
SubTotal		26	21	19	24	90	4	22,5
Silva Escura	Frejufe	24	18	19	19	80	4	20,0
SubTotal		24	18	19	19	80	4	20,0
V.N. Telha	Lidador	24	46	49	52	171	7	24,4
	Prozela	20	23	24	27	94	4	23,5
SubTotal		44	69	73	79	265	11	24,1
Vermoim	Cidade-Jardim	25	48	24	49	146	6	24,3
	D. Manuel II	61	49	90	74	274	12	22,8
	Currais	43	48	45	25	161	7	23,0
SubTotal		129	145	159	148	581	25	23,2
Total		1.229	1.271	1.245	1.319	5.064	229	22,1
Valor %		24,3	25,1	24,6	26,0			

Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude - CMM

A distribuição dos alunos por ano de escolaridade, conforme lista a tabela 8, revela-se no ano letivo de 2011/12 bastante homogéneo (1º ano – 24,3%, 2º ano – 25,1%, 3º ano – 24,6%, 4º ano – 26%).

Com um total de 229 turmas, observa-se que, na totalidade do Município, o número de alunos por turma é em média de 22.

Educação Gráfico 11 - Evolução do número de alunos do 1º ciclo do ensino básico privado entre os anos letivos 2004/2005 e 2011/2012



Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude - CMM

O número de alunos inscritos no 1º ciclo do ensino básico nos estabelecimentos de ensino privado tem aumentado progressivamente entre os anos letivos 2004/05 e 2011/12, verificando-se naquele período um acréscimo na ordem dos 73%.

Educação Tabela 9 - Distribuição dos alunos do 1º ciclo do ensino básico privado, por ano de escolaridade, entre os anos letivos 2004/2005 e 2011/2012

Ano Letivo	Ano escolaridade	Gueifães		Milheirós	Barca	Total
		Externato Imaculada Conceição	Colégio Central de Gueifães	Colégio Novo da Maia	Colégio S. Francisco de Assis	
2004/05	1º ano	55	0	25	0	80
	2º ano	58	0	25	0	83
	3º ano	57	0	24	0	81
	4º ano	54	0	0	0	54
SubTotal		224	0	74	0	298
2005/06	1º ano	52	0	45	0	97
	2º ano	56	0	25	0	81
	3º ano	60	0	25	0	85
	4º ano	58	0	24	0	82
SubTotal		226	0	119	0	345
2006/07	1º ano	51	0	50	0	101
	2º ano	51	0	50	0	101
	3º ano	54	0	25	0	79
	4º ano	60	0	25	0	85
SubTotal		216	0	150	0	366
2007/08	1º ano	48	0	50	0	98
	2º ano	51	0	50	0	101
	3º ano	52	0	51	0	103
	4º ano	54	0	25	0	79
SubTotal		205	0	176	0	381
2008/09	1º ano	51	0	52	0	103
	2º ano	53	0	50	0	103
	3º ano	51	0	51	0	102
	4º ano	50	0	49	0	99
SubTotal		205	0	202	0	407
2009/10	1º ano	51	26	51	9	137
	2º ano	52	0	51	5	108
	3º ano	52	0	50	0	102
	4º ano	52	0	52	0	104
SubTotal		207	26	204	14	451
2010/11	1º ano	49	23	50	14	136
	2º ano	52	24	49	8	133
	3º ano	50	0	50	5	105
	4º ano	49	0	50	0	99
SubTotal		200	47	199	27	473

Ano Letivo	Ano escolaridade	Gueifães		Milheirós	Barca	Total
2011/12	1º ano	46	23	73	12	154
	2º ano	48	23	48	12	131
	3º ano	52	18	54	8	132
	4º ano	47	0	49	5	101
	SubTotal	193	64	224	37	518
Total		1.676	137	1.348	78	3.239

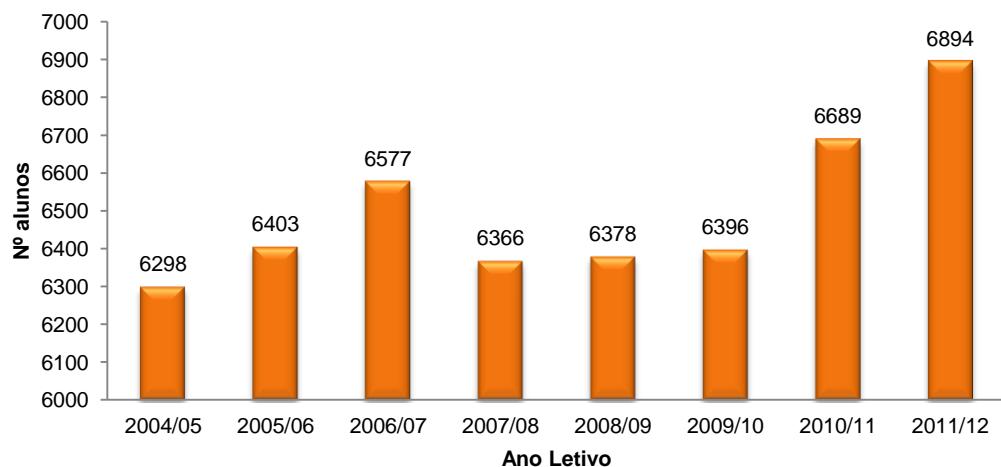
Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude - CMM

A Tabela 9 apresenta a distribuição do número de alunos, por ano de escolaridade, em todos os estabelecimentos de ensino privado do 1º ciclo do ensino básico. O número de alunos a frequentar estes estabelecimentos de ensino tem vindo, de uma forma geral, a aumentar em todos os anos de escolaridade ao longo do período considerado.

O ENSINO BÁSICO - 2º E 3º CICLO

A escolaridade obrigatória contempla a frequência do 2º e do 3º ciclo do ensino básico. O 2º ciclo possui dois anos de ensino e está organizado por disciplinas e áreas de estudo pluridisciplinares. O 3.º ciclo, com três níveis de ensino, encontra-se organizado por disciplinas, funcionando em regime de pluridocência, com professores especializados nas diferentes áreas disciplinares ou disciplinas.

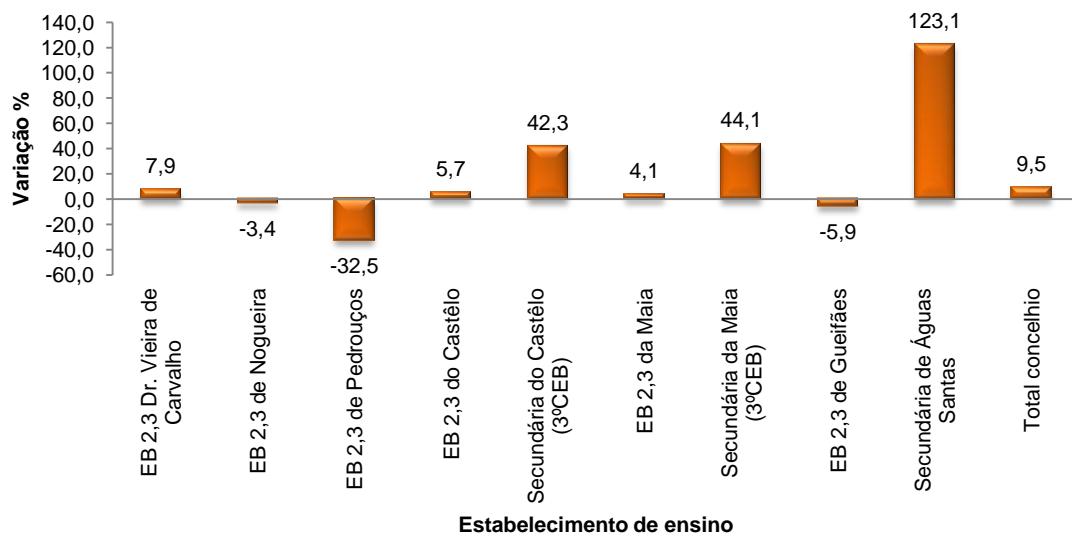
Educação Gráfico 12 - Evolução do número de alunos do 2º e 3º ciclo do ensino básico público, entre os anos letivos 2004/2005 e 2011/2012



Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude - CMM

Ao nível do 2º e 3º ciclo lecionados no ensino público (gráfico 12), verifica-se um aumento de alunos entre os anos letivos 2004/05 e 2011/2012. No entanto, entre os anos letivos 2007/08 e 2009/10, observa-se uma quebra do número de alunos relativamente ao ano letivo 2006/2007. A partir do ano letivo de 2010/11, regista-se novamente um crescimento significativo, verificando-se já no ano letivo 2010/2011 um número de alunos a frequentar os 2º e 3º ciclos superior ao verificado em anos letivos anteriores.

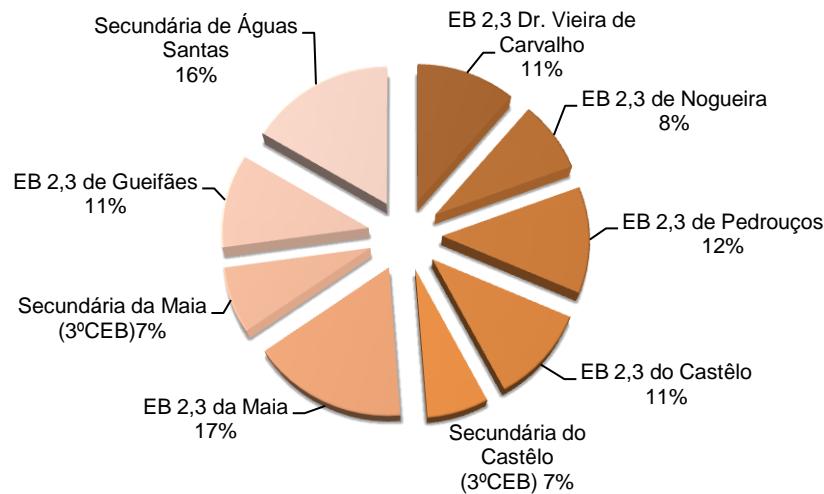
Educação Gráfico 13 - Variação do número de alunos do 2º e 3º ciclo do ensino básico público, entre os anos letivos 2004/2005 e 2011/2012



Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude - CMM

Observa-se, entre os anos letivos 2004/05 e 2011/12, uma variação positiva na maioria dos estabelecimentos de ensino do 2º e 3º CEB, com exceção das escolas EB2,3 de Nogueira (-3,4%), EB2,3 de Pedrouços (-32,5%) e EB2,3 de Gueifães (-5,9%) as quais registaram uma diminuição do número de alunos (Gráfico 13). Os valores registados na EB2,3 de Pedrouços podem ser justificados pelo número de alunos inscritos em outras ofertas formativas, nomeadamente nos cursos de Educação e Formação de Jovens, tendo-se registado nos dois últimos anos letivos, 2010/11 e 2011/12, uma média de 90 alunos inscritos nestes cursos).

Educação Gráfico 14 - Distribuição dos alunos matriculados no 2º e 3º ciclo do ensino básico público, no ano letivo 2011/12, por estabelecimento de ensino



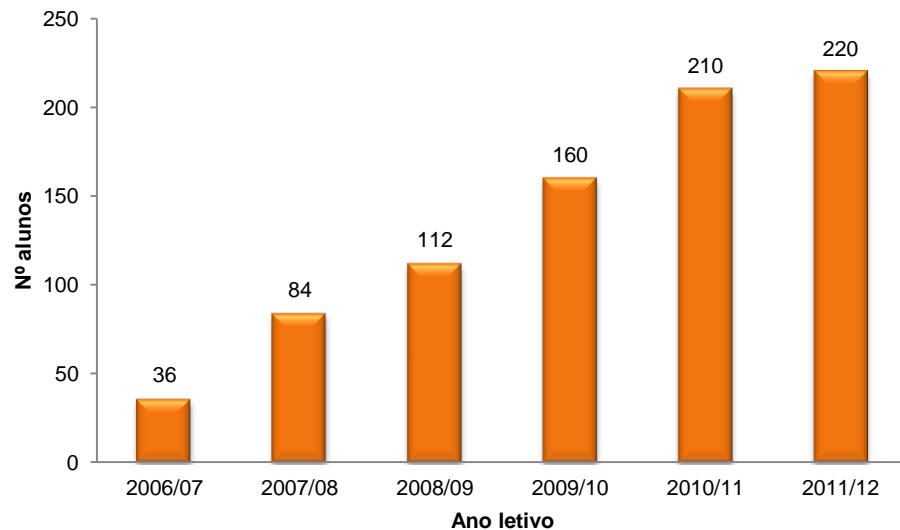
Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude - CMM

A distribuição do número de alunos pelas escolas do 2º e 3º ciclo existentes no Município, representada no gráfico 14, apresenta a EB2,3 da Maia como sendo a escola com valores mais representativos (17%). Com um valor de representatividade muito semelhante encontra-se a escola secundária de Águas-Santas (16%), e por fim a EB2,3 de Pedrouços (12%). Estes estabelecimentos de ensino encontram-se localizados nos três principais núcleos urbanos do Município, o que traduz uma maior atratividade aliada à maior densidade populacional.

Os valores de representatividade da EB2,3 de Gueifães (11%), da EB2,3 do Castêlo (11%) e da EB2,3 Dr. Vieira de Carvalho (11%) são iguais.

As escolas secundárias da Maia e do Castêlo, consideradas igualmente nesta análise, apresentam alunos inscritos apenas ao nível do 3º ciclo.

Educação Gráfico 15 - Número de alunos do 2º e 3º ciclo do ensino básico privado entre os anos letivos 2004/2005 e 2011/2012



Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude - CMM

O número de alunos do 2º e 3º ciclo do ensino básico privado tem vindo a aumentar em todos os anos letivos no período considerado. É de referir que a partir do ano letivo 2006/07 teve inicio o 2º ciclo no Colégio Novo da Maia, e que desde o ano letivo 2008/09 são lecionados os 2º e 3º ciclo neste estabelecimento de ensino.

No ano letivo 2011/12 estavam inscritos no Colégio Novo da Maia 220 alunos, dos quais 101 alunos estavam inscritos no 2ºCEB e 119 alunos no 3º CEB.

O ENSINO SECUNDÁRIO

O ensino secundário, com a duração de três anos, organiza-se segundo formas diferenciadas, contemplando a existência de cursos predominantemente orientados para a vida ativa ou para o prosseguimento de estudos, contendo todas elas componentes de formação de caráter técnico, tecnológico e profissionalizante e de língua e cultura portuguesas adequadas à natureza dos diversos cursos. Cada professor deste nível de ensino é responsável, em princípio, por uma só disciplina.

Para acederem a qualquer curso do ensino secundário, os alunos devem ter concluído, com aproveitamento, o ensino básico (Lei nº 49/2005 de 30 de agosto).

O Decreto-Lei n.º 85/89 declara, no seu artigo 2º, ponto 1, que “se consideram em idade escolar as crianças e jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos”. No artigo 8º, ponto 2, acrescenta-se que os alunos “abrangidos pela escolaridade obrigatória que se matriculem no ano letivo de 2009-2010 em qualquer dos anos de escolaridade dos 1.º ou 2.º ciclo ou no 7.º ano de escolaridade estão sujeitos ao limite da escolaridade obrigatória previsto na presente lei”.

Assim, até ao ano letivo 2008/09, para completarem a escolaridade obrigatória os alunos teriam que obedecer a duas condições, nomeadamente terem frequentado nove anos de escolaridade ou terem mais de 15 anos de idade. Com a entrada em vigor da nova lei, os alunos que se matriculararam, no ano letivo 2009/10, no 1º CEB, 2º CEB ou 7º ano de escolaridade cessam a escolaridade obrigatória quando obtêm o diploma conferente do nível secundário ou no ano escolar em que o aluno complete os 18 anos.

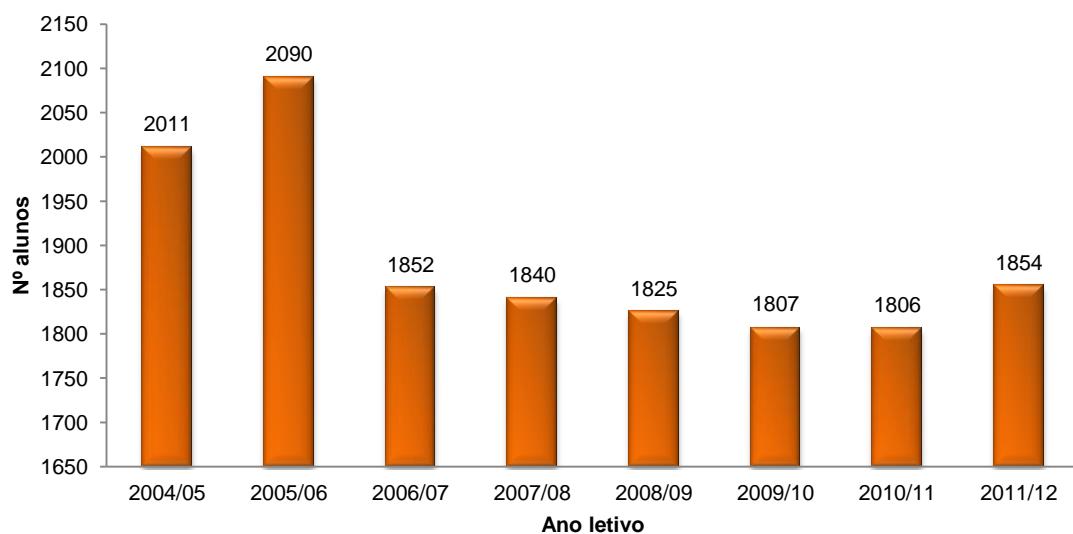
O currículo dos cursos de nível secundário comprehende quatro tipos de cursos:

- 1)** Cursos científico-humanísticos, vocacionados essencialmente para o prosseguimento de estudos de nível superior;
- 2)** Cursos tecnológicos, dirigidos a alunos que desejam entrar no mercado de trabalho, permitindo, igualmente, o prosseguimento de estudos em cursos tecnológicos especializados ou no ensino superior;
- 3)** Cursos artísticos especializados, visando assegurarem formação artística especializada nas áreas de artes visuais, audiovisuais, dança e música;
- 4)** Cursos profissionais organizados por módulos em diferentes áreas de formação.

No Município da Maia, o ensino secundário é ministrado em quatro escolas públicas, designadamente, escola secundária da Maia, escola secundária de Águas Santas, escola secundária do Castêlo da Maia e EB2,3 de Nogueira.

A EB2,3 de Nogueira teve pela primeira vez no ano letivo 2011/12 o leccionamento do 10º ano, tendo-se registado a presença de 20 alunos.

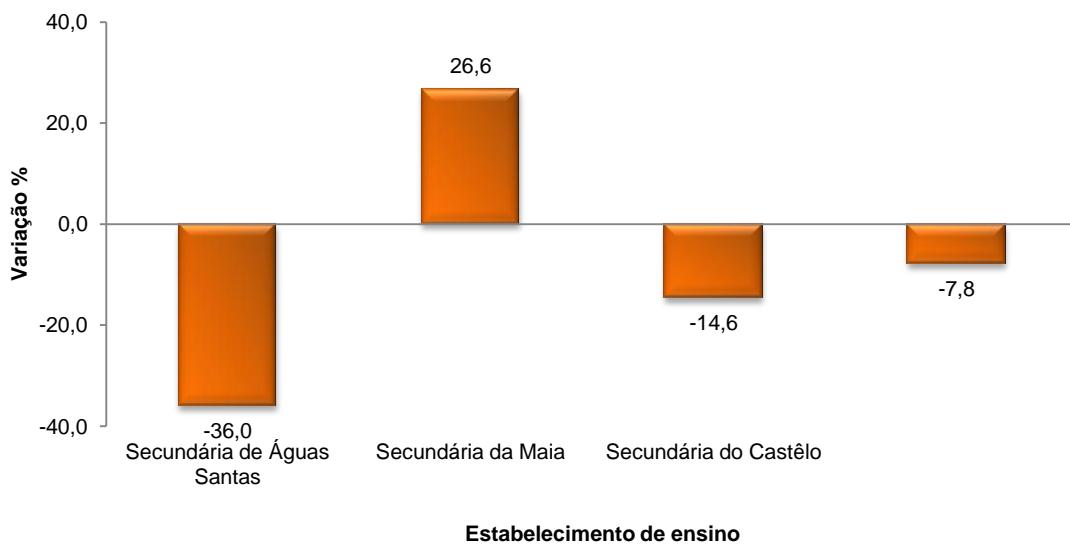
Educação Gráfico 16 - Evolução do número de alunos do ensino secundário público entre os anos letivos 2004/2005 e 2011/2012



Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude - CMM

No período compreendido entre os anos letivos 2004/05 e 2011/2012 assistiu-se a um decréscimo de 7,8% do número de alunos a frequentar o ensino secundário público, justificado, em certa medida, pela oferta de alternativas para este nível de ensino, como o ensino profissional e tecnológico.

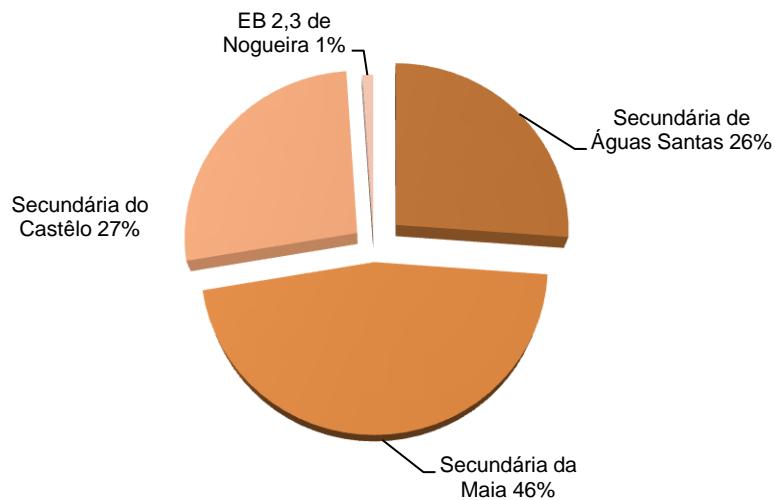
Educação Gráfico 17 - Variação do número de alunos do ensino secundário público entre os anos letivos 2004/2005 e 2011/2012, por estabelecimento de ensino



Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude - CMM

No período compreendido entre os anos letivos 2004/05 e 2011/2012 (Gráfico 17), no que respeita à variação do número de alunos do ensino secundário por estabelecimento de ensino, regista-se uma diminuição do número de alunos nas escolas secundárias de Águas Santas (-36%) do Castêlo (-14,6%), apresentando a escola secundária da Maia um aumento de 26,6%. A EB2,3 de Nogueira não consta desta análise uma vez que apenas regista inscrições de alunos no último ano letivo.

Educação Gráfico 18 - Distribuição dos alunos matriculados no ensino secundário público, no ano letivo 2011/12, por estabelecimento de ensino



Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude - CMM

No que diz respeito à distribuição dos alunos matriculados por escolas do ensino secundário público, verifica-se que a maioria se encontra inscrita na escola secundária da Maia (46%). A escola secundária do Castêlo com 27% de alunos inscritos é a segunda escola mais frequentada neste nível de ensino, sendo que a escola secundária de Águas Santas apresenta um valor muito similar com 26% de alunos.

A escola secundária da Maia apresenta os valores mais elevados justificados não só pela sua capacidade instalada, mas também pela área de influência, abrangendo freguesias que apresentam índices elevados de densidade populacional, como Maia, Vermoim e Gueifães.

ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

A Lei nº 49/2005 de 30 de agosto atribui à educação especial "a recuperação e a integração socioeducativas dos indivíduos com necessidades educativas específicas devidas a deficiências físicas e mentais".

Segundo o estabelecido no Decreto-Lei nº 3/2008 de 7 de janeiro, tornou-se importante planear um sistema de educação "flexível, pautado por uma política global integrada, que permita responder à diversidade de características e necessidades de todos os alunos que implicam a inclusão das crianças e jovens com necessidades educativas especiais no quadro de uma política de qualidade orientada para o sucesso educativo de todos os alunos. A escola inclusiva pressupõe individualização e personalização das estratégias educativas, enquanto método de prossecução do objetivo de promover competências universais que permitam a autonomia e o acesso à condução plena da cidadania por parte de todos".

Desta forma, a educação especial deve organizar-se segundo modelos diversificados de integração em estabelecimentos regulares de ensino, contando com o apoio de educadores especializados. A escolaridade básica para este tipo de crianças deve ter currículos e programas devidamente adaptados às características de cada tipo e grau de deficiência, bem como métodos de avaliação ajustados às dificuldades específicas.

Atente-se que todos os alunos têm necessidades educativas, contudo, existem casos em que as necessidades se revestem de contornos específicos, exigindo a ativação de apoios especializados que visam responder às necessidades educativas especiais (NEE) dos alunos com limitações significativas ao nível da atividade e da participação, num ou vários domínios de vida, decorrentes de alterações funcionais e estruturais, de caráter permanente, resultando em dificuldades continuadas ao nível da comunicação, da aprendizagem, da mobilidade, da autonomia, do relacionamento interpessoal e da participação social e dando lugar à mobilização de serviços especializados para promover o potencial de funcionamento biopsicossocial. Os apoios especializados podem, ainda, implicar a adaptação de estratégias, recursos, conteúdos, processos, procedimentos e instrumentos, bem como a utilização de tecnologias de apoio.

A este nível, procurou-se descrever o número de alunos com Necessidades Educativas Especiais, por ciclo e por estabelecimento de ensino, para os anos letivos 2004/05 e 2011/12.

Educação Tabela 10 - Número de alunos com necessidades educativas especiais do 1º ciclo do ensino básico nos anos letivos 2004/05 e 2011/12

Freguesia	Estabelecimento de ensino	2004/05	2011/12
Águas Santas	Cristal	6	6
	Moutidos	26	7
	Paço	23	2
	Corim	12	5
	Gandra	0	9
	Granja	15	2
	Pícua	0	7
	Ardegaes	3	0
Barca	Gestalinho	12	2
	Mandim	1	2
	Santa Cruz	12	1
Folgosa	Folgosa	0	1
	Santa Cristina	1	0
	Vilar de Luz	0	0
Gemunde	Bajouca	9	5
	Seara	3	5
	Campa do Preto	2	0
Gondim	Porto Bom	7	3
Gueifães	Azenha Nova	5	4
	Gueifães	8	0
	Centro Escolar Gueifães	0	4
Maia	Maia	19	17
	Centro Escolar Maia	0	10
Milheirós	Monte das Cruzes	3	1
	Agra	0	0
Moreira	Crestins	3	3
	Guarda	7	4
	Padrão	16	0
	Pedras Rubras	19	3
Nogueira	Monte Calvário	3	4
	Barroso	0	0

Freguesia	Estabelecimento de ensino	2004/05	2011/12
Pedrouços	Enxurreiras	5	1
	Parada	9	0
	Pedrouços	8	3
	Giesta	15	0
S.Mª Avioso	Castêlo da Maia	0	3
	Ferreiró	8	0
S. P. Avioso	Ferronho	5	4
S.P. Fins	Arcos	5	2
Silva Escura	Frejufe	1	1
	Sá	1	0
V.N. Telha	Lidor	37	13
	Prozela	3	3
Vermoim	Cidade-Jardim	8	4
	D. Manuel II	47	17
	Currais	1	5
	Cavadas	1	0
Total		369	163

Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude – CMM

Entre o ano letivo de 2004/05 e 2011/2012, nas escolas respeitantes ao 1º ciclo do ensino básico, registou-se uma diminuição significativa de alunos com necessidades educativas especiais a frequentar este nível de ensino em cerca de 55,8%.

Educação Tabela 11 - Alunos com necessidades educativas especiais do 1º ciclo do ensino básico inseridos numa sala de Unidade de Ensino Estruturado no ano letivo

2011/12

Freguesia	Estabelecimento de ensino	Nº alunos
Águas Santas	Gandra	5
Maia	Maia	5
	Centro Escolar Maia	5
V. N. Telha	Lidor	9
Vermoim	D. Manuel II	5
Total		29

Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude – CMM

Da tabela anterior constam as salas de ensino estruturado da CE da Gandra, EB1/JI Maia, CE da Maia, EB1/JI Lidor e EB1/JI D. Manuel II, que reúnem um total de 29 alunos com necessidades educativas especiais. Estes espaços encontram-se divididos em áreas de trabalho e atividades lúdicas especializadas e possuem, igualmente, mobiliário adaptado ao desenvolvimento destes alunos.

Educação Tabela 12 - Alunos com necessidades educativas especiais do 2º e 3º ciclo do ensino básico e ensino secundário nos anos letivos 2004/05 e 2011/12

Freguesia	Estabelecimento de ensino	2004/05	2011/12
Moreira	EB 2,3 Dr. Vieira de Carvalho	26	25
Nogueira	EB 2,3 de Nogueira	32	31
Pedrouços	EB 2,3 de Pedrouços	87	54
S.M. Avioso	EB 2,3 do Castêlo	30	49
	Secundária do Castêlo	10	19
Vermoim	EB 2,3 da Maia	62	72
	Secundária da Maia	6	8
Gueifães	EB 2,3 de Gueifães	0	0
Águas Santas	Secundária de Águas Santas	11	48
Total		264	306

Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude - CMM

Entre o ano letivo de 2004/05 e 2011/2012, nas escolas respeitantes ao ensino secundário, registou-se um aumento de alunos com necessidades educativas especiais a frequentar este nível de ensino, cerca de 14%.

ENSINO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO

Cursos profissionais, tecnológicos e de aprendizagem

O Artigo 22º da Lei nº 49/2005 de 30 de agosto estabelece que a formação profissional, para além de complementar a preparação para a vida ativa iniciada no ensino básico, visa uma integração dinâmica no mundo do trabalho pela aquisição de conhecimentos e de competências profissionais, por forma a responder às necessidades nacionais de desenvolvimento e à evolução tecnológica.

Têm acesso à formação profissional:

1. Os que tenham concluído a escolaridade obrigatória;
2. Os que não concluíram a escolaridade obrigatória até à idade limite desta;
3. Os trabalhadores que pretendam o aperfeiçoamento ou a reconversão profissionais.

A formação profissional estrutura-se segundo um modelo institucional e pedagógico flexível que permita integrar os alunos com níveis de formação e características diferenciadas. A organização dos cursos de formação profissional deve adequar-se às necessidades conjunturais nacionais e regionais de emprego, podendo integrar módulos de duração variável e combináveis entre si, com vista à obtenção de níveis profissionais sucessivamente mais elevados.

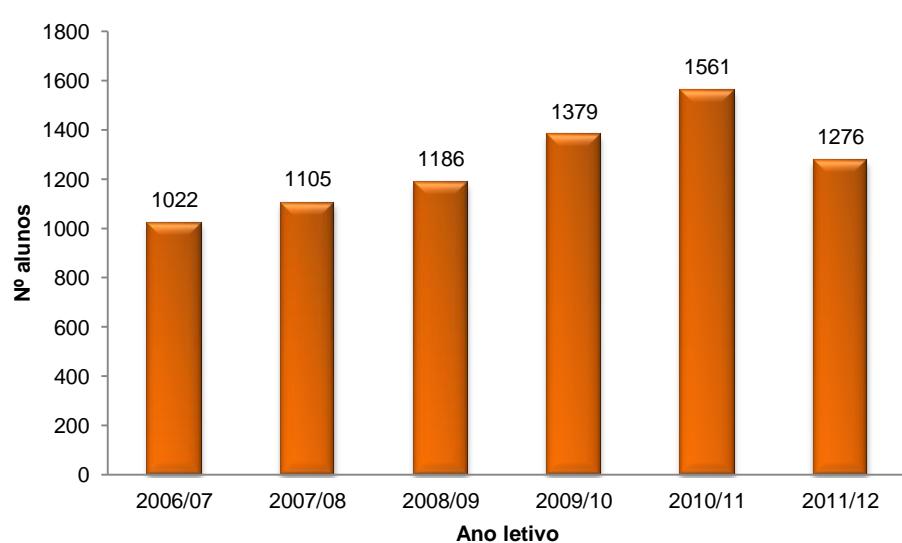
O funcionamento dos cursos e módulos pode ser realizado segundo formas institucionais diversificadas, recorrendo à utilização de escolas de ensino básico e secundário, protocolos com empresas e autarquias, apoios a instituições e iniciativas estatais e não estatais, dinamização de ações comunitárias e de serviços à comunidade e criação de instituições específicas.

Os cursos profissionais (CP) são uma modalidade de educação inserida no Ensino Secundário, que se caracteriza por uma forte ligação com o mundo profissional, uma vez que a aprendizagem valoriza o desenvolvimento de competências para o exercício de uma profissão em articulação com o setor empresarial local. Confere um diploma do ensino secundário e um certificado de qualificação profissional de nível 3. Estes cursos encontram-se previstos no Decreto-Lei nº 74/2004 de 26 de março alterado pelo Decreto-Lei nº 24/2006 de 6 de fevereiro, regulamentado pela Portaria nº 550-C/2004 de 21 de maio alterada pela Portaria nº 797/2006 de 10 de agosto.

Os cursos tecnológicos (CT) são cursos profissionalmente qualificantes e estão orientados numa dupla perspetiva: a inserção no mercado de trabalho e o prosseguimento de estudos. Conferem um diploma de conclusão do ensino secundário e um certificado de qualificação profissional de nível 3. A legislação que rege estes cursos encontra-se presente no Decreto-Lei nº 74/2004 de 26 de março regulamentado pela Portaria nº 550-A/2004 de 21 de maio alterada pela Portaria nº 260/2006 de 14 de março.

Os cursos de aprendizagem (CA) preparam para o exercício de profissões qualificadas, facilitando a entrada no mercado de trabalho, permitindo, também, o prosseguimento de estudos. Destinam-se a alunos com idade inferior a 25 anos e detentores do 3.º ciclo do ensino básico (ou equivalente) ou habilitação superior ao 3.º ciclo do ensino básico (ou equivalente), sem conclusão do ensino secundário ou equivalente. Conferem um Diploma de conclusão do ensino secundário e um certificado de qualificação profissional de nível 3. Estes cursos encontram-se regulados pela Portaria nº 1497/2008 de 19 de dezembro que regulamenta o Decreto-Lei nº 396/2007 de 31 de dezembro.

Educação Gráfico 19 - Evolução do número de alunos matriculados nos cursos profissionais, tecnológicos e de aprendizagem entre os anos letivos 2006/2007 e 2011/2012



Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude - CMM

Entre os anos letivos de 2006/07 e 2011/2012, o número de alunos matriculados nos cursos profissionais, tecnológicos e de aprendizagem, aumentou cerca de 24,9%.

Verifica-se, contudo, uma diminuição do número de alunos a frequentar este ensino no ano letivos 2011/2012 relativamente ao ano letivo anterior em 284 alunos. Esta diminuição encontra-se intimamente relacionada com a redução dos montantes de financiamento disponibilizado para os cursos que integram a oferta formativa das escolas em análise, o qual tem sido limitado pela atual conjuntura económica e condiciona a permanência dos alunos nos mesmos.

Educação Tabela 13 - Número de alunos matriculados nos cursos profissionais, tecnológicos e de aprendizagem entre os anos letivos 2006/2007 e 2011/2012, por escola

Escola	Ano letivo																							
	2006/07				2007/08				2008/09				2009/10				2010/11							
	CP	CT	CA	Total																				
Sec. de Águas Santas	58	143	0	201	111	76	0	187	161	0	0	161	191	0	0	191	208	0	0	208	199	0	0	199
Sec. da Maia	15	143	0	158	71	75	0	146	106	27	0	133	167	2	0	169	137	1	0	138	192	0	0	192
Sec. do Castêlo da Maia*	17	64	0	81	62	46	0	108	101	51	0	152	102	24	0	126	103	36	0	139	165	19	0	184
INED	0	205	0	205	0	214	0	214	0	213	0	213	0	207	0	207	0	196	0	196	0	232	0	232
Profissional Novos Horizontes	117	0	0	117	115	0	0	115	128	0	0	128	149	0	0	149	147	0	0	147	120	0	0	120
CICCOPN	0	0	260	260	0	0	335	335	0	0	399	399	0	0	493	493	0	0	598	598	0	0	241	241
CEPRA	0	0	0	0	0	0	0	26	0	0	0	26												
Organik	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	44	44	0	0	69	69	0	0	54	54
INFORPREPARAÇÃO	0	0	0	0	0	0	40	40	0	0	28	28												
OUTWIT	0	0	0	0	12	14	0	26																
Total	207	555	260	1022	359	411	335	1105	496	291	399	1186	609	233	537	1379	595	233	733	1561	688	265	323	1276

Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude – CMM

A Tabela 13 ilustra a distribuição do número de alunos por tipo de curso do ensino profissional e respetivas escolas entre os anos letivos 2006/07 e 2011/12.

Nestes anos, tem-se registado, um aumento da oferta de cursos profissionais nas escolas secundárias do Município. Na escola secundária do Castêlo da Maia o aumento da oferta foi de 127%, na escola secundária da Maia foi de 21,5%.

Para além das escolas profissionais, tem-se registado nos últimos anos letivos, uma oferta de cursos profissionais nas três escolas secundárias do Município com um número representativo de alunos (199 alunos na escola Secundária de Águas Santas, 192 alunos na Secundária da Maia e 184 alunos na Secundária do Castêlo da Maia). Na escola Secundária do Castêlo, verifica-se, ainda, a presença de alunos nos cursos tecnológicos na área de Desporto.

As entidades Instituto de Educação e Desenvolvimento (INED), Escola Profissional Novos Horizontes e CICCOPN apresentavam no ano letivo de 2011/12 o número mais expressivo de alunos inscritos nestes cursos, sendo de 232, 120, 241 alunos respetivamente. As escolas Organik, INFORPREPARAÇÃO e OUTWIT, apresentam em conjunto inscrições com um valor de 108 alunos.

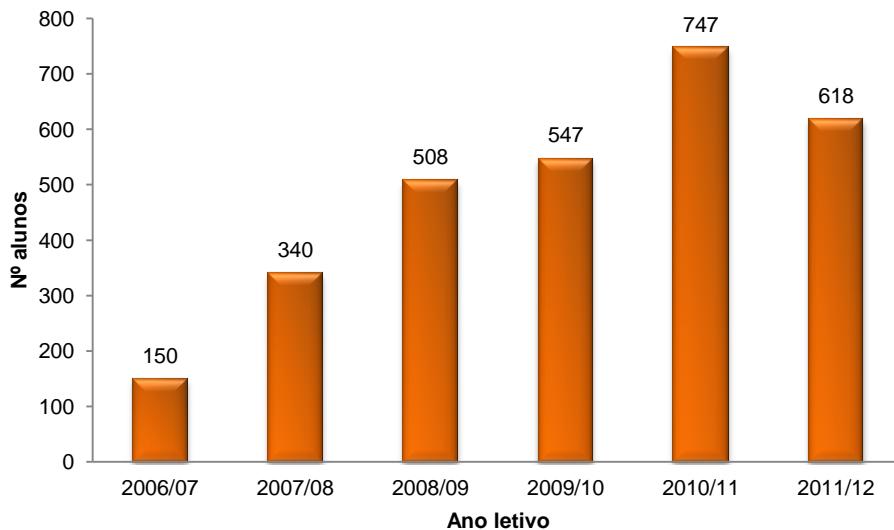
CURSOS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

Os cursos de educação e formação de jovens (CEF), incluídos neste tipo de ensino, destinam-se a uma população com idades compreendidas entre os 15 e os 25 anos, inclusive, em risco de abandono escolar, ou que já abandonaram a via regular de ensino e detentores de habilitações escolares que variam entre o 4.º ano de escolaridade e o ensino secundário. Estes cursos são uma oportunidade para se concluir a escolaridade obrigatória, através de um percurso flexível e ajustado aos interesses dos alunos, ou para prosseguir os estudos ou formação profissional que permita uma entrada qualificada no mercado de trabalho. São percursos formativos organizados numa sequência de etapas de formação, desde o tipo 1 ao tipo 7, consoante as habilitações de acesso e duração das formações:

- 1. CEF - Tipo 1:** Com nível de escolaridade inferior ao 6º ano; Certificação escolar: 2º ciclo do ensino básico; Certificação Profissional: Nível 1;
- 2. CEF - Tipo 2:** Com nível de escolaridade de 6º e 7º ano; Certificação escolar: 3º ciclo do ensino básico; Certificação Profissional: Nível 2;
- 3. CEF - Tipo 3:** Com nível de escolaridade de 8º ano; Certificação escolar: 3º ciclo do ensino básico; Certificação Profissional: Nível 2;
- 4. CEF - Tipo 5:** Com nível de escolaridade de 10º ano; Certificação escolar: ensino secundário; Certificação Profissional: Nível 4;
- 5. CEF - Tipo 6:** Com nível de escolaridade de 11º ano; Certificação escolar: ensino secundário; Certificação Profissional: Nível 4;
- 6. CEF - Tipo 7:** Com nível de escolaridade de 12º ano; Certificação Profissional: Nível 4.

Estes cursos encontram-se regulamentados no Despacho-Conjunto nº 453/2004 de 27 de julho enquadrado juridicamente no Decreto-Lei nº 6/2001 de 18 de janeiro. A retificação do Despacho Conjunto nº 453/2004 de 27 de julho foi realizada pelo Despacho Conjunto 287/2005 de 4 de abril.

Educação Gráfico 20 - Evolução do número de alunos matriculados nos cursos de educação e formação de jovens entre os anos letivos 2006/2007 e 2011/2012



Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude – CMM

O número de alunos matriculados nos cursos de educação e formação de jovens sofreu um aumento desde o ano letivo de 2006/07, traduzindo-se num crescimento de cerca de 312%, pese embora entre os anos letivos 2010/2011 e 2011/2012 se tenha verificado um decréscimo de alunos matriculados de aproximadamente 17,3%.

Educação Tabela 14 - Evolução do número de alunos matriculados nos cursos de educação e formação de jovens entre os anos letivos 2006/2007 e 2011/2012

Escola	Ano letivo																				
	2006/07			2007/08			2008/09			2009/10			2010/11			2011/12					
	Tipos 2	Tipos 3	Total	Tipos 2	Tipos 3	Total	Tipos 2	Tipos 3	Total	Tipos 2	Tipos 3	Total	Tipos 1	Tipos 2	Tipos 3	Total	Tipos 1	Tipos 2	Tipos 3		
EB 2,3 de Nogueira	0	0	0	30	0	30	61	0	61	72	0	72	0	70	0	70	0	74	0	0	74
EB 2,3 da Maia	0	17	17	14	14	28	24	15	39	0	14	14	0	15	0	15	12	33	0	0	45
EB 2,3 de Pedrouços	50	0	50	69	15	84	91	12	103	60	36	96	16	78	0	94	15	79	0	0	94
EB 2,3 Dr. Vieira de Carvalho	0	0	0	17	0	17	31	0	31	15	0	15	0	23	0	23	0	34	0	0	34
EB 2,3 do Castêlo da Maia	0	0	0	15	0	15	14	0	14	21	0	21	0	17	0	17	0	20	0	0	20
Sec. de Águas Santas	0	0	0	19	0	19	18	14	32	11	14	25	0	0	15	15	0	14	18	0	32
Sec. da Maia	0	18	18	14	9	23	14	29	43	0	15	15	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sec. do Castêlo da Maia	0	0	0	0	0	0	16	0	16	16	0	16	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Porlande	0	0	0	0	0	0	0	0	0	13	0	13	0	28	0	28	0	14	0	0	14
INED	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	26	26	0	0	32	32	0	0	50	0	50
Prof. Novos Horizontes	0	0	0	0	17	17	0	26	26	0	20	20	0	16	16	32	0	43	15	0	58
Ciccopn	65	0	65	107	0	107	65	0	65	65	0	65	0	67	0	67	0	27	0	75	102
Organik	0	0	0	0	0	0	78	0	78	149	0	149	0	214	0	214	0	0	0	0	0
Inforpreparação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	32	0	32	0	0	23	0	23
Outwit	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	108	0	108	0	0	72	0	72
Total	115	35	150	285	55	340	412	96	508	422	125	547	16	668	63	747	27	338	178	75	618

Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude – CMM

A Tabela 14 ilustra o número de alunos que frequentam os cursos CEF, por tipo de curso, entre 2006 e 2011.

No ano letivo 2011/12, verifica-se que há 3 escolas que não têm alunos matriculados nos cursos de educação e formação de jovens, nomeadamente, a escola secundária da Maia, a escola secundária do Castêlo e a escola Organik. De realçar que a escola EB 2,3 de Pedrouços e a escola profissional CICCOPN registam a maior afluência de alunos no ano letivo em questão, sendo respetivamente de 94 e 102 alunos.

ENSINO RECORRENTE

Segundo o Decreto-Lei nº 74/2004 de 26 de março, "o ensino secundário recorrente visa proporcionar uma segunda oportunidade de formação que permita conciliar a frequência de estudos com uma atividade profissional, e compreende":

- 1.** Cursos científico-humanísticos;
- 2.** Cursos tecnológicos;
- 3.** Cursos artísticos especializados.

O Decreto-Lei n.º 74/2004, de 26 de março, retificado pela Declaração de Retificação n.º 44/2004, de 25 de maio, estabelece os princípios orientadores da organização e gestão do currículo e da avaliação das aprendizagens do nível secundário de educação. Por sua vez, o Decreto-Lei n.º 24/2006, de 6 de fevereiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 23/2006, de 7 de abril, veio introduzir alterações ao Decreto-Lei n.º 74/2004, de 26 de março, promovendo reajustamentos no regime de avaliação e certificação dos cursos do nível secundário de educação e consagrando a possibilidade de livre escolha de uma língua estrangeira nos cursos do nível secundário de educação. Este Decreto-Lei foi posteriormente alterado pelo Decreto-Lei n.º 272/2007 de 26 de julho, apresentando alterações presentes no novo Decreto-Lei n.º 4/2008 de 7 de janeiro.

A Portaria n.º 380/2010, de 24 de junho, garante aos alunos dos cursos científico-humanísticos do ensino recorrente a possibilidade de realizarem provas de avaliação de equivalência à frequência de várias disciplinas nos termos do disposto na Portaria n.º 56/2010, de 21 de janeiro.

O ensino recorrente assegura uma nova oportunidade de acesso à escolaridade aos que dela não usufruíram na idade própria (ensino básico até aos 15 anos e secundário até aos 18 anos), aos que abandonaram precocemente o sistema educativo e aos que o procuram por razões de promoção cultural ou profissional.

A nível do ensino básico, os cursos do ensino recorrente abrangem três ciclos de ensino, 1º ciclo, 2º ciclo e 3º ciclo, visando a eliminação do analfabetismo, o prosseguimento de estudos e o desenvolvimento de algumas competências profissionais, conferindo diplomas escolares equivalentes aos do mesmo grau do ensino regular. A rede de oferta do ensino básico recorrente tem vindo progressivamente a ser substituída por outras ofertas de educação e formação.

No ensino secundário, este tipo de ensino corresponde a uma vertente da educação de adultos, em contexto escolar, de acordo com um plano de estudos organizado por disciplinas, em regime modular e com um referencial de três anos.

A conclusão de um curso de ensino recorrente de nível secundário de educação é certificada através da emissão de um diploma de conclusão do nível secundário de educação e de um certificado de qualificação profissional de nível 3, no caso de curso tecnológico e de curso artístico especializado.

Os cursos de educação e formação de adultos (EFA), que se inserem neste tipo de ensino, destinam-se a indivíduos maiores de 18 anos, com uma habilitação escolar inferior ao 4.º, 6.º ou 9.º ano de escolaridade e conciliam uma formação de base (escolar) com uma componente tecnológica (profissional) que integra um estágio, o que confere uma dupla certificação (escolar e profissional). A título excepcional, pode ser aprovada a frequência de formandos com idade inferior a 18 anos, desde que estejam inseridos no mercado de trabalho.

Os cursos EFA de dupla certificação de nível básico de educação integram uma formação de base constituída pelos níveis de desenvolvimento B1 (equivalente ao 1.º ciclo), B2 (equivalente ao 2.º ciclo) e B3 (equivalente ao 3.º ciclo), e uma formação tecnológica, que confere uma certificação de Nível 2 de formação profissional.

Nalgumas situações, o percurso frequentado pode conduzir a uma certificação apenas escolar ao nível dos 1º, 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico (EFA Escolar B1, B2 ou B3).

Os cursos EFA de dupla certificação do nível secundário (NS) compreendem uma formação de base e uma formação tecnológica, conferindo um certificado do ensino secundário e de Nível 3 de formação profissional. Nos cursos EFA de habilitação escolar de nível secundário pode obter-se um diploma do ensino secundário.

Estes cursos são regulamentados pela Portaria 230/2008 de 7 de março que define o regime jurídico dos Cursos de Educação e Formação de Adultos e das Formações Modulares previstos no Decreto-Lei 396/2007, de 31 de dezembro, que revoga a Portaria 817/2007 de 27 de julho.

Atendendo à Portaria 230/2008 de 7 de março, os Cursos EFA e as Formações Modulares obedecem aos referenciais de competências e de formação associados às respetivas qualificações constantes do Catálogo Nacional das Áreas de Educação e Formação. Desenvolvem-se segundo percursos de dupla certificação, nos termos da alínea c) do artigo 3.º do Decreto-Lei 396/2007, de 31 de dezembro, e, sempre que tal se revele adequado ao perfil e história de vida dos adultos, apenas a certificação escolar.

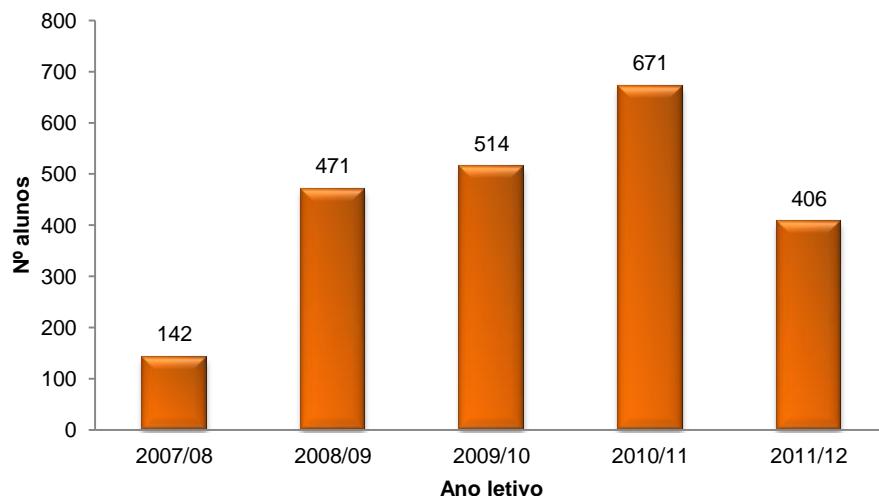
Educação Tabela 15 - Número de alunos do ensino recorrente na escola secundária da Maia entre os anos letivos 2004/05 e 2011/12

Escola	Ano Letivo																				
	2004/05			2005/06			2006/07			2007/08			2008/09			2009/10			2010/11		
	Básico	Secundário	Total	Básico	Secundário	Total	Básico	Secundário	Total	Básico	Secundário	Total	Básico	Secundário	Total	Básico	Secundário	Total	Básico	Secundário	Total
Sec. da Maia	124	495	619	127	539	666	121	474	595	38	215	253	0	149	149	0	81	81	0	21	21
Total	124	495	619	127	539	666	121	##	595	38	215	253	0	149	149	0	81	81	0	21	21

Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude – CMM

No período em estudo, o ensino recorrente no secundário foi ministrado apenas na escola secundária da Maia. No ano letivo 2004/05, o ensino recorrente nesta escola dividia-se pelos ciclos básico e secundário com um total de 619 alunos, passando a representar no ano letivo 2010/11 apenas 21 alunos afetos ao secundário.

Educação Gráfico 21 - Evolução do número de alunos matriculados nos Cursos de Educação e Formação de Adultos entre os anos letivos 2007/2008 e 2011/2012



Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude – CMM

O número de alunos matriculados nos Cursos de Educação e Formação de Adultos entre os anos letivos 2007/08 e 2011/12 registou um crescimento de 186%, correspondente a mais 264 alunos. À semelhança do ensino profissional, assiste-se, nos dois últimos anos letivos, 2010/2011 e 2011/2012, a uma redução de 37%, correspondente a menos 241 alunos, conforme demonstra o Gráfico 21.

Educação Tabela 16 - Número de alunos matriculados nos Cursos de Educação e Formação de Adultos entre os anos letivos 2007/2008 e 2011/2012, por escola

Escola	Ano Letivo																			
	2007/08				2008/09				2009/10				2010/11				2011/12			
	B2	B3	NS	Total	B2	B3	NS	Total	B2	B3	NS	Total	B2	B3	NS	Total	B2	B3	NS	Total
EB 2,3 da Maia	0	36	0	36	0	40	0	40	0	8	0	8	0	0	0	0	0	0	0	0
EB 2,3 de Pedrouços	0	0	0	0	0	34	0	34	0	0	21	21	0	0	34	34	0	0	0	0
Sec. de Águas Santas	0	0	0	0	0	0	36	36	0	0	105	105	0	0	111	111	0	0	103	103
Sec. da Maia	0	25	81	106	0	31	143	174	0	13	167	180	0	5	119	124	0	0	55	55
Sec. Castêlo da Maia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	24	24	0	0	18	18
Porlande	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	15	0	0	15	15	0	0	15
World Project Management	0	0	0	0	0	25	22	47	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	50	50
Cepra	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	105	105	10	0	15	25
Profissional Novos Horizontes	0	0	0	0	0	15	0	15	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ciccopn	0	0	0	0	0	114	0	114	0	189	0	189	0	230	0	230	0	21	105	126
Outwit	0	0	0	0	0	0	11	11	0	0	11	11	0	0	28	28	0	0	14	14
Total	0	61	81	142	0	259	212	471	0	210	304	514	15	235	421	671	25	21	360	406

Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude - CMM

A análise por escola do número de alunos matriculados nos cursos de educação e formação de adultos pode ser realizada a partir do ano 2007/08, uma vez que não foram disponibilizados dados relativos aos anos anteriores.

Entre o ano letivo de 2007/08 e o ano letivo de 2010/11 verificou-se um aumento do número de alunos matriculados nas escolas Secundária de Águas Santas, Porland, CEPRA e CICCOPN. Desde então, o número de certificações tem diminuído à exceção da escola secundária do Castêlo e da escola World Project Management.

PROCESSO DE RECONHECIMENTO, VALIDAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Enquadrado na Iniciativa Novas Oportunidades, o Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências permite a cada adulto, maior de 18 anos, aceder ao reconhecimento, validação e certificação das competências (escolares, profissionais e outras) que adquiriu em diferentes situações de aprendizagem (vida pessoal, social e profissional), para efeitos de atribuição de uma qualificação formal, escolar ou profissional.

A certificação conferida por este Sistema pode ser escolar, de nível básico, mediante atribuição de certificado do 1º, 2º ou 3º ciclo do ensino básico e diploma do ensino básico, ou de nível secundário, mediante atribuição de certificado do nível secundário de educação - RVCC Escolar e/ou profissional/RVCC Profissional.

As ofertas de educação e formação de adultos no âmbito do processo RVCC encontram-se estabelecidos nos Decretos-lei nº 387/99 de 28 de setembro e nº 401/91 de 16 de Outubro regulamentados pela Portaria nº 1082-A/2001 de 5 de setembro, retificada pela Declaração de Retificação nº 20-BD-2001 de 10 de novembro e alterada pela Portaria nº 286-A/2002 de 15 de março. Esta portaria foi posteriormente modificada pela Portaria nº 86/2007 de 12 de janeiro.

Educação Tabela 17 - Número de alunos Certificados pelo Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) entre 2007 e 2011

Tipo	Anos					
	2007	2008	2009	2010	2011	Total
B1	0	4	0	0	6	10
B2	56	36	32	23	6	153
B3	492	589	894	585	398	2958
Secundário	0	1	218	206	156	581
Profissional	0	0	0	60	58	118
Total	548	630	1144	874	624	3820

Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude - CMM

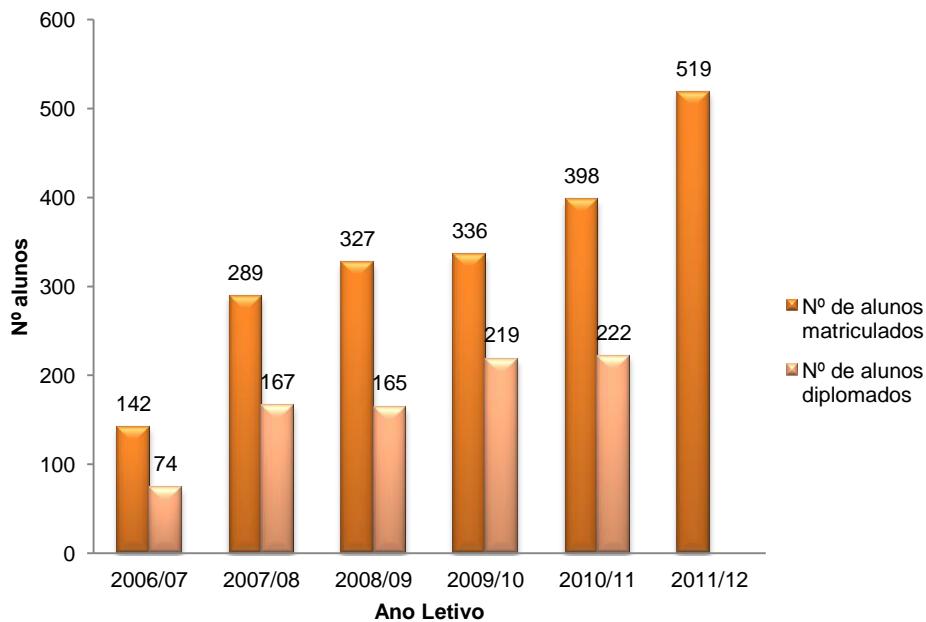
O número de alunos certificados pelo processo RVCC entre 2007 e 2009 aumentou em cerca de 108,8%. Contudo, desde 2009 que se assiste a um decréscimo no número de certificados, decorrente da redução da oferta verificada.

Atualmente, no Município da Maia existem apenas duas instituições que permitem a inscrição nos processos RVCC e que são a escola secundária de Águas Santas e o CICCOPN (Centro de Formação Profissional da Indústria da Construção Civil e Obras Públicas do Norte).

CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO TECNOLÓGICA

Os cursos de Especialização Tecnológica são cursos pós-secundários, não superiores, que conferem uma qualificação profissional de nível 4. Visando suprir as necessidades verificadas no tecido empresarial ao nível de quadros intermédios, afiguram-se capazes de responder aos desafios colocados por um mercado de trabalho em permanente mudança e acentuado desenvolvimento, constituindo-se como uma alternativa válida para a profissionalização de técnicos especializados e competentes, conferindo um Diploma de Especialização Tecnológica. Podem ser ministrados em estabelecimentos de ensino superior e não superior, incluindo uma formação em contexto de trabalho. Tal como regulamentado pelo Decreto-Lei nº 88/2006 de 23 de maio, destinam-se a quem tenha concluído o 12.º ano, ou que, não o tendo concluído, tenha obtido aprovação em todas as disciplinas do 11.º ano ou tenha estado inscrito no 12.º ano, seja detentor de uma qualificação profissional de nível 3 ou de um diploma de especialização tecnológica, ou possua, ainda, um grau ou diploma do ensino superior e pretenda uma requalificação profissional. Esta formação é oferecida, no Município da Maia, pelo Instituto Superior da Maia (ISMAI).

Educação Gráfico 22 - Número de alunos matriculados e diplomados nos Cursos de Especialização Tecnológica, no ISMAI, entre os anos letivos 2006/2007 e 2011/2012



Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude - CMM

Analizando o Gráfico 22, constata-se que o número de alunos matriculados nestes cursos tem vindo a aumentar desde o ano letivo 2006/07, apresentando no período em análise um crescimento na ordem dos 72,6%. O número de alunos diplomados registou um aumento na ordem dos 67%.

Quando se compara o número de alunos matriculados com o número de alunos diplomados, observa-se que em 2006/07, a percentagem de alunos diplomados era de apenas 52,1%, tendo aumentado para 55,8% no ano letivo de 2010/11. Não foi, contudo, possível apurar o número de alunos diplomados no ano letivo 2011/12.

Educação Tabela 18 - Número de alunos inscritos, nos Cursos de Especialização Tecnológica do ISMAI, no ano letivo 2011/12

Cursos de Especialização Tecnológica	
Designação do curso	Nº alunos
Acompanhamento de Crianças e Jovens	36
Aplicações Informáticas de Gestão	21
Contabilidade e Empreendedorismo Organizacional	16
Desenvolvimento de Produtos Multimédia	56
Desenvolvimento de Sistemas de Informação	2
Energias Renováveis	19
Gestão Administrativa de Recursos Humanos	36
Gestão Comercial	36
Gestão de Qualidade	23
Gestão de Turismo	20
Gestão Industrial	22
Instalação e Manutenção de Sistemas Informáticos	52
Técnicas de Secretariado Jurídico	43
Técnicas de Desporto e Lazer	97
Técnicas de Gerontologia	40
Total	519

Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude - CMM

Na distribuição por tipo de curso, pode-se constatar que relativamente ao ano letivo 2011/2012 o curso com maior número de alunos diz respeito ao de Técnicas de Desporto e Lazer (97). Em segundo lugar encontra-se o curso de Desenvolvimento de Produtos Multimédia com 56 alunos, apresentando-se o curso de Instalação e Manutenção de Redes e Sistemas Informáticos, com 52 alunos, como a terceira preferência. Os restantes cursos lecionados no ISMAI apresentam valores inferiores a 50 alunos.

ENSINO SUPERIOR

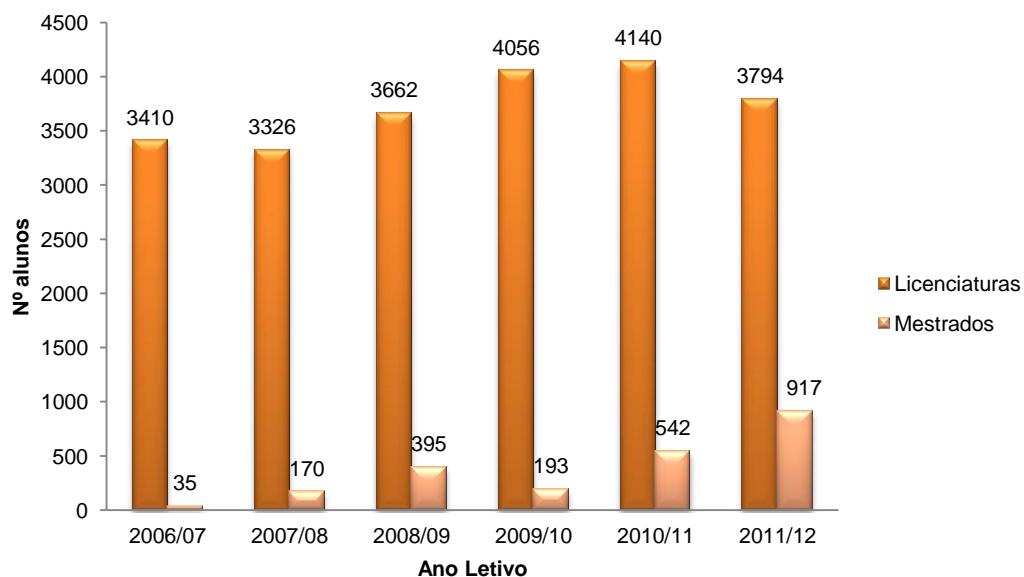
O ensino superior compreende o ensino universitário e o ensino politécnico. Este nível de ensino visa sobretudo estimular a criação cultural, o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, formando diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade.

Segundo o Artigo 11º da Lei nº49/2005 de 30 de agosto, têm acesso ao ensino superior:

1. Os indivíduos habilitados com um curso secundário, ou equivalente e que, cumulativamente, façam prova de capacidade para a sua frequência;
2. Os indivíduos maiores de 23 anos que, não possuindo aquela habilitação, façam prova, especialmente adequada, de capacidade para a sua frequência;
3. Os titulares de qualificações pós-secundárias apropriadas.

O Município da Maia encontra-se dotado de uma instituição de ensino superior, o Instituto Superior da Maia (ISMAI).

Educação Gráfico 23 - Número de alunos matriculados nas Licenciaturas e Mestrados, no ISMAI, entre os anos letivos 2006/2007 e 2011/2012



Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude – CMM

O número de alunos matriculados nesta instituição nas Licenciaturas, presente no Gráfico 23, registou um aumento de 11,3%, correspondente a mais 384 alunos, entre os anos letivos 2006/07 e 2011/12. Contudo, relativamente ao ano letivo 2010/2011, assiste-se no ano letivo de 2011/12 a uma redução de alunos matriculados de 8,4%, correspondente a menos 346 alunos.

Ao nível dos Mestrados, entre os anos letivos 2006/07 e 2011/12 verifica-se um aumento substancial do número de alunos inscritos, passando de 35 alunos em 2006/07 para 917 alunos no ano letivo 2011/12.

Educação Tabela 19 - Número de alunos inscritos nas Licenciaturas do ISMAI no ano letivo 2011/12

LICENCIATURAS	
Designação do curso	Nº alunos
■ Aconselhamento Psicossocial	10
■ Artes e Multimédia	28
■ Ciências da Comunicação	216
■ Contabilidade	72
■ Criminologia	456
■ Educação Física e Desporto	955
■ Energias Renováveis	12
■ Engenharia de Segurança no Trabalho	65
■ Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança	39
■ Gestão de Empresas	283
■ Gestão de Marketing	88
■ Gestão de Recursos Humanos	203
■ Gestão do Desporto	225
■ Informática de Gestão	65
■ Psicologia	362
■ Redes de Comunicação e Telecomunicações	62
■ Relações Públicas	73
■ Sistemas de Informação e Software	58
■ Solicitadoria	209
■ Tecnologias de Comunicação Multimédia	176
■ Turismo	137
TOTAL	3794

Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude - CMM

No ano letivo de 2011/12 encontravam-se inscritos no ISMAI 3794 alunos nos cursos que conferem licenciatura, correspondendo a 80,5% dos alunos matriculados nesta instituição.

Ao nível das licenciaturas é o curso de Educação Física e Desporto, que apresenta maior número de alunos (955). O curso de Criminologia, com 456 alunos, apresenta-se como segunda opção de frequência e o curso de Psicologia encontra-se na terceira posição com um total de 362 alunos.

Os cursos de Energias Renováveis com 12 alunos, e o curso de Aconselhamento Psicossocial com 10 alunos, apresentam-se como sendo os cursos com menos alunos inscritos.

Educação Tabela 20 - Número de alunos inscritos nos Mestrados do ISMAI no ano letivo 2011/12

Mestrados	
Designação do curso	Nº alunos
■ Ciências da Educação Física e Desporto - Especialização Educação Física Escolar	2
■ Ciências da Educação Física e Desporto - Especialização Treino Desportivo	17
■ Ensino da Ed. Física e Desporto nos Ensinos Básico e Secundário	530
■ Consulta Psicológica, Aconselhamento e Psicoterapia	3
■ Gestão de Empresas	27
■ Gestão do Desporto	4
■ Marketing	25
■ Neuropsicologia Clínica - Avaliação e Intervenção Neuropsicológica	38
■ Psicologia Clínica e da Saúde	141
■ Psicologia da Justiça	58
■ Psicologia da Saúde Ocupacional	6
■ Psicologia Escolar e da Educação	43
■ Sistemas de Gestão da Qualidade	10
■ Turismo, Património e Desenvolvimento	13
TOTAL	917

Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude – CMM

No ano letivo de 2011/12 encontravam-se inscritos 917 alunos nos mestrados do ISMAI.

Ao nível dos mestrados é o curso de Ensino da Educação Física e Desporto nos ensinos básico e secundário que apresenta maior número de alunos (530). O curso de Psicologia Clínica e da Saúde apresenta-se como segunda opção com 141 alunos. Os restantes cursos apresentam um número de inscrições inferior a 60 alunos.

Educação Tabela 21 - Número de alunos diplomados no ISMAI entre os anos letivos
2006/2007 e 2010/2011

Formação Superior	Ano Letivo				
	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11
Licenciaturas	929	661	654	888	777
Mestrados	7	9	91	133	343
Total	936	670	745	1021	1120

Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude – CMM

Relativamente ao número de alunos diplomados no ISMAI, presente na tabela 20, observa-se que o número de alunos diplomados nas licenciaturas diminuiu entre os anos letivos 2006/07 e 2010/11 (929 alunos em 2006/07 para 777 em 2010/11).

No que diz respeito aos mestrados regista-se um aumento acentuado neste período temporal (7 alunos diplomados em 2006/07 para 343 em 2010/11).

AÇÃO SOCIAL ESCOLAR

As medidas de apoio socioeducativo, designadamente no que às comparticipações para fazer face aos encargos com a aquisição de livros e material escolar e com as refeições escolares, bem como ao subsídio para transporte escolar e às atividades de apoio à família dizem respeito, assumem, indiscutivelmente, particular importância na democratização do ensino, revelando-se indispensáveis no combate à exclusão social e ao abandono escolar e à promoção da igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolar;

Constituindo a implementação de tais medidas uma responsabilidade partilhada entre os municípios e o ministério da tutela, a Câmara Municipal da Maia, no uso da competência que lhe confere a alínea d) do n.º 4 do Quadro de Competências e Regime Jurídico de Funcionamento dos Órgãos dos Municípios e das Freguesias, anexo à lei n.º 169/99 de 18 de setembro com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, tem vindo a definir um conjunto de princípios orientadores para a respetiva atribuição, potenciadores dos princípios atrás enunciados, estabelecendo montantes de comparticipação que se situam para além dos valores legalmente fixados, numa clara política de apoio às famílias mais carenciadas.

► REFEIÇÕES ESCOLARES

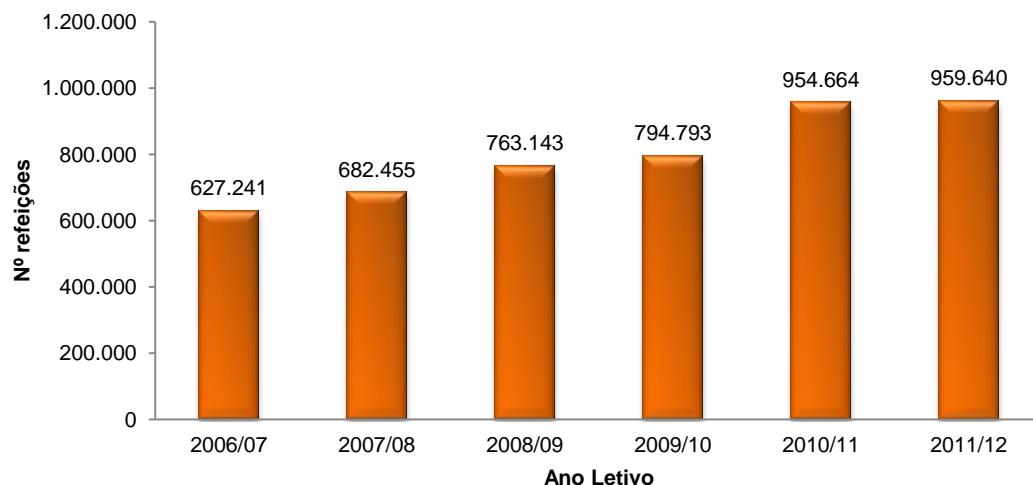
Educação pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico

A Câmara Municipal dotou, nos últimos anos, todos os estabelecimentos de ensino, de refeitórios adequados e com condições que permitam o serviço diário de refeições igualmente equilibradas sob o ponto de vista alimentar.

É objetivo deste município contribuir eficazmente para a educação alimentar das crianças, quer do ensino pré-escolar quer do 1º CEB, trabalhando em parceria com a, entidade que fornece as refeições nas escolas. Até ao ano letivo 2006/07, a gestão dos refeitórios nos estabelecimentos de ensino do pré-escolar e 1º ciclo da rede pública encontrava-se a cargo das Associações de Pais e Juntas de Freguesia. A partir do ano supra citado, a autarquia assumiu a responsabilidade desta gestão.

Para se proceder a uma análise coerente entre as várias escolas, de forma a obter conclusões possíveis para análise, foi elaborada uma ficha de fiscalização a ser preenchida em cada visita. Os dados são tratados, e será posteriormente elaborado um relatório descritivo final das conclusões obtidas.

Educação Gráfico 24 - Evolução do número de refeições escolares na educação pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico (público) entre os anos letivos 2006/2007 e 2011/2012



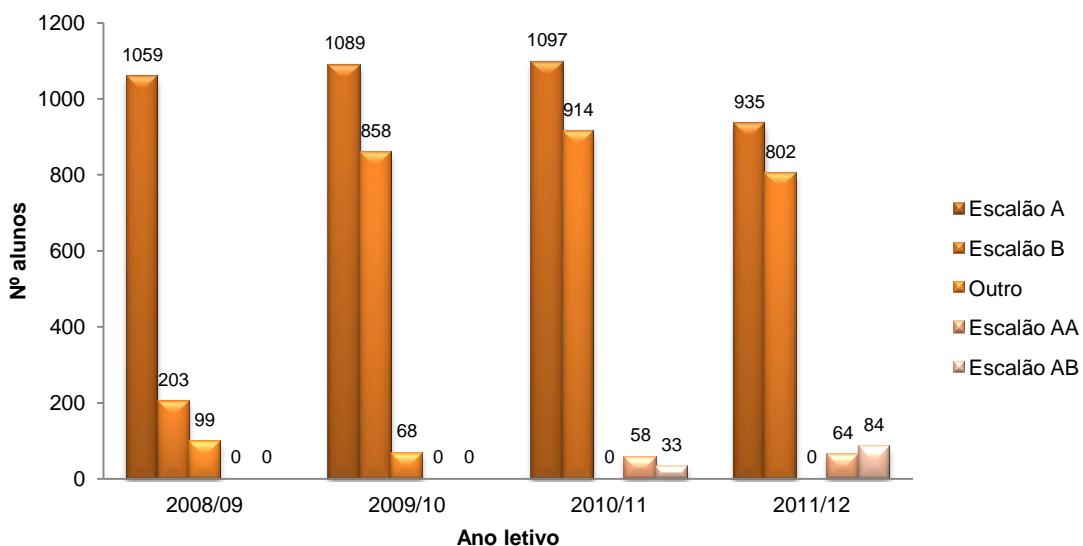
Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude – CMM

A evolução do número de refeições na educação pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico (público), presente no Gráfico 24, traduz um aumento de 53%, correspondente a mais 332.399 refeições servidas, entre os anos letivos 2006/07 e 2011/12. Este acréscimo do número de refeições deve-se a um conjunto de fatores que se prendem, fundamentalmente, com a alteração do regime de desdobramento para regime normal de todos os estabelecimentos de ensino e à implementação do conceito de “escola a tempo inteiro”. A análise em causa inicia-se a partir do ano letivo 2006/07, uma vez que até esta data o sistema de refeições era gerido pelas Associações de Pais e Juntas de Freguesia, não existindo dados relativos a esses anos.

- Subsídio para livros, material escolar e alimentação

De forma a enquadrar o capítulo em estudo, procedeu-se a uma descrição do número de alunos com subsídio para livros e material escolar e alimentação no 1º ciclo do ensino básico, por escalão. Esta enumeração só foi passível de ser realizada entre os anos letivos 2008/09 e 2011/12.

Educação Gráfico 25 - Evolução do número de alunos com subsídio para livros/material escolar/alimentação, por escalão, no 1º ciclo do ensino básico entre os anos letivos 2008/2009 e 2011/2012



Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude – CMM

Nos anos letivos 2008/09 e 2009/10, a distinção dos alunos que eram subsidiados única e exclusivamente para refeição escolar assumia a designação de OUTRO. Nos dois anos letivos seguintes, o OUTRO passa a ser dividido em Escalão AA, no qual se verifica 100% comparticipação e Escalão AB com 50% comparticipação.

Da análise do gráfico 25 é possível observar-se que o número de alunos pertencentes ao Escalão A diminuiu em 124 alunos entre os anos letivos 2008/2009 e 2011/2012, representando uma taxa de redução de cerca de 13%. Ao invés, no mesmo período, o número de alunos posicionados em Escalão B aumentou no período em análise em 599 alunos, a que corresponde uma taxa de crescimento de quase 400%. De referir que o aumento verificado se deve à alteração introduzida na determinação do escalão, a qual passou-se a processar em função do abono de família e não do rendimento per capita, com até aí vinha sendo praticado. De referir, ainda, que neste nível de ensino se verifica uma preponderância do número de alunos subsidiados com o Escalão A face ao número de alunos com Escalão B.

Educação Tabela 22 - Número de alunos subsidiados, por escalão, no 2º, 3º ciclos e ensino secundário, nos anos letivos 2004/05 e 2011/12

Estabelecimento de Ensino	2004/05				2011/12			
	Escalão A		Escalão B		Escalão A		Escalão B	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
EB 2,3 Dr. Vieira de Carvalho	118	10,1	27	8,7	132	8,2	137	8,6
EB 2,3 de Nogueira	181	15,5	49	15,8	118	7,3	122	7,7
EB 2,3 de Pedrouços	394	33,7	81	26,0	258	16,1	210	13,2
EB 2,3 do Castêlo	163	13,9	44	14,1	167	10,4	186	11,7
Secundária do Castêlo	75	6,4	29	9,3	144	9,0	195	12,3
EB 2,3 da Maia	122	10,4	27	8,7	198	12,3	182	11,5
Secundária da Maia	3	0,3	10	3,2	139	8,6	147	9,3
EB 2,3 de Gueifães	104	8,9	39	12,5	130	8,1	141	8,9
Secundária de Águas Santas	9	0,8	5	1,6	321	20,0	268	16,9
Total	1169	100,0	311	100,0	1607	100,0	1588	100,0

Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude – CMM

No que respeita ao 2º e 3º ciclos, entre os anos letivos 2004/05 e 2011/12, registou-se um aumento de 438 alunos subsidiados com o Escalão A e 1277 alunos com o Escalão B, advindo da atual conjuntura económica do país.

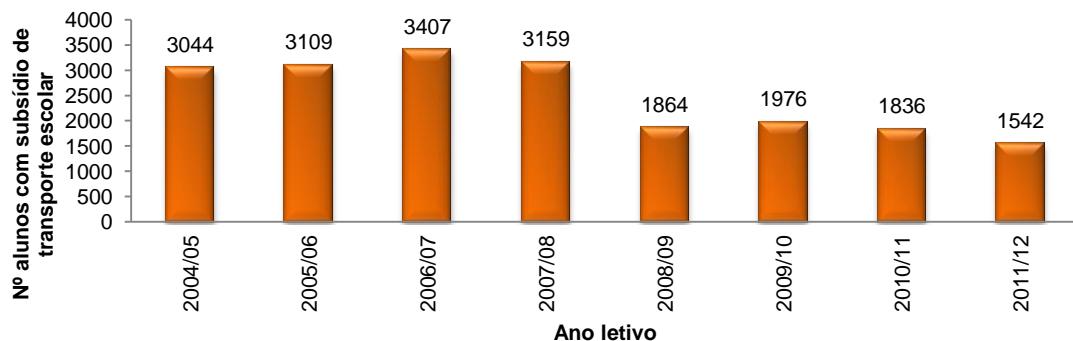
Das escolas em análise, no ano letivo 2004/05, a EB2,3 de Pedrouços era a que detinha o maior número de alunos subsidiados, sendo que no ano letivo 2011/12, a escola Secundária de Águas Santas, devido ao significativo aumento de alunos inscritos na mesma durante o período em análise, assume este lugar.

- Subsídio de transporte escolar

O subsídio de Transporte Escolar é atribuído a alunos com residência no Município da Maia, que frequentam o ensino Básico e Secundário em escolas localizadas dentro do Município ou em escolas localizadas nos Municípios limítrofes, em diferentes áreas de estudo e em concordância com as orientações do Ministério da Educação no que concerne ao processo de encaminhamento de matrículas.

As condições para a atribuição deste subsídio, para além das presentes no Decreto-Lei nº 299/84 de 5 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 186/2008 de 19 de setembro, encontram-se estabelecidas em normativo municipal.

Educação Gráfico 26 - Evolução do número de alunos com subsídio de transporte escolar entre os anos letivos 2004/2005 e 2011/2012

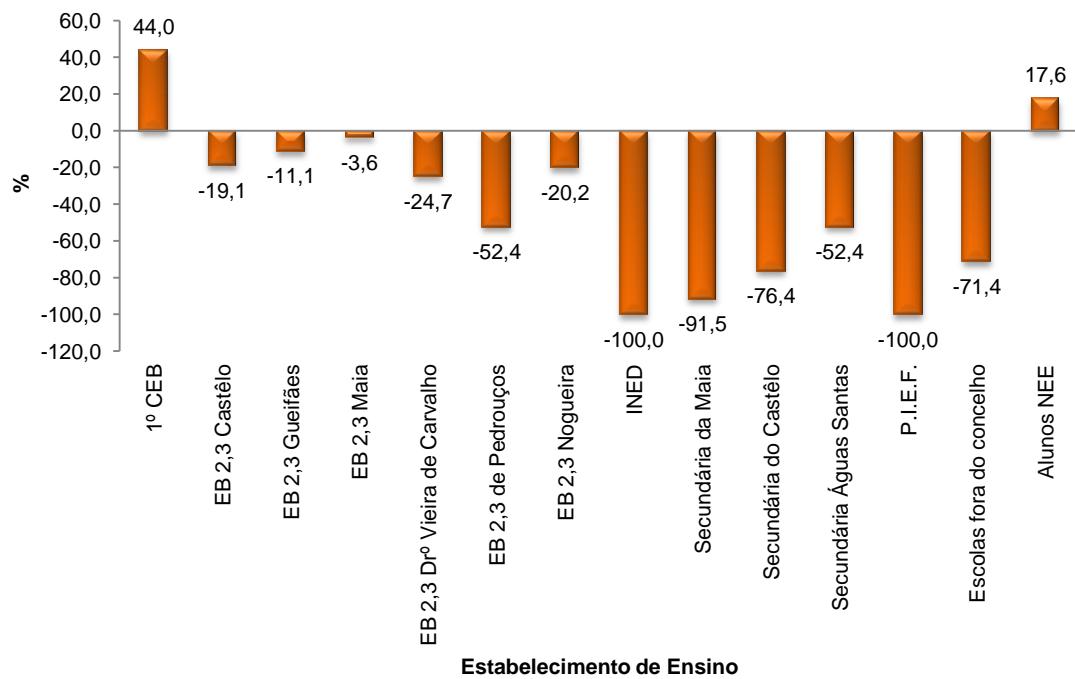


Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude – CMM

No que concerne à evolução do número de alunos transportados, assiste-se em 2008/09 a uma redução do número de alunos subsidiados relativamente ao ano letivo anterior em cerca de 40%, resultado da introdução do Passe 4_18@escola.tp estabelecido pelo Decreto-Lei nº 186/2008 de 19 de Setembro, de que resultou a transferência de atribuição de subsídio de transporte escolar aos alunos do ensino secundário, imputada até então à Câmara Municipal, para a responsabilidade do Ministério dos Transportes, via Instituto da Mobilidade dos Transportes Terrestres.

A partir de 2008/09, as flutuações no número de alunos com subsídio de transporte que se registam, não apresentam razões específicas, verificando-se, no ano letivo 2011/12, 1542 alunos com este apoio.

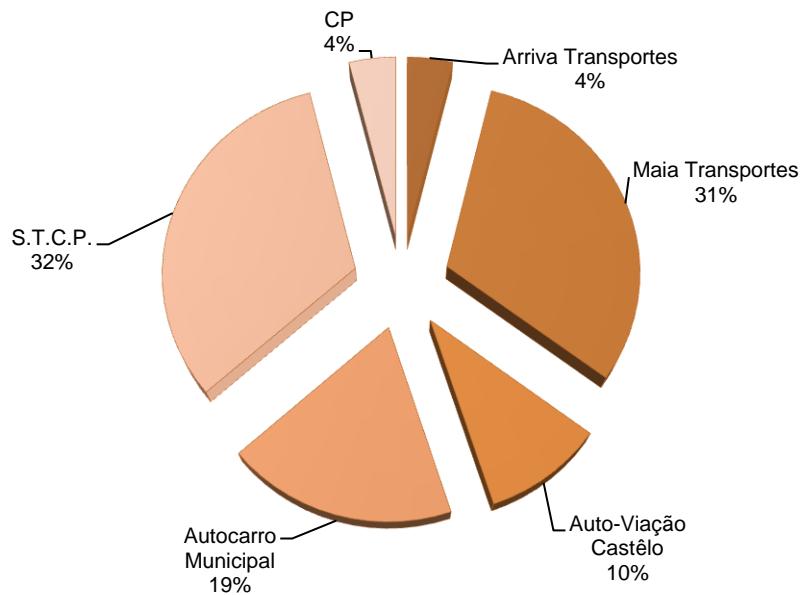
Educação Gráfico 27 - Variação do número de alunos com subsídio de transporte escolar, por estabelecimento de ensino, entre os anos letivos 2004/2005 e 2011/2012



Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude – CMM

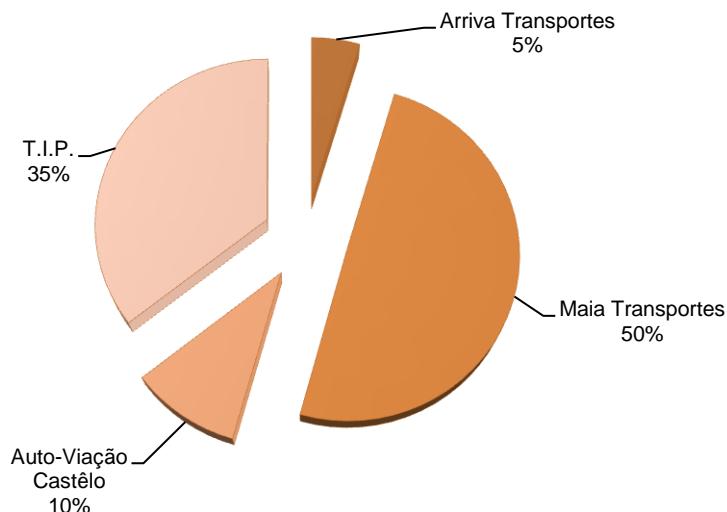
Entre os anos letivos 2004/2005 e 2011/2012, no que respeita à variação do número de alunos com subsídio de transporte escolar (Gráfico 25) por estabelecimento de ensino, pode observar-se que, com a exceção do transporte dos alunos do 1º ciclo do ensino básico e alunos NEE, com aumentos de, respetivamente, 44% e 17,6%, todas as escolas EB 2,3 e secundárias apresentam variações negativas justificadas pela diminuição do número de alunos transportados. O INED e o Programa Integrado de Educação e Formação (P.I.E.F.) não registam nenhum aluno com subsídio de transporte escolar no ano letivo 2011/12. A redução no número de alunos subsidiados presente nas escolas secundárias e no INED advém da introdução do Passe 4_18@escola.tp, supra citada, enquanto no que respeita ao P.I.E.F. a inexistência de alunos subsidiados pelo município se deve à cessação do programa.

Educação Gráfico 28 - Número de alunos com subsídio de transporte escolar, por empresa de transporte, no ano letivo 2004/05



Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude – CMM

Educação Gráfico 29 - Número de alunos com subsídio de transporte escolar, por empresa de transporte, no ano letivo 2011/12



Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude – CMM

De acordo com os Gráficos 28 e 29, verifica-se, no período considerado, um aumento significativo de alunos transportados pela empresa Maia Transportes (19%), justificado pela extinção do serviço dos Autocarros Municipais em 2006.

Com a introdução, no ano de 2008, do tarifário intermodal, as empresas Sociedade de Transportes Coletivos do Porto e Metro do Porto, S.A., aglutinam-se num só grupo com a designação de Transportes Intermodais do Porto, ACE (Agrupamento Complementar de Empresas), passando este a ser, no ano letivo 2011/12, responsável pelo transporte de 35% dos alunos subsidiados.

ATIVIDADES DE APOIO À FAMÍLIA

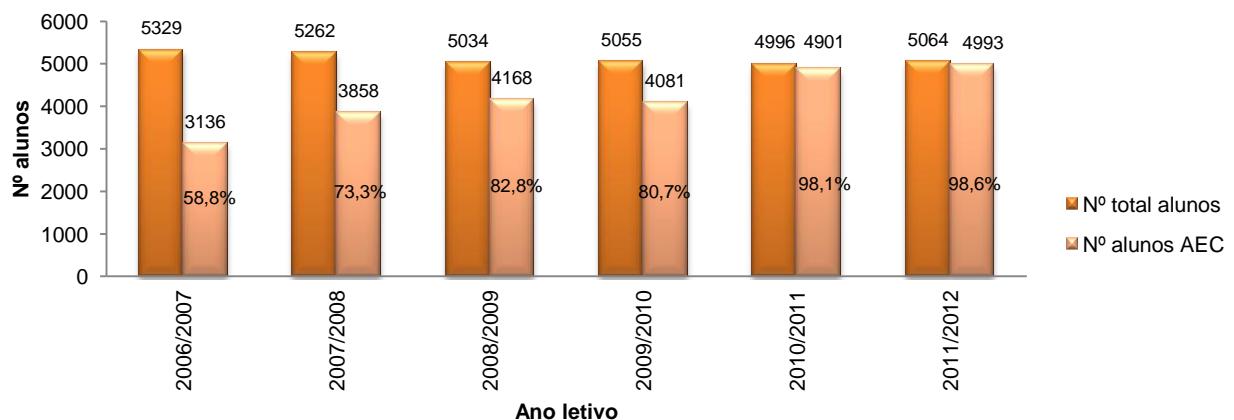
- Atividades de enriquecimento curricular

Associado à Lei de Bases do Sistema Educativo Português, no Artigo 9º do Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de janeiro, surge, formalmente, a possibilidade da rede pública de escolas do 1º CEB, poder proporcionar “*atividades de enriquecimento do currículo, de carácter facultativo e de natureza eminentemente lúdica e cultural, incidindo, nomeadamente, nos domínios desportivo, artístico, científico e tecnológico, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia na educação*”.

As atividades, escolhidas em consonância com os agrupamentos escolares, seguindo os padrões nacionais foram, para além do Inglês (de oferta obrigatória), a Atividade Física e Desportiva, a Música e a Informática.

No ano letivo 2011/12, surge uma nova atividade intitulada TIC@Cidadania, cujo objetivo principal é promover e estimular o espírito empreendedor junto dos alunos das Escolas do 1º ciclo do Município da Maia, aliando as Tecnologias de Informação e Comunicação aos conteúdos curriculares de turma.

Educação Gráfico 30 - Evolução do número de alunos inscritos nas Atividades de Enriquescimento Curricular entre os anos letivos 2006/2007 e 2011/2012



Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude - CMM

A disposição das Atividades de Enriquecimento Curricular, conforme é conhecida nos dias de hoje, teve o seu início em 2006/07. Desde então, como pode constatar-se, através do Gráfico 30, que o número de alunos inscritos tem vindo a registar aumentos na ordem dos 59%. De considerar que, no ano letivo de 2011/12, 98,6% dos alunos inscritos nos estabelecimentos de ensino públicos do Município frequentaram as AEC.

- Componente de apoio à família

A Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar (Lei 5/97, de 10 de fevereiro) veio reconhecer duas componentes que coexistem neste setor da educação: a componente pedagógica (componente educativa) e a componente socioeducativa (componente de apoio à família).

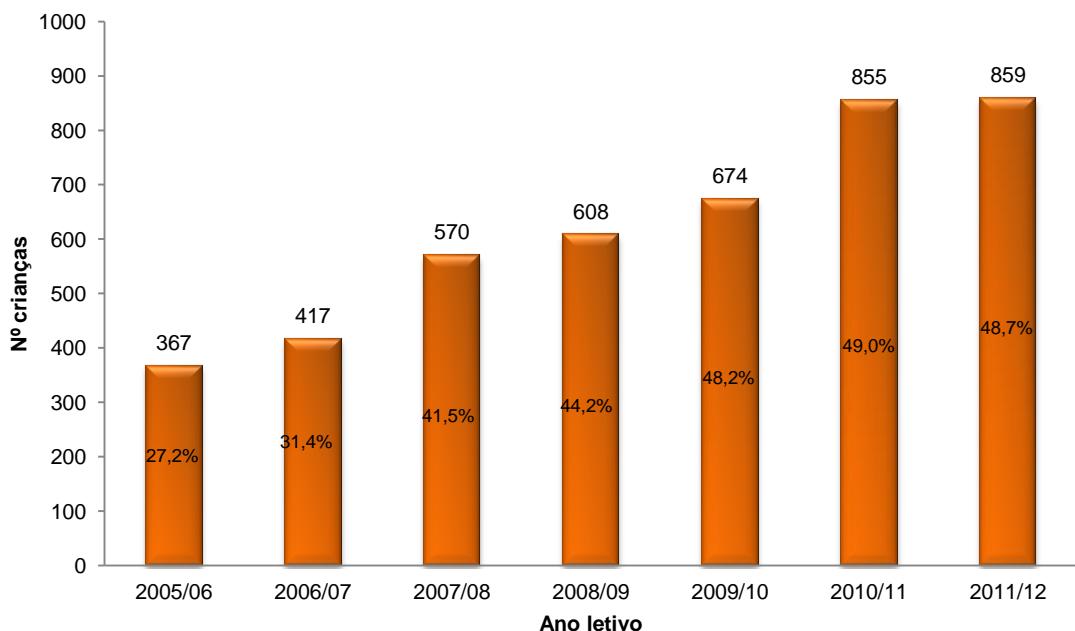
A componente educativa, da responsabilidade do Educador de Infância, corresponde a 5 horas de trabalho diário organizado com base nos objetivos pedagógicos previstos para este grau de ensino. Já o tempo da componente de apoio à família distribui-se por três períodos distintos: o acolhimento (7h30m – 9h00m), o almoço (12h00m – 13h30m) e o prolongamento (15h30m – 19h00m). O acolhimento inclui serviço de receção e acompanhamento dos educandos nas instalações do respetivo estabelecimento de ensino, no intervalo compreendido entre 7h30m e as 9h00m. O prolongamento diz respeito ao serviço de acompanhamento e desenvolvimento de atividades de carácter lúdico nas instalações do respetivo estabelecimento de ensino, no período compreendido entre o término das atividades de sala, isto é, 15h30m e as 19h00m, na educação pré-escolar e o término das atividades curriculares ou Atividades de Enriquecimento Curricular, isto é, 17h30m e as 19h00m, no 1º CEB. A Componente de Apoio à Família inclui, ainda, o fornecimento de refeições.

Ao contrário da componente educativa, o tempo de animação socioeducativa é por natureza variável. O encarregado de educação poderá entregar ou vir buscar o seu educando à hora que o desejar. Assim, as atividades devem ser planeadas a fim de poderem ser interrompidas a qualquer momento, podendo ser organizadas por ateliers abertos, privilegiando também os jogos e atividades motoras. Trata-se de um tempo com um ritmo mais solto em que as crianças têm a possibilidade de brincar e conviver espontaneamente.

A organização da componente de apoio à família (CAF) deve ser adaptada à diversidade, à especificidade de cada estabelecimento educativo e à evolução das suas características: número de crianças, pessoal disponível, instalações, necessidades e interesses dos pais. A participação e as ideias dos pais e outros membros da comunidade são indispensáveis neste processo organizativo.

Durante o tempo CAF, as crianças têm a oportunidade de desenvolverem atividades de expressão motora, musical, dramática e plástica, sob a orientação de um Animador Sociocultural e por Auxiliares de Ação Educativa.

Educação Gráfico 31 - Evolução do número de crianças a frequentar a Componente de Apoio à Família entre os anos letivos 2005/2006 e 2011/2012



Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude - CMM

No gráfico 31, é possível observar-se um aumento do número de crianças a frequentar o serviço da Componente de Apoio à Família em 492 crianças (acolhimento e prolongamento de horário) no período compreendido entre os anos letivos 2005/2006 e 2011/2012 (período exequível de obtenção de dados rigorosos). Nos dois últimos anos letivos, o número de alunos a frequentar o serviço, no universo total de alunos da educação pré-escolar pública, tem vindo a aproximar-se dos 50%.

- Serviço de apoio à família

O Ministério da Educação, cada vez mais, partilha com as Autarquias a responsabilidade em diversas vertentes da educação e ensino, designadamente no que se refere à adaptação dos tempos de permanência dos alunos na escola às necessidades das famílias e, simultaneamente, a de garantir que os mesmos sejam pedagogicamente ricos e complementares das aprendizagens, fomentando, assim, a igualdade no acesso e no sucesso escolar.

Atendendo ao Despacho 14460/2008, “*o sucesso alcançado com o lançamento, em 2005, do Programa de Generalização do Ensino do Inglês nos 3º e 4º anos do 1º ciclo do Ensino Básico, primeira medida efetiva de concretização de projetos de enriquecimento curricular, e o sucesso alcançado com o lançamento, em 2006, do Programa de Generalização do Ensino do Inglês e de Outras Atividades de Enriquecimento Curricular, que evoluiu até ao que atualmente denominamos Programa AEC*”, corporizam a tónica do conceito de Escola a Tempo Inteiro. Segundo o artigo 26º do supramencionado despacho, “*quando as necessidades das famílias o justifique, pode ser oferecida uma componente de apoio à família no 1º ciclo do ensino básico, a assegurar por entidades, como associações de pais, autarquias ou instituições particulares de solidariedade social que promovam este tipo de resposta social*”.

A interpretação deste conceito levou a autarquia pelo caminho da procura de respostas diversificadas em função da realidade local, considerando as vertentes social, económica e da oferta existente, numa lógica de continuidade no 1º ciclo do ensino básico da componente de apoio à família implantada nos estabelecimentos de educação pré-escolar.

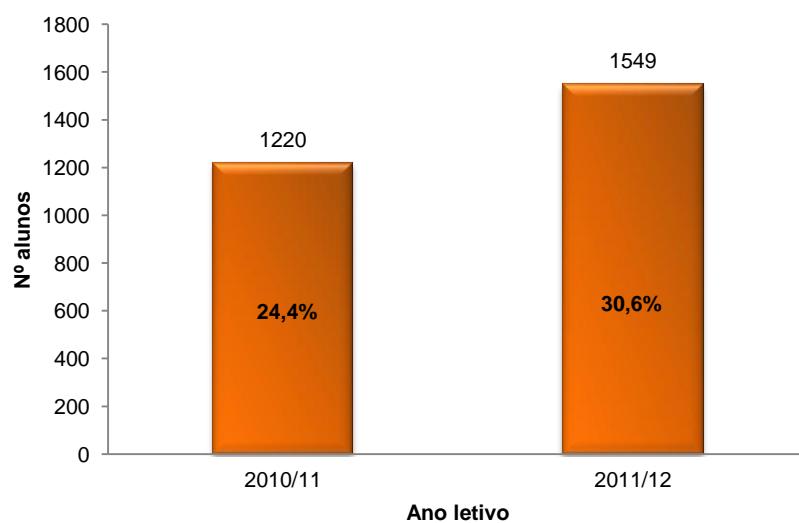
No tempo presente e no que ao 1º CEB respeita, a oferta espelha a possibilidade de os Pais e Encarregados de Educação contarem com o auxílio da instituição escola num determinado período de tempo, escassas vezes compatível com as exigências profissionais daqueles. A implementação de novos serviços, a par da otimização do serviço existente, permitirá responder a estas exigências, assim como a ocupação orientada, pedagogicamente rica e segura, dos tempos livres nas interrupções letivas.

A efetivação desta medida tem em conta os impactos nos diversos aspectos centrais da organização escolar, como os horários, a gestão dos espaços, a dinâmica das turmas, a planificação das atividades, a relação escola-família e as próprias práticas pedagógicas, revolucionando o conceito de escola, os quotidianos escolares e o quadro de relações sociais.

A assunção do Serviço de Apoio à Família (SAF) no 1º CEB, nas condições aqui mencionadas, constitui uma oportunidade para a persecução da excelência do ensino nas escolas do Município da Maia, respondendo eficazmente, enquanto medida social, à realidade socioeconómica com que as famílias se defrontam atualmente.

Para dinamizar este serviço contamos com um grupo de Professores AEC – Expressão Musical, Expressão Motora, Inglês e Informática, e Animadores Socioculturais. Desta forma, conseguimos ter uma equipa multidisciplinar o que também nos permite assegurar este serviço nas interrupções letivas, isto é férias do Natal, Carnaval, Páscoa e no mês de Julho (das 7h30m às 19h00m).

Educação Gráfico 32 - Número de alunos a frequentar o Serviço de Apoio à Família nos anos letivos 2010/11 e 2011/12



Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude - CMM

O Serviço de Apoio à Família foi implementado no ano letivo 2010/11, tendo-se registado no ano letivo 2011/2012 um aumento do número de alunos na ordem dos 27%. De referir que no ano letivo 2011/2012, atendendo ao universo total dos alunos do 1º ciclo, 30,6% dos alunos frequentam o serviço citado (Gráfico 32).

SUCESSO, INSUCESSO, ABSENTISMO E ABANDONO ESCOLAR

Todos temos consciência de que a Escola é um local de valorização do conhecimento e aprendizagem do aluno, bem como de aplicação dos saberes escolares em práticas sociais, constituindo-se como um processo social evolutivo, indispensável à consolidação dos direitos cívicos e políticos dos cidadãos e indissociável de uma sociedade sustentável e harmoniosa, culturalmente fértil e tolerante, inclusiva e progressiva.

Fenómeno complexo e abrangente, o insucesso escolar constitui-se como um grave entrave ao saudável desenvolvimento, quer individual quer coletivo, responsável por baixos níveis de escolaridade e de qualificação, com reflexos evidentes na integração no mercado de trabalho, tendo, por tal, vindo a merecer justificadas preocupações e atenções por parte de toda a comunidade escolar e educativa e do poder político.

Antes do mais importa afirmar que o insucesso escolar, enquanto fenómeno social, não pode ser entendido como uma fatalidade. Importa, isso sim, refletir sobre o contexto socioeconómico e cultural em que ocorre e analisar as diversas causas que lhe poderão estar subjacentes, designadamente, a desvalorização da educação em certas famílias, a pouco atratividade da escola, a insuficiência de competências parentais, os baixos níveis de instrução dos pais, as situações de carência económica, entre outras.

Um olhar sobre a escola e sobre o fenómeno do insucesso escolar não pode, assim, limitar-se, pelo seu caráter redutor, a uma análise meramente quantitativa. Antes exige uma abordagem global, assente no seu relacionamento com um conjunto de indicadores caracterizadores da condição socioeconómica dos alunos e respetivos agregados familiares.

A realidade da escola traduz, cada vez mais, a realidade social que nos rodeia, onde se refletem as alterações constantes que se verificam na sociedade, na família, nos valores e princípios, nas exigências de um mundo globalizado, onde se refletem os conflitos e as desigualdades sociais.

A escola não pode mais ser entendida, numa perspetiva unidimensional, como apenas um espaço físico onde são ministradas aulas, dadas pelos professores e apreendidas pelos alunos, mas antes como um espaço social de construção do saber, de formação de consciências, de potenciação da igualdade de oportunidades e de inclusão social.

O absentismo e o abandono escolares, fenómenos preditivos do insucesso escolar, constituem, igualmente, fenómenos preocupantes, tendo vindo a merecer por parte da tutela a adoção de medidas diversas, não só tendo em vista a manutenção no sistema educativo dos alunos em idade de escolaridade obrigatória, como, também, a disponibilização de ofertas formativas profissionalizantes capazes de captar o interesse dos jovens, possibilitando aumentar os níveis de qualificação.

Pese embora, segundo o PNAPAE (2004), a adoção do sistema de escolaridade obrigatória tenha contribuído para um decréscimo dos resultados de abandono escolar em Portugal, a verdade é que Portugal continua a apresentar elevadas taxas de abandono escolar, sobretudo ao nível dos adolescentes.

A Câmara Municipal da Maia, consciente do desafio que se enfrenta em matéria de educação, tem procurado, por sua vez, a integração de todas as crianças e jovens na escola, proporcionando-lhes um ambiente de conhecimento e de aquisição de saberes. Com a realização do Projeto Maia Não Desiste pretende-se reduzir as situações de absentismo e abandono escolar precoce, e, consequentemente minimizar os riscos da exclusão social.

Assim, este projeto visa dar respostas integradoras contando com os diferentes parceiros relevantes nesta matéria, como são o caso da CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens) da Maia, da Equipa Local de Ação Social da Segurança Social, da Direção Regional de Educação do Norte, dos Agrupamentos de Escolas do Município, das diversas entidades formadoras e da FAPEMAIA (Federação das Associações de Pais e Encarregados de Educação do Município da Maia).

Na análise do presente capítulo, o insucesso escolar será retratado pelo número de alunos retidos, alunos que não transitaram para o ano seguinte ou que não concluíram o nível de ensino que frequentavam, expresso pelas taxas de retenção e desistência.

A taxa de retenção traduz a relação entre o número de alunos que não transita para o ano de escolaridade subsequente relativamente ao total de alunos matriculados e avaliados num determinado ano de escolaridade. A taxa de desistência traduz a relação dos alunos matriculados num respetivo ano e que não se matricularam no mesmo sistema no ano seguinte.

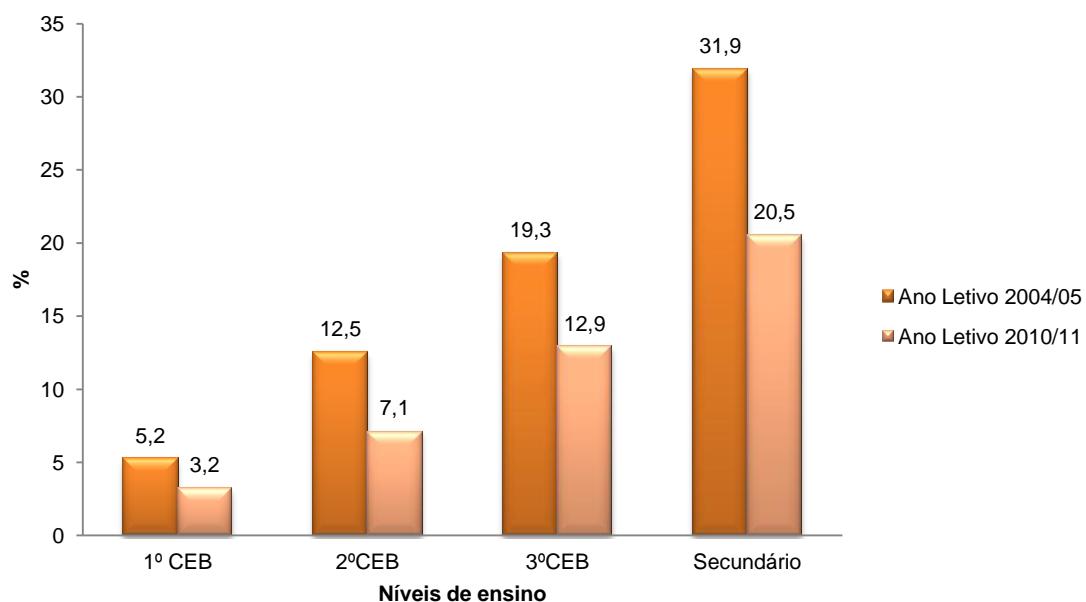
Este estudo visa incidir sobre estas duas taxas aplicadas desde o 1º ciclo do ensino básico ao ensino secundário públicos, apontando ainda casos de absentismo escolar nos 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico.

De forma a monitorizar os avanços nos domínios das competências básicas e na redução do abandono escolar, o Ministério da Educação estabeleceu metas nacionais a atingir em 2015 que foram tidas em consideração aquando da apresentação dos valores atuais dos indicadores. No que

respeita à taxa de retenção, as metas nacionais para o 1º, 2º, 3º ciclo do ensino básico e ensino secundário são de 2%, 5%, 10% e 12% respetivamente. Na taxa de desistência, de acordo com os documentos apresentados pelo Ministério da Educação, as metas nacionais apenas foram definidas para os alunos do 3º ciclo, estabelecendo valores menores que 1% para o 7º ano de escolaridade, 2% para o 8º ano de escolaridade e 4% para o 9º ano de escolaridade.

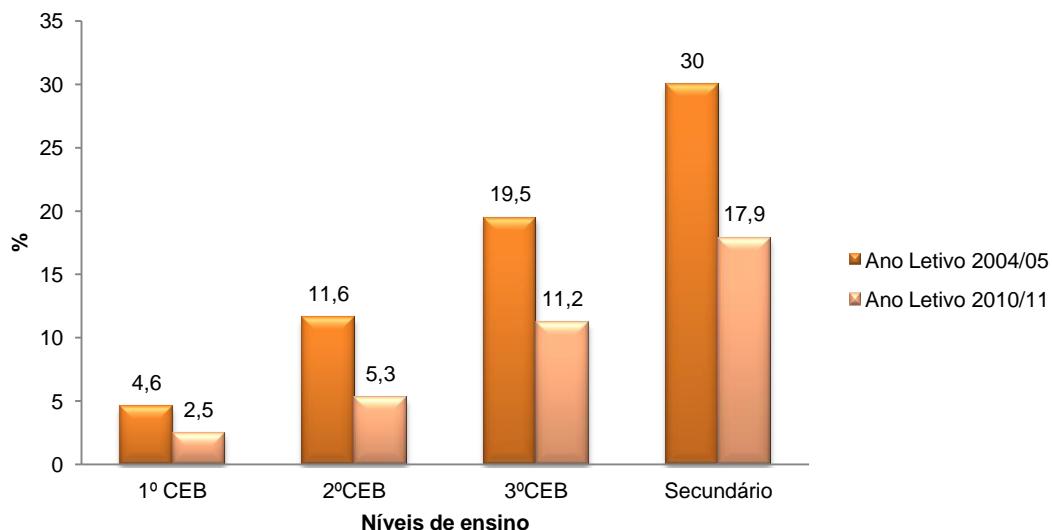
Em primeiro lugar, apresentam-se as taxas de retenção e desistência correspondentes ao insucesso escolar, a nível nacional. O gráfico seguinte mostra que em todos os níveis de ensino, entre os anos letivos 2004/05 e 2010/11, tem-se assistido a uma redução das referidas taxas, o que está de acordo com as políticas implementadas com vista à redução do insucesso escolar. Assim, no 1º CEB a redução foi de 38,46% no 1º ciclo do ensino básico, 43,2% no 2º ciclo do ensino básico, 33,2% no 3º ciclo do ensino básico e 35,73% no ensino secundário.

Educação Gráfico 33 - Taxas de retenção e desistência a nível nacional, por nível de ensino, nos anos letivos 2004/05 e 2010/11



Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação/Divisão de Estatísticas do Ensino Básico e Secundário

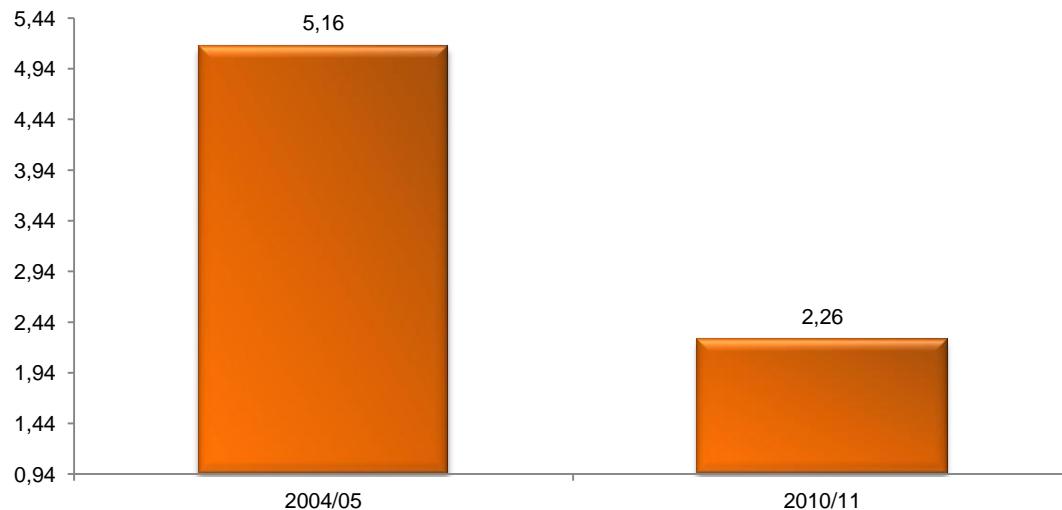
Educação Gráfico 34 - Taxas de retenção e desistência na Região Norte, por nível de ensino, nos anos letivos 2004/05 e 2010/11



Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação/Divisão de Estatísticas do Ensino Básico e Secundário

Comparando os gráficos 33 e 34 verifica-se na Região Norte, à semelhança do contexto nacional, uma redução significativa das taxas de retenção e desistência nos diferentes níveis de ensino (45,7% no 1ºCEB; 54,3% no 2ºCEB; 42,6% no 3ºCEB e 40,3% no ensino secundário), para o período considerado.

Educação Gráfico 35 - Taxa de retenção no 1º CEB (público) nos anos letivos 2004/05 e 2010/11, no Município da Maia



Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude – CMM

A análise do gráfico 35 evidencia a tendência, no Município da Maia, de redução da taxa de retenção verificada no 1º ciclo ao nível do continente e da Região Norte. Assim, no que respeita ao 1ºCEB registou-se, entre os anos letivos 2004/05 e 2010/11, uma diminuição da taxa de retenção em 43,8%. De realçar que a taxa de retenção de 2,18% registada no Município da Maia ano letivo 2010/2011, é inferior às registadas ao nível do Continente e da Região Norte, de 3,2% e 2,5%, respetivamente.

Educação Tabela 23 - Número de alunos repetentes e casos de absentismo e abandono no 1ºCEB (público) em 2004/05 e 2010/11, no Município da Maia

Agrupamento Escolar	Ano Letivo							
	2004/05				2010/11			
	Nº de alunos	Retenção	Absentismo	Abandono	Nº de alunos	Retenção	Absentismo	Abandono
Levante da Maia	603	47	-	-	559	16	1	0
Gonçalo Mendes da Maia	1093	50	-	-	1143	26	3	0
Gueifães	496	0	-	-	546	7	1	0
Pedrouços	549	43	-	-	539	22	2	0
Dr. Vieira de Carvalho	601	8	-	-	576	12	0	0
Castêlo da Maia	885	45	-	-	841	12	1	0
Águas Santas	737	63	-	-	792	18	1	0
Total	4964	256	-	-	4996	113	9	0

Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude – CMM

Na Tabela 23, apresenta-se o número de alunos repetentes e casos de absentismo e abandono escolar no 1ºCEB, por Agrupamento. De registar que nestes dois últimos indicadores não foi possível apurar dados relativamente ao ano letivo 2004/05.

Denota-se uma diminuição no número de alunos repetentes (menos 143 alunos) durante o período em análise. No ano letivo 2004/05, os Agrupamentos de Águas Santas e Gonçalo Mendes da Maia apresentavam o maior número de alunos repetentes no total concelhio (63 e 50 alunos respetivamente). Este último Agrupamento continua a apresentar os valores mais significativos no ano letivo 2010/11 (26 alunos), seguido do Agrupamento de Pedrouços (22 alunos).

Relativamente a casos de absentismo escolar, registaram-se, no ano letivo 2010/2011, três ocorrências no Agrupamento Gonçalo Mendes da Maia, duas no Agrupamento de Pedrouços, uma no Agrupamento de Gueifães e no Agrupamento de Águas Santas. Não se verificaram casos de abandono escolar no ano letivo 2010/11.

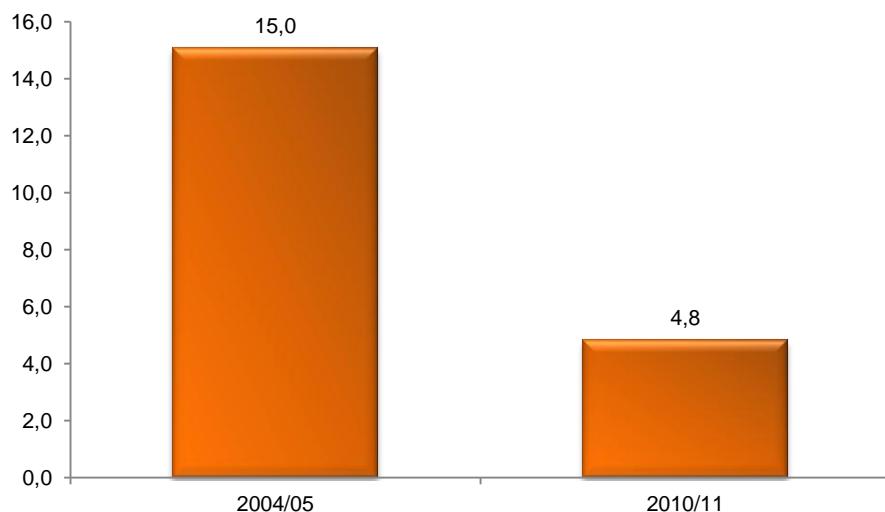
Educação Tabela 24 - Número de alunos repetentes por ano de escolaridade no 1ºCiclo do Ensino Básico público nos anos letivos 2004/05 e 2010/11, no Município da Maia

Agrupamento Escolar	Ano Letivo									
	2004/05					2010/11				
	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	Total	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	Total
Levante da Maia	0	18	9	9	36	0	6	2	8	16
Gonçalo Mendes da Maia	0	17	13	20	50	0	7	12	7	26
Gueifães	0	0	0	0	0	0	0	0	7	7
Pedrouços	0	18	14	11	43	0	14	1	7	22
Dr. Vieira de Carvalho	0	6	0	2	8	0	3	2	7	12
Castêlo da Maia	0	15	12	18	45	0	4	1	7	12
Águas Santas	0	20	23	31	74	0	8	2	8	18
Total	0	94	71	91	256	0	42	20	51	113

Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude – CMM

Ao nível do 1º ciclo do ensino básico, verifica-se uma redução de 143 alunos repetentes entre os anos letivos 2004/05 e 2010/11. Ao contrário do que ocorreu no ano letivo 2004/05, no ano letivo 2010/11, num total de 113 alunos repetentes, predominam as repetências no 4º ano de escolaridade (51 alunos), seguindo-se as do 2º ano (42 alunos) e finalmente as do 3º ano (20 alunos). O 1º ano de escolaridade não apresenta nenhum aluno repetente.

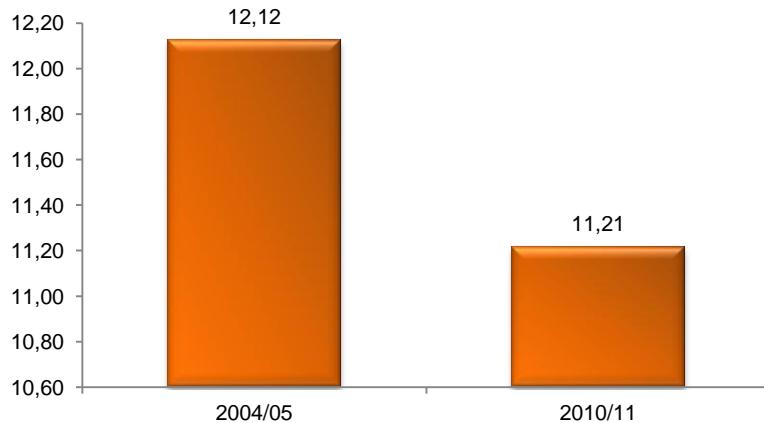
Educação Gráfico 36 - Taxa de retenção no 2º Ciclo do Ensino Básico público nos anos letivos 2004/05 e 2010/11, no Município da Maia



Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude – CMM

Quanto às taxas de retenção no 2º ciclo do ensino básico, para o período em análise, registou-se uma significativa redução de 15,0% (ano letivo 2004/05) para 4,8% (ano letivo 2010/11). Quando comparado com os valores referentes ao Continente e à Região Norte, verifica-se que o Município da Maia apresenta uma taxa de retenção para o ano letivo 2010/2011 inferior quer à do Continente quer à da Região Norte.

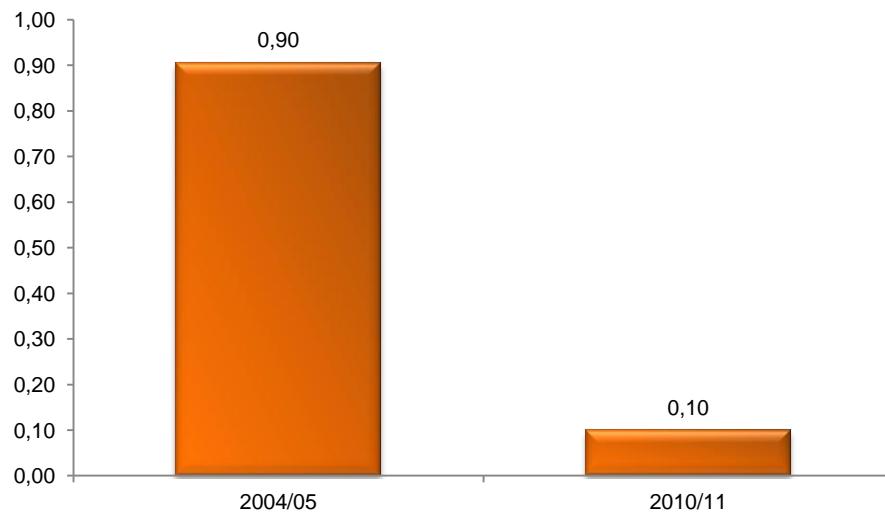
Educação Gráfico 37 - Taxa de retenção no 3º Ciclo do Ensino Básico público nos anos letivos 2004/05 e 2010/11, no Município da Maia



Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude – CMM

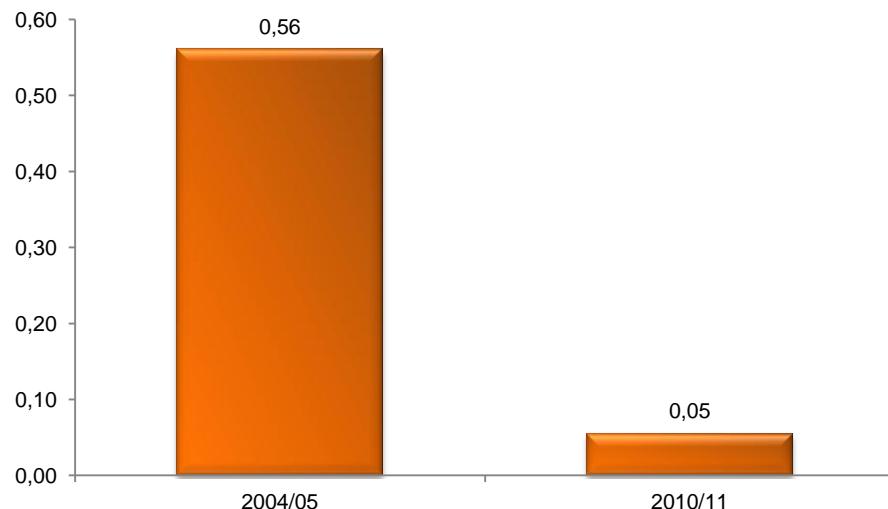
No 3º ciclo do ensino básico, as taxas de retenção no ano letivo 2004/05 e 2010/11 apresentam valores de, respetivamente, 12,1% e 11,2%. A taxa de retenção verificada no Município da Maia no ano letivo 2010/2011, é inferior à reportada ao Continente e igual à da verificada na Região Norte.

Educação Gráfico 38 - Taxa de desistência no 2º Ciclo do Ensino Básico público nos anos letivos 2004/05 e 2010/11, no Município da Maia



Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude (DEASJ) – CMM

Educação Gráfico 39 - Taxa de desistência no 3º Ciclo do Ensino Básico público nos anos letivos 2004/05 e 2010/11, no Município da Maia



Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude – CMM

Devido ao caráter obrigatório destes níveis de ensino, relativamente às taxas de desistência, assistiu-se a uma redução deste indicador tanto ao nível do 2º ciclo do ensino básico como do 3º ciclo. No ano letivo 2010/11, o 2º ciclo do ensino básico apresentava um total de 0,10%, enquanto que o 3º ciclo registou valores de 0,05%.

Educação Tabela 25 - Número de alunos repetentes e casos de absentismo e abandono por ano de escolaridade nos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico público nos anos letivos 2004/05 e 2010/11, no Município da Maia

Escola	Ano Letivo																													
	2004/05										2010/11																			
	5º ano			6º ano			7º ano			8º ano			9º ano			5º ano			6º ano			7º ano		8º ano		9º ano				
	Retenções	Absentismo	Abandono	Retenções	Absentismo	Abandono	Retenções	Absentismo	Abandono	Retenções	Absentismo	Abandono	Retenções	Absentismo	Abandono	Retenções	Absentismo	Abandono	Retenções	Absentismo	Abandono	Retenções	Absentismo	Abandono						
EB 2,3 Dr. Vieira de Carvalho	7	-	0	11	-	0	18	-	0	10	-	0	3	-	0	9	0	0	5	2	0	22	0	0	8	1	0	4	1	0
EB 2,3 de Nogueira	25	-	2	15	-	1	24	-	7	22	-	1	3	-	0	6	1	0	5	2	0	33	0	0	9	0	0	23	0	0
EB 2,3 de Pedrouços	93	-	0	97	-	0	83	-	0	9	-	0	7	-	0	27	1	0	30	2	0	23	1	0	19	0	0	33	0	0
EB 2,3 do Castêlo	20	-	2	29	-	1	10	-	1	20	-	1	7	-	0	17	0	0	13	0	0	31	4	0	17	0	0	7	0	0
EB 2,3 da Maia	33	-	8	27	-	7	46	-	4	47	-	0	11	-	0	11	1	0	16	6	1	31	3	1	8	1	0	8	0	1
EB 2,3 de Gueifães	13	-	1	13	-	1	16	-	1	21	-	1	6	-	0	6	0	0	17	1	0	22	0	0	10	0	0	17	0	0
Secundária Águas Santas	0	-	0	0	-	0	11	-	0	20	-	0	7	-	0	7	0	1	4	0	0	13	0	0	15	0	0	13	0	1
Secundária da Maia	0	-	0	0	-	0	8	-	0	3	-	0	0	-	0	0	0	0	0	0	0	20	0	0	9	0	0	4	0	0
Secundária Castêlo	0	-	0	0	-	0	27	-	5	6	-	0	2	-	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	4	0	0
Total	191	-	13	192	-	10	243	-	18	158	-	3	46	-	0	83	3	1	90	13	1	198	8	1	95	2	0	113	1	2

Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude – CMM

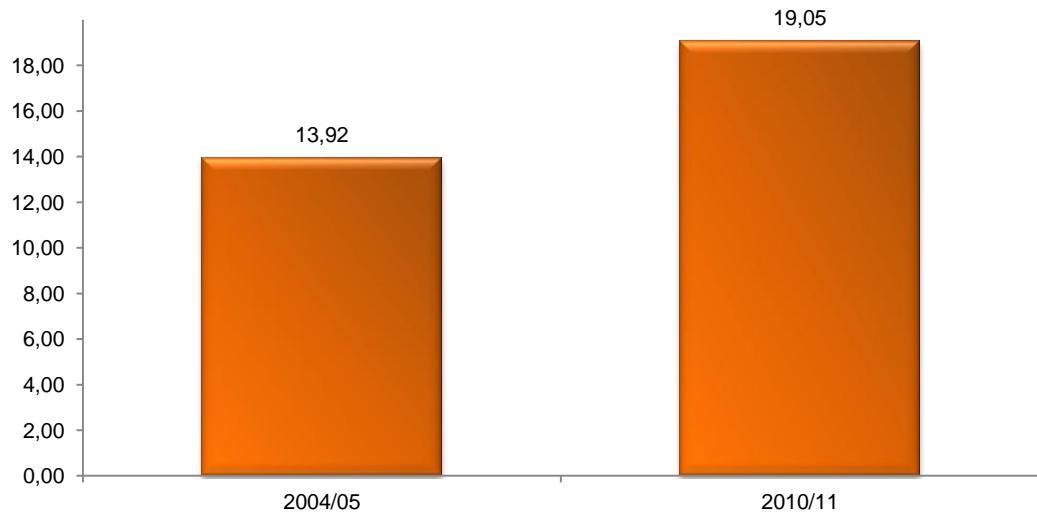
Como se pode observar na Tabela 25, no que concerne aos 2º e 3º ciclos do ensino básico, assiste-se a uma redução do número de alunos repetentes em todos os anos de escolaridade entre os anos letivos 2004/05 e 2010/11.

Contudo, à semelhança do verificado no ano letivo 2004/05, no ano letivo 2010/2011 o 7º ano é o ano de escolaridade mais crítico no que respeita a este indicador com 198 alunos repetentes. Neste ano letivo, verifica-se contudo um número significativo de alunos repetentes no 9º ano de escolaridade (113 repetências).

Relativamente ao absentismo, não foram apresentados dados para o ano letivo 2004/05. Contudo, verifica-se no ano letivo 2010/11 que os valores mais altos ocorrem nos 6º e 7º anos de escolaridade.

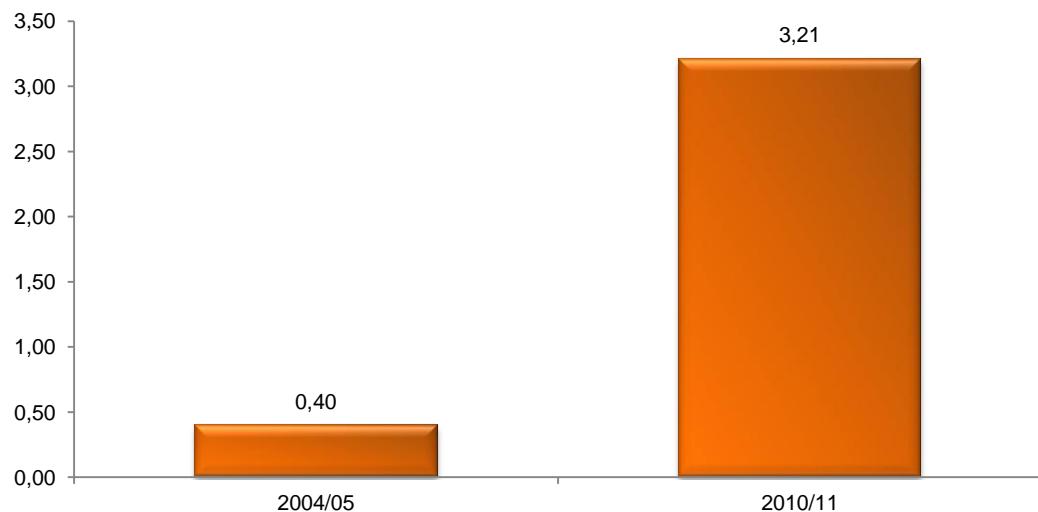
Não se verifica um número elevado de casos de abandono escolar nestes níveis de ensino devido ao seu caráter obrigatório. Ainda assim, verificou-se uma ocorrência na escola EB 2,3 da Maia em cada um dos 6º, 7º e 8º anos de escolaridade e uma na escola secundária de Águas Santas em cada um dos 5º e 9º anos de escolaridade.

Educação Gráfico 40 - Taxa de retenção no ensino secundário regular público nos anos letivos 2004/05 e 2010/11, no Município da Maia



Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude – CMM

Educação Gráfico 41 - Taxa de desistência no ensino secundário regular público nos anos letivos 2004/05 e 2010/11, no Município da Maia



Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude – CMM

No ensino secundário regular, a taxa de retenção apresenta um aumento de 36,9% entre os anos letivos 2004/05 e 2010/11, situando-se abaixo dos valores ao nível do Continente e superior aos da Região Norte, de 20,5% e 17,9%, respetivamente. A taxa de desistência, que expressa o abandono escolar neste nível de ensino e inclui anulações de matrícula e exclusão por faltas, representa, igualmente, um acréscimo no período em análise, representando 0,40% no ano letivo 2004/05 e 3,21% no ano letivo 2010/11.

Os valores apresentados nas taxas de retenção encontram-se enquadrados no novo regime legal que rege a escolaridade obrigatória, onde se inclui a Lei nº 85/2009 de 27 de Agosto que veio estabelecer o alargamento desta até aos 18 anos. De acordo com o Decreto-Lei nº 176/2012 de 2 de Agosto, “(...) o cumprimento da escolaridade de 12 anos é relevante para o progresso social, económico e cultural de todos os portugueses. Este processo deve ser seguro, contínuo e coerente, garantindo a promoção da qualidade e da exigência no ensino e o desenvolvimento de todos os alunos (...)”.

Educação Tabela 26 - Número de alunos repetentes e casos de abandono por ano de escolaridade no ensino secundário regular público em 2004/05 e 2010/11, no Município da Maia

Escola	Ano Letivo											
	2004/05						2010/11					
	10º ano		11º ano		12º ano		10º ano		11º ano		12º ano	
	Retenção s	Abandon o										
Secundária Águas Santas	38	0	3	0	34	0	38	7	8	4	37	6
Secundária da Maia	57	0	20	0	45	0	34	2	28	12	96	4
Secundária Castêlo	43	0	16	0	24	5	20	10	21	3	62	9
Total	138	0	39	0	103	5	92	19	57	19	195	19

Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude – CMM

No ano letivo 2004/05, assistia-se a um maior número de repetências no 10º ano de escolaridade (138 alunos repetentes), seguido do 12º ano de escolaridade (103 alunos repetentes). No ano letivo 2010/11, o 12º ano de escolaridade é o ano com maior número de alunos repetentes (195), seguido do 10º ano de escolaridade (92).

Para o período em análise, registou-se um aumento do número de casos de abandono escolar, verificando-se, no ano letivo 2010/11, 19 ocorrências em cada um dos anos de escolaridade, enquanto no ano letivo 2004/2005 se tinham registado 5 casos de abandono no 12º ano.

Atendendo às metas nacionais estabelecidas para 2015 no que concerne às taxas de repetência, e aos dados obtidos para o ano letivo 2010/11, verifica-se que no Município da Maia a taxa de retenção no que respeita ao 1º ciclo do ensino básico apresenta um valor muito próximo dos 2% estabelecidos pelo Ministério da Educação. No que se refere aos 2º e 3º ciclos do ensino básico e ao ensino secundário, os valores obtidos, pese embora demonstrem o esforço realizado no sentido de reduzir as referidas taxas, encontram-se acima das metas estabelecidas, sendo a diferença mais acentuada respeitante ao ensino secundário.

Relativamente às taxas de desistência, verifica-se, em qualquer um dos níveis de ensino em estudo, uma redução bastante significativa de casos de abandono escolar, apresentando valores que se enquadram nos estabelecidos para 2015.

QUADRO EDUCAÇÃO

ÁREA DE DIAGNÓSTICO	PROBLEMAS/OBSTÁCULOS	LINHAS DE FORÇA/OPORTUNIDADES
PARQUE ESCOLAR	Existência de algumas escolas em deficiente estado de conservação	<ul style="list-style-type: none"> • Intervenção operada no parque escolar, através da realização de obras de construção, ampliação e/ou requalificação; • Ampliação da escola da Pícua (a iniciar); • Construção do Centro Escolar de Mandim (previsto); • Construção do Centro Escolar de Folgosa (previsto); • Elaboração de plano de requalificação das escolas em deficiente estado de conservação.
AÇÃO SOCIAL ESCOLAR	Deterioração da situação económica das famílias	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de normativo municipal aplicado à ação social escolar; • Coordenação com a ação social direta através dos Gabinetes de Atendimento Integrado Local; • Existência de projetos municipais ou de participação municipal mediante parcerias com outras entidades de intervenção comunitária dirigido às famílias carenciadas; • Rede Social da Maia; • Existência de refeitório ou cantina em todos os estabelecimentos escolares.

ÁREA DE DIAGNÓSTICO	PROBLEMAS/OBSTÁCULOS	LINHAS DE FORÇA/OPORTUNIDADES
ATIVIDADES DE APOIO À FAMÍLIA	<p>Crescente procura dos serviços de acolhimento e prolongamento na educação pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico</p> <p>Limitação de recursos humanos (assistentes técnicos e assistentes operacionais) com vínculo municipal</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Funcionamento em todos os estabelecimentos de educação pré-escolar da Componente de Apoio à Família; • Funcionamento em todos os estabelecimentos escolares do 1º ciclo do ensino básico do Serviço de Apoio à Família; • Funcionamento em todos os estabelecimentos escolares do 1º ciclo do ensino básico das Atividades de Enriquecimento Curricular sendo a Câmara Municipal a entidade promotora; • Realização de eventos propiciadores da participação de pais e encarregados de educação. • Recurso ao Programa Emprego Inserção e Emprego Inserção+.
SUCESSO ESCOLAR	<p>Situações de abandono escolar nos 2º e 3º ciclos do ensino básico e no ensino secundário.</p> <p>Taxas de retenção acima das metas estabelecidas para 2015, para os diversos ciclos, pelo Ministério da Educação, no que se refere ao 3º ciclo do ensino básico e secundário.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Inexistência de abandono escolar ao nível do 1º ciclo do ensino básico; • Programa Municipal de combate ao absentismo e abandono escolar precoce Maia não Desiste; • Existência de ofertas educativas e formativas alternativas, tais como, CEF, EFA, Cursos Profissionais, Cursos Tecnológicos, abrangendo áreas diversificadas; • Excelente cooperação institucional com entidades educadoras e formadoras sedeadas no Município da Maia.



AÇÃO SOCIAL

Diagnóstico Social do Município da Maia | 2014

AÇÃO SOCIAL

GLOSSÁRIO

A ação social tem, como objetivos essenciais, a prevenção e reparação de situações de carência e desigualdades socioeconómicas, de dependência, disfunção, exclusão ou vulnerabilidades sociais, bem como a integração e promoção comunitária das pessoas e o desenvolvimento das respetivas capacidades.

Pretende ainda, assegurar a especial proteção aos grupos mais vulneráveis, designadamente crianças, jovens, pessoas com deficiência e idosos, bem como a outras pessoas em situação de carência económica ou social, disfunção ou marginalização social. Esta proteção poderá realizar-se através de prestações pecuniárias de carácter eventual e em condições de excepcionalidade, prestações em espécie e acesso à rede nacional de serviços e equipamentos sociais.

Segundo o Instituto da Segurança Social, I.P as respostas existentes apresentam o seguinte glossário:

Ama - Resposta social desenvolvida através de um serviço prestado por pessoa idónea que, por conta própria e mediante uma retribuição, cuida de crianças até aos 3 anos de idade, que não sejam suas parentes ou afins na linha reta ou no 2º grau da linha colateral, por um período de tempo correspondente ao trabalho dos pais, com o objetivo de apoiar as famílias, mediante o acolhimento de crianças, providenciando a continuidade dos cuidados a prestar, manter as crianças em condições de segurança e proporcionar, num ambiente familiar, as condições adequadas ao desenvolvimento integral das crianças.

Creche - Resposta social, desenvolvida em equipamento, de natureza socioeducativa, para acolher crianças até aos 3 anos de idade, durante o período diário correspondente ao impedimento dos pais ou da pessoa que tenha a sua guarda de facto, com o objetivo de apoiar a criança e a família.

Estabelecimento de Educação Pré-Escolar – Resposta social, desenvolvida em equipamento, vocacionada para o desenvolvimento da criança com idade compreendida entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico, proporcionando-lhe atividades educativas e de apoio à família. Trata-se de uma resposta social com intervenção integrada da Segurança Social e da Educação.

Centro de Atividades de Tempos Livres - Resposta social, desenvolvida em equipamento ou serviço, que proporciona atividades de lazer a crianças e jovens a partir dos 6 anos, nos períodos disponíveis das responsabilidades escolares e de trabalho, desenvolvendo-se através de diferentes modelos de intervenção, nomeadamente acompanhamento/inserção, prática de atividades específicas e multiatividades.

Centro Comunitário - Resposta social, desenvolvida em equipamento, onde se prestam serviços e desenvolvem atividades que, de uma forma articulada, tendem a constituir um Pólo de animação, com vista à prevenção de problemas sociais e à definição de um projeto de desenvolvimento local, coletivamente assumido, tendo como destinatários pessoas e famílias de uma determinada área geográfica.

Centro de Apoio à Vida - Resposta social, desenvolvida em equipamento, vocacionada para o apoio e acompanhamento a mulheres grávidas ou puérperas com filhos recém-nascidos, que se encontram em risco emocional ou social, decorrente de: ausência de enquadramento familiar ou de condições afetivas que lhes permitam assegurar uma maternidade responsável; instabilidade emocional relacionada com a maternidade, que possa afetar o normal desenvolvimento da gravidez; comportamentos ou entrega a atividades que ponham em perigo a sua saúde ou do nascituro; condições socioeconómicas que a coloquem numa situação particular de vulnerabilidade, ou afetem a sua estabilidade familiar.

Serviço de Apoio Domiciliário - Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados, no domicílio, a indivíduos e famílias prioritariamente idosas, com deficiência e em situação de dependência, quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

Apoio Domiciliário Integrado (ADI) - Resposta social, que funciona em articulação com o Centro de Saúde da Maia, com o objetivo de reforçar as capacidades e as competências das famílias, no lidar com as situações adversas. Presta também, cuidados de saúde individualizados e personalizados no domicílio, a indivíduos e famílias que, temporária ou permanentemente, se encontrem impossibilitados de satisfazerem, por si só, as suas necessidades básicas.

Centro de Convívio - Resposta social, desenvolvida em equipamento, de apoio a atividades sócio recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com participação ativa de pessoas idosas, com 65 e mais anos, de uma comunidade.

Centro de Dia - Resposta social, desenvolvida em equipamento, que presta um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas idosas, prioritariamente com 65 e mais anos, no seu meio sociofamiliar.

Lar de Idosos - Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, para pessoas idosas, ou outras, em situação de maior risco de perda de independência e/ou de autonomia.

Centro de Atividades Ocupacionais - Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a proporcionar atividades para jovens e adultos com deficiência grave, com idade igual ou superior a 16 anos, cujas capacidades não permitam, temporária ou permanentemente o exercício de uma atividade produtiva, para pessoas com deficiência cuja situação não se enquadre no âmbito do regime de emprego protegido, nos termos da respetiva legislação e que careçam de apoios específicos.

Lar Residencial - Resposta social, desenvolvida em equipamento, com o objetivo de alojar jovens e adultos com deficiência, que se encontrem impedidos, temporária ou definitivamente, de residir no seu meio familiar. Os destinatários são pessoas com deficiência, com idade igual ou superior a 16 anos, cuja situação sociofamiliar o aconselhe e se tenham esgotado as possibilidades de encaminhamento para outras respostas sociais, mais adequadas.

ENTIDADES SOLIDÁRIAS E RESPETIVAS RESPOSTAS SOCIAIS

As Entidades Solidárias, (Misericórdia, Instituições Particulares de Solidariedade Social e Cooperativas) têm por finalidade o exercício da ação social, na prevenção e apoio nas diversas situações de fragilidade, exclusão ou carência humana, promovendo a inclusão e a integração social, desenvolvendo, para tal, diversas atividades de apoio a: crianças e jovens, à família, juventude, terceira idade, invalidez e, em geral, a toda a população necessitada. As entidades são constituídas por iniciativa de particulares, sem finalidade lucrativa, com o fim de dar expressão organizada, ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos, não servidas pelo Estado, para prosseguir, entre outros e mediante a concessão de bens e a prestação de serviços, os seguintes objetivos:

- ▶ Apoio a crianças e jovens;
- ▶ Apoio à família;
- ▶ Apoio à integração social e comunitária;
- ▶ Proteção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência, ou de capacidade para o trabalho;
- ▶ Promoção e proteção na saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação;
- ▶ Educação e formação profissional dos cidadãos.

Ação Social Quadro 1 – Entidades Solidárias do Município da Maia e respetivas valências em 2011

Entidades	Valência	Freguesia	Quantidade	N.º de utentes
APPACDM da MAIA	C.A.O.	Vermoim	1	18
	C.A.O.	Avioso (S. Pedro)	1	25
Associação Portuguesa de Doentes de Parkinson – Delegação do Porto	-----	Águas Santas	1	-----
A Causa da Criança	C.A.T.	Vila Nova da Telha	1	23
Criança Diferente – Associação de Amigos	C.A.O.	Milheirós	1	20
	Lar Residencial de Acolhimento Temporário	Milheirós	1	10
	Quinta Pedagógica	Milheirós	1	----- -
ASMAN – Associação de Solidariedade Social Mouta-Azenha Nova	Jardim de Infância	Gueifães	2	40
	A.T.L.	Gueifães	2	50
	C.A.F.A.P.	Gueifães	1	90 (famílias)

Entidades	Valência	Freguesia	Quantidade	N.º de utentes
BOMPORTO Cooperativa de Solidariedade Social, C.R.L.	A.T.L.	Gemunde	1	-----
Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação da Maia	S.A.D.	Maia	1	33
	Serviço Transportes	Município da Maia	1	-----
	Emergência pré-hospitalar	Município da Maia	1	-----
Centro Social e Paroquial de Águas Santas	Lar de Idosos	Águas Santas	1	8
	Centro de Dia	Águas Santas	1	40
	S.A.D.	Águas Santas	1	35
	Creche	Águas Santas	1	57
Centro Social das Guardeiras	Jardim de Infância	Moreira	1	66
Centro Paroquial de Nossa Senhora da Natividade de Pedrouços	Lar de Idosos	Pedrouços	1	23
	Centro de Dia	Pedrouços	1	23
	S.A.D.	Pedrouços	1	30
Centro Social e Paroquial da Maia	Centro de Convívio	Maia	1	30
Comunidade Terapêutica do Meilão	Centro Recuperação Toxicodependentes	Águas Santas	1	18
Fundação Lar Evangélico Português	Lar de Idosos	Águas Santas	1	42
	Lar de Infância e Juventude	Águas Santas	1	68
JARDIMCOOPE – Associação de Solidariedade Social	Creche	Gueifães	1	51
	Jardim de Infância	Gueifães	1	50
LACESMAIA- Liga de Amigos do ACES da Maia	Centro de Convívio	Nogueira	1	13
		Vermoim	1	23
		Águas Santas	1	25
Missionários do Sofrimento	Lar de Idosos	Águas Santas	1	34
Associação das Obras Sociais de S. Vicente de Paulo - Lar Santo António	Lar de Idosos	Gueifães	1	44
	Centro de Dia	Gueifães	1	35
	S.A.D.	Gueifães	1	60
O Amanhã da Criança – Associação de Solidariedade Social	Jardim de Infância	Pedrouços	1	115
	Creche	Pedrouços	1	25
	C.A.T.L.	Pedrouços	1	75
	Centro de Dia	Pedrouços	1	50
	S.A.D.	Pedrouços	1	40
RARÍSSIMAS – Associação Nacional de Doenças Mentais e Raras	C.A.O.	Milheirós	1	10
Recreio do João – Cooperativa de Solidariedade Social, C.R.L.	S.A.D.	Nogueira	1	20

Entidades	Valência	Freguesia	Quantidade	N.º de utentes
Santa Casa da Misericórdia da Maia	Jardim de Infância	Gueifães	1	71
		São Pedro Fins	1	55
		Vermoim	1	75
		Gondim	1	65
		Moreira - Crestins	1	68
		Moreira - Guarda	1	68
		Águas Santas I	1	65
		Águas Santas II	1	60
		Pedrouços	1	72
		Milheirós	1	70
		Nogueira	1	65
		Avioso (Stª Maria)	1	66
		Maia	1	34
		São Pedro Fins	1	35
		Vermoim	1	50
	Creche	Gondim	1	14
		Moreira - Crestins	1	35
		Moreira - Guarda	1	35
		Águas Santas I	1	35
		Águas Santas II	1	35
		Pedrouços	1	35
		Milheirós	1	35
		Nogueira	1	35
		Avioso (Stª Maria)	1	35
		Vermoim	1	28
A.T.L.	Lar de Idosos	Maia	1	50
		Milheirós	1	20
	S.A.D.	Milheirós	1	40
		Vila Nova da Telha	1	40
		Maia	1	41
	A.D.I.	Maia	1	12
		Pedrouços	1	20
		Moreira - Crestins	1	20
		Moreira - Guarda	1	26
		Silva Escura	1	20
		Avioso (Stª Maria)	1	24
		Milheirós	1	20
		Maia	1	28
Centro de Dia	Clube Séniors	Vila Nova Telha	1	15
		Pedrouços	1	23
		Vermoim	1	16
	Centro Comunitário	Vila Nova Telha	1	309
		Vermoim	1	304
Transporte de Pessoas com Deficiência	-----		1	18

Entidades	Valência	Freguesia	Quantidade	N.º de utentes
SOCIALIS Associação Solidariedade Social	Centro Local Apoio à Integração do Imigrante	Maia	1	60 Atendimentos / mês
	CAV (Acolhimento)	Vila Nova da Telha	1	10
	CAV (Atendimento/Acompanhamento)	Maia	1	75
	Gabinete EntrAjuda à Procura de Emprego	Maia	1	10

Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude – C.M. Maia

O Município da Maia conta com vinte e duas Entidades Solidárias, que desenvolvem o seu trabalho nas várias freguesias do Município, como se pode observar através do Quadro1. Para responderem à população mais vulnerável do Município, estas entidades possuem diferentes valências, como descrito.

Assim, para dar resposta a **Crianças e Jovens**, têm as valências de Creche, Jardim de Infância, Atividades de Tempos Livres, Centro de Atividades de Tempos Livres, Ocupação de Tempos Livres Centro de Acolhimento Temporário e Lar de Infância e Juventude.

Além destas, existe a resposta **Amas** (ISS,I.P.) que são em número de 17 e integram 88 crianças no Município da Maia, em 31 de dezembro de 2011.

Para a **População com Deficiência**, existem, no município, Centros de Atividades Ocupacionais (CAO), Lar Residencial de Acolhimento Temporário e uma Quinta Pedagógica.

Já no que concerne à **População Idosa**, estas entidades possuem Serviço Apoio Domiciliário, Apoio Domiciliário Integrado, Centro de Convívio, Centro de Dia, Lar de Idosos, Clube Séniior, Universidade Séniior e vários projetos promovidos pela autarquia, com o propósito de promover um envelhecimento ativo.

Além das Entidades Solidárias atrás referenciadas, existem neste município, Associações Sociais, Culturais, Recreativas e Desportivas, que trabalham muitas das valências atrás mencionadas.

INFÂNCIA E JUVENTUDE

Segundo a Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de Novembro de 1989 e ratificada por Portugal em 21 setembro de 1990, "A família, elemento natural e fundamental da sociedade e meio natural para o crescimento e bem-estar de todos os seus membros, e em particular das crianças, deve receber a proteção e a assistência necessárias para desempenhar plenamente o seu papel na comunidade."

Assim e ainda segundo a Convenção, "Criança, define-se como todo o ser humano com menos de dezoito anos, exceto se a lei nacional conferir a maioridade mais cedo. Todos os direitos se aplicam ao universo das crianças sem exceção. Assim, o Estado tem obrigação de proteger a criança contra todas as formas de discriminação e de tomar medidas positivas para promover os seus direitos. Todas as decisões que digam respeito à criança, devem ter plenamente em conta o seu interesse superior, e mais uma vez, o Estado deve garantir os cuidados adequados, quando os pais ou outras pessoas responsáveis por ela não tenham capacidade para o fazer".

Ao nível local, as Entidades Solidárias do Município, tem uma cobertura bastante razoável, no número de equipamentos para esta faixa etária, como se descreve no quadro seguinte:

Ação Social Quadro 2 – Serviços e Equipamentos de Apoio à Infância e Juventude em 2011

Município da Maia	N.º	Crianças/Jovens Abrangidos
Creche	15	546
Jardim de Infância	16	1071
Centro de Atividades de Tempos Livres	1	75
Atividades de Tempos Livres	3	78
Centro de Acolhimento Temporário	1	23
Lar de Infância e Juventude	1	68
Total	37	1861

Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude- C. M. Maia

O Quadro 2 apresenta os equipamentos de apoio a crianças e jovens existentes no Município da Maia e, com este, percebemos que o Jardim de Infância é a valência mais numerosa (16) a qual dá resposta a 1.071 crianças, seguida pela Creche (15), com 546. Existem ainda 3 ATL's, que integram 78 crianças e um CATL com 75 crianças.

No âmbito da infância e juventude, todas as Instituições desenvolvem um conjunto de atividades com vista ao desenvolvimento pleno das suas crianças e jovens e à criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento num clima compreensão, respeito e aceitação de cada um.

Colaborar na socialização de cada criança e jovem, através da participação na vida em grupo.

Favorecer a relação entre família, escola, comunidade, com vista a uma valorização, aproveitamento e rentabilização de todos os recursos do meio.

Proporcionar atividades integradas num projeto de animação sócio-cultural, em que as crianças ou jovens possam escolher e participar voluntariamente, tendo em conta as características dos grupos e como base o maior respeito pela pessoa.

Melhorar a situação social, educativa e a qualidade de vida das crianças.

Potenciar a integração e integração social das crianças com deficiência, em risco e em exclusão social e familiar.

DEFICIÊNCIA

Deficiência é o termo usado para definir a ausência ou a disfunção de uma estrutura psíquica, fisiológica ou anatómica. Diz respeito à atividade exercida pela biologia da pessoa. Este conceito foi definido pela Organização Mundial de Saúde (OMS). A expressão Pessoa com Deficiência pode ser aplicada referindo-se a qualquer **pessoa que possua uma deficiência**. Contudo, há que se observar que, em contextos legais, ela é utilizada de uma forma mais restrita e refere-se a pessoas que estão sob o amparo de uma determinada legislação.

A promoção do bem-estar e qualidade de vida da população e a igualdade entre todos os portugueses, através da realização de “uma política nacional de prevenção e de tratamento, reabilitação e integração dos cidadãos portadores de deficiência e de apoio às suas famílias”, do “desenvolvimento de uma pedagogia que sensibilize a sociedade quanto aos deveres de respeito e solidariedade para com eles” e a assunção do encargo da efetiva realização dos seus direitos, constituem tarefas fundamentais do Estado e como tal, consagradas na Constituição da República Portuguesa (artigos 9º alínea d), 13º e 71º).

Por sua vez, a Lei de Bases da Prevenção, Habilitação, Reabilitação e Participação das Pessoas com Deficiência (Lei n.º 38/2004, de 18 de agosto) determina “a promoção de uma sociedade para todos através da eliminação de barreiras e da adoção de medidas que visem a plena participação da pessoa com deficiência”.

Ação Social Quadro 3 – Serviços e Equipamentos de Apoio às Pessoas com Deficiência em 2011

Município da Maia	N.º	Pessoas com Deficiência abrangidas
Lar Residencial de Acolhimento Temporário	1	10
Centro de Atividades Ocupacionais	3	63
Total	4	73

Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude – C. M. Maia

Para apoiar a população com deficiência, existem na Maia três Centros de Atividades Ocupacionais, que integram 63 clientes e um Lar Residencial que apoia 10 utentes, como podemos verificar acima.

CRIANÇA DIFERENTE - ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, sem fins lucrativos e fundada em maio de 1998, com o objetivo de representar os interesses dos jovens com deficiência. A Entidade conta com um Centro de Atividades Ocupacionais, direcionado para jovens na faixa etária a partir dos 16 anos, onde se desenvolvem atividades muito diversificadas, visando com isso, uma maior autonomia pessoal e social dos utentes.

Outro projeto implementado foi a QUINTA PEDAGÓGICA, propriedade com casa rústica, onde futuramente será instalado um Lar Residencial para pessoas com deficiência, numa faixa etária mais elevada, pretendendo ter um Lar para os mais jovens e outro para os mais velhos, já que as suas capacidades e interesses são diferentes.

Na quinta pedagógica, desenvolvem-se várias atividades como por exemplo: a horta e a troca de conhecimentos que se faz entre as crianças que frequentam as escolas da freguesia e a população alvo da Entidade.

A APPACDM – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental – da Maia conta com dois Centros de Atividades Ocupacionais, um integrado no Empreendimento de Habitação Social do Sobreiro, em Vermoim e outro em S. Pedro de Avioso.

Criada, durante o ano de 2009, a BOMPORTO - COOPERATIVA DE SOLIDARIEDADE SOCIAL, C.R.L., instituição sedeada na freguesia de Gemunde, está vocacionada para o apoio a pessoas com deficiência, essencialmente do Espetro Autismo e abrange pessoas com grau de incapacidade superior a 50%. As atividades já implementadas pela Instituição foram, a Colónia de Férias e Aquisição de Competências (projeto TRA.V.A – Transição para a vida adulta).

A RARÍSSIMAS - Delegação do Norte, a funcionar na Maia desde 2007, abriu o Centro Raríssimo onde oferece serviços qualificados, com destaque para a área da reabilitação intensiva de crianças, jovens e adultos, portadores de deficiências mentais e raras. É neste espaço que, com ajuda de técnicos especializados, é desenvolvendo o potencial físico-motor, mental e sensorial dos doentes, promovendo o encaminhamento e orientação dos mesmos e suas famílias.

O Centro Raríssimo da Maia tem, atualmente, em acompanhamento, cerca de 50 utentes com patologias diversas, em regime intensivo, que usufruem de serviços como: Fisioterapia, Terapia da fala, Terapia Ocupacional, Hidroterapia, Hipo terapia, Consultas de Fisiatria, Psicologia Clínica, Nutrição, Terapia Sacro Craniana, bem como a referenciação e acompanhamento em consultas de especialidade.

Núcleo da Maia do Movimento Pais em Rede: Pais em Rede é um movimento de âmbito nacional que congrega famílias de pessoas com incapacidades, mobilizando toda a sociedade para uma causa que é comum.

PROJETOS DESENVOLVIDOS PELA AUTARQUIA LIGADOS À DEFICIÊNCIA

O reconhecimento do papel do poder local, na promoção de políticas de reabilitação e integração social da pessoa com deficiência e a necessidade de cooperar, interinstitucionalmente, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida, acessibilidade e mobilidade no concelho da Maia, levou à criação do Conselho Municipal do Cidadão com Deficiência.

Conselho Municipal do Cidadão com Deficiência do Município da Maia

Considerando as limitações e condicionalismos que têm afetado as pessoas com deficiência, inibindo-as de exercer plenamente a sua cidadania, foi constituído no ano de 2010, promovido pela Câmara Municipal da Maia, o Conselho Municipal do Cidadão com Deficiência, que é uma instância de diálogo e consulta, tendo como principal objetivo assegurar a participação da pessoa com deficiência na construção da cidade e a realização de políticas e medidas, com vista a facilitar a sua integração social.

Este Conselho é composto pelos seguintes membros permanentes:

- ▶ Um representante da Câmara Municipal da Maia;
- ▶ Um representante da Assembleia Municipal;
- ▶ Um representante das Juntas de Freguesia;
- ▶ Um representante do Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P;
- ▶ Um representante do Provedor Metropolitano dos Cidadãos com Deficiência;
- ▶ Um representante de cada uma das IPSS do Município da Maia com vocação na área.

Competências do Conselho:

- ▶ Emitir pareceres sobre políticas de integração social dos deficientes na vida do município;
- ▶ Emitir pareceres sobre projetos e iniciativas que a autarquia entenda submeter-lhe;
- ▶ Receber e apreciar as queixas apresentadas pelos cidadãos, por ações ou omissões dos órgãos do poder local, dirigindo ao Presidente da Câmara as recomendações tidas como necessárias e julgadas convenientes;

- ▶ Propor à Câmara Municipal, a realização, por esta ou em cooperação com outras entidades, designadamente organizações governamentais e não-governamentais legalmente constituídas, de ações objeto do Conselho;
- ▶ Pronunciar-se, junto da Câmara Municipal, sobre projetos e iniciativas camarárias, suscetíveis de constituírem ações discriminatórias, face às pessoas com deficiência;
- ▶ Promover a inserção e acompanhamento institucional do cidadão com deficiência, visando a sua reinserção ou reabilitação social.

O Conselho Municipal do Cidadão com Deficiência teve início em setembro de 2010 e realiza as suas reuniões bimestralmente, na última terça-feira do mês.

Temas abordados:

Apresentação do Plano Municipal de Acessibilidade para Todos (PMAT).

Apresentação do Serviço Informação e Mediação para Pessoas com Deficiência: Apreciação das situações expostas por um município.

Apresentação do estudo realizado à População do Município da Maia com deficiência; apresentação da Proposta de Ação para 2011 do PMAP.

Parecer do CMDC sobre a proposta de Ação para o Triénio 2011-2013 do Grupo de Trabalho afeto à Monitorização do PMAT; apresentação do Projeto Inovador na Área da Deficiência pela Criança Diferente – Associação de Amigos, a Academia da Criança Diferente.

Educação Especial no Município da Maia.

Análise da proposta para definição de “critérios para a imagem e funcionalidade do espaço urbano no Município da Maia”, designadamente no que respeita a papeleiras e dispositivos dispensadores de sacos para dejetos caninos.

Apresentação do Projeto R+ Equipamento Amigo das Pessoas; informação sobre o Banco Municipal de Produtos de Apoio.

Serviço de Informação e Mediação para Pessoas com Deficiência

A Câmara Municipal da Maia, sempre orientou a sua política na defesa dos direitos dos cidadãos e na prestação de serviços a estratos sociais dependentes, contribuindo, de forma clara, para a promoção de políticas de reabilitação e integração social das pessoas com deficiência, de forma a não combater só a exclusão social mas, essencialmente, promover a Inclusão Social.

Atenta a esta questão, a Área Metropolitana do Porto, celebrou, com o Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P., um Protocolo de Cooperação, com vista à criação do Serviço de Informação e Mediação para as Pessoas com Deficiência; SIM-PD, nos Municípios da Área Metropolitana do Porto.

Prosseguindo os objetivos de fomentação e dinamização deste serviço e de uma política de proximidade, a Câmara Municipal da Maia subscreveu um Protocolo de Cooperação com a Área Metropolitana do Porto, com vista a implementar o SIM-PD no Município da Maia.

Foi criado, na edilidade, o Serviço de Informação e Mediação para Pessoas com Deficiência, sendo este, de atendimento especializado e dirigido especificamente a pessoas com deficiência e suas famílias, e presta informação sobre direitos, benefícios e recursos existentes na área da deficiência e reabilitação.

Objetivos do SIM-PD:

- ▶ Fazer atendimento qualificado aos municípios com deficiência e respetivas famílias, bem como aos técnicos de reabilitação e instituições que desenvolvam qualquer tipo de atividade neste domínio (prevenção, habilitação, reabilitação e integração), assegurando-lhes uma informação acessível e integrada, sobre os direitos, benefícios e recursos existentes, para a resolução dos problemas colocados;
- ▶ Proceder ao seu correto encaminhamento e desenvolver uma função de mediação, junto dos serviços públicos e entidades privadas, responsáveis pela resolução dos seus problemas, que seja facilitadora da sua intervenção junto destes cidadãos;
- ▶ Desenvolver e valorizar as parcerias locais, que permitam soluções de atendimento mais eficazes;
- ▶ Proceder, junto dos serviços, instituições e outras estruturas locais, à apropriação e divulgação de boas práticas, no atendimento do município com deficiência;
- ▶ Recolher informação, que permita produzir diagnósticos, de caracterização local, das pessoas com deficiência, identificar os principais problemas existentes e promover soluções adequadas.

Local de Atendimento:

- ▶ Gabinete de Atendimento da Câmara Municipal da Maia – Piso 0 (Terça-feira: das 14H00 às 17H30 e Sexta-feira: das 09H00 às 12H30).

Projeto R+ - Equipamento Amigo das Pessoas

A Câmara Municipal da Maia associou-se à Maiambiente e à LIPOR, na implementação do Projeto R+, projeto-piloto que visa promover a reciclagem de materiais e que consiste na recolha seletiva, porta a porta, de resíduos recicláveis (papel, cartão, embalagens plásticas, metálicas e vidro).

Trata-se de uma iniciativa pioneira e que consiste em projetar, produzir e testar, um equipamento revolucionário do ponto de vista de aproximação às pessoas, em que se conjugue equipamento e acessibilidades, pilares fundamentais para a participação no projeto de reciclagem multimaterial. O Projeto R+ iniciou-se nos finais de 2010 e encontra-se na sua terceira edição.

Este projeto, está direcionado para a população residente no Município da Maia, abrangendo cidadãos de diversas faixas etárias, dotados de interesse e/ou especial sensibilidade para com os assuntos ambientais, com deficiências diversas e/ou mobilidade.

Atualmente, cerca de três dezenas de munícipes com deficiência motora, auditiva e visual, já usufruem deste serviço, que tem apresentado excelentes resultados, evidenciando a motivação na participação no projeto e dando resposta a uma necessidade premente: a de oferecer os meios necessários para que esteja, ao alcance da população com deficiência, a realização de reciclagem.

As atividades do Projeto:

- ▶ Realização de uma ação de sensibilização por dois técnicos (um da Divisão de Ação Social e Habitação Social da Câmara Municipal da Maia e outro da Lipor), em casa das famílias beneficiárias. Procede-se à entrega de um kit de sacos, aos utentes, fornecem-se as informações necessárias, eventualmente esclarecem-se dúvidas (com a presença de um eco conselheiro) e entrega-se um folheto personalizado (com as datas e horários das recolhas).
- ▶ A par disto, apresenta-se a equipa de recolha e define-se a data/hora para a recolha, de acordo com a necessidade do próprio utente.
- ▶ Foram também definidos, por parte da Maiambiente, os circuitos de recolha dos materiais (recolha seletiva dos 3 fluxos principais – Papel e Cartão, Embalagens Plásticas e Metálicas e Vidro).

Este é mais um reflexo da importância da inovação, da participação, do envolvimento das entidades (parcerias) e do sentido de Responsabilidade Social, apanágio do Município da Maia, particularmente no que, às iniciativas direcionadas às populações mais vulneráveis, diz respeito.

Plano Municipal de Acessibilidade para Todos¹

"Falar de mobilidade é também entender as novas realidades sociais". Não é possível falar de mobilidade, sem compreender as suas relações como o território e com as estruturas sociais.

Analizando-se os territórios da mobilidade, em termos sociais, chegamos a um conhecimento e valorização de novos modelos de mobilidade, que não podem ser escamoteados, aquando do planeamento urbanístico e da mobilidade, uma vez que, essa ignorância pode criar territórios excluídos. O envelhecimento da sociedade, a integração da mulher no mundo profissional e as novas exigências das pessoas de mobilidade reduzida, são exemplos dessas novas necessidades. Estas perspetivas de exclusão de mobilidade são um repto ao futuro planeamento das cidades, face à sua tendência crescente e aos novos desafios de uma sociedade democrática e livre.

Simultaneamente, ser móvel é percorrer a condição urbana, que é condição humana, porque o território, muito para além da sua vertente física, é uma construção social. A cidade é, por excelência, o espaço onde o homem se pode expressar.

Contudo, as cidades atuam e, na sua maioria, não correspondem às necessidades da sua população. O espaço público, o edificado e os transportes, têm sido planeados para o homem médio, de idade madura, com força e gozando de plena saúde. São poucas as cidades, que têm ajudas técnicas capazes para as necessidades especiais das pessoas com deficiência ou incapacidade ou mesmo para os mais idosos, por forma a facilitar a deslocação entre lugares, com autonomia e segurança e a utilização dos equipamentos e dos transportes. Ou seja, o planeamento terá que realizar-se com mais profissionalismo, com vista à definição de uma deslocação completa, autónoma e sem interrupções.

Assim, a Câmara Municipal da Maia, elaborou, em abril de 2009, um Plano Municipal de Acessibilidade para Todos, com uma nova estratégia em torno do planeamento urbano, juntando a esse processo a visão da acessibilidade, nos núcleos urbanos do município.

Foram consideradas dez áreas territoriais prioritárias do município, a fim de se alcançar um desenvolvimento sustentável, na procura da melhoria da qualidade dos espaços e serviços municipais, criando-se as medidas necessárias para a construção de uma sociedade mais inclusiva.

Seguindo estes propósitos, o município poderá promover a melhoria da acessibilidade e o consequente aumento da qualidade de vida, de todos os cidadãos que aí vivem e trabalham.

O resultado dos estudos e propostas desenvolvidos no âmbito do Plano Municipal de Acessibilidade para Todos, culmina na obtenção de um documento, cujo objetivo final está ligado à operacionalização do plano abrangendo as cinco áreas transversais de Espaço Público: Edificado, Transportes, Comunicação, Design e Info-acessibilidade.

¹ Relatório Plano Acessibilidades para Todos

Estudo sobre a População com Deficiência no Município da Maia

No âmbito da Rede Social, constatou-se a necessidade de conhecer a população com deficiência no Município e, na sequência desta preocupação, a autarquia deu início à realização de um estudo, por forma a identificar quantos são, que tipo de deficiências possuem, como vivem e quais as dificuldades com que se debatem no seu quotidiano, os cidadãos com deficiência.

Este estudo, foi realizado através da aplicação de um inquérito, por questionário a seiscentas e trinta e uma pessoas com deficiência e irá ser dada continuidade ao mesmo, para que se efetue um levantamento exaustivo das necessidades desta população.

Assim, o relatório desta análise, conclui que:

- ▶ A maioria das pessoas com deficiência, 219 dos inquiridos, tem idades compreendidas entre os 35 e 65 anos;
- ▶ O estado civil destes cidadãos com deficiência, 477 dos indivíduos inquiridos são solteiros e 99 deles são casados;
- ▶ A maioria dos cidadãos com deficiência, reside nas freguesias de Águas Santas, Pedrouços e Vermoim, com, 23,3%, 12,2% e 11,1%, respetivamente;
- ▶ 174 destes cidadãos, a que correspondem 27,6%, são analfabetos e 87,6% (553) não adquiriu qualquer tipo de habilitação profissional;
- ▶ A maior parte dos inquiridos tem como apoio social a Pensão por Invalidez (221) e a Bonificação por Deficiência (173);
- ▶ Relativamente ao apoio institucional, somente 233 pessoas com deficiência é que possuem apoio institucional, ou seja, 63,1%, sendo que os restantes 36,9% não dispõem deste tipo de apoio;
- ▶ 41,2% da população inquirida, ou seja 260 cidadãos diferentes, não é autónoma e que a origem da deficiência é congénita.

Banco Municipal de Produtos de Apoio

O Município da Maia foi uma das autarquias contempladas com a doação, em 2011, de equipamento e material ortopédico. Tal doação, permitiu a criação de um Banco Municipal de Produtos de Apoio. Entre os diversos equipamentos doados, encontram-se cadeiras de rodas, elétricas e mecânicas, camas adaptadas para banhos, andarilhos, elevadores para camas, bengalas, pinças mecânicas, cadeiras sanitárias, macas, canadianas, cadeiras de fisioterapia/massagem, entre outras.

Em Novembro de 2011 foi assinado o Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal da Maia - entidade promotora do Banco Municipal de Produtos de Apoio, em parceria com as Entidades Solidárias do município, entidades gestoras, a saber; Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação da Maia e a Liga de Amigos do Agrupamento de Centros de Saúde da Maia. O objetivo é criar um serviço de empréstimo de equipamento ortopédico, destinado à população carenciada, com carácter gratuito e temporário e, por outro lado, sensibilizar a população a aderir a este projeto, com a doação de material ortopédico, em boas condições e de que já não necessite.

A Cruz Vermelha Portuguesa faz a cobertura das freguesias de Águas Santas, Folgosa, Milheirós, Nogueira, Pedrouços, S. Pedro Fins e Silva Escura, do Município da Maia.

A LACESMAIA está responsável pelas restantes freguesias, ou seja, Avioso Santa Maria, Avioso S. Pedro, Barca, Gemunde, Gondim, Gueifães, Maia, Moreira, Vermoim e Vila Nova da Telha.

ENVELHECIMENTO

"Apesar dos receios que possa ter em relação às rugas, aos músculos flácidos ou a uma mente cansada, há formas para envelhecer graciosamente."

Rebecca Ruiz

A noção de envelhecimento ativo refere-se à possibilidade de envelhecer com saúde e autonomia, continuando a participar plenamente na sociedade, enquanto cidadão ativo. Independentemente da idade, todos podem continuar a desempenhar um papel na sociedade e a usufruir de uma boa qualidade de vida. O desafio, consiste em aproveitar, da melhor forma, o enorme potencial que cada um conserva até ao fim da vida. O Ano Europeu 2012 visou promover o envelhecimento ativo em três domínios:

- ▶ **Emprego:** à medida que a esperança de vida aumenta em toda a Europa, a idade da reforma aumenta também, mas muitos receiam não conseguir manter o emprego ou não encontrar outro, de forma a poderem usufruir de uma reforma decente. É necessário dar melhores perspetivas de emprego aos trabalhadores mais idosos.
- ▶ **Participação na sociedade:** sair do mercado de trabalho não significa ficar inativo. O contributo dos mais velhos para a sociedade é, muitas vezes, ignorado. De facto, esquecemos que são eles que cuidam frequentemente dos netos e até dos próprios pais ou do cônjuge, além de fazerem muitas vezes um trabalho de voluntariado. O Ano Europeu pretendeu assegurar um maior reconhecimento do contributo dos idosos para a sociedade e criar condições para lhes dar mais apoio.
- ▶ **Autonomia:** a saúde deteriora-se muitas vezes com a idade, mas as consequências dessa deterioração podem ser atenuadas de muitas maneiras. Pequenas mudanças à nossa volta, podem melhorar significativamente, a vida das pessoas com deficiência ou problemas de saúde. O envelhecimento ativo significa, também, desenvolver a capacidade dos idosos para manter a autonomia, no máximo de tempo possível.

O envelhecimento demográfico, fenómeno que emerge nas sociedades mais desenvolvidas, sobretudo a partir da segunda metade do séc. XX, coloca à sociedade novos desafios e confere-lhe novas responsabilidades, no que à População Idosa diz respeito, obrigando-a a repensar o papel dos idosos e a definir novas políticas responsáveis de intervenção, que permitam um envelhecimento com qualidade.

Ação Social Quadro 4 – Serviços e Equipamentos de Apoio à Terceira Idade em 2011

Município da Maia	N.º	Idosos Abrangidos
Lar de Idosos	7	221
Centro de Dia	11	306
Serviço de Apoio Domiciliário - SAD	9	339
Apoio Domiciliário Integrado - ADI	1	12
Total	28	878

Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude – C. M. Maia

No quadro 4, são analisadas as valências de apoio à **População Idosa**, assim no Município da Maia existem 7 Lares de Idosos, 11 Centros de Dia que integram 527 idosos no total destas respostas sociais, 9 entidades que prestam Serviço de Apoio Domiciliário a 339 idosos e o Serviço de Apoio Domiciliário Integrado que responde a 12 utentes.

Pode-se concluir que neste município, se encontram 878 idosos com apoio, no que respeita a serviços e equipamentos de apoio à terceira idade, com acordo de cooperação do ISS, I.P.

Ação Social Quadro 5 – Freguesias do município Abrangidas pelo Serviço de Apoio Domiciliário em 2011

Serviço de Apoio Domiciliário	Freguesias de Abrangência
Maia - Santa Casa da Misericórdia	Maia, Sta. Maria de Avioso, S. Pedro de Avioso, Gondim e Barca
Milheirós - Santa Casa da Misericórdia	Milheirós, Vermoim, Gueifães, Silva Escura e Nogueira
Vila Nova da Telha - Santa Casa da Misericórdia	Vila Nova da Telha, Moreira e Gemunde
Maia - Núcleo da Cruz Vermelha	Nogueira, S. Pedro Fins, Folgosa e Silva Escura
Gueifães – Lar Santo António*	Gueifães
Pedrouços – Centro Paroquial Nª. Srª. da Natividade de Pedrouços	Pedrouços
Águas Santas - Centro Social e Paroquial de Águas Santas	Águas Santas
Pedrouços - O Amanhã da Criança*	Águas Santas e Pedrouços
Nogueira - Recreio do João – Cooperativa de Solidariedade Social	Nogueira, Silva Escura, Folgosa, São Pedro Fins e Santa Maria de Avioso

Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude – C. M. Maia

* Os Lar Santo António e O Amanhã da Criança dispõem de Serviço de Apoio Domiciliário todos os dias da semana, incluindo fins-de-semana e feriados.

Em relação ao Serviço de Apoio Domiciliário, verifica-se, através do Quadro 5, que dispõem desta valência nove entidades que fazem chegar este serviço a todas as freguesias do Município da Maia.

Ação Social Quadro 6 – Centros de Convívio da Terceira Idade em 2011

Município da Maia	N.º	Idosos Abrangidos
Centros de Convívio	4	91
Total	4	91

Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude – C. M. Maia

No Quadro 6, são analisadas as valências de Centro de Convívio que são 4 e integram 91 idosos (Centros de Convívio: LACESMAIA, Centro Social e Paroquial da Maia). Além destas, temos a Antiga Casa Paroquial de Folgosa, com um Centro de Convívio que integra 8 utentes.

Outras Entidades de Apoio à Terceira Idade

Além das Entidades Solidárias que já apoiam a Terceira Idade, existem duas Entidades de Direito Público: a Junta de Freguesia de São Pedro Fins, que conta com um Centro de Dia que integra 10 idosos e um Serviço Apoio Domiciliário com 1 idoso e a Junta de Freguesia de Pedrouços, que conta com um Centro de Convívio que integra 5 idosos.

Programas e ações dinamizados pelo Município para a Terceira Idade

Como referiu Kofi Annan, “*a expansão do envelhecimento não é um problema. É sim, uma das maiores conquistas da humanidade. O que é necessário é traçarem-se políticas ajustadas para o envelhecer são, autónomo, ativo e plenamente integrado*”.

É neste desejo, que o Município da Maia tem vindo a promover, desde a década de 90, um conjunto de atividades especialmente dirigidas à População Idosa residente no município, abrangendo áreas tão diversificadas como o lazer, a cultura, a atividade física e desportiva, o encontro intergeracional, no claro objetivo de promover o envelhecimento ativo e saudável, quer individual quer coletivo e de combater o isolamento e a solidão.

Nos textos seguintes, procurou-se dar conta das principais atividades que o Município da Maia promove com carácter regular, especificamente destinadas à população idosa, ou, não o sendo, com uma envolvência significativa desta.

Apoio Domiciliário a Idosos

Com este projeto pretende-se dar apoio à população idosa e carenciada do Município da Maia e à população com dificuldades de Mobilidade (Deficiência), respondendo às necessidades dos mesmos. Este projeto está dividido em:

► **Entregas de Cabazes ao Domicílio**

Tem como objetivo, levar, mensalmente, aos idosos ou as pessoas com deficiência, o cabaz de alimentos, dado estes não se poderem deslocar. (Durante o ano 2011 foram entregues 866 cabazes ao domicílio).

► **Pequenas Reparações ao Domicílio**

Tem como objetivo proporcionar uma melhor qualidade de vida aos idosos e a pessoas com deficiência, promovendo a sua auto - estima e criar condições para uma maior autonomia.

O serviço de reparações ao domicílio é gratuito (exceto o custo do material que for necessário). A execução dos serviços é de segunda a sexta-feira, entre as 9H30 às 12H30 e das 13H30 às 22H00 e pode ser acionado através de um número verde gratuito e contempla os seguintes serviços:

- Reparações de Eletrodomésticos (televisores, máquinas de lavar, fogões, frigoríficos e micro-ondas)
- Reparações de Pichelaria (autoclismos, torneira, substituição de sifões, de tubos de canalização ou esgotos e reparação de cilindros ou esquentadores).

- Reparações Elétricas (substituição de lâmpadas, de interruptores, reparar ou substituir tomadas e execução de pequenas instalações);
- Reparações de Carpintaria (reparação ou substituição de fechaduras, de arcos e rodapés, de móveis e pequenas reparações de portas e janelas);
- Reparações de Serralharia (pequenas reparações de portas, janelas e gradeamentos);
- Reparações Diversas (substituição de vidros e estores).

O projeto também prevê uma parceria com a Maia ambiente e, todo o material (eletrodomésticos, mobílias, etc...) que esta empresa recolhe e que se encontra em bom estado, é automaticamente oferecido ao projeto, recuperado e, posteriormente, entregue a famílias carenciadas.

Embora o projeto se destine à população sénior ou com deficiência, foi recentemente alargado a famílias comprovadamente carenciadas (sinalizadas pelos Gabinetes de Atendimento Integrado Local).

O Projeto “Vencer o Tempo nas 7 Cidades”²

A Câmara Municipal da Maia formalizou a 1 de outubro de 2010 a adesão ao Projeto “Vencer o Tempo nas 7 Cidades”, através da assinatura de um protocolo com a Associação Vencer o Tempo – Associação para a Educação e Prevenção da Saúde. Este foi um passo decisivo para o reconhecimento do município da Maia como uma Cidade Amiga dos Idosos, passando a integrar a Rede Mundial das Cidades Amigas das Pessoas Idosas, lançada pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Com a formalização deste protocolo, a Maia assumiu-se como um dos sete municípios fundadores, que se propõem trabalhar o conceito de Cidade Amiga dos Idosos.

A OMS valoriza a opinião dos seniores sobre o município em que habitam, valorizando temas como a segurança, acessibilidades, transportes, acesso aos serviços de saúde, qualidade das habitações, participação social, entre outros. Respeitando esse princípio e com vista à elaboração de um diagnóstico qualitativo do Município, foram ouvidos os testemunhos de sessenta seniores maiatos. Nos quatro focus group realizados, participaram seniores que frequentam os centros de dia da Santa Casa da Misericórdia da Maia e membros do Clube Maia Sénior, projeto desenvolvido pela Autarquia.

² Projeto “Vencer o Tempo nas 7 Cidades”

O projeto incluiu também uma ação intergeracional “O Meu Amigo Sénior” que contou com a participação de alunos do 10 e 11º anos das três escolas secundárias do Concelho que desenvolveram, pelo período de dois anos uma relação intergeracional, baseada no afeto, na troca de experiências e de conhecimentos. Coube ao jovem o papel de líder do grupo, tendo o dever de contactar telefonicamente os seniores todas as semanas e de os visitar, ou promover uma atividade em conjunto, a cada quinze dias.

Maia Saúde

Esta iniciativa realiza-se desde 2007, com uma duração de 2 a 4 dias, tem como principais objetivos a sensibilização da população maiata para a prevenção da doença e promoção da saúde, através de iniciativas que visam informar e alertar para a necessidade dos cuidados básicos de saúde, oferta de rastreios gratuitos e ações de motivação e informação para a adoção de estilos de vida e alimentação mais saudáveis. Em 2010, o Maia Saúde, excedeu largamente as expetativas, quer no que diz respeito ao número de entidades participantes, quer no que respeita ao número de visitantes. O evento contou com a participação de 50 Entidades. Durante dois dias, foram rastreadas um total de 5.692 pessoas. Os rastreios de maior procura foram os de medição dos níveis de colesterol, tensão arterial, glicemia e índice de massa corporal. Por sua vez, em 2011, participaram no evento 38 entidades, tendo sido rastreadas 3.059 cidadãos. Esta iniciativa tem sempre uma larga participação de idosos que, sozinhos ou acompanhados pelos seus cuidadores ou familiares, fazem exames simples e rotineiros e aproveitam para conviver socialmente.

Comemorações: “Dia Internacional do Idoso”

A Câmara Municipal da Maia celebra desde 2008, o Dia Internacional do Idoso, que se comemora no dia 1 de outubro, com a dinamização de atividades especialmente dirigidas à população sénior promovendo uma ação de amplo e fraterno convívio (danças, canções populares, declamações de poemas, palestras, espetáculo cinotécnico, etc...) entre a população idosa do município.

Em 2009 a comemoração teve lugar no Parque Urbano dos Moutidos e contou com a atuação da banda da PSP, uma apresentação cinotécnica, uma sessão de esclarecimento, cujo tema era “Segurança na Terceira Idade” e uma apresentação de ginástica dinamizada por um grupo de idosos.

Em 2010, a Câmara Municipal da Maia assinalou o Dia, com a celebração do protocolo com a Associação Vencer o Tempo - Associação para Educação e Prevenção da Saúde, aderindo ao Projeto “Vencer o Tempo nas 7 Cidades”.

Em 2011, o dia foi celebrado com uma visita guiada ao Jardim Zoológico da Maia e ao seu Reptilário e com um espetáculo das foquinhas. Nesta iniciativa, participaram idosos das Entidades Solidárias do Município e os idosos e jovens que integram a Ação “O Meu Amigo Sénior” do Projeto “Vencer o Tempo nas 7 Cidades”.

Comemorações: "Dia Metropolitano dos Avós"

O Dia Metropolitano dos Avós é uma iniciativa festiva de convívio, celebrada a 26 de julho e organizada, desde 2007 pela Área Metropolitana do Porto. Este evento privilegia a oferta cultural e recreativa dos municípios da AMP, reforçando assim, toda a sua dimensão metropolitana.

O Município da Maia foi o anfitrião deste convívio no ano de 2009, no aeródromo Vilar de Luz, na freguesia de Folgosa, e contou com a presença de 6.500 avós. A edição de 2011, que decorreu no Pavilhão Multiusos de Gondomar, contou com a presença de 7.100 avós, dos Municípios de Espinho, Gondomar, Maia, Oliveira de Azeméis, Porto, Póvoa de Varzim, Santo Tirso, S. João da Madeira, Santa Maria da Feira, Vale de Cambra, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia. Em 2012, o evento teve lugar no Pavilhão Rosa Mota, no município do Porto, onde estiveram presentes, mais uma vez, os avós maiatos.

A Câmara Municipal da Maia valoriza o papel dos avós, enquanto cidadãos ativos e participativos, promove a interculturalidade e intermunicipalidade, reforça as redes de solidariedade e de convívio comunitário, divulga as diferentes tradições, o património cultural dos municípios da AMP e valoriza o trabalho desenvolvido com a comunidade sénior, pelos diversos grupos e associações de voluntariado local.

Clube Maia Sénior

A Câmara Municipal da Maia, em 1997, deu início a um projeto ímpar no país: "ACTIVIDADE FÍSICA SÉNIOR" com o objetivo de aumentar a participação desportiva dos utentes que pertenciam aos Lares e Centros de Dia.

Em 2003 avançou-se para uma nova etapa: criação e promoção de atividade física, junto de todos os munícipes com idade a partir dos 60 anos. Para tal, foi criado o "CLUBE MAIA SÉNIOR", através da dinamização de nove núcleos de atividade física, estrategicamente distribuídos por todo o Município, abertos à população em geral, com mais de 60 anos. As atividades decorrem de outubro a junho, em nove núcleos do Município e em 16 Lares e Centros de Dia. As modalidades existentes são: Danças de Salão, Tai-Chi-Chuan, Educação Física, Hidroginástica, Boccia Sénior e Hidroterapia. No ano letivo 2010/2011, o Clube Maia Sénior contou com um total de 1.524 participantes. Destes, 1.224 alunos pertencem aos núcleos e 300 aos Centros de Dia e Lares de Idosos. O Clube Maia Sénior proporciona um total de 119 horas semanais de prática desportiva. De seguida enumera-se as várias iniciativas realizadas pelo Club.

Iniciativas do Clube Maia Sénior:

► Férias Desportivas Seniores

As Férias Desportivas Seniores destinam-se a maiatos, com mais de 60 anos e decorrem no mês de julho na praia da Memória. Pretende-se com esta iniciativa, proporcionar aos idosos uma experiência relevante do ponto de vista social, cultural e desportivo, promovendo o convívio entre idosos, fomentando a ocupação de tempos livres, a criação de hábitos de prática desportiva e a melhoraria da qualidade de vida dos seniores. Em 2011, participaram nesta iniciativa, aproximadamente, 320 seniores.

► Festa Dançante Sénior

A Festa Dançante Sénior consiste num encontro de grupos de idosos pertencentes ao Clube Maia Sénior e que se reúnem numa danceteria, durante uma tarde. Esta iniciativa, visa combater o sedentarismo e a desmotivação relativamente à prática desportiva e promover a dança. No ano de 2010, esta iniciativa contou com a participação de 650 idosos.

► **Convívio Lúdico-Desportivo Sénior**

O Convívio Lúdico-Desportivo Sénior é uma atividade do Clube Maia Sénior, dirigida aos idosos institucionalizados, com o objetivo de promover o convívio entre os idosos de diversas instituições do Município. O evento decorre ao longo de um dia completo. No ano de 2010, participaram neste convívio cerca de 300 idosos.

► **Jogos de Família**

Esta atividade tem os mesmos objetivos que a anterior, mas é dirigida aos idosos do Clube Maia Sénior que se encontram institucionalizados, sendo também convidados, a participar nas atividades, os seus familiares. A iniciativa decorre ao longo de um dia e, no ano de 2011, contou com a participação de 222 pessoas.

► **Jogos da Primavera**

Os Jogos da Primavera decorrem em abril, num dos pavilhões municipais do Município e consistem num conjunto de jogos em que participam pessoas de diferentes gerações, sensibilizando-as para a prática regular de exercício físico, a melhoria da qualidade de vida e o estreitamento das relações entre os diversos elementos da mesma família. Esta atividade é dirigida aos idosos dos nove núcleos do Clube Maia Sénior, decorrendo ao longo de um dia. Em 2011 participaram nesta atividade, sensivelmente, 305 pessoas.

► **Passeios no Parque de Avioso**

O Clube Maia Sénior realiza, em junho, uma caminhada no Parque de Avioso dirigida a todos os idosos participantes no Clube Maia Sénior, quer os dos núcleos, quer os dos Lares e Centros de Dia. O objetivo deste passeio é colmatar a solidão, melhorar a qualidade de vida, elevar a autoestima, consciencializar para um estilo de vida ativa, potencializar os equipamentos municipais e promover uma relação estreita com a natureza. Em 2011 participaram nesta caminhada 634 seniores.

► **Saraus Desportivos**

Para comemorar o final do ano letivo, em 2011, o Clube Maia Sénior realizou um Saraus Desportivo no centro comercial VIVACI-MAIA, com demonstrações de Danças de Salão e Tai-Chi-Chuan. Participaram neste saraus 475 seniores.

Complexo de Educação Ambiental da Quinta da Gruta

As atividades decorrem com marcação prévia e para grupos máximos de 25 pessoas. São atividades frequentadas pelos Centros de Dia, Centros de Convívio, Lares e sociedade em geral. O Complexo de Educação Ambiental da Quinta da Gruta, além do "Programa Sénior", possui também o "Programa Escolas" e o "Programa Famílias".

Iniciativas do Complexo Educação Ambiental:

► Ateliê Entrelaçando

Recuperação de cestos, recorrendo ao uso da tirela, para depois serem empregues nas lides agrícolas e não agrícolas da Quinta (Escola Ambiental da Quinta da Gruta), como por exemplo recolha de cereais, hortícolas, frutos e outros.

► Ateliê de Olaria

Estes atelieres com sessões teóricas e práticas destinados a seniores, têm lugar nos meses de outubro a junho e uma duração de duas horas. O que se propõe aos participantes é a realização de trabalhos manuais: manufatura de bonecos e flores em folhelho, colares em tirela e bonecos em cortiça e, ainda, a pintura manual de sacos em tecido. O objetivo destes atelieres é estimular a motricidade fina, o desenvolvimento de capacidades criativas, proporcionar momentos de bem-estar e inter-relação e, proporcionar momentos lúdicos. Durante o ano de 2011, estes atelieres contaram com a participação de 38 seniores.

► Recordando as Lides de Antigamente – Fabrico de Pão Caseiro

Recordar e partilhar alguns diferentes métodos de fabrico de pão caseiro. Culturalmente, a maioria dos idosos, em alguma fase da vida, confeccionou pão caseiro. A cozinha torna-se o epicentro da Escola Ambiental da Quinta da Gruta, na medida em que se aposte num resgate de saberes e tradições, promovendo uma oportunidade a todos os idosos de recordar e partilhar histórias relacionadas com o quotidiano de outros tempos e, ainda, voltar a fabricar com as próprias mãos o que irão comer. Nesta atividade, os seniores são "padeiros" por uma tarde, recordando e partilhando, entre eles, algumas das lides ou profissões e, ainda, diferentes métodos de fabrico de pão caseiro. Esta atividade decorre de outubro a junho e, no ano de 2010, contou com a participação de 94 idosos que, para além do pão caseiro tradicional, introduziram o pão caseiro com chouriço. Em 2011, verificou-se uma maior adesão a este ateliê, que contou com a participação de 169 seniores.

► **Chá da Quinta e Fabrico de Bolachas Aromáticas**

Proporcionar momentos de convívio, partilha de conhecimento e saberes. Pretende-se igualmente, dar a conhecer e identificar várias plantas aromáticas e medicinais e sensibilizar para o seu uso quotidiano através de chás. Paralelamente e como as bolachas são companheiras do chá, os seniores são convidados a fazer bolachas aromáticas. Esta atividade decorre de outubro a junho, e tem uma duração de uma hora e trinta minutos. No ano de 2010, participaram nesta atividade 65 seniores e 133 seniores em 2011.

“Hortas Biológicas”

A agricultura biológica está cada vez mais em voga, sendo essencialmente um regresso ao passado, em que os alimentos tinham mais sabor. Nesta atividade são explicados os métodos de propagação de plantas (de outubro a janeiro) e sementeiras sazonais de hortícolas. Cada sessão tem a duração de uma hora e meia e um número máximo de participantes de 25 elementos. Em 2011, este ateliê contou a participação de 20 seniores.

Parques Geriátricos

► **Parque Urbano do Novo Rumo**

Inserido em pleno Parque Urbano do Novo Rumo, no centro da cidade, foi inaugurado em setembro de 2009. O parque, com uma área de 19.000 m² tem como valências, um parque infantil e um parque geriátrico destinado aos seniores, que conta com diversos equipamentos de manutenção, caminhos pedestres e uma ciclovia. A coexistência, no mesmo espaço, de um parque infantil e de um parque geriátrico, permite a convivência das duas gerações, possibilitando encontros intergeracionais.

► **Parque de Moreira**

O Parque de Moreira fica situado junto ao Centro de Saúde e Junta de Freguesia de Moreira e integra o Projeto “Brincar no Bosque”. O Parque concentra uma vasta área de espaço verde e conta com um parque geriátrico.

Turismo Sénior

Promoção anual, de um salutar convívio em passeio, sendo que o destino é diferente de ano para ano. Programa de Turismo Sénior Maiato, pretendendo dinamizar os idosos do município, combatendo o isolamento e a solidão através da realização de viagens para os idosos a partir dos 65 anos, levando-os a visitar locais de interesse turístico-cultural. No ano de 2011, participaram neste programa 3.716 idosos.

Bibliobus: Biblioteca Itinerante

Leva-se, ao longo do ano, a diferentes Lares, Centros de Dia e Centros de Convívio, um conjunto de livros, vídeos e áudio-livros, tendo em conta não só a dificuldade de leitura como a nostalgia dos tempos passados.

Ciclos de Vídeo

Semelhante à iniciativa anterior, mas para quem pode deslocar-se, várias são as instituições que trazem os seus idosos a assistir à projeção de vídeos, nas instalações da Biblioteca Municipal Dr. Vieira de Carvalho.

Encontro com a Leitura

Através desta atividade, os seniores são convidados a “viajar” na senda de um conto. Cada sessão é constituída por dois tempos. O primeiro consiste na leitura partilhada de um conto, realizada por dois técnicos e o segundo na criação de um espaço de reflexão e exploração da leitura, apoiado na informação que cada elemento do grupo considerou relevante. Esta atividade é realizada no Centro de Documentação da Quinta da Gruta. Os objetivos desta atividade são estimular a criação de momentos de partilha e interação, fortalecer laços de afetividade e combater o isolamento social e a solidão.

Oficina Teatro Sénior - Escola de Artes e Ofícios

O Teatro Art’Imagem, em colaboração com a Câmara Municipal da Maia, começou a desenvolver, ao longo do ano de 2011, Oficinas de Teatro Sénior. Ainda que não deva ser a autarquia a maior protagonista cultural, ela deve contribuir, enquanto motor de desenvolvimento, para que a sociedade se auto regule, no sentido em que a oferta de bens culturais passe a existir naturalmente. A

viabilização da dimensão cultural passa, não só por responder, num contexto de competitividade, a novas exigências dos municípios, mas, igualmente, por pensar o desenvolvimento, no sentido de garantir a atração de atividades e a fixação da população, de modo a integrar a cultura, no processo de desenvolvimento local.

As Oficinas de Teatro Sénior destinam-se a pessoas com idade superior a 50 anos e a formação decorre de janeiro a março, na Quinta da Caverneira, na freguesia de Águas Santas, às quartas e sextas-feiras. As oficinas culminam com um espetáculo teatral, que foi apresentado, pelo segundo ano consecutivo, no evento "MAIA AO PALCO - 4ª Mostra de Teatro de Amadores da Maia", que decorreu no fim do mês de março de 2012.

Outras Iniciativas das Entidades Solidárias Visando a População Sénior

Sendo a todos os títulos evidente o acentuado envelhecimento da população portuguesa, é de assinalar igualmente a alteração dos padrões familiares e comunitários, que acentuam o isolamento das populações. Por outro lado, a longevidade dos nossos idosos, a degradação das condições económicas habitacionais e ambientais, conduz a um aumento da polivalência de doenças degenerativas. Além das respostas sociais atrás elencadas, apresenta-se, de seguida, as várias atividades e projetos realizados pelas nossas Entidades Solidárias, para promover um envelhecimento ativo e saudável, segundo um plano de atividades que é realizado dentro e fora das Entidades, em intercâmbio com utentes da própria Instituição, mas também com utentes de outras instituições, bem como de variadas faixas etárias.

Associação de Solidariedade Mouta - Azenha Nova

► O Projeto "A Casa do Avô"

Tem como objetivo quebrar o isolamento social dos idosos, através do acompanhamento das gerações mais jovens. Visa uma parceria com o ISMAI, para integração de estudantes Universitários.

Santa Casa da Misericórdia da Maia

De entre as atividades realizadas ao longo do ano civil de 2011, existem algumas que merecem maior destaque, quer pela importância das datas, quer pelo número de utentes abrangidos nas mesmas.

Tendo em consideração que, no decorrer de 2012, se celebrou o “Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações”, faremos igualmente referência a algumas atividades já executadas e que vão de encontro aos princípios básicos preconizados pelo referido ano.

Assim, poderemos destacar as seguintes atividades:

- Visita anual ao Santuário de Nossa Senhora de Fátima;
- Comemoração do Dia Internacional do Idoso;
- Comemoração do Dia Metropolitano dos Avós (Pavilhão Multiusos de Gondomar);
- Sardinhas alusivas aos Santos Populares;
- Jogos de Família, organizado pela Câmara Municipal da Maia;
- Jogos Desportivos da Maia, organizado pela Camara Municipal da Maia;
- Jogos Tradicionais;
- Baile de Carnaval;
- Exposição Natal no Jardim, com árvores de natal, realizada nas respostas sociais;
- Exposição Jardim nas Carrelas, com carrelas decoradas nas respostas sociais;
- Realização da Feira Medieval, no Lar Prof. Doutor José Vieira de Carvalho;
- Rastreios efetuados com a colaboração dos Médicos do Mundo;
- Sessões de sensibilização sobre assaltos e burlas com a colaboração da GNR;
- Aulas de Educação Física, com professor da Câmara Municipal da Maia;
- Colónia Balnear (Centro Social de Milheirós);
- Aulas de Informática (no Centro de Dia de Pedrouços - Casa do Alto);
- Aulas de Alfabetização (no Centro de Dia de Avioso, Santa Maria);
- Realização de um Mural Ativo, por utentes das respostas sociais afetas à infância e à terceira idade, numa atividade de intercâmbio intergeracional;

- Realização de uma Tertúlia, com exibição do filme “The Bucket List” e o debate sobre doença, envelhecimento e morte, (des) igualdades sociais, amizade;
- Realização de um Cordão Humano na Praça do Município, com a largada de balões;
- Objetivos visando a sensibilização da comunidade, para a importância do Ano Europeu e para as questões do envelhecimento ativo, apelando à solidariedade entre gerações.

Associação das Obras Sociais S. Vicente de Paulo - Lar Santo António

Iniciou o seu grupo de voluntários em 17.04.2004, com o Projeto PAII, integrado na sua SAD (Serviço Apoio Domiciliário) intitulado como Grupo de Voluntários do Lar Santo António.

Em termos de intervenção social, o que têm vindo a desenvolver ao longo deste período de existência, está relacionado com o complementar dos trabalhos realizados pelo seu corpo de colaboradoras, que consiste nomeadamente em:

- ▶ **Visitas domiciliárias aos idosos:** recetivos a esta ideia, criando um espaço de escuta benéfico para indivíduos dentro desta idade - uma vez por semana;
- ▶ **Acompanhamento dos Idosos do Apoio Domiciliário** em pequenas tarefas diárias: ir à mercearia, à farmácia, ao multibanco, passear no exterior e na própria casa; pequenas tarefas que o utente não tenha possibilidade de realizar, por exemplo: mudar uma lâmpada, etc.
- ▶ **Incentivo em convívios promovidos pela instituição:** Festa de Natal, Carnaval, piqueniques, e passeios a regiões, deste nosso belo Portugal, etc.
- ▶ **Convite para realizarem o seu aniversário na instituição no final de cada mês,** sendo entregue no próprio dia, uma lembrança simbólica realizada pela nossa equipa de trabalho: professora de Trabalhos Manuais e Animadora Sócio - Cultural.
- ▶ **Angariação de fundos,** para colaborar com a instituição na sua obra: alargamento do espaço físico e exploração do mesmo. Foi no ano 2006 que o grupo começou a angariar dinheiro, tendo já realizado algumas iniciativas com esse fim, nomeadamente: Magusto Comunitário (realizado já há 5 anos), Jantar de Angariação de Fundos (direcionado para o conjunto empresarial do Município), participação na Festa da Nª Sr.ª da Saúde, em Gueifães, jantares destinados à comunidade local. (jantar dos namorados, jantar da flôr, etc.).

- ▶ **Participação no Jornal do Lar “O Geriatra”-** editado bimestralmente, para o qual colaboram com publicação de diversas notícias e com angariação de publicidade.
- ▶ **Aposta na angariação de “Amigos do Lar” no ano 2011,** para poderem, desta forma, divulgar a instituição e contar com pequenas contribuições anuais, para a mesma.
- ▶ **Comemoração do Carnaval 2012:** Ainda no dia 17 de fevereiro, durante a tarde, o Lar Santo António participou no desfile de Carnaval, organizado pelo Fomento de Desposto da Câmara Municipal da Maia – Clube Sénior da Maia em parceria com a Rede Social. Começou com um desfile de rua até ao município, seguindo-se uma tarde dançante no Pavilhão Municipal da Maia, onde cada um levou o seu lanche, para partilhar durante o resto da tarde. Este dia finalizou com um concurso de máscaras, do qual o Lar Santo António se destacou, (apesar de não ter ficado em nenhum dos três primeiros lugares), pois todos os fatos foram confeccionados pelos nossos clientes e a ideia das pedras de dominó foi, sem dúvida, uma ideia original, que mereceu parabéns para todos os clientes que participaram ativamente. De salientar a presença dos nossos voluntários.
- ▶ **Comemoração Do Dia do Pai:** a 19 de março, comemoramos mais um Dia do Pai, de forma simbólica, pois este dia deve ser lembrado e relembrado por todos os filhos, os quais não podemos nem conseguimos substituir, como é óbvio. Durante a manhã deste dia salientamos, não só a importância de um Pai, mas também a importância do mesmo, no seio de uma família. No final, foi oferecido a cada cliente masculino, uma pequena lembrança.
- ▶ **Comemoração do Dia Mundial da Árvore:** a 21 de março comemoramos o Dia Mundial da Árvore, com a plantação de uma árvore (pera abacate) no nosso jardim, com a participação de alguns dos nossos clientes. Esta será mais uma data comemorativa, para juntar ao leque variadíssimo que vamos organizando ao longo do ano. Foi uma nova aquisição para o nosso jardim: uma nova árvore. A 28 de março, recebemos na nossa instituição um grupo de poetas, que se propuseram encantar-nos, com uma tarde dedicada à poesia. Estiveram presentes três poetas, que declamaram poemas de Teresa Gonçalves, filha da cliente do Centro de Dia - Rosa Gonçalves. Foi uma tarde diferente do habitual, onde se constatou que todos apreciaram de forma positiva este evento. Com estes poetas, veio também uma menina de catorze anos, dona de uma voz “invejável”, que através do canto, também “declamou” poemas desta autora. A sua voz deixou todos de boca aberta, sem palavras e de lágrima no canto do olho. O nosso muito obrigado a todos pela visita e pelo carinho manifestado.

O Amanhã da Criança – ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

De entre as atividades, realizadas ao longo do ano letivo 2011/2012, existem algumas que merecem maior destaque:

- ▶ **Saída à Petisqueira:** com o objetivo de promover o convívio entre os utentes do Centro de Dia, com a confraternização de um lanche (saborear alguns petiscos em convívio).
- ▶ **Passeio à Sra. da Assunção/Passeio ao Sr. da Pedra:** promover o convívio entre os utentes, através da realização de um piquenique e da toma de um café ou gelado, retirando-os assim do espaço habitual.
- ▶ **Tarde de karaoke:** o objetivo foi dançar e cantar, promovendo o intercâmbio institucional (Centro Social de Águas Santas).
- ▶ **Tarde de fototeca:** ver fotografias de diversas atividades e proporcionar um momento de convívio e reconhecimento das suas prestações, reforçar a sua participação nas atividades e incentivar outros a participar.
- ▶ **O Natal no Jardim:** promover as capacidades lúdicas dos idosos envolvendo a família, com o intuito de promover o intercâmbio institucional e intergeracional.

Fundação Lar Evangélico Português

As atividades lúdico-culturais têm como objetivo promover intercâmbios interinstitucionais (exemplo: infantários, lares de crianças e jovens, lares de idosos e outras instituições), no sentido de proporcionar a partilha e troca de experiências entre gerações e grupos sociais distintos;

Atividades especiais que realizam ao longo do ano:

- ▶ Festa de Aniversário;
- ▶ Comemoração das datas com importância mensal, como: Dia da Primavera, Dia do Idoso, etc.;
- ▶ Lançamento da página de facebook do Lar, para divulgação das atividades realizadas;
- ▶ Desfile com Humor;
- ▶ Dia da Primavera;
- ▶ Tarde de Jogos Tradicionais;
- ▶ Jogos em Família e Convívio lúdico-desportivo;
- ▶ Visita ao Jardim Zoológico da Maia;
- ▶ Recordar é viver: 25 de Abril;
- ▶ Festa da Família;
- ▶ Participação na Mostra Social da Maia;
- ▶ Dia Mundial da Criança;
- ▶ Festa Popular;
- ▶ Temporada de praia;
- ▶ Piquenique no Parque da Cidade do Porto;
- ▶ Coffee break – ida a uma gelataria;
- ▶ Visita a uma cidade histórica;
- ▶ Dia Internacional do Idoso;
- ▶ Festa das Castanhas;
- ▶ Visita às Caves do Vinho do Porto;
- ▶ Início do Bazar de Natal
- ▶ Festa de Natal;
- ▶ Almoço comemorativo da passagem de ano.

Rotary Club da Maia

Tem como objetivos:

- ▶ O desenvolvimento do companheirismo, como elemento capaz de proporcionar oportunidades de servir;
- ▶ O reconhecimento do mérito de toda ocupação útil e a difusão das normas de ética profissional;
- ▶ A melhoria da comunidade, pela conduta exemplar de cada um, na vida pública e privada;
- ▶ A aproximação dos profissionais de todo o mundo, visando a consolidação das boas relações, da cooperação e da paz entre as nações.

O ROTARY realiza vários eventos ao longo do ano, no sentido de angariar fundos para diversas instituições.

Foram várias, as ações que dinamizaram ao longo do ano, a saber:

- ▶ ROTARY e Casa da Amizade atribuem Bolsas de Estudo todos os anos em setembro, quer para ensino secundário quer universitário;
- ▶ Prémios de Mérito e Reconhecimento Escolar;
- ▶ Abraçam uma, duas e três associações por ano, para auxiliar no que mais precisam no momento (APPACDM da Maia, A CAUSA DA CRIANÇA, CRIANÇA DIFERENTE, entre outras);
- ▶ Cabazes de Alimentos na época de Natal (25 famílias/ano);
- ▶ Banco de Cadeiras de Rodas, em parceria com a Santa Casa da Misericórdia (gestão), Idosos – Lar de Nazaré, cadeiras de repouso, óculos, etc.;
- ▶ Parceria com a CVP da Maia (entrega de uma cama articulada, 800 litros de leite para famílias carenciadas, neste ano);
- ▶ Através do RYLA, agracia um/dois bons alunos, onde o clube pode patrocinar-los, para intercâmbio entre clubes (1/2 jovens);
- ▶ Semana Cultural Anual (tanto em Portugal como no estrangeiro);
- ▶ Luta contra a Poliomielite (internacional);
- ▶ Homenagem ao Profissional do Ano.

Instituto Cultural da Maia - Universidade Sénior

O Instituto Cultural da Maia é uma resposta social às necessidades dos seniores, sendo um pólo de ensino, pesquisa e aprendizagem, através de atividades culturais e recreativas, onde é fomentada a autoestima e autonomia. Esta iniciativa tem como principais objetivos: incentivar a participação e organização dos idosos em atividades culturais e de lazer; divulgar: a história; as ciências; as tradições e as artes, entre os seniores. O Instituto Cultural da Maia fica sediado no centro da Maia, em instalações cedidas pela Câmara Municipal da Maia. É uma iniciativa do Rotary Club da Maia.

No ano letivo 2010/2011 foram lecionadas as disciplinas de Inglês, Literatura, História de Arte, Informática, Pintura a Óleo e Aquarela, Teatro, Danças de Salão, Aeroginástica, Cavaquinho e Guitarra, entre outras. O Instituto Cultural da Maia conta com 232 alunos e 12 professores.

Outras Iniciativas das Entidades Solidárias

A Santa Casa da Misericórdia da Maia, também celebra, anualmente, a cerimónia de entrega da Bolsa de Estudo Prof. Doutor José Vieira de Carvalho, atribuída a um aluno maiato, no ano em que ingressa no ensino superior e que tenha terminado o ensino secundário com média igual ou superior a 16 valores.

A Bolsa de Estudo, no valor de €1.000,00 e que teve este ano a sua sexta edição, foi atribuída ao jovem que concluiu o ensino secundário com média final de 19,4valores.

Excepcionalmente foram ainda atribuídas menções honrosas, no valor de € 400,00 cada, a dois alunos.

Juntas de Freguesia do Município

► JUNTA DE FREGUESIA DE AVIOSO – S. PEDRO

A Junta de Freguesia de Avioso – S. Pedro desenvolve três grandes iniciativas, de caráter anual, para a população sénior: colóquios sobre segurança pessoal, dinamizados por elementos das forças de segurança e ações de formação sobre estilos de vida saudável; rastreios de tensão arterial e dos níveis de glicemia, em parceria com o Grupo de Jovens de Avioso - São Pedro e um Passeio Sénior.

Para além destas iniciativas, a Junta de Freguesia tem, ao serviço dos seus idosos, uma carrinha para transporte dos mesmos ao centro de saúde, farmácia e realização de análises clínicas e, ainda, um serviço gratuito de reparações elétricas e pequenos trabalhos de serralharia e pichelaria.

► JUNTA DE FREGUESIA DE FOLGOSA

A Junta de Freguesia de Folgosa promove todos os anos, no mês de setembro, um Passeio Sénior dirigido aos residentes, com idade igual ou superior a 65 anos. No ano de 2011, o destino escolhido foi o Município de Barcelos.

Em 2010, a Junta de Freguesia de Folgosa, em estreita colaboração com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, promoveu, nas suas instalações, um Curso de Alfabetização, possibilitando a alguns dos residentes o primeiro contacto com a leitura e a escrita. Neste curso, 90% dos alunos eram idosos.

A Junta de Freguesia de Folgosa tem a decorrer, ao longo de todo o ano, uma campanha de solidariedade, com o objetivo de recolher roupa, brinquedos e calçado, procurando auxiliar os mais carenciados e também a população idosa. Esta iniciativa conta com vários anos de existência.

Em colaboração com a Comissão Social Inter Freguesias de Maia-Leste, a Junta de Freguesia colaborou, em 2011, no levantamento do número de idosos em situação de isolamento e celebrou o Dia Mundial do Coração e o Dia Nacional da Diabetes, com rastreios e atividades ao ar livre.

O Grupo de Jovens da Freguesia de Folgosa, com o apoio financeiro e logístico da Junta de Freguesia desenvolve, anualmente, uma semana de férias (Férias Sénior), dirigida a seniores com idade igual ou superior a 60 anos. Durante as mesmas, os seniores têm a possibilidade de realizar viagens turísticas e fazer uns dias de praia.

► JUNTA DE FREGUESIA DE GEMUNDE

A Junta de Freguesia de Gemunde proporciona aos seus idosos a prática de atividade desportiva, com aulas de Tai-chi-Chuan, Ginástica, Danças de Salão e Aeróbica, lecionadas por professores da Câmara Municipal da Maia (Clube Maia Sénior).

Nos últimos quinze anos tem realizado um Passeio Sénior que, em 2012, teve como destino a Quinta do Cruzeiro, em Vila Praia de Âncora e contou com a presença de 215 idosos.

► JUNTA DE FREGUESIA DE GUEIFÃES

No seguimento do Protocolo de Geminação, celebrado em outubro de 1998, entre a Junta de Freguesia de Gueifães e o Município Espanhol de El Espinar, os dois municípios promovem, anualmente, um Intercâmbio da Terceira Idade. Este intercâmbio decorre num período de cinco dias, durante o mês de abril, em Gueifães e no mês de setembro, em El Espinar. Inicialmente, o Intercâmbio começou por abranger 50 idosos, mas nos últimos três anos, o número limite passou para 35 idosos, por razões orçamentais. O período escolhido para o intercâmbio coincide com as

festas das respetivas localidades, com o objetivo de aprofundar o conhecimento mútuo dos seus costumes e tradições.

A Junta de Freguesia de Gueifães promove, anualmente, na época natalícia, um almoço convívio dirigido aos idosos da freguesia, com um número limite de 300 inscrições.

► JUNTA DE FREGUESIA DE NOGUEIRA

A Junta de Freguesia de Nogueira, em colaboração com a Comissão Social Inter Freguesias da Maia-Leste comemora, anualmente, o Dia dos Avós, organiza uma Feira da Saúde e leva a cabo um Passeio Sénior, no qual participam cerca de 300 idosos.

► JUNTA DE FREGUESIA DE PEDROUÇOS

A Junta de Freguesia de Pedrouços dinamiza um Centro de Convívio, que conta, atualmente com cinco idosos. Entre as várias atividades promovidas pelo Centro de Convívio, destacam-se as apresentações de canto e teatro, marchas de S. João e o cantar das Janeiras, nos lares da freguesia. Em parceria com o Lar de Idosos "Quintinha da Conceição", em maio de 2011, foi promovido um passeio de barco pelo rio Douro.

► JUNTA DE FREGUESIA DE S. PEDRO FINS

A Junta de Freguesia de S. Pedro Fins dinamiza, desde 2009, um Centro de Dia, que conta atualmente com 10 idosos. Neste Centro, os idosos têm à sua disposição diversas atividades, que passam pela ginástica, dança, cuidados pessoais de imagem e higiene, realização de trabalhos manuais, jogos e passeios. Paralelamente organiza, desde 1998, um Passeio Sénior, que conta com 125 idosos da freguesia.

O Gabinete de Psicologia da Junta de Freguesia de S. Pedro Fins comemora, desde 1999, o Dia Mundial da Saúde, celebrado a 7 de abril, através da organização de uma Feira da Saúde, no Auditório da Junta de Freguesia, onde a população em geral e os idosos em particular, têm a possibilidade de fazer vários rastreios gratuitamente.

A exemplo daquilo que tem acontecido em anos anteriores, em 2011, a Comissão Social Inter Freguesias de Maia-Leste, onde a freguesia de S. Pedro Fins se inclui, comemorou o Dia Mundial do Coração. Esta iniciativa, que teve lugar no Pavilhão de Nogueira, contou com a participação de 50 idosos, que tiveram a possibilidade de efetuar rastreios de tensão arterial, colesterol e glicemia. No final da tarde foi servido um lanche a todos os presentes.

A Junta de Freguesia de S. Pedro Fins tem vindo a celebrar o Dia Internacional do Idoso, comemorado a 1 de outubro. Em 2011, os idosos da freguesia juntaram-se a outras centenas, numa visita guiada ao Jardim Zoo da Maia.

► JUNTA DE FREGUESIA DE SILVA ESCURA

A Junta de Freguesia de Silva Escura organiza, desde 2002, um Passeio Sénior dirigido aos idosos da freguesia. Os passeios de 2010 e 2011 contaram com a presença de 200 idosos e tiveram como destino Vila Praia de Âncora e Aveiro, respetivamente.

A Junta de Freguesia assegura, ainda, o transporte dos idosos que frequentam o Centro de Dia de Silva Escura, gerido pela Santa Casa da Misericórdia Maia.

► JUNTA DE FREGUESIA DE VILA NOVA DA TELHA

A Junta de Freguesia de Vila Nova da Telha leva a efeito há, sensivelmente, dez anos, "Fins-de-Semana Culturais", de cuja programação constam atividades ligadas à cultura, música, desporto e onde estão inseridos os Passeios Sénior, com oferta de almoço e animação e que contam com a participação de 280 idosos.

Paralelamente, a Junta de Freguesia assinala, ao longo do ano, algumas datas festivas, organizando a Festa de Carnaval, Festa de S. Martinho, Comemorações do 25 de abril. Para além destas atividades, organiza ainda peças de teatro, exposições de artesanato e pintura, Peddy-Paper's, a Feira da Agricultura, eventos que se dirigem não só aos idosos, como aos municípios em geral.

O OBSERVATÓRIO SOCIAL DA MAIA

Após a aprovação e deliberação da Câmara Municipal da Maia para a criação do Observatório Social da Maia, recorreu-se ao apoio de uma consultoria externa, com base num modelo de formação ação e com o objetivo de apoiar, a equipa do observatório, a ultrapassar as diferentes fases de criação e implementação desta estrutura.

Neste âmbito, decorreram um conjunto de atividades, a saber:

- ▶ Constituição da equipa, identificação das necessidades, identificação dos recursos e elaboração de um plano de ação;
- ▶ Análise de conceitos, modelos e experiências da Observação Social;
- ▶ Definições base do observatório (missão, visão, valores, objetivos, atividades, indicadores de execução, formas de avaliação);
- ▶ Instrumentos de suporte: imagem, página web, formas de relatório.

Como produto inicial, criaram-se as definições base do observatório: missão, visão, valores, atividades, indicadores de execução, formas de avaliação e elaborou-se um Plano de Ação e um Plano Estratégico.

A criação do Observatório da Maia obedeceu ao reconhecimento de que, modestamente, um observatório é um instrumento para conhecer e interpretar a realidade social e transmiti-la. Essa realidade muda, cada vez mais rapidamente e é cada vez mais complexa, onde, a necessidade de observar e diagnosticar em permanência, é cada vez mais perentória. As necessidades são, ao mesmo tempo, cada vez mais relativas. Neste âmbito, é cada vez mais importante conhecer o que é verdadeiramente prioritário, particularmente para quem tem que tomar decisões a nível local, não desfasadas do nacional e internacional. Por outro lado, existe, uma preocupação crescente, com a eficácia e com uma gestão racional, dos frugais recursos.

Tendo em conta que um observatório é um instrumento para um observar atento, que utiliza métodos específicos, adaptados a cada uma das realidades que se pretende observar, diremos que a criação do Observatório Social da Maia obedeceu à necessidade de dar visibilidade a modos de vida mais concretos, tendo em conta necessidades e procura que surgem no território, pretendendo oferecer respostas menos distantes da realidade, abrindo para isso, um espaço para o debate coletivo e cidadão.

Tem-se consciência que, o Observatório, tem como Missão a recolha, sistematização, análise e divulgação de informação, tendo em vista conhecer os constrangimentos e potencialidades, no domínio do desenvolvimento social do Município da Maia. O que se pretende, é que o Observatório seja um instrumento ágil, transparente, aberto à participação, territorialidade e de proximidade, que permita selecionar e recolher, um conjunto de indicadores (quantitativos e qualitativos), capazes de proporcionar a operacionalização de metodologias de intervenção, para otimizar o impacto das respostas sociais.

Sabendo que os objetivos do Observatório Social são:

- ▶ Recolher, sistematizar e analisar a informação relativa à realidade do Município;
- ▶ Mobilizar e promover a participação dos agentes sociais e população;
- ▶ Produzir e divulgar informação e conhecimento.

Pensamos ter conseguido uma primeira imagem de alguns fenómenos e do seu impacto na distribuição territorial, pese embora as limitações e obstáculos, que foram muitos, nomeadamente no que diz respeito às dificuldades em encontrar dados atualizados, a nível concelhio, ou desagregados a nível da freguesia.

O que foi feito:

- ▶ Criação de um novo sistema de recolha e sistematização de informação, relativa à intervenção social efetuada nos Gabinetes de Atendimento Integrado Local.

Neste sentido, foram selecionados dois G.A.I.L., por se entender terem traços distintos de ruralidade/urbanidade, o de: Santa Maria do Avioso, (mais concretamente as suas extensões Gemunde, Barca, São Pedro de Avioso e Gondim) e o de Vermoim/ Maia.

O projeto de experimentação consistiu, numa primeira instância, na elaboração de uma nova ficha familiar. Tendo como base de análise, a ficha familiar “standard” do Instituto da Segurança Social, e no sentido de melhor adaptar este instrumento à realidade dos G.A.I.L, foram introduzidas novas variáveis, qualificando assim a informação recolhida nos atendimentos efetuados, (variáveis definidas com o contributo dos técnicos que exercem funções nos G.A.I.L). A aplicação da nova ficha incidiu, nos atendimentos realizados no período compreendido entre agosto e dezembro de 2009.

No entanto, no ano de 2012, esta ficha familiar passou a ser aplicada nos G.A.I.L. cuja coordenação é da responsabilidade da Câmara Municipal da Maia.

► Elaboração do 1º Relatório Anual do Observatório:

O relatório está organizado da seguinte forma: Para além, de uma introdução e de uma explicação da razão do relatório, o documento inclui informação em torno de 7 áreas temáticas, tais como a proteção social, educação, habitação, saúde, população e território, emprego, desemprego e cultura. Tudo isto é considerado de uma forma global. Dizemos global, porque, ao nível de alguns indicadores, falta, em alguns casos a desagregação mais territorial.

Conseguimos, no entanto, chegar a alguns indicadores mais micro que têm por base territorial as freguesias. Fizemos um quadro síntese, com os principais indicadores, disponíveis por freguesia.

Em termos de apresentação dos resultados, este tipo de relatório, deve ter uma periodicidade anual, ou seja, um relatório por ano.

► Construção e atualização de um Guia de Recursos, das entidades com intervenção social no Município da Maia:

Este guia de recursos integra as entidades sem fins lucrativos, ou seja, organizações que pertencem à rede solidária e que, no terreno, vão respondendo a solicitações de carácter social. Pareceu-nos ser importante conhecer essas organizações/instituições, do ponto de vista de nome, morada, telefone e fax, e-mail, horário de funcionamento, natureza jurídica e observações. Este guia permite-nos conhecer quantas instituições existem e onde estão. Encontra-se disponível, para consulta, no menu principal da página da Câmara Municipal da Maia, na rúbrica Ação Social, sendo atualizado semestralmente.

Uma das propostas do Observatório Social da Maia é caracterizar alguns fenómenos em específico.

► Caracterização da população sénior do Município da Maia. Elaboração de um Plano Gerontológico, de índole municipal.

Num contexto em que o progressivo envelhecimento da população, especialmente notório nos últimos anos, emerge como um facto irreversível, associado ao aumento da esperança média de vida, advém, como prioridade, perspetivar uma resposta global e integrada, dos vários setores da sociedade, no sentido de facultar a oportunidade de envelhecerativamente.

Neste sentido o Plano Gerontológico Municipal 2011- 2013 constitui-se como um instrumento de planeamento e intervenção estratégico, no qual se definem as prioridades de ação, na área de uma política municipal, dirigida, em especial aos mais idosos, assente em princípios de justiça e equidade sociais.

As estratégias, os objetivos e as medidas propostas no plano gerontológico, estão, assim, orientadas para um conjunto de ações e programas que promovam um envelhecimento ativo e melhorem a qualidade de vida dos idosos, mediante a utilização de recursos disponíveis (formativos, culturais, sociais, de desenvolvimento e outros) ou a disponibilizar, físicos e humanos, numa lógica de participação, partilhada pelos diversos agentes sociais.

O Plano encontra-se estruturado em três capítulos. O I capítulo foi desenhado com base num quadro de referências teóricas, análise documental e estatística.

No II capítulo, apresentam-se os resultados da auscultação a 630 idosos, residentes no Município da Maia, consubstanciada num estudo de caracterização da população com 65 e mais anos, algumas linhas de reflexão do percurso do envelhecimento e a apresentação de algumas respostas, que consideramos socialmente desejáveis.

As linhas estratégicas de intervenção, que tornam possível a concretização do Plano afiguram-se no III capítulo. Para cada estratégia estabeleceram-se objetivos específicos, orientadores das iniciativas e ações prioritárias, apresentando ao mesmo tempo um calendário de desenvolvimento das diversas ações que permitem vislumbrar um cenário de execução do plano.

Tendo em conta que, uma das propostas do Observatório Social da Maia é o trabalho em parceria, encontra-se em fase de aplicação um pré-teste do inquérito por questionário, a ser ministrado em todos os empreendimentos de habitação social. O pré-teste está a ser aplicado no empreendimento habitacional do Outeiro, em parceria com a Empresa Municipal de Habitação Social.

Proposta de Plano Estratégico 2012-2013

Para estabelecer e dar continuidade ao Observatório, há um conjunto de ações e estratégicas a propor:

- ▶ Construir uma estrutura mínima, um *Front Office*, um espaço de divulgação do trabalho e um instrumento de comunicação regular;
- ▶ Criar um link no menu principal da Câmara Municipal da Maia, na rubrica ação social – **Observatório Social da Maia** – que seja um cartão de visita do observatório, mas, igualmente uma parte fundamental do próprio observatório e conceber um logótipo do Observatório Social da Maia, que representa uma assinatura institucional, neste caso a apresentação gráfica do observatório. Como toda a assinatura, o logótipo precisa de seguir um padrão visual, que o torne reconhecido onde quer que seja apresentado.

Tendo por base a Visão, a Missão e os Valores do Observatório, traçamos três objetivos que guiam toda a sua atividade: *Recolher, sistematizar e analisar a informação; Mobilizar e promover a participação dos Agentes Sociais e População; Produzir e divulgar informação e conhecimento.*

O primeiro objetivo – *Recolher, sistematizar e analisar a informação* – prende-se com a real necessidade de recolher informação relativa à realidade do município, pois este tipo de trabalho não tem sido realizado de forma organizada e sistematizada. A recolha de informação, efetuada pelas várias organizações do município, até hoje, obedece a necessidades específicas que vão sendo alvo de críticas transversais e estratégicas específicas.

No que diz respeito ao segundo objetivo – *Mobilizar e promover a participação dos Agentes Sociais e População* – procura-se promover uma participação que apele a um compromisso entre todos os intervenientes, através do envolvimento, aproximação e mobilização da população e de todos os atores e relevantes institucionais.

Relativamente ao terceiro objetivo – *Produzir e divulgar informação e conhecimento* – foi definido, levando em conta, que o observatório não se reduz a um mero dispositivo de análise. Ele pretende constituir-se numa entidade complexa, que institua procedimentos sistemáticos de produção de conhecimento sobre a realidade, retratando e analisando estudos específicos, através da criação de uma rede de comunicação fundamentada em suportes diversos, possibilitando uma abordagem caleidoscópica.

A divulgação da informação e conhecimento produzidos, é indispensável para a visibilidade e transparência. Esta serve como apresentação do trabalho realizado, no âmbito do observatório, à população em geral, aos técnicos com intervenção social, aos decisores, aos stakeholders e a todas as entidades do município, entre outros.

PRESTAÇÕES FAMILIARES E OUTROS APOIOS

Abono de Família é uma prestação pecuniária, de montante variável, atribuída mensalmente a crianças e jovens como um direito próprio destes, para compensar os encargos das famílias, relativos ao seu sustento e educação.

Quanto ao **Subsídio por Assistência de 3º Pessoa** trata-se de uma prestação pecuniária atribuída aos pensionistas de invalidez que dependam da assistência permanente de 3ª pessoa, para satisfação das suas necessidades básicas.

Relativamente ao **Subsídio Mensal Vitalício**, esta é uma prestação pecuniária de montante fixo, para os deficientes com idade superior a 24 anos, e que se encontrem na situação de deficiência, tal como foi definida para a atribuição do abono complementar.

Subsídio Funeral prestação atribuída de uma só vez, para compensar o requerente do subsídio das despesas efetuadas com o funeral de qualquer membro do seu agregado familiar ou de qualquer outra pessoa, incluindo os nascituros, desde que residente em território Nacional.

Ação Social Quadro 7 – Principais Prestações Familiares em 2010 e 2011

Área Geográfica	Beneficiários Abrangidos							
	Abono de Família a Crianças e Jovens		Subsídio por Assistência de 3ª Pessoa		Subsídio Mensal Vitalício		Subsídio Funeral	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
Maia	17.487	10.615	173	179	116	115	114	110
Grande Porto	159.977	111.253	1.739	1.771	1.459	1.512	1.128	1.060
Continente	1.182.109	844.697	11.876	11.852	11.191	11.359	15.267	14.113

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte, 2010 e 2011

As principais prestações familiares de 2010 e 2011, analisadas no Quadro 7, são o ABONO DE FAMÍLIA a Crianças e Jovens que abrange na Maia 17.487 crianças; no Grande Porto 159.977; sendo que em 2011 apenas beneficiaram 111.253, realçando-se o decréscimo de 48.724 beneficiários. Esta descida, fica a dever-se essencialmente às alterações legislativas na atribuição da respetiva prestação. Relativamente ao Continente, o decréscimo verificado no abono de família foi de 337.412 beneficiários. Por seu lado o SUBSÍDIO POR ASSISTÊNCIA DE 3ªPESSOA sofreu um acréscimo de 2010 para 2011. No que respeita ao SUBSÍDIO MENSAL VITALÍCIO existiu um aumento de 168 beneficiários no Continente. O SUBSÍDIO FUNERAL decresceu entre 2010 e 2011 em 1.154 beneficiários, no Continente e no Grande Porto o número sofreu uma descida de 68 beneficiários.

O **Rendimento Social de Inserção** enquadra-se nas medidas de política social do regime não contributivo da Segurança Social. É uma medida de apoio à população mais desfavorecida economicamente e residente em território nacional, com vista à “*satisfação das suas necessidades mínimas e para o favorecimento de uma progressiva inserção social, laboral e comunitária, respeitando os princípios da igualdade, solidariedade, equidade e justiça social.*” (art.º 1.º do Decreto-Lei n.º13/2003).

Segundo o art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 133/2012, de 27 de junho “*A prestação de rendimento social de inserção é uma prestação pecuniária de natureza transitória, variável em função do rendimento e composição do agregado familiar do requerente e calculada por aplicação de uma escala de equivalência ao valor de rendimento social de inserção.*”

Para o desenvolvimento e concretização de um projeto de vida, os agregados familiares beneficiários têm acesso a uma prestação, de caráter transitório e a um programa de inserção, conforme previsto nos artigos 2.º e 3.º da Lei n.º13/2003, de 21 de maio.

Pressupondo-se um processo de aprendizagem, qualificação e respetivo exercício de competências, o enquadramento legal do RSI, criou os Núcleos Locais de Inserção (NLI) conforme o instituído na Lei n.º13/2003, de 21 de maio, e no disposto no artigo 77.º do Decreto-Lei n.º283/2003, de 8 de novembro.

Estes constituem-se como estruturas operativas locais e funcionam com um conjunto de profissionais de diferentes áreas e que representam os diferentes setores da administração pública (Segurança Social, Educação, Saúde, Emprego, Autarquias), assim como outras entidades privadas com ou sem fins lucrativos, contratualizando com o Núcleo Local de Inserção (NLI) a respetiva parceria e comprometendo-se a criar oportunidades efetivas de inserção para os beneficiários de RSI.

No âmbito do funcionamento dos NLI, assume especial relevância a vertente da inserção, a qual se materializa através do instrumento contratual – Programa de Inserção. O Acordo do Programa de Inserção concretiza o compromisso e a responsabilidade de desenvolver um conjunto de ações e tarefas necessárias à autonomização das famílias, que são assumidos entre diferentes intervenientes neste processo – famílias beneficiárias de RSI, entidades e serviços.

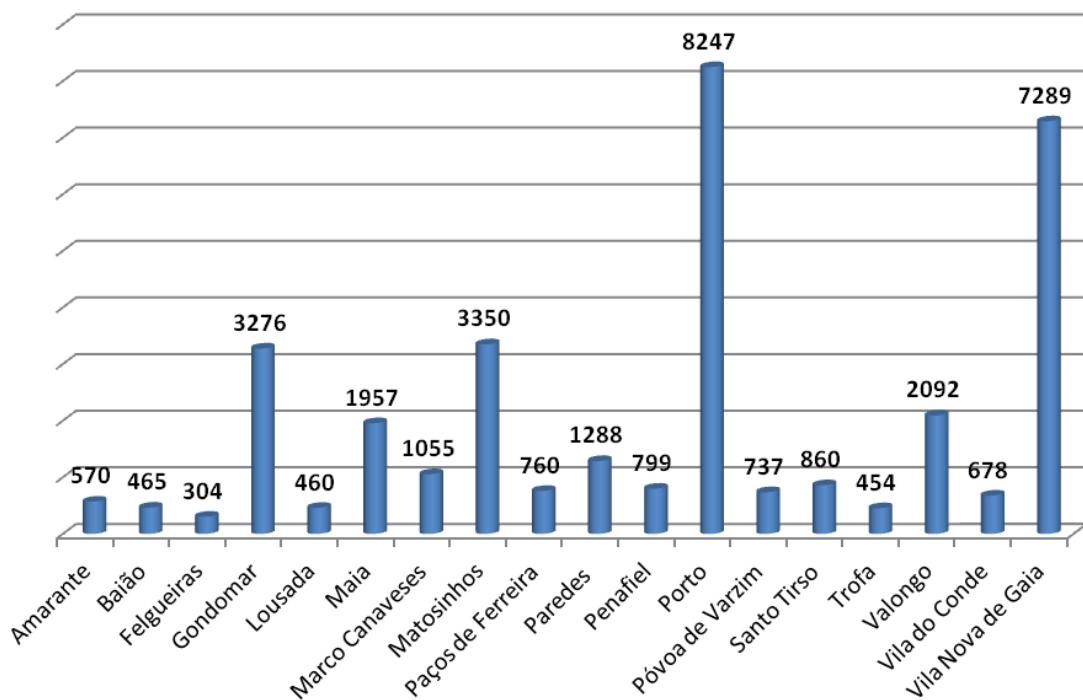
Neste contexto surge o NLI da Maia, que abrange todas as dezassete freguesias do Município: Águas Santas; Barca; Folgosa; Gemunde; Gondim; Gueifães; Maia; Milheirós; Moreira; Nogueira; Pedrouços; Santa Maria de Avioso; São Pedro de Avioso; São Pedro Fins; Silva Escura; Vermoim e Vila Nova da Telha.

A presente análise, pretende caracterizar os beneficiários da medida de RSI no Município da Maia, recorrendo aos dados dos Censos de 2011 e dados fornecidos pelo ISS, I.P. em 2012.

Caracterização da população beneficiária de RSI no Município da Maia

Segundo fontes já indicadas segue-se a análise de dados estatísticos que enquadram o Município da Maia, no Distrito do Porto.

Ação Social Gráfico 1 - Distribuição de Processos RSI pelo distrito do Porto



Fonte: ISS,I.P. - CNRSI – agosto/2012

A nível distrital, segundo os dados recolhidos em agosto 2012 junto do ISS,I.P, existiam 34.641 processos ativos da prestação RSI. A análise do gráfico realça que os Municípios do Porto e Gaia possuem um maior número de processos de RSI, num total de 15.536 processos, representando 44,9%. Observa-se ainda serem municípios com maior densidade populacional e com um maior peso de beneficiários desta medida, face à população residente.

O Município da Maia encontra-se na 6ª posição, com 1.957 processos, correspondendo a 5,65% do total de processos relativos aos 18 municípios.

Ação Social Quadro 8 - Distribuição dos beneficiários RSI face à população residente - Grande Porto

Município	População residente	Peso no Grande Porto	População Beneficiária RSI	Peso da população beneficiária RSI face à população residente	Peso da população beneficiária RSI no grande Porto
	N.º	%	N.º	%	%
Gondomar	168.027	12,30%	13.367	7,96%	0,98%
Maia	135.306	9,91%	7.334	5,42%	0,54%
Matosinhos	175.478	12,85%	12.312	7,02%	0,90%
Porto	237.584	17,39%	25.891	10,90%	1,90%
Póvoa de Varzim	63.408	4,64%	2.998	4,73%	0,22%
Santo Tirso	71.530	5,24%	3.203	4,48%	0,23%
Trofa	38.999	2,85%	2.056	5,27%	0,15%
Valongo	93.858	6,87%	7.941	8,46%	0,58%
Vila do Conde	79.533	5,82%	2.861	3,60%	0,21%
Vila Nova de Gaia	302.296	22,13%	27.123	8,97%	1,99%
Total	1.366.019	----	105.086	-----	7,69%

Fonte: ISS,I.P. - CNRSI e INE - 2011

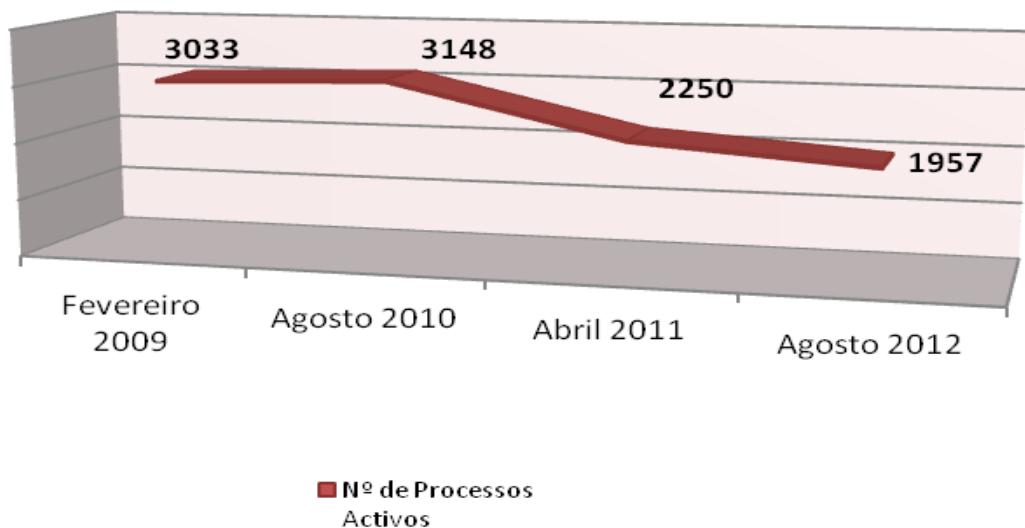
Em termos absolutos (beneficiários / população do Grande Porto), desde logo se pode verificar que Vila. Nova de Gaia e Porto são os municípios cujo número de beneficiários é mais significativo, chegando, no caso de Vila nova de Gaia, quase, a 2% da população residente.

Em termos absolutos, estes dois municípios representavam em 2011, 50,5% do total de beneficiários RSI.

Em termos relativos (beneficiários / população do Município), Porto e Vila Nova de Gaia invertem posições, tendo o primeiro o maior número relativo de beneficiários (10,9%).

A Maia encontrava-se na 6ª posição, com 5,42% de beneficiários RSI.

Ação Social Gráfico 2 – Evolução do RSI no Município da Maia

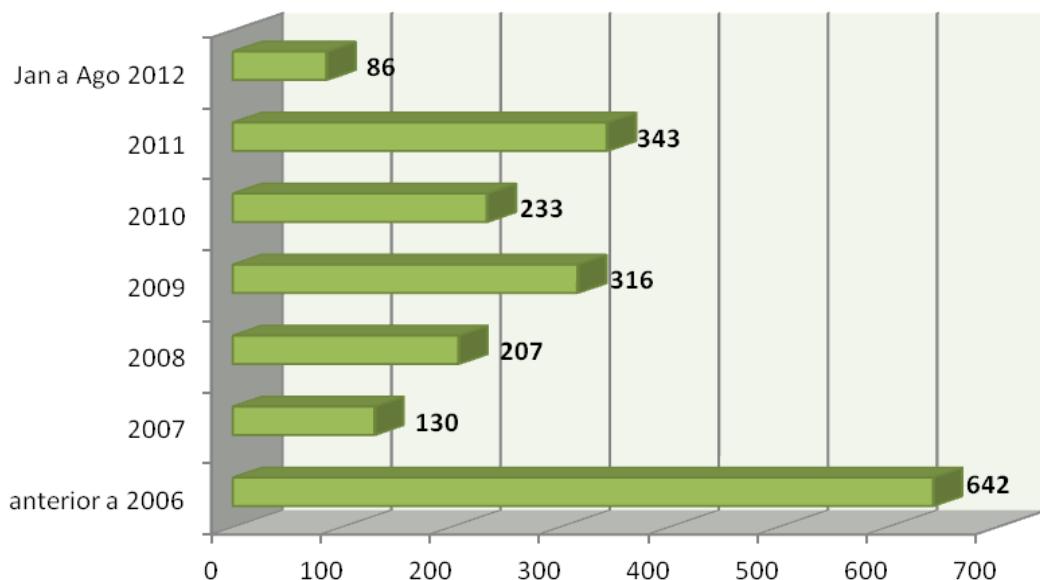


Fonte: ISS,I.P. - CNRSI - 2012

A análise do Gráfico 2 permite constatar que no Município da Maia, tem havido uma diminuição significativa de número de processos desde Agosto de 2010. Este decréscimo deve-se em grande parte às alterações legislativas que o Rendimento Social de Inserção tem sido alvo, diminuição dos tetos máximos de capitais mobiliários e imobiliários, alteração do conceito de agregado familiar, passando a incluir elementos que antes estavam autonomizados, e, por consequência, os rendimentos por eles auferidos.

Acumulando com este novo conceito, no final do mesmo ano, todos os beneficiários de prestações sociais tiveram de prestar prova da sua situação económica e familiar, através da prova de condição de recursos.

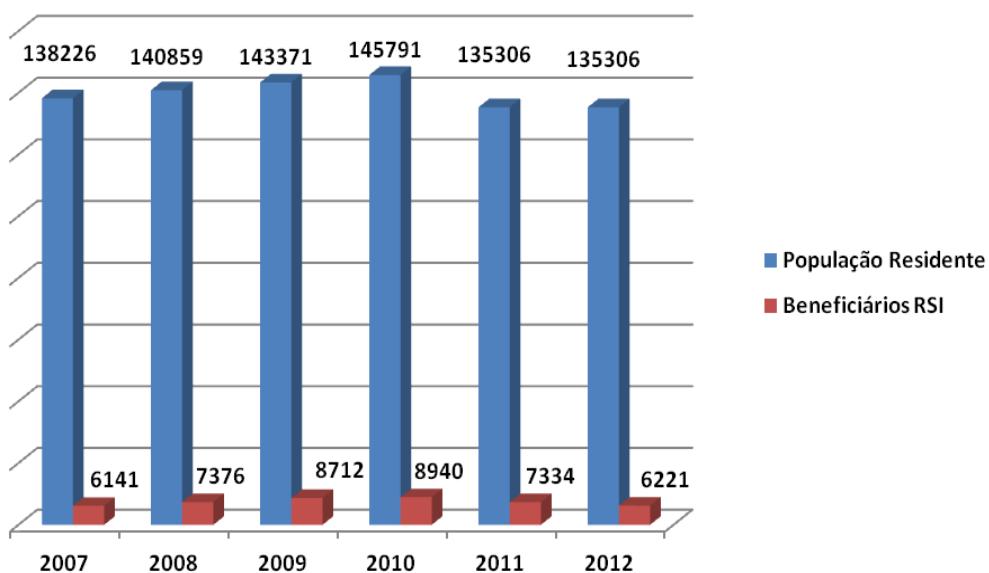
Estas alterações levaram a uma nova diminuição dos processos ativos no Município da Maia, passando para 1.957 casos.

Ação Social Gráfico 3 – Distribuição de processos RSI na Maia pela data do Requerimento


Fonte: ISS,I.P. - CNRSI ago/2012

O Gráfico 3, acima apresentado, demonstra como os processos ativos (total de 1.957) no Município da Maia se distribuem, face ao ano de requerimento.

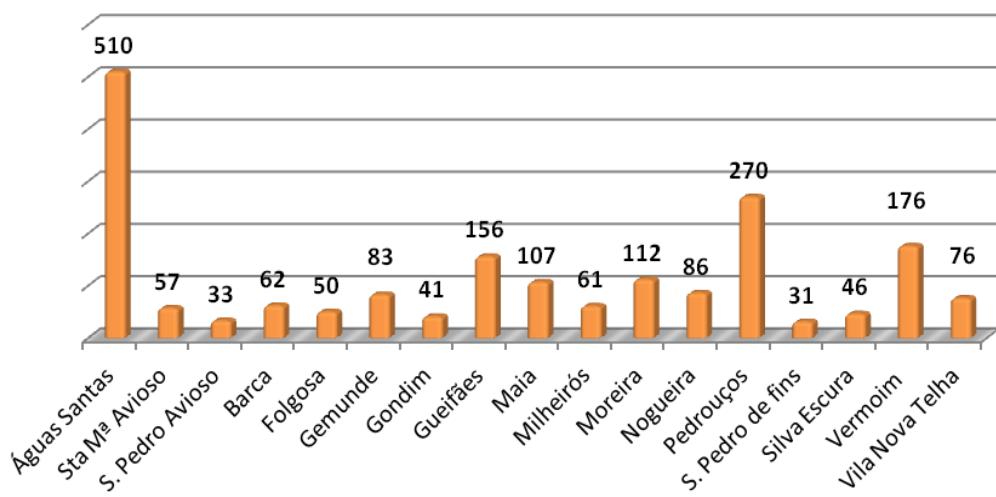
Constatase uma diminuição de processos, face ao período anterior, situação que decorre das alterações da legislação em vigor.

Ação Social Gráfico 4 – Distribuição de beneficiários RSI face à população residente na Maia


Fonte: INE- Anuário Estatístico da Região Norte, 2012

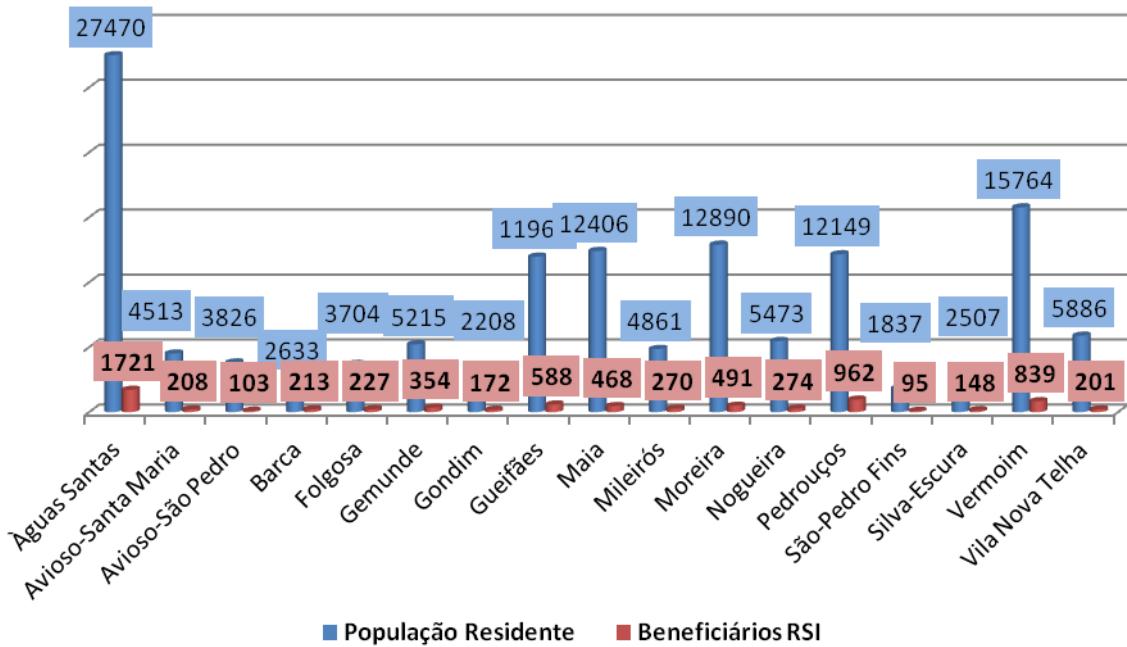
Relativamente aos beneficiários da medida de RSI na Maia nos últimos 5 anos, verifica-se um aumento do número de utentes até 2010, tendo diminuído em termos percentuais 5,42% em 2011 e 4,59% em 2012. Esta diminuição prende-se, acima de tudo, com a alteração legislativa já referida. Outro fator de assinalar, é que, pela primeira vez em 6 anos, em 2011, a Maia perdeu residentes.

Ação Social Gráfico 5 – Distribuição de Processos RSI por freguesia - Município da Maia



Fonte: ISS,I.P. – CNRSI agosto /2012

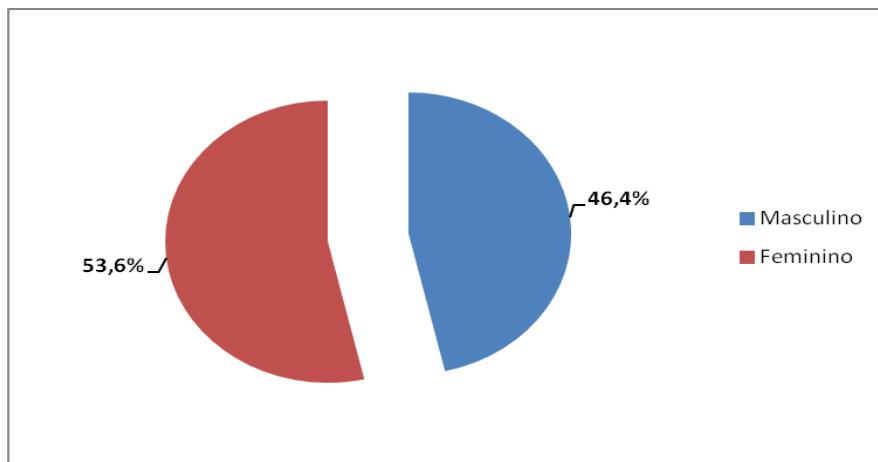
Em agosto de 2012 existiram 1.957 agregados, que beneficiaram da prestação de RSI, no Município da Maia. Águas Santas e Pedrouços apresentaram os valores mais elevados. S. Pedro Fins e S. Pedro de Avioso encontraram-se no sentido oposto, representando as freguesias com um menor número de agregados desta medida.

Ação Social Gráfico 6 - Distribuição por freguesia de beneficiários RSI face à população residente


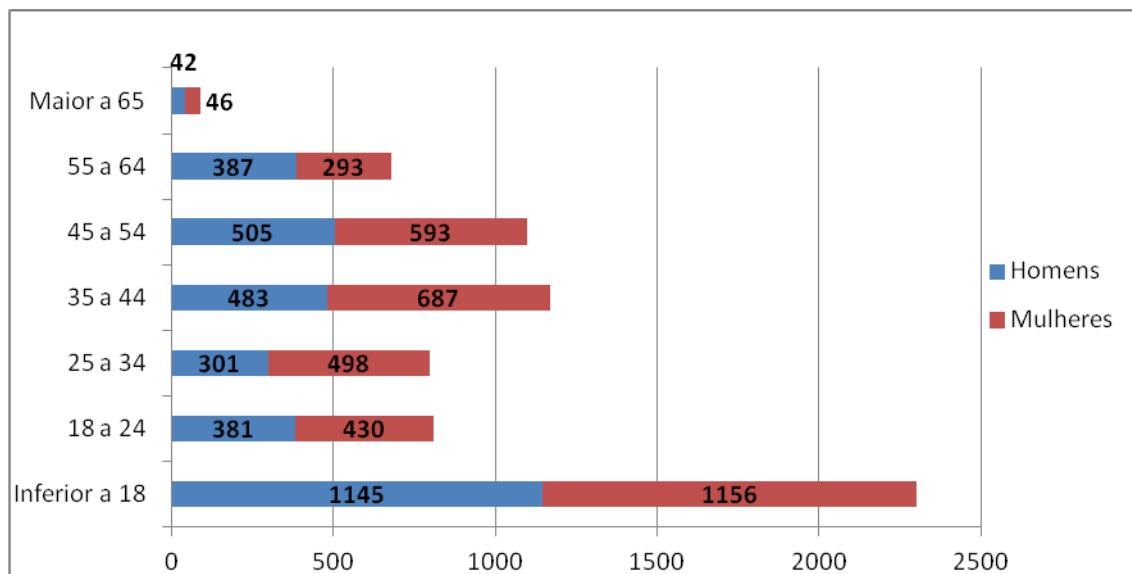
Fonte: ISS,I.P. e INE 2011

No Município da Maia, as freguesias que apresentam maior peso de beneficiários, face à população residente, são as de Barca (com 8,1%) e de Pedrouços (com 7,9%).

Em contrapartida S. Pedro de Avioso e Vila Nova Telha são as que têm menos beneficiários em comparação com a população residente, com 2,69% e 3,41% respetivamente.

Ação Social Gráfico 7 - Distribuição de beneficiários RSI na Maia por Género


O Gráfico 7 vem demonstrar que no universo dos 7.334 beneficiários do RSI no Município da Maia, as mulheres apresentam um peso mais significativo, correspondendo a 54,34%.

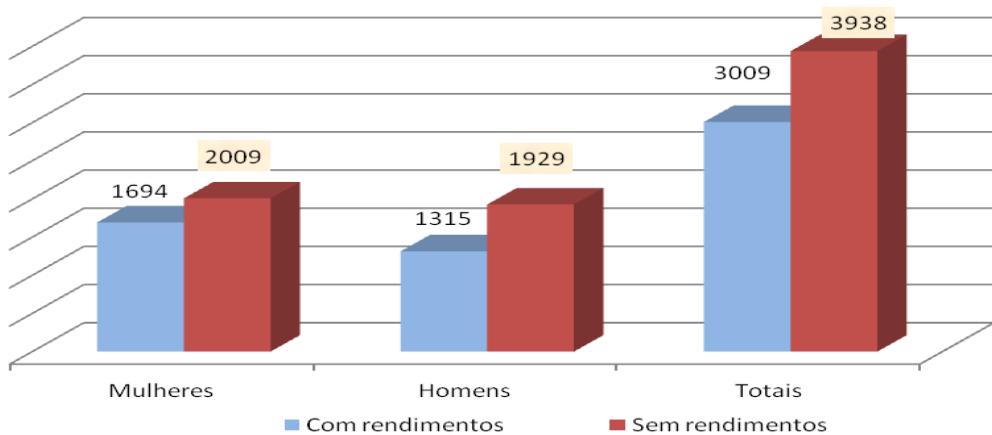
Ação Social Gráfico 8 - Distribuição de beneficiários RSI na Maia por Faixa Etária


Fonte: ISS,I.P. - CNRSI 1º Semestre 2012

A observação do Gráfico 8 acima permite constatar que, na população beneficiária de RSI, em todas as faixas etárias, excepto entre os 55 e 64 anos, existe um maior número de mulheres a usufruir da prestação.

Igualmente se pode constatar que, na faixa menos de 18 anos, existe um grande equilíbrio entre géneros, sendo a faixa com o maior número de beneficiários.

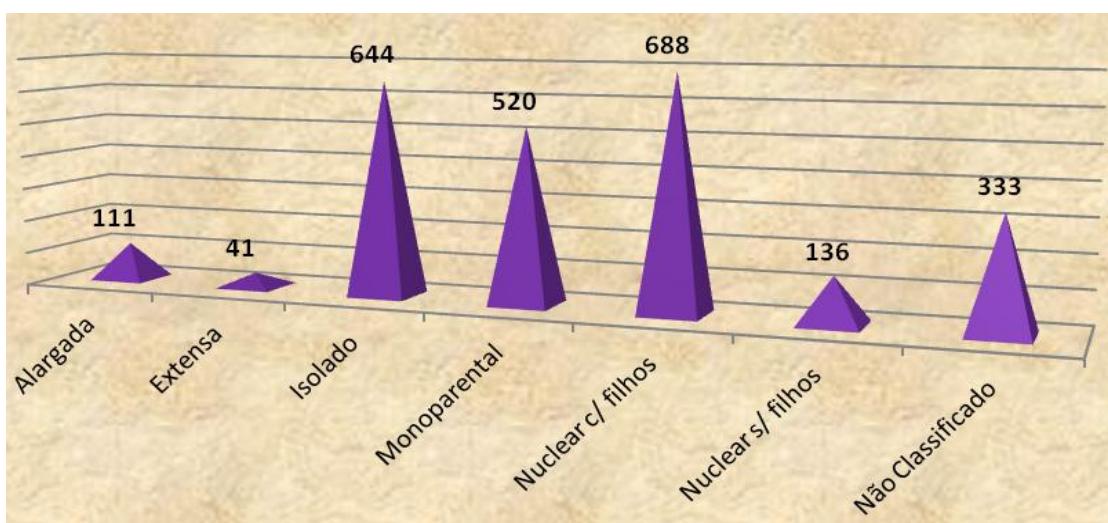
Em oposição, é na faixa superior a 65 anos que existe um menor número de beneficiários. Porque, de um modo geral, a partir desta idade a população deixa de beneficiar do RSI e passa a usufruir da reforma por velhice. Por outro lado, com a alteração do conceito de agregado familiar (implementado em 2010, pelo Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 junho) passa obrigatoriamente constituir-se um único agregado familiar e um único processo. Em consequência, verifica-se um aumento no agregado familiar alargado, do número de elementos maiores de 65 anos de idade, face à situação constatada aquando da vigência da legislação anterior.

Ação Social Gráfico 9 - Distribuição de beneficiários com ou sem rendimentos


Fonte: ISS,I.P. - CNRSI 2012

No que respeita à distribuição dos beneficiários, consoante a existência ou não de rendimentos, constata-se que apenas 43,3% possui outros rendimentos para além da prestação, podendo confirmar-se que o RSI se apresenta, em parte significativa das situações, como um complemento aos recursos, pré-existentes, dos agregados familiares.

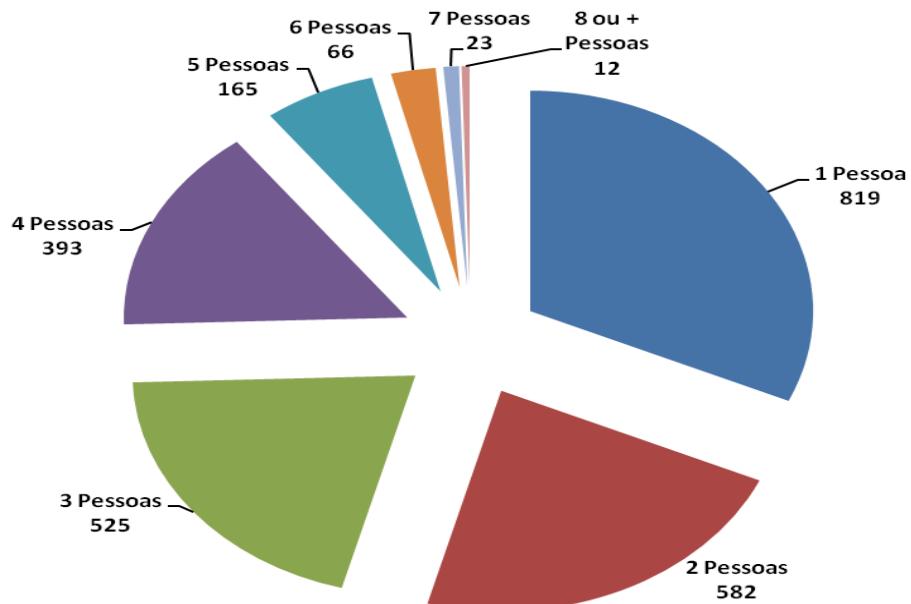
Na categoria “Com rendimentos” incluem-se os rendimentos provenientes de trabalho, prestações sociais e bolsas de formação.

Ação Social Gráfico 10 - Processos Familiares por Tipologia de Agregado


Fonte: ISS,I.P. - CNRSI 1º semestre 2012

Relativamente à tipologia dos agregados familiares na Maia, verifica-se que 688 correspondem a famílias nucleares com filhos e 644 são elementos isolados. O número de famílias monoparentais corresponde a 21%, sendo um valor de destaque neste gráfico. De salientar ainda, que 136 famílias são do tipo nuclear sem filhos, 111 famílias são alargadas e 41 extensas. Dos dados recolhidos, não foi possível definir com clareza a tipologia de 333 processos.

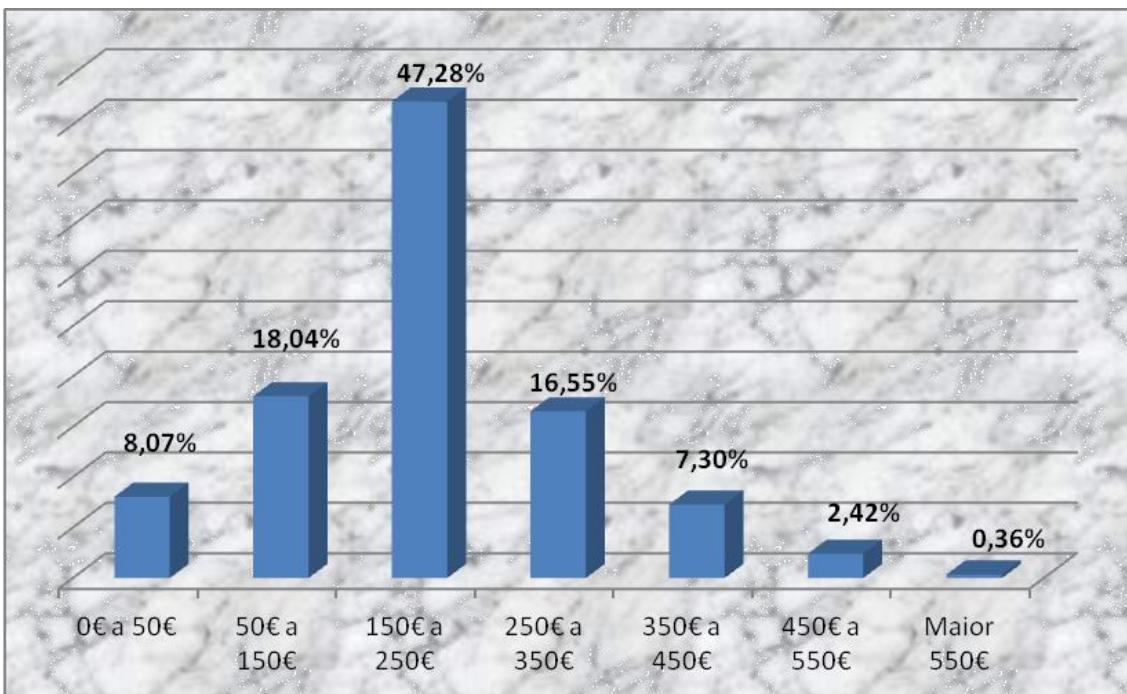
Ação Social Gráfico 11 - Dimensão de Agregado Familiar



Fonte: ISS,I.P. - CNRSI 1º Semestre 2012

Na Maia existem 644 processos de RSI, cujo agregado é composto apenas por um beneficiário (denominados agregados familiares isolados), representando 31,7%, o que corresponde a 1/3 dos casos (o que é muito significativo).

Por outro lado, apenas 0,5% dos processos são constituídos por mais de oito elementos. Assim, face à dimensão de agregado familiar, constata-se que ao aumento do número de pessoas por agregado familiar corresponde uma diminuição de processos.

Ação Social Gráfico 12 - Escalão de Prestação de RSI


Fonte: ISS,I.P. - CNRSI ago./2012

O Gráfico 12 revela que 47,28% das 1.957 famílias, a beneficiar do RSI em Agosto de 2012, auferem um valor entre 150€ a 250€. Este dado, está intimamente relacionado com o facto descrito no gráfico n.º 10, no qual se verificou que 644 famílias são do tipo isoladas, recebendo grande parte o valor do RSI de referência (atualmente de 189,52€).

As restantes famílias, distribuem-se entre 8,07% a receber até 50€; 18,04% auferem entre 50€ e 150€; 16,55% entre 250€ e 350€; 7,3% a receber entre 350€ e 450€ e 2,78% famílias beneficiam de uma prestação de RSI superior a 450€. No topo dos escalões da prestação, encontram-se incluídos apenas 0,36% dos beneficiários.

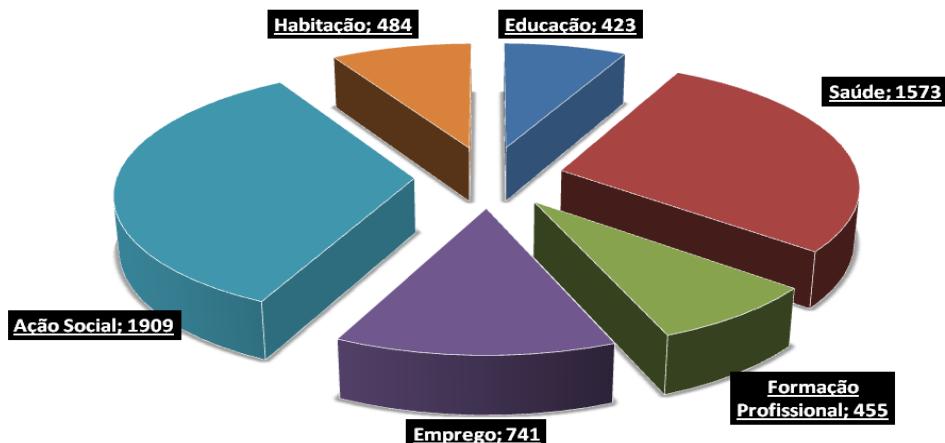
De ressalvar que estes valores já refletem a alteração de praticamente todas as prestações (exceto as dos titulares isolados), tendo-se verificado uma diminuição significativa e generalizada das mesmas.

Ação Social Quadro 9 - Habitação Social

Nº de Fogos Sociais	Agregados Familiares RSI residentes em Fogos Sociais (Renda Social + Renda Apoiada)
2.447	238

Fonte: Espaço Municipal, EEM – out./2012

No que concerne à habitação social, em agosto de 2012, existiam 238 agregados familiares beneficiários de RSI a residir em fogos sociais (em sistema de renda social e renda apoiada), num total de 2.447 fogos existentes no Município da Maia e geridos pela empresa municipal Espaço Municipal, EEM. Contudo, não se conseguiu apurar os dados relativos a contratos de renda resolúvel (situações em que as famílias passam a ser proprietárias das habitações no final dos contratos de arrendamento).

Ação Social Gráfico 13 - Beneficiários por Área de Inserção (Contrato de Inserção)


Fonte: ISS,I.P. - CNRSI 1º semestre 2012

Dos 1.755 contratos de inserção subscritos durante o 1º semestre de 2012, destacam-se duas áreas: ação social e saúde.

Na área da ação social, existe um maior número de beneficiários (1.909) com ações contratualizadas. O facto é consequência direta do tipo de ações negociadas. Estas, na generalidade ou em grande parte, abrangem todos os elementos do agregado. Estas ações constituem o acompanhamento psicossocial, a organização e gestão da vida quotidiana dos beneficiários.

Em segundo lugar surge a área da saúde, abrangendo 1.573 beneficiários. Aqui podem destacar-se as obrigações dos beneficiários, que incluem a realização de tratamentos clínicos (que visam a melhoria da situação de saúde), assim como o cumprimento dos planos de vacinação dos menores, de programas de desintoxicação de dependências, etc.

Em terceiro plano surgem as áreas de emprego e formação profissional. Tal poderá considerar-se normal, uma vez que estas áreas apenas se destinam aos beneficiários desempregados e com requisitos para a sua inserção profissional.

Em contrapartida, é na área da educação que existe um menor número de beneficiários abrangidos (423), uma vez que, salvo exceções, apenas são definidas ações nesta área para os menores que apresentem problemas escolares e para adultos que apresentem analfabetismo e iliteracia, para os quais se pretende o aumento dos níveis de escolaridade.

Conclusão:

Os dados apresentados no Relatório refletem as alterações provocadas pela aplicação do Decreto-lei n.º 133/2012, de 27 de junho de 2012.

Em síntese, esta legislação introduz alterações ao nível do valor das prestações e das regras da contratualização.

Centrando-nos na análise comparativa, entre os processos de RSI por relação ao Grande Porto, em termos gerais, a população residente nesta área é de 1.366.019, constatando-se que os beneficiários RSI correspondem a 7,69% dessa população. Esta percentagem pode considerar-se um valor bastante elevado e demonstrador da depauperização que o tecido social destas populações tem sofrido, elevando, consideravelmente, os níveis de pobreza (fruto de diversos fenómenos, entre os quais o aumento do desemprego por encerramentos / falência / deslocalização das empresas).

Focalizando a análise no Município da Maia, com uma população residente de 135.306, temos 5,4% da população beneficiária de RSI.

Concluindo, neste Município são acompanhados, no âmbito do RSI, 1.957 agregados familiares.

Para responder, com maior eficácia, às necessidades da população alvo e com o objetivo de acompanhar todos os beneficiários de forma mais sistemática e próxima, foram efetuados, em 2005, dois protocolos com Instituições Particulares de Solidariedade Social - a ASMAN e a Santa Casa da Misericórdia da Maia. Estas IPSS dispõem de 4 equipas multidisciplinares, que abrangem todas as freguesias do Município e que acompanham cerca de 720 agregados familiares.

A ASMAN possui 3 equipas e abrange as seguintes freguesias: Águas Santas, Barca, Nogueira, Folgosa, Gueifães, Maia, Gondim, Silva Escura, Milheirós, Pedrouços, Sta. Maria de Avioso e S. Pedro Fins.

A Equipa da SCMM abrange as freguesias de Moreira, Vermoim, S. Pedro Avioso, Gemunde e Vila Nova da Telha.

Em 2007, este apoio foi reforçado com a criação dos Gabinetes de Atendimento Integrado Local (GAIL), protocolados entre o Instituto da Segurança Social, I.P. e a Câmara Municipal da Maia. Funcionam em 6 núcleos descentralizados, abrangendo beneficiários de RSI e Ação Social de todo o município.

Este estudo permite, por curiosidade, acrescentar a verificação de que, no topo dos escalões da prestação, se encontram incluídos apenas 0,36% dos beneficiários, conclusão que vem romper com algum preconceito em relação ao RSI e deixa, sem argumento, a especulação, no que respeita aos elevados valores pagos aos beneficiários.

Em conclusão, este estudo fornece dados que se afiguram úteis para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Social (PDS) e que podem representar um contributo para a identificação e percepção mais claras dos recursos adequados, existentes na comunidade.

PENSÕES

Ação Social Quadro 10 – Valor Médio Anual das Pensões em 2011

Área Geográfica	Invalidez	Velhice	Sobrevivência	Total
Maia	4.828 €	6.333 €	2.917 €	5.383 €
Grande Porto	4.512 €	6.254 €	3.026 €	5.301 €
Continente	4.309 €	5.545 €	2.747 €	4.769 €

Fonte: INE - Anuário Estatístico da Região Norte, 2011

O Quadro 10 apresenta o valor médio anual de 2011 das pensões de invalidez, velhice e sobrevivência. Relativamente à pensão por invalidez verifica-se que o valor médio anual é mais alto no Município da Maia (4.828€), do que no Grande Porto (4.512€) e no Continente (4.309€). A pensão por velhice tem valor médio anual mais alto no Município da Maia e Grande Porto (6.333€) e 6.254€), sendo este valor mais baixo no Continente (5.545€). Quanto ao valor médio anual da pensão por sobrevivência, o do Município da Maia, é superior (5.383€) ao observado no Continente (4.769€).

Pensão de Velhice

O QUE É

É um valor pago mensalmente, destinado a proteger os beneficiários do regime geral de Segurança Social, quando atingem a idade legalmente fixada como adequada, para a cessação do exercício da atividade profissional.

CONDIÇÕES DE ATRIBUIÇÃO

O direito à pensão de velhice é reconhecido ao beneficiário que, tendo apresentado requerimento da pensão tenha:

- ▶ Completado 65 anos (sem prejuízo de regimes e medidas especiais de antecipação legalmente previstas);
- ▶ Cumprido o prazo de garantia, exigido por lei.

PRAZO DE GARANTIA

O prazo de garantia para atribuição da pensão de velhice é, no mínimo, de 15 anos civis, seguidos ou interpolados, com registo de remunerações.

Pensão de Invalidez

O QUE É

É um valor pago mensalmente, destinado a proteger os beneficiários do regime geral de Segurança Social, nas situações de incapacidade permanente para o trabalho.

Considera-se invalidez toda a situação incapacitante, de causa não profissional, que determine incapacidade permanente para o trabalho.

CONDIÇÕES DE ATRIBUIÇÃO

O direito à pensão de invalidez é reconhecido ao beneficiário que tenha:

- ▶ Incapacidade permanente, relativa ou absoluta, para o trabalho, de causa não profissional, certificada pelo Sistema de Verificação de Incapacidades (SVI)
- ▶ Cumprido o respetivo prazo de garantia, legalmente fixado.

INCAPACIDADE PERMANENTE PARA O TRABALHO

TIPOS DE INVALIDEZ:

INVALIDEZ RELATIVA – situação de incapacidade permanente em que:

- ▶ O beneficiário não possa obter da sua profissão mais de um terço da remuneração correspondente ao seu exercício normal;
- ▶ Seja de presumir que o beneficiário não recuperará, nos 3 anos seguintes, a capacidade de trabalho que lhe permita obter, da sua última profissão (abrangida pelo regime geral) mais de 50% da respetiva remuneração;
- ▶ Se à data do requerimento da pensão o beneficiário exercer, ao mesmo tempo, mais do que uma profissão abrangida pelo regime geral, a redução da incapacidade de ganho prevista refere-se à profissão com remuneração mais elevada.

PRAZO DE GARANTIA

O prazo de garantia para atribuição da pensão de invalidez é de:

- ▶ 5 Anos civis, seguidos ou interpolados, com registo de remunerações - invalidez relativa;
- ▶ 3 Anos civis, seguidos ou interpolados, com registo de remunerações - invalidez absoluta;
- ▶ 72 Meses com registo de remunerações, no caso de beneficiário abrangido pelo seguro social voluntário.

Pensão de Sobrevivência

O QUE É

- ▶ Uma prestação em dinheiro, atribuída mensalmente, que se destina a compensar, os familiares do beneficiário falecido da perda de rendimentos de trabalho, resultante da morte deste.

CONDIÇÕES DE ATRIBUIÇÃO

- ▶ A pensão de sobrevivência é atribuída, se o beneficiário falecido tiver preenchido o prazo de garantia de 36 meses com registo de remunerações, aos familiares abaixo indicados:
- ▶ **Cônjuge**
Se não houver filhos do casamento, ainda que nascituros, o cônjuge sobrevivo só tem direito ao subsídio se tiver casado com o beneficiário há pelo menos um ano antes da data do seu falecimento, exceto nos casos em que a morte resulte de acidente ou de doença contraída ou manifestada depois do casamento.
- ▶ **Ex-cônjuges**
O cônjuge separado de pessoas e bens e o divorciado só têm direito à pensão se, à data da morte do beneficiário, dele recebessem pensão de alimentos, decretada ou homologada pelo tribunal, ou se esta não lhes tivesse sido atribuída por falta de capacidade económica do falecido, judicialmente reconhecida.
- ▶ **Pessoa em união de facto**
É a pessoa que à data do falecimento do beneficiário, vivia com este, há mais de dois anos, em condições análogas às dos cônjuges.

► **Descendentes**, incluindo os nascituros e os adotados plenamente:

- Até aos 18 anos.
- Dos 18 aos 27 anos, desde que não exerçam atividade determinante, de enquadramento em qualquer regime de proteção social de inscrição obrigatória e satisfaçam as seguintes condições:
- Dos 18 aos 25 anos, se matriculados em qualquer curso de nível secundário, complementar ou médio e superior, ou a frequentar cursos de formação profissional, que não determinem enquadramento nos regimes de proteção social.
- Até aos 27 anos, se estiverem a frequentar cursos de mestrado ou curso de pós-graduação, a preparar tese de licenciatura ou de doutoramento, ou a realizar estágio de fim de curso, desde que não auferam remuneração superior a dois terços do valor do indexante dos apoios sociais (IAS).
- Sem limite de idade, tratando-se de deficientes, desde que, nessa qualidade, sejam destinatários de prestações por encargos familiares.

Nota: Consideram-se descendentes os enteados, em relação aos quais, o beneficiário falecido estivesse obrigado a prestar alimentos.

► **Ascendentes**

Se, à data do falecimento do beneficiário, estiverem a cargo do beneficiário falecido e não existirem cônjuge, ex-cônjuge e descendentes com direito à pensão.

As condições de atribuição são verificadas à data da morte do beneficiário.

Ação Social Quadro 11 – Pensionistas por Invalidez, Velhice e Sobrevivência em 2011

Área Geográfica	Pensionistas			Total
	Invalidez	Velhice	Sobrevivência	
Maia	2.745	19.200	6.656	29.686
Grande Porto	32.719	219.918	79.401	344.806
Continente	259.792	1.829.147	655.927	2.858.863

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte, 2011

Segundo a informação patente no Quadro 11, o número total de pensionistas no Município da Maia, em 2008, era de 26.625, sendo que 2.901 são por invalidez, 17.178 por velhice e 6.546 por sobrevivência. Podemos ainda verificar que nas três áreas geográficas consideradas, o maior número de pensionistas recebeu a pensão por velhice.

Complemento Solidário para Idosos

O Complemento Solidário para Idosos (CSI), é uma prestação monetária integrada no subsistema de Solidariedade do Sistema de Proteção Social de Cidadania, dirigida a cidadãos nacionais e estrangeiros com baixos recursos e mais de 65 anos. É uma prestação diferencial, ou seja, é um apoio adicional aos recursos que os destinatários já possuem.

Ação Social Quadro 12 – Número de beneficiários da medida Complemento Solidário para Idosos no Município da Maia, por Freguesia e Estado Civil em 2010

Freguesia Residência	Requerentes com Processo Ativo distintos						Total	
	Estado civil							
	Casado	Divorciado	Não especificado	Separado Judicialmente	Solteiro	Viúvo		
Águas Santas	24	2	5		3	4	38	
Avioso (Santa Maria)	7		1				8	
Avioso (São Pedro)	4		1			1	6	
Barca	3		2				5	
Folgosa	2				2	1	5	
Gemunde	6		1			1	8	
Gondim	6	1	3				10	
Gueifães	10	1			3	1	15	
Maia	7		3	2	2	3	17	
Milheirós	7	1	1			2	11	
Moreira	9		2		1	1	13	
Nogueira	4		2				6	
Pedrouços	6			1	4		11	
São Pedro Fins	1						1	
Silva Escura	3		2				5	
Vermoim	10	2	1		1	2	16	
Vila Nova da Telha	2		4		1	1	8	
Total	111	7	28	3	17	17	183	

Fonte: ISS, IP – C. D. Porto 2011

Por referência ao Quadro 12, verifica-se que no Município da Maia existiam 183 beneficiários de CSI no ano 2010, sendo que os beneficiários desta medida se encontravam distribuídos de forma heterogénea pelas várias freguesias. Assim, observamos que, as freguesias com maior número de beneficiários eram Águas Santas com 38 (20,76%), Maia com 17 (9,28%) e Vermoim com 16 (8,7%), apresentando as freguesias de Barca, Folgosa, Silva Escura e S. Pedro Fins, o menor número de beneficiários, com 5 (2,73%) as três primeiras e 1 (0,55) a última.

Ação Social Quadro 13 – Número de beneficiários da medida Complemento Solidário para Idosos (CSI) no Município da Maia, por Freguesia e Estado Civil em 2011

Freguesia Residência	Requerentes com Processo Ativo distintos						Total	
	Estado civil							
	Casado	Divorciado	Não especificado	Separado Judicialmente	Solteiro	Viúvo		
Águas Santas	10	3	3		4	3	23	
Avioso (Santa Maria)	2	1					3	
Avioso (São Pedro)	2						2	
Barca	1				1	1	3	
Folgosa			1				1	
Gemunde		1	1			1	3	
Gondim	2				1		3	
Gueifães			1		1		2	
Maia	7		2			1	10	
Milheirós	5	1	2		1	3	12	
Moreira	6		1				7	
Nogueira	5	1	1	1			8	
Pedrouços	8		1				9	
São Pedro Fins	1	3	4				8	
Silva Escura					1	2	3	
Vermoim	2					1	3	
Vila Nova da Telha	9	1	5		1	1	17	
Total	60	11	22	1	10	13	117	

Fonte: ISS, I.P.-C D do Porto, 2011

Da análise do Quadro 13, verifica-se que no Município da Maia no ano de 2011 existiam 117 beneficiários de CSI, sendo que os abrangidos, por esta medida, se encontravam distribuídos, à semelhança do que acontecia no ano de 2010, de forma heterogénea pelas várias freguesias. Assim, verifica-se que as freguesias com maior número de beneficiários eram Águas Santas com 23 (19,65%), Vila Nova da Telha com 17 (14,52%) e Milheirós com 12 (10,25%) beneficiários, sendo que, as freguesias de Avioso (S. Pedro), Folgosa e Gueifães as que apresentavam o menor número de beneficiários.

PROGRAMA COMUNITÁRIO DE AJUDA ALIMENTAR A CARENCIADOS

O Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados (PCAAC) é uma ação promovida, anualmente, pela Comissão Europeia e executada pelos Estados-membros e que visa distribuir produtos alimentares às pessoas mais necessitadas, da Comunidade Europeia.

A Comissão, através do Regulamento (CEE) n.º 3149/92, de 29 de outubro, estabeleceu as normas de execução para o fornecimento de géneros alimentícios, a favor das pessoas mais necessitadas da Comunidade.

Podem ser beneficiários do PCAAC, todas as famílias/pessoas e instituições/utentes cuja situação de dependência social e financeira, tiver sido constatada e reconhecida, com base nos Critérios de elegibilidade, aprovados por Despacho de 06/02/96, do então Secretário de Estado da Inserção Social.

Os critérios de elegibilidade para famílias/pessoas mais carenciadas são: o baixo rendimento do agregado familiar, o desemprego prolongado, situações de prisão, morte, doença, separação e abandono, pensionistas do regime não contributivo, elevado número de pessoas do agregado familiar e situações de catástrofe.

Os critérios de elegibilidade para Instituições/Utentes mais carenciadas são: o maior número de utentes carenciados cujas comparticipações são diminutas, o elevado número de utentes com características específicas de acordo com as tabelas dietéticas (crianças, jovens e idosos), o número de valências desenvolvidas, localização em meio degradado e/ou com menor abastecimento de produtos.

Ação Social Quadro 14 – Instituições com o Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados

Entidades	Famílias Apoiadas			
	2008	2009	2010	2011
Projeto Recriar	494	723	800	684
Santa Casa da Misericórdia da Maia	-	180	108	125
Conferência Vicentina de São Faustino e Sra. da Saúde de Gueifães	90	91	90	90
Conferência de S. Vicente de Paulo de Barca	30	30	32	20
ADRA - Associação para o Desenvolvimento dos Recursos Assistência	45	35	41	38
Junta de Freguesia da Maia	-	100	108	89
ASMAN	124	190	226	446
Total	783	1.349	1.405	1.492

Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude – CMM 2011

Segundo o Quadro 14, no Município da Maia existem sete entidades que fazem a gestão do Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados, as quais apoiaram um total de 783 beneficiários em 2008, 1.349 em 2009, 1.405 em 2010 e 1.492 em 2011.

PROGRAMA DE EMERGÊNCIA ALIMENTAR

O Programa acima identificado é gerido pela Santa Casa da Misericórdia da Maia, em parceria com o ISS, I.P. A “*Cantina Social*” insere-se na Rede Solidária das Cantinas Sociais, e constitui-se como uma resposta de intervenção, no âmbito do Programa de Emergência Social, que permite garantir às pessoas e/ou famílias que mais necessitem, o acesso a refeições diárias, de forma gratuita.

O pressuposto do Programa de Emergência Alimentar (PEA), é garantir às pessoas e/ou famílias, o acesso a refeições, que serão confeccionadas no Centro Comunitário de Vermoim/Sobreiro. As refeições, poderão ser levadas para consumo no domicílio, ou ser consumidas no local do funcionamento da cantina. A instituição disponibilizará refeições diárias, inclusive ao fim de semana. A Cantina Social pode fornecer até um máximo de 65 refeições diárias. São considerados beneficiários da Cantina Social: idosos com baixos rendimentos e famílias expostas ao fenómeno do desemprego e pessoas com deficiência.

A admissão dos beneficiários, será feita de acordo com os seguintes critérios:

- ▶ Famílias/indivíduos, com baixos salários e encargos habitacionais fixos;
- ▶ Famílias/indivíduos, com doença crónica, baixos rendimentos e encargos habitacionais fixos;
- ▶ Situações de emergência temporária, tais como incêndio, despejo ou doença, entre outras.

Não podem beneficiar do PEA as pessoas e/ou famílias, que sejam apoiados por qualquer outra via, ao nível da alimentação (Banco Alimentar, Cantina Social, PCAAC, distribuição direta de alimentos a sem-abrigo, entre outras). A admissão é efetivada através da assinatura do beneficiário, de uma declaração em que reconhece por sua honra, que se encontra nas situações de carência acima referenciadas, e/ou por encaminhamento dos técnicos dos GAIL - Gabinetes de Atendimento Integrado Local.

As famílias/indivíduos podem recorrer a este serviço por três vias:

- ▶ Deslocar-se diretamente ao Centro Comunitário de Vermoim/Sobreiro;
- ▶ Deslocar-se a uma outra resposta social da Santa Casa da Misericórdia da Maia;
- ▶ Sinalizadas pelos parceiros do Gabinete de Atendimento Integrado Local.

A sinalização de pessoas e /ou famílias deverá ser efetuada através do preenchimento de uma ficha de sinalização, onde constará o diagnóstico da situação.

Atualmente, o PEA abrange o total de 65 indivíduos/famílias distribuídos pelas freguesias de; Vermoim, Gueifães, Barca, Nogueira, Águas Santas e Milheirós. No momento, existe uma lista de espera de dois Agregados familiares.

CONFERÊNCIAS VICENTINAS

A ação Vicentina preocupa-se com a promoção do homem na sociedade, através de um sentimento de afeto e respeito pela dignidade de cada pessoa, da oferta de amor, a que todos têm direito, da compreensão e recetividade a uma confidência, ou a um desabafo, um conselho com uma palavra amiga, um olhar carinhoso, motivos de fé e de esperança.

As Conferências Vicentinas inserem-se, em termos organizacionais, num nível nacional e também internacional, uma vez que, cada conferência, reporta, as suas atividades e gestão dos fundos, a um Conselho de Zona, no caso ao Conselho de Zona da Maia, o qual reporta, os relatórios do trabalho, a um Conselho Nacional e posteriormente a um Conselho Mundial.

Ação Social Quadro 15- Conferências Vicentinas do Município da Maia

Entidade	Freguesia
Conferência de Sta. Maria do Ó de Águas Santas	Águas Santas
Conferência de Santa Maria de Avioso	Avioso Santa Maria
Conferência Sr. Jesus de Santa Cruz	Barca
Conferência do Divino Salvador	Folgosa
Conferência de S. Cosme e S. Damião de Gemunde	Gemunde
Conferência Divino Salvador	Gondim
Conferência N. Sra. da Saúde	Gueifães
Conferência Santo António	Gueifães
Conferência S. Faustino	Gueifães
Conferência a N. Sra. do Bom Despacho	Maia
Conferência de S. Tiago de Milheirós	Milheirós
Conferência São Salvador	Moreira
Conferência São José	Nogueira
Conferência da Rainha Santa Isabel	Pedrouços
Conferência do Menino Jesus	Vermoim

Conferência de Sta. Teresa do Menino Jesus de Vermoim	Vermoim
Conferência de Santa Maria	Vila Nova da Telha

Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude - CMM, 2011

As Conferências Vicentinas são em número de 14, no Município, como se observa no Quadro 15, constituindo uma resposta oportuna para cada situação de pobreza, mais ou menos imediata, ou de simples encaminhamento, nas situações mais difíceis, para outras entidades.

CABAZ DE NATAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

Tem vindo, a Câmara Municipal da Maia, desde 1998, a proceder à distribuição, na época natalícia, de um conjunto de bens, tradicionalmente consumidos nesta quadra, designados por CABAZ DE NATAL.

Inicialmente, esta ação era dirigida à população mais idosa, sendo que, ao longo destes últimos anos, a iniciativa tem sido dirigida a todas as famílias desfavorecidas e carenciadas economicamente.

Embora não constitua uma solução para os problemas sociais e económicos, que afetam uma larga faixa da população, o Cabaz de Natal é uma forma de atenuar as dificuldades dos mais desprotegidos, despertando os valores da paz, união, harmonia, partilha e solidariedade, simbólicos da época natalícia.

Em 2006, este município estabeleceu um conjunto de mecanismos e requisitos para a atribuição do Cabaz de Natal, no qual se encontram estabelecidos os critérios por que se rege a seleção dos agregados familiares.

Ação Social Quadro 16 - Número total de Cabazes de Natal atribuídos, por cada tipo de cabaz

Tipo de Cabaz de Natal	2007	2008	2009	2010	2011
T1	931	1000	976	970	1030
T2	356	400	450	410	440
T3	102	85	122	114	120
T4	10	15	15	6	10
TOTAL	1.399	1.500	1.563	1.500	1.600

Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude - CMM, 2011

Pela análise do Quadro 16, verifica-se que são prevalecentes as tipologias T1 e T2, coincidente com a prevalência de agregados familiares constituídos por 4 ou menos pessoas, mantendo-se, a partir do ano de 2008, estabilizado o número total de cabazes fornecidos.

HABITAÇÃO SOCIAL

Tradicionalmente da responsabilidade do Estado, a construção de habitação social, de iniciativa municipal, começou a ter significado, no Município da Maia, no início da década de 90. Até então, o parque de habitação social resumia-se, quase exclusivamente, aos empreendimentos de promoção e iniciativa estatal, construídos na década de 70 pelo Fundo de Fomento da Habitação (FFH), designadamente, os conjuntos habitacionais do Sobreiro, Maia I e Maia II, num total de 788 fogos.

Implantados na zona mais central da área geográfica definida pelas freguesias da Maia e de Vermoim que, conjuntamente com a freguesia de Gueifães, integram a Cidade da Maia. A sua construção foi o resultado, não apenas de uma política habitacional e de desenvolvimento concertada a nível nacional, mas, sobretudo, da vontade de resolver, no mais curto espaço de tempo, as carências habitacionais, que, genericamente, afetavam o país, em especial em relação às famílias de menores recursos económicos e algumas regressadas das ex-colónias.

Estes primeiros empreendimentos caracterizam-se por:

1. Uma grande dimensão e elevado número de fogos (o Conjunto Habitacional do Sobreiro integrava 666 e uma população residente de cerca de 2400 pessoas);
2. Soluções arquitetónicas e métodos de construção essencialmente orientados numa perspetiva economicista;
3. Um número significativo de famílias provenientes de outros municípios, muitas vezes sem qualquer ligação com o meio de acolhimento, em que frequentemente se verificava um crescente sentimento de desenraizamento;
4. A, praticamente inexistente, intervenção ao nível da ação social e da conservação do património, por parte dos organismos do Estado, a quem competia a respetiva gestão.

Posteriormente, em 1994, é celebrado o Acordo de Adesão ao Programa Especial de Realojamento no âmbito do qual foram construídos os restantes conjuntos habitacionais. Trata-se de empreendimentos com um número de fogos significativamente inferior, com soluções arquitetónicas qualificadas e estudadas criteriosamente em termos de integração urbana nos contextos em que se inserem, sempre com a preocupação de arranjos exteriores cuidados e equipamento urbano.

É à Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património, E.E.M. que compete a promoção e gestão social, patrimonial e financeira de imóveis de habitação social, a melhoria das condições habitacionais do Município da Maia e a participação em ações de renovação, reabilitação e requalificação urbanísticas.

A E.M. enquadra-se, assim, numa política integrada de desenvolvimento do Município da Maia e traduz o esforço, o empenhamento e o entusiasmo que a Câmara Municipal da Maia tem vindo a dedicar, nas últimas duas décadas, ao setor da habitação, à promoção da coesão social, nas suas

diversas vertentes, afetando a estas áreas uma parcela, muito significativa, do investimento municipal global.

Para complementar a informação considere-se a seguinte tabela, com dados globais, referentes ao património imobiliário sob gestão da Espaço Municipal, E.E.M. :

N.º total de frações habitacionais	2.447
- Fogos incluídos em empreendimentos de habitação social	2.446
- Outros fogos	1
N.º de frações não habitacionais destinadas a comércio / serviços	93
N.º total arrumos:	621
- Correspondentes a frações autónomas	428
- Outros arrumos	193
N.º de lugares de estacionamento individuais (inclui lugares abertos, lugares c/ arrumos, fechados e exteriores incluídos na Propriedade Horizontal)	1.502

Empreendimentos Municipais de Habitação Social do Município

FREGUESIA	EMPREENDIMENTOS
Águas Santas	Empreendimento do Meilão, Empreendimento rua Central Corga Empreendimento dos Moutidos Empreendimento rua do Senhor dos Aflitos Empreendimento Municipal rua do paço Empreendimento Municipal Rodrigo Lage Empreendimento Municipal das Arregadas
Avioso – Santa Maria	Empreendimento Municipal Souto de Cima
Folgosa	Empreendimento Municipal Folgosa
Gemunde	Casas Gemunde Empreendimento Municipal Bajouca
Gondim	Casas de Porto Bom Empreendimento Municipal de Gondim I Empreendimento Municipal de Gondim II Empreendimento Municipal de Gondim III
Gueifães	Casas dos Maninhos Empreendimento Municipal rua Gil Eanes
Maia	Casas de Catassol

	Bairro Oliveira Braga Empreendimento Municipal do Outeiro <u>Conjunto Habitacional Maia I e Maia II</u>
Milheirós	Empreendimento Municipal rua das Figueiras Empreendimento Municipal 5 de Outubro Empreendimento Municipal Paiol
Moreira	Casas de Moreira Empreendimento Municipal Gaveto rua do Couço/Sendal Empreendimento Municipal Pinhal
Nogueira	Empreendimento Municipal rua Vilar de Baixo
Pedrouços	Pré - fabricado de Pedrouços Empreendimento Gonçalo Mendes Maia Empreendimento rua António Simões Empreendimento rua Nova de Teibas Empreendimento da Arroteia (pré-fabricados) Empreendimento Municipal Arroteia II Empreendimento de Alves Redol Bairro da Brisa
São Pedro Fins	Empreendimento das Cardosas
Silva Escura	Empreendimento Municipal de Frejufe
Vermoim	Bairro Sobreiro Empreendimento Municipal Xisto Empreendimento Municipal Ponte das Cabras
Vila Nova da Telha	Empreendimento Municipal Lidor Empreendimento Municipal rua da Fábrica Empreendimento Municipal da Aldeia Empreendimento Municipal das Lagielas

MERCADO SOCIAL DE ARRENDAMENTO

A E.M. iniciou recentemente a participação na gestão local do Mercado Social de Arrendamento, que é uma das medidas inseridas no Programa de Emergência Social (PES), anunciado em 2011 e que prevê criar um mercado de arrendamento, com preços mais baixos.

Trata-se de um projeto com significativo interesse social, pois prevê a disponibilização de habitação destinada a pessoas com rendimentos que não são suficientemente elevados, para aceder ao dito mercado livre de arrendamento e que também não são suficientemente baixos para serem enquadrados no mercado de arrendamento social, ou seja, o mercado que os municípios desenvolveram, através de financiamento pelo Estado, para empreendimentos de habitação social.

Este programa, incide sobre imóveis, quer prédios, quer andares, que estavam nas mãos de entidades financeiras e bancárias e estavam parados (constituindo um problema económico para o país e um problema urbanístico), que passam a integrar o designado Fundo de Investimento Imobiliário para Arrendamento Habitacional (FIIAH), sendo colocados no mercado de arrendamento com rendas, pelo menos, 30 % abaixo do valor de mercado.



A E.M. assume, no âmbito deste programa, as responsabilidades de mediação adstritas às autarquias, indicando, ao FIIAH, os candidatos aos imóveis, cabendo depois, à NORFIN, a confirmação e validação das candidaturas.

GABINETES DE ATENDIMENTO INTEGRADO LOCAL

Os Gabinetes de Atendimento Integrado Local (G.A.I.L) são uma resposta integrada à diversidade de problemáticas apresentadas pelas famílias desestruturadas e economicamente débeis, que recorrem aos seus serviços.

Resultante do trabalho desenvolvido por diversas entidades, que integram a Rede Social do Município da Maia, os G.A.I.L constituem-se como uma nova forma de conceção, organização e gestão de serviços de âmbito social, assente numa permanente articulação entre as diversas entidades que intervêm no tecido social do município e, concomitantemente, numa utilização mais racional dos recursos físicos e humanos existentes.

Foi em junho de 2007 que abriram, à população, os Gabinetes de Atendimento Integrado Local, com o objetivo de criar um serviço de proximidade e proporcionar o acesso a um conjunto de sistemas sociais básicos, por forma a permitir a inserção nos domínios social, económico, institucional, territorial e simbólico.

Assim, foram constituídos cinco Gabinetes de Atendimento Integrado Local, afetos às Comissões Sociais Inter-freguesias.

- ▶ O **G.A.I.L MAIA/VERMOIM**, gabinete sedeado na Junta de Freguesia da Maia, abrangendo a população das freguesias de Vermoim e da Maia.
- ▶ O **G.A.I.L AVALE**, gabinete sedeado na Junta de Freguesia de Pedrouços, abrangendo a população das freguesias de Pedrouços, Águas Santas, Gueifães e Milheirós.
- ▶ O **G.A.I.L MAIA LESTE**, gabinete sedeado na Junta de Freguesia de Nogueira, abrangendo a população das freguesias de Nogueira, S. Pedro Fins, Folgosa e Silva Escura.
- ▶ O **G.A.I.L VILA DO CASTELO**, gabinete sedeado na Junta de Freguesia de Santa Maria de Avioso, abrangendo a população das freguesias de S. Pedro de Avioso, Santa Maria de Avioso, Gondim, Barca e Gemunde.
- ▶ O **G.A.I.L MAIA NORTE**, gabinete sedeado na Junta de Freguesia de Moreira, abrangendo a população das freguesias de Moreira e Vila Nova da Telha.

O Município da Maia é dos únicos, senão o único no país, que se encontra totalmente coberto com estas estruturas de atendimento de proximidade. Atualmente, existem 16 Gabinetes de Atendimento Integrado Local nas 17 freguesias do Município, sendo as freguesias da Maia e de Vermoim servidas por um único gabinete.

Ação Social Quadro 17 – Organização e funcionamento dos Gabinetes de Atendimento Integrado Local

Freguesias	Sede do Gabinete de Atendimento	Horário de Atendimento	Dias de Atendimento Recursos Humanos	Coordenador do Gabinete
MAIA	Gabinete de Apoio ao Residente Maia	09:30h -12:00h 14.30h - 17.00h REUNIÃO: 3ª F (manhã CMM)	2ª Feira: tarde 3ª Feira: REUNIÃO EQUIPA 4ª Feira: manhã 5ª Feira: manhã 6ª Feira: manhã	C.M. Maia
VERMOIM				
PEDROUÇOS	Junta de Freguesia Pedrouços	09:30h -12:00h 14.30h - 17.00h REUNIÃO: 3ª F (tarde CMM)	2ª Feira: manhã 3ª Feira: REUNIÃO EQUIPA 5ª Feira: tarde 6ª Feira: manhã	I.S.S., I.P.
MILHEIRÓS			2ª Feira: manhã 5ª Feira: manhã	
ÁGUAS SANTAS	“Associação Vencedores S. Gemi I” Águas Santas	09:30h -12:00h 14.30h - 17.00h REUNIÃO: 3ªf (manhã CMM)	2ª Feira: tarde 3ª Feira: REUNIÃO EQUIPA 4ª Feira: manhã tarde 5ª Feira: manhã tarde 6ª Feira: manhã	I.S.S., I.P.
GUEIFÃES (Junta de Freguesia e Edifício Príncipe da Beira)			2ª Feira: manhã 3ª Feira: REUNIÃO EQUIPA (tarde)	
NOGUEIRA	Junta de Freguesia Nogueira	09:30h -12:00h 14.30h - 17.00h REUNIÃO: 3ª F (manhã Pólo)	2ª Feira: tarde 3ª Feira: REUNIÃO EQUIPA 4ª Feira: manhã	I.S.S., I.P.
S. PEDRO FINS			2ª Feira: manhã	
FOLGOSA			4ª Feira: manhã	

Freguesias	Sede do Gabinete de Atendimento	Horário de Atendimento	Dias de Atendimento Recursos Humanos	Coordenador do Gabinete
SILVA ESCURA			5ª Feira: manhã	
AVIOSO ST.^a MARIA	Junta de Freguesia Avioso Sta. Maria	09:30h -12:00h 14.30h - 17.00h REUNIÃO: 3 ^{af} (manhã CMM)	2ª Feira: tarde 3ª Feira: REUNIÃO EQUIPA	C.M. Maia
GONDIM			5ª Feira: manhã	
BARCA			5ª Feira: tarde	
GEMUNDE			6ª Feira: tarde	
AVIOSO S. PEDRO			4ª Feira: tarde	
MOREIRA			6ª Feira: tarde	
V. NOVA DA TELHA	Junta de Freguesia Moreira	09:30h -12:00h 14.30h - 17.00h REUNIÃO: 3 ^{af} (manhã CMM)	2ª Feira: manhã 3ª Feira: REUNIÃO EQUIPA 4ª Feira: manhã	C.M. Maia
			3ª Feira: tarde	

Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude - CMM, 2012

No Quadro 17, está implícito o mapa organizativo e de funcionamento dos G.A.I.L; para além da distribuição dos técnicos, que realizam atendimento integrado nas diversas freguesias do município, destacam-se as Entidades Parceiras, que integram os Gabinetes de Atendimento Integrado Local: Câmara Municipal da Maia, Instituto da Segurança Social I.P., Santa Casa da Misericórdia da Maia, Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação da Maia, APPACDM da Maia, ASMAN, Junta de Freguesia de Gueifães e Recreio do João.

Há a realçar que, com a criação dos G.A.I.L., passou a beneficiar-se de uma intervenção social mais abrangente, de uma maior celeridade no atendimento e intervenção, de um maior envolvimento dos parceiros e da criação da figura de “gestor de caso”, sendo, cada indivíduo ou família, atendido e acompanhado pelo mesmo técnico.

Após uma análise constante do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelos Gabinetes de Atendimento Integrado Local, tem-se verificado a necessidade de efetivar, periodicamente, a reconfiguração dos mesmos, tendo em vista um melhor aproveitamento dos recursos humanos existentes, para assegurar as atividades em curso.

A alteração mais relevante, ocorreu no ano de 2010, no G.A.I.L AVALE, com a divisão das quatro freguesias que o constituíam, passando, cada uma delas, a dispor de um Gabinete de Atendimento, assim estruturados: **G.A.I.L Pedrouços** (Pólo) | **Milheirós** (Extensão) e **G.A.I.L Águas Santas** (Pólo) | **Gueifães** (Extensão).

Definição de atendimento / acompanhamento social

Define-se por Atendimento / Acompanhamento Social, o conjunto de atos técnicos, em interação com o indivíduo e/ou família, que apresenta qualquer situação e se constitui para si em problema, promovendo as suas potencialidades enquanto sujeito corresponsável pela compreensão, definição e planeamento de um projeto, que favoreça as condições facilitadoras da sua inserção social.

Constitui, na área da ação social, um serviço destinado a informar, orientar e apoiar os indivíduos/famílias em situação de vulnerabilidade social ou noutras de dificuldades pontuais.

Tem como principal objetivo, promover a autonomia dos indivíduos e famílias, que não encontrem, *per si*, solução nos recursos existentes e disponíveis, mediante a participação ativa dos mesmos, no seu processo de mudança.

No conjunto das diversas ações, realizadas no âmbito do Atendimento / Acompanhamento Social, está subjacente a organização de um processo relativo ao indivíduo/família e o respetivo registo no SISS (Sistema Informático da Segurança Social).

Consequentemente e em condições de excepcionalidade, o técnico gestor do processo, efetuará a atribuição de uma prestação pecuniária, de caráter eventual, com o objetivo de capacitar, ao indivíduo/família, a sua autonomização tendo em conta os recursos próprios e da comunidade, que se encontre em situação de carência, não coberta pelas diferentes prestações sociais de direito, no âmbito do sistema de Segurança Social ou, quando, nestes casos, ainda se mantenha situação de carência ou ainda, quando seja indispensável a concessão de apoios complementares, para garantirem a prossecução das ações inerentes ao percurso de inserção.

A prestação pecuniária tem, como objetivo, capacitar o indivíduo/família no sentido de sua autonomização, pelo que deverá ter-se em conta os recursos próprios e da comunidade, devendo este ser atribuído após o diagnóstico da situação e o cálculo da respetiva captação familiar.

Ação Social Quadro 18 - Total de Atendimentos dos Gabinetes de Atendimento Integrado Local

GAIL		Maia Norte	Vermoim / Maia	Maia Leste	AVALE	Águas Santas / Gueifães	Pedrouços / Milheirós	Vila do Castelo	Total
2007	Atendimentos	181	431	346	996	---	---	546	2.500
	Proc. Abertos	86	79	123	475	---	---	294	1.057
2008	Atendimentos	509	659	1.058	1.409	---	---	1.092	4.727
	Proc. Abertos	98	100	118	234	---	---	143	693
2009	Atendimentos	607	716	980	2.053	---	---	1.154	5.510
	Proc. Abertos	123	136	152	401	--	---	120	932
2010	Atendimentos	557	829	1.073	---	1.350	842	1.098	5.749
	Proc. Abertos	70	108	144	---	180	43	54	599
2011	Atendimentos	484	659	852	---	1.495	1.125	903	5.518
	Proc. Abertos	34	80	124	---	250	145	73	706

Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude, 2011

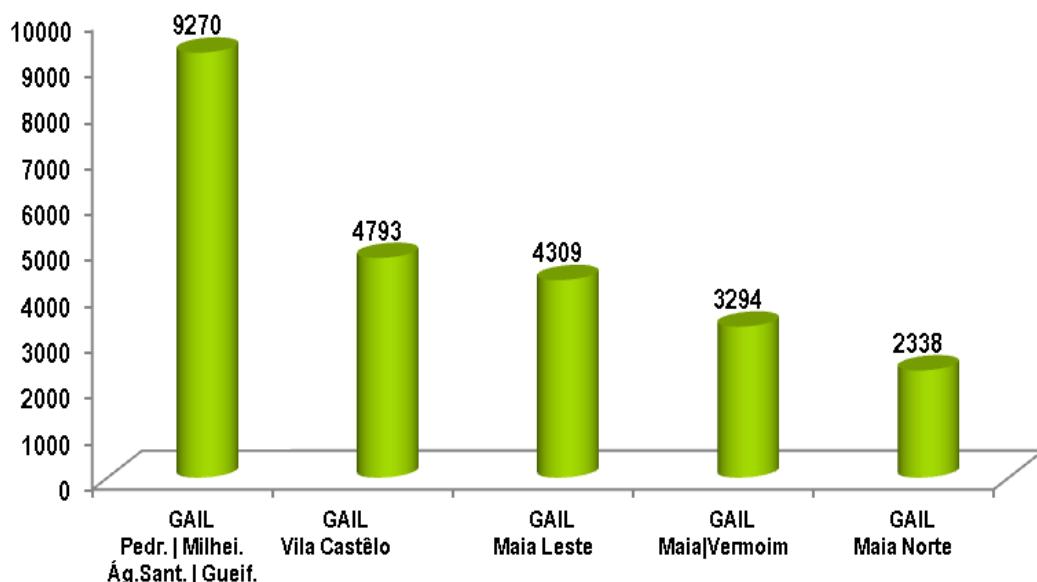
Segundo o Quadro 18, verifica-se que em 2007, no período de junho a dezembro, se realizaram 2.500 atendimentos, dizendo respeito o maior número ao G.A.I.L AVALE, com 996 realizados. O G.A.I.L MAIA NORTE apresenta o menor número, com 181 atendimentos.

Em 2008, o número de atendimentos efetuados aumentou para 4.727. Aquando da análise dos dados por gabinete, verifica-se que é ainda o G.A.I.L AVALE que apresenta o maior número de atendimentos, com 1.409. O número total em 2009 foi de 5.510, realçando deste modo o aumento da recorrência dos utentes a este serviço de proximidade. Relativamente a 2010, foram realizados 5.749 atendimentos e abertos 599 processos, verificando-se uma vez mais o aumento da recorrência dos utentes aos Gabinetes de Atendimento Integrado Local.

Analizando o trabalho desenvolvido durante o ano de 2011, é possível constatar que foram efetuados 5.518 atendimentos e abertos 706 processos. O G.A.I.L com maior número de atendimentos realizados foi o de ÁGUAS SANTAS/GUEIFÃES, com 1.495 atendimentos, sendo que, as freguesias que abrangem este gabinete, tem um elevado número de população residente (Águas Santas: 27.470 e Pedrouços: 12.149), continuando o G.A.I.L MAIA NORTE a apresentar o menor número, com 484 atendimentos, dado este gabinete ter uma diminuição da população residente. (Moreira: 12.890 e Vila Nova da Telha: 5.886).

Ação Social Gráfico 14 – Total de Atendimentos dos G.A.I.L no Município da Maia, entre 2007 e 2011.

N.º Total de Atendimentos entre os anos de 2007 e de 2011



Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude, CMMaia2011

Analizando o Gráfico 14, verifica-se que, no período compreendido entre 2007 e 2011, foram realizados 24.004 atendimentos, dizendo, o maior número, respeito aos G.A.I.L Águas Santas | Gueifães e G.A.I.L Pedrouços | Milheirós com 9.270 (anteriormente designado por G.A.I.L AVALE), apresentando o G.A.I.L Maia Norte o menor número, com 2.338 atendimentos.

Motivo da Recorrência aos Gabinetes de Atendimento Integrado Local

A maioria dos indivíduos/famílias que recorreram aos Gabinetes de Atendimento Integrado Local apresentam múltiplos problemas, ou seja, manifestaram, de forma notória, sinais de disfunção, exclusão ou vulnerabilidade social, carência e desigualdade sócio – económico, reconhecidos e identificáveis pelos técnicos que realizaram o atendimento social.

Salienta-se que os problemas, ainda que identificados, a partir da entrevista a um elemento da família, referem-se a todo o agregado familiar.

Pese embora se torne muitas vezes difícil, face à interpretação dos problemas identificados, estabelecer de forma clara uma catalogação dos mesmos, estes foram agrupados, mediante opinião técnica, em sete grandes categorias:

- ▶ Saúde;
- ▶ Comportamentos Desviantes;
- ▶ Desemprego;
- ▶ Carência Económica;
- ▶ Endividamento;
- ▶ Habitação;
- ▶ Apoio Institucional.

Na categoria Saúde, foram englobados os agregados familiares que apresentaram problemas nas seguintes subcategorias: apoio para medicação, solicitação de produtos de apoio, VIH / Sida e problemas psiquiátricos.

Na categoria Comportamentos Desviantes, foram consideradas as seguintes subcategorias: dependências (toxicodependência e alcoolismo), violência doméstica, menores em risco, sem - abrigo e gravidez na adolescência.

Na categoria Carência Económica, são classificados os agregados familiares que, por razões conjunturais ou estruturais, apresentam um défice entre o limiar mínimo de carência e a capitação, ou seja, agregados cujo rendimento “*per capita*” é inferior à pensão social.

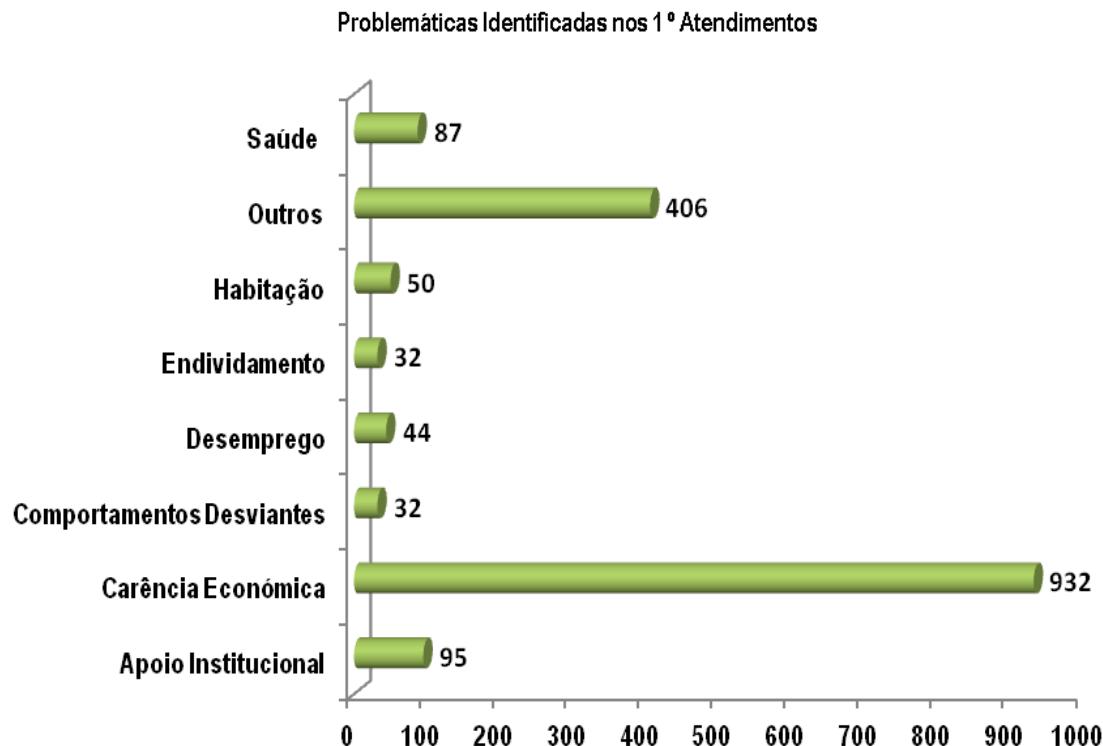
A situação de Desemprego diz respeito aos indivíduos ou familiares que se encontram numa das seguintes situações: desempregado à procura do 1º emprego, desempregado à procura de novo emprego, desempregado de longa duração.

Em situação de Endividamento, encontram-se os indivíduos ou famílias que estão em situação de incumprimento de um compromisso de crédito, ou de mais do que um, em simultâneo.

Na categoria Habitação, foram englobados somente os pedidos de habitação social. Os motivos pelos quais os agregados solicitam tal atribuição, não constituem objeto de análise no presente estudo.

A categoria Apoio Institucional integra as seguintes subcategorias: pedidos de integração em lar, integração em centro de dia, apoio domiciliário e integração em creche / infantário.

Ação Social Gráfico 15 – Problemáticas Apresentadas nos Primeiros Atendimentos Efetuados em 2011



Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude, CMM 2011

Ao atendermos aos valores patentes no Gráfico 15 devemos ter em consideração que são relativos a categorias de problemas, apresentados num primeiro atendimento, em que o agregado familiar ou indivíduo contactam, pela primeira vez, com o técnico. A relação de confiança e relacionamento mútuo está numa fase inicial de construção.

Uma visão geral dos problemas, permite constatar que apresentam situações de carência económica 932 famílias, sendo esta a problemática dominante que leva os agregados familiares a recorrerem aos G.A.I.L.

No que diz respeito à categoria saúde, verifica-se que 87 famílias apresentaram esta problemática, principalmente no que se refere ao pedido de apoio para medicação e produtos de apoio.

O desemprego, é um problema que afeta 44 famílias das que recorrem aos G.A.I.L, tendo muitas delas desempregados de longa duração.

O endividamento é um problema apresentado por 32 famílias que recorreram aos Gabinetes.

A problemática associada a comportamentos desviantes, nomeadamente toxicodependência e alcoolismo é apresentado por 32 famílias.

Foi solicitado por 95 famílias apoio institucional, sendo que a maioria solicita o serviço de apoio domiciliário, seguindo-se a integração em lar de idosos e/ou centro de dia e por último ama, creche e jardim-de-infância.

Muitas famílias, neste caso 50, recorreram aos G.A.I.L para solicitarem habitação social, muitas vezes não por residirem em precárias condições de habitabilidade, mas por não disporem de recursos financeiros suficientes, para fazerem face às rendas da habitação ou aos empréstimos, contraídos na compra de habitação.

Ação Social Quadro 19 – Prevalência dos Apoios Sociais por Rubricas em 2010 e 2011

RÚBRICAS	2010	2011
Apoio Domiciliário*	249.192,01 €	0,00 €
Carência	382.614,48 €	341.591,00 €
Lar Lucrativo	692.144,75 €	536.310,00 €
Toxicodependência	103.681,05 €	18.224,00 €
Sida	31.579,37 €	18.739,00 €
Total	1.459.211,66 €	914.864,00 €

Fonte: ISS, I.P, 2011

*Em 2011, o Instituto da Segurança Social cancelou a rubrica apoio domiciliário

Verifica-se, através do Quadro 19, que a prevalência dos apoios sociais em 2011, foi no âmbito da rubrica “Lar Lucrativo”, sendo a segunda rubrica com maior prevalência a “carência”, destinada a apoiar indivíduos/agregados familiares caracterizados pela ausência ou insuficiênciam de recursos económicos, que lhes permitam satisfazer necessidades básicas (habitação, educação e saúde) e promover a sua inserção social.

Dada a conjuntura atual, o Instituto da Segurança Social, I.P, definiu, com os Lares Lucrativos, novos valores e as Entidades Solidárias foram incitadas a acolher mais idosos.

De realçar que o valor total dos apoios realizados, no ano de 2011, diminuiu em cerca de 37%, relativamente ao ano anterior.

COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS

As Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, são instituições oficiais, não judiciárias, com autonomia funcional, que deliberam com imparcialidade e independência e cuja intervenção visa a promoção e a proteção dos direitos das crianças e jovens em situação de risco ou perigo, prevenindo, ou pondo termo, a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral da criança ou do jovem.

As competências das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, encontram-se legisladas através da Lei nº 147/99 de 1 de setembro (Lei de Promoção e Proteção). Neste diploma legal, está consignado que a intervenção em sede de promoção e proteção, incumbe, primeiramente às entidades com competência em matéria de infância e juventude, seguidamente às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens e por último aos Tribunais.

Nesta conformidade, não tendo sido possível erradicar a situação de risco ou perigo através da intervenção promovida pelas entidades responsáveis pela intervenção em primeira linha (entidades com competência em matéria de infância e juventude, tais como; infantários, creches, escolas, centros de saúde, hospitais, autarquias, centros de emprego, projetos locais, segurança social, autoridades policiais, etc.), é chamada a intervir a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CPCJ) local.

A propósito da competência territorial, importa esclarecer que a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Maia tem legitimidade para intervir em situações de risco que afetem crianças ou jovens (com idades compreendidas entre os 0 e os 18 anos de idade) que residam ou sejam encontradas, de facto, numa das 17 freguesias do Município da Maia.

A intervenção, para promoção dos direitos e proteção da Criança e Jovem em perigo, tem lugar, quando os pais, o representante legal, ou quem a tenha à sua guarda, ponham em perigo a sua segurança, saúde, formação, educação e desenvolvimento, ou quando esse perigo resulte de ação ou omissão de terceiros, da própria criança ou do jovem, a que aqueles não se oponham, de modo adequado, a removê-lo (n.º1 do art.3º da Lei 147/99 de 1/9).

Considera-se que a criança ou o jovem está em perigo, quando, designadamente, se encontra numa das seguintes situações:

- a)** Está abandonada ou vive entregue a si própria;
- b)** Sofre maus-tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;

- c) Não recebe os cuidados, ou a afeição, adequados à sua idade e situação pessoal;
- d) É obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal, ou prejudiciais à sua formação e desenvolvimento;
- e) Está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;
- f) Assume comportamentos e se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação e desenvolvimento, sem que os pais, o representante legal ou quem a tenha à sua guarda, de facto se lhes oponha, de modo adequado a remover essa situação.

Qualquer cidadão, entidade pública ou privada, pode e deve comunicar os factos de que tenha conhecimento, relativos a crianças ou jovens em situação de risco ou perigo. Tal sinalização pode ser efetuada via telefone, por escrito ou presencialmente, tendo sempre em consideração o critério da competência territorial.

Ação Social Quadro 20 - Processos instaurados na CPCJ da Maia

Ano	2007	2008	2009	2010	2011
N.º de Processos	290	274	201	277	217

Fonte: CPCJ da Maia, 2011

Da análise do Quadro 20, podemos compreender que entre os anos de 2007 e 2009 o volume de processos instaurados diminuiu significativamente. Em 2010, verificou-se um aumento do número de processos, registando-se, no ano 2011, uma nova diminuição. Os anos de 2009 e 2011, são os que apresentam um menor número de processos instaurados.

No âmbito da análise do desempenho da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, importa referenciar que a CPCJ trabalha sobre os processos instaurados em cada ano civil, porém, também acumula o trabalho relativo a processos reabertos, transitados de anos anteriores, registando-se o arquivamento liminar quando se verifica a impossibilidade de intervenção, por impedimento legal, ou, quando a situação de risco se encontra ultrapassada, pós-intervenção. A análise do volume processual global permite-nos ter uma visão holística de todo este trabalho.

Ação Social Quadro 21 - Fluxo Processual (global) na CPCJ da Maia entre 2007 e 2011

Ano	2007	2008	2009	2010	2011
N.º de Processos	684	688	672	791	729

Fonte: CPCJ da Maia, 2011

Relativamente ao volume processual global, podemos concluir, através da análise do Quadro 21, que as oscilações em termos de volume processual total são pouco expressivas, no que diz respeito aos anos 2007 a 2009. Já o ano de 2010, regista um aumento do volume processual global relativamente aos três anos anteriores. No período em análise, a média dos processos trabalhados anualmente foi de 712,8. Em 2011, dos 729 processos acompanhados, a Comissão de Proteção arquivou 390 (45,13%) do volume processual global.

Ação Social Quadro 22 - Naturalidade das Crianças e ou jovens acompanhadas pela CPCJ da Maia

Origem	Crianças e jovens				
	2007	2008	2009	2010	2011
Mesmo Município da CPCJ	192	177	136	148	426
Outros Municípios do País	58	92	65	115	274
Outros Países – PALOP´s	3	1	0	5	6
Outros	7	4	0	9	23

Fonte: CPCJ da Maia, 2011

Através da observação do Quadro 22, podemos concluir que, nos 5 anos de análise, as sinalizações recebidas incidem especialmente sobre crianças e jovens oriundas do Município da Maia. Logo de seguida, encontram-se as crianças e jovens originárias de outros Municípios do país. O número de crianças sinalizadas que são oriundas de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP's), ou de outros países, atingem valores pouco representativos.

Para um conhecimento mais aprofundado da realidade, é de toda a conveniência que sejam estudadas as características das crianças e jovens intervencionados, bem como das suas famílias. Comecemos pela análise da situação educativa dos menores.

Ação Social Quadro 23 - Enquadramento Sócio educativo das Crianças até aos 5 anos, acompanhadas pela CPCJ da Maia entre 2005 e 2010

Enquadramento	Crianças e jovens					
	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Em casa com a mãe	20	24	35	39	14	29
Em casa com a família alargada	10	11	13	4	0	5
Ama	7	6	9	4	3	4
Creche/infantário	13	10	14	24	14	13
Jardim de Infância / Pré-escolar	0	8	32	7	8	15
Outros	0	5	0	0	0	0

Fonte: CPCJ da Maia 2011

O Quadro 23 descreve-nos qual o enquadramento sócio educativo das crianças, com idades compreendidas entre os 0 e os 5 anos de idade. Da análise plurianual, podemos compreender que a maioria das crianças sinalizadas entre os anos de 2005 e 2010 se encontra em casa, aos cuidados da mãe (40,3%). Entregues aos cuidados da família alargada, encontram-se 10,8 % das crianças que compõem este universo, ao passo que 8,3% se encontram integradas em ama. De salientar, que 39,5% da população em estudo se encontra integrada em estrutura de apoio à infância (creche / infantário ou jardim de infância).

Ação Social Quadro 24 - Escolaridade das Crianças dos 6 aos 10 anos acompanhadas pela CPCJ da Maia entre 2005 e 2010

Grau de ensino	Crianças					
	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Não frequenta	0	7	3	2	4	0
Em casa com a mãe	0	1	0	0	0	1
Em casa com a família alargada	--	--	--	--	--	--
Ama	0	1	0	0	0	0
Jardim-de-infância/ Pré-escolar	0	2	2	2	3	1
Frequência do 1º CEB	35	44	66	70	41	67
1º Ciclo completa	1	4	0	3	4	3
Frequência do 2º CEB	1	3	4	8	8	7

Fonte: CPCJ da Maia, 2011

Ação Social Quadro 25 - Escolaridade das Crianças dos 11 aos 14 anos acompanhadas pela CPCJ da Maia entre 2005 e 2010

Grau de Ensino	Crianças					
	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Não frequenta	0	4	3	0	0	0
Frequência do 1º CEB	0	8	6	4	3	4
1º CEB Completo	0	6	0	0	3	0
Frequência do 2º CEB	24	20	32	41	23	47
2º CEB Completo	3	3	2	1	2	5
Frequência do 3º CEB	8	10	17	23	22	22
3º CEB Completo	0	0	0	0	0	0
Frequência do Ensino Secundário	0	0	1	0	0	0

Fonte: CPCJ da Maia, 2011

Quanto aos níveis de escolaridade das crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos verifica-se, da análise do Quadro 25, que a grande maioria das crianças sinalizadas se encontra integrada no sistema de ensino, nomeadamente no 1º ciclo do ensino básico.

Dando continuidade à nossa análise, no que respeita à escolaridade das crianças sinalizadas afere-se da análise estatística global, ver quadro 40, que entre os anos 2005 e 2010 a maioria das crianças desta faixa etária frequentam o 2º e o 3º ciclos do ensino básico.

Ação Social Quadro 26 - Escolaridade dos jovens com mais de 15 anos acompanhadas pela CPCJ da Maia entre 2005 a 2010

Grau de Ensino	N.º de Crianças					
	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Não frequenta	0	3	4	7	4	0
Frequência do 1º CEB	0	0	0	0	0	0
1º CEB Completo	0	2	1	0	0	0
Frequência do 2º CEB	0	6	6	6	3	3
2º CEB ciclo completo	0	4	1	0	4	0
Frequência do 3º CEB	0	7	14	24	13	24
3º CEB completo	0	2	3	0	0	14
Frequência do Ensino Secundário	1	1	5	5	3	13
Ensino Secundário Completo	0	0	0	0	0	0
Frequência do Ensino Superior	0	0	0	0	0	0

Fonte: CPCJ da Maia, 2011

No que concerne à escolaridade dos jovens com mais de 15 anos de idade, podemos concluir que a grande maioria encontra-se a frequentar o 3º ciclo do ensino básico, seguida dos jovens com o 3º ciclo do ensino básico completo e dos jovens com frequência do ensino secundário. Durante os anos em análise, não se instauraram processos a jovens com o ensino secundário completo, nem a frequentar o ensino superior.

A intervenção da Comissão de Proteção é despoletada através de uma sinalização efetuada por qualquer pessoa ou entidade, verificando-se inclusivamente que a própria CPCJ é uma entidade sinalizadora como por exemplo: no decurso de uma intervenção, afere-se da necessidade da instauração de um processo de promoção e proteção a uma criança/jovem, com relação de parentesco ou outro tipo de ligação com a criança sobre a qual a intervenção está já a ser promovida.

Ação Social Quadro 27- Entidades que Participaram nas Sinalizações das Situações de Perigo

Entidade	2007	2008	2009	2010	2011
Os Próprios	0	0	0	0	0
Os Pais	23	18	17	12	1
Familiares	16	10	6	7	19
Vizinhos e Particulares	12	10	7	10	23
A própria Comissão	7	8	8	22	1
Ministério Público	18	9	14	36	58
Autoridades Policiais	90	103	41	30	146
Serviços da Segurança Social	11	12	5	2	16
Estabelecimentos de Saúde	10	17	9	17	113
Estabelecimentos de Ensino	29	22	26	40	99
Tribunais	2	2	6	1	18
Instituições de apoio à criança e ao jovem	12	1	8	6	18
Instituto de Reinserção Social	0	0	0	0	1
Autarquias	12	6	3	3	21
Comissão Local de Acompanhamento ao RSI	1	7	4	0	0
Projetos	0	5	7	2	15
Outra CPCJ	34	32	22	35	104
Outra	13	12	18	54	36
Total	290	274	201	277	689

Fonte: CPCJ da Maia, 2011

Dos processos instaurados no período em análise verifica-se, de acordo com o disposto no Quadro 27 que, para o ano de 2011, as entidades sinalizadoras, por excelência, foram as autoridades policiais, com 146 (21,1%) de sinalizações, de um total de 689, seguida das sinalizações das instituições da área de saúde, com 113 (19,2%) sinalizações e de outras CPCJ (casos de remessa de expediente que dá origem à instauração de processo ou até mesmo transferência de processos por alteração da competência territorial), responsável por 104 (15,1%) das sinalizações.

Ação Social Quadro 28 - Modalidade de Contacto

Contacto	2007	2008	2009	2010	2011
Em Presença	51	40	34	31	102
Por Telefone	31	13	14	17	14
Por Escrito:	208	221	153	229	422
Por Fax	--	--	--	--	102
Por Correio Eletrónico	--	--	--	--	167

Fonte: CPCJ da Maia, 2011

Como já referido anteriormente, as sinalizações chegam à Comissão de Proteção por qualquer uma das três vias indicadas (em presença, por telefone ou por escrito). A partir de 2011 as sinalizações passaram a chegar à CPCJ por mais duas vias: por fax e por correio eletrónico. Através da análise do quadro 28, podemos constatar que, no ano 2011, a modalidade preferencial de contacto foi através de documento escrito 52,3% (422 das comunicações de risco foram efetuadas por esta via) e 12,6% (102) através de Fax ou presencialmente, ao passo que apenas 1,7% (14) foram efetuadas via telefone. A CPCJ da Maia dispõe de uma escala para atendimentos presenciais e telefónicos, destacando sempre um técnico para o efeito todos os dias úteis da semana.

Ação Social Quadro 29 - Problemáticas Sinalizadas à CPCJ, distribuídas por Sexo, entre 2007 e 2011

Problemática	Género	2007	2008	2009	2010	2011
Abandono	M	1	1	4	2	1
	F	0	6	2	2	4
Abandono Escolar	M	9	11	6	7	32
	F	11	12	7	1	19
Abuso Sexual	M	1	2	3	3	1
	F	4	6	2	3	11
Corrupção de Menores	M	0	2	0	0	0
	F	0	0	0	0	0
Exercício Abusivo da Autoridade	M	1	8	0	0	0
	F	2	0	0	0	0
Exploração do Trabalho Infantil	M	0	0	0	0	0
	F	0	1	0	0	0
Exposição a Modelos de Comportamento Desviante	M	58	22	20	17	115
	F	43	26	22	12	113
Ingestão de Bebidas Alcoólicas	M	4	0	0	0	-
	F	0	0	0	0	-
Maus-tratos Físicos	M	27	17	12	5	41
	F	25	15	3	5	28
Maus-tratos Psicológicos/Abuso Emocional	M	55	33	14	51	26
	F	41	29	24	43	20
Mendicidade	M	1	0	0	0	1
	F	2	1	1	0	1
Negligência	M	55	56	33	54	139
	F	60	53	35	61	112
Pornografia Infantil	M	0	0	0	0	-
	F	0	0	0	0	-
Prática de Facto Qualificado como Crime	M	8	11	2	7	2
	F	2	4	0	1	0
Problemas de Saúde	M	1	0	0	0	-
	F	1	0	0	0	-
 Prostituição Infantil	M	0	0	0	0	-
	F	0	0	0	1	-
Uso de Estupefacientes	M	3	0	2	2	-
	F	2	0	0	0	-
Comportamentos Aditivos	M	-	-	-	-	6
	F	-	-	-	-	2
Comportamentos Graves Antissociais	M	-	-	-	-	21
	F	-	-	-	-	5
Outras Situações	M	-	-	-	-	20
	F	-	-	-	-	9

Fonte: CPCJ da Maia, 2011

O Quadro 29 descreve com detalhe as problemáticas sinalizadas à CPCJ da Maia, distribuídas por género no decurso do período desta análise (2007-2011).

De salientar, que numa sinalização pode estar descrita uma ou mais problemáticas, donde se justifica que o volume de problemáticas seja superior ao volume de processos instaurados. Da análise da distribuição por sexos, regista-se, à semelhança do verificado em termos de processos instaurados, que as problemáticas identificadas em crianças/jovens do género masculino são de 55%, respeitando as remanescentes (45%) problemáticas identificadas ao género feminino.

Quanto às problemáticas mais sinalizadas até ao ano 2010, destaca-se a negligência, seguida dos maus-tratos psicológicos/abuso emocional, e da exposição a modelos de comportamento desviante das sinalizações.

Quando a situação de perigo em que a criança/ jovem se encontre, derive da prática de um crime (por exemplo, abandono, abuso sexual, maus tratos físicos, lenocínio, entre outros), a situação é comunicada pela CPCJ para os Serviços do Ministério Público da comarca competente (atento o disposto no artigo 70º da LPCJP), para apreciação e eventual instauração de inquérito.

No ano de 2011, as situações de perigo referenciadas incidem, maioritariamente, em seis problemáticas: Negligência com 34,43% (251); Exposição a Modelos de Comportamento Desviante com 31,27% (228), os Maus-tratos Físicos com 9,46% (69); Abandono Escolar com 6,99% (51); Maus-tratos Psicológicos/Abuso Emocional com 6,31% (46) e Comportamentos Graves Anti - Sociais com 3,56% (26). Registando-se valores percentuais menos representativos do total das situações de perigo, na Mendicidade com 0,27% (2) e em igual número a Prática de Facto Qualificado como Crime com 0,27 %.

Ação Social Quadro30 – Tipologia do Agregado Familiar com quem Vive a Criança/Jovem entre 2007 e 2011

Caracterização	Crianças/Jovens				
	2007	2008	2009	2010	2011
Família Biológica (pai, mãe)	257	253	177	247	633
Família com Relação de Parentesco (irmãos, avós, tios, etc.)	23	20	14	17	---
Família sem Relação de Parentesco	2	0	0	3	---
Criança/jovem a Cargo de Si Próprio	0	0	0	2	10
Legal Representante	0	1	10	7	29
Quem Detém a Guarda de Facto	4	0	0	1	2
Família Alargada	---	---	---	---	62
Outro	---	---	---	---	0

Fonte: CPCJ da Maia, 2011

O Quadro 30 procede à caracterização dos agregados familiares em que se encontram inseridas as crianças/ jovens sinalizadas à CPCJ no período em análise. No ano de 2011, constata-se que a quase totalidade das crianças se encontravam inseridas na família biológica (pai, mãe), com 86% (633), gerando-se um enorme hiato com as outras categorias de agregado familiar. Não obstante, 8,4% (62) das crianças se encontrarem a cargo de outros elementos da família alargada.

De realçar, que durante estes 5 anos, se verificaram 12 casos em que as Crianças/Jovens se encontravam a viver sozinhos.

Ação Social Quadro 31 – Tipo de famílias com quem vivem as Crianças/Jovens entre 2007 e 2011

Tipo de agregado		2007	2008	2009	2010	2011
Família nuclear	Com filhos	158	124	58	87	294
	Sem filhos	1	3	23	21	26
Família Monoparental	Feminina	76	72	48	121	220
	Masculina	4	3	4	10	33
Família reconstituída (pais com filhos de outras uniões)		23	25	18	14	63
Família alargada (mais do que uma geração)		26	34	15	15	57
Família adotiva		0	0	0	1	-----
Família de acolhimento		2	0	0	0	-----
Centro de Acolhimento		0	13	5	6	-----
Criança/jovem vivendo sozinho		0	0	0	2	-----
Outra		-----	-----	-----	-----	36

Fonte: CPCJ da Maia, 2011

Aprofundando o estudo que caracteriza as famílias com crianças/jovens sinalizados, verificamos, através do quadro 31, que a maioria deles neste período se encontravam aos cuidados dos progenitores 87,31% do total, no ano 2011.

Ação Social Quadro 32 – Proveniência dos rendimentos dos agregados familiares entre 2007 e 2010

Rendimentos		2007	2008	2009	2010
Rendimento do Trabalho	M	154	165	72	146
	F	127	125	56	86
Pensão (social, invalidez, sobrevivência)	M	10	10	5	8
	F	17	12	8	8
Subsídio de Desemprego	M	2	1	17	6
	F	1	15	7	9
RSI	M	6	23	5	6
	F	60	73	37	62
Bolsa de Formação	M	0	0	1	0
	F	0	2	4	3
Subsídios Eventuais	M	2	5	0	0
	F	2	0	1	0
Rendimentos (mobiliários e imobiliários)	M	0	0	0	0
	F	0	0	0	0
Outros rendimentos	M	9	1	0	0
	F	4	4	0	0
Sem rendimentos	M	9	20	11	1
	F	20	33	19	45

Fonte: CPCJ da Maia, 2011

Caracterizando a forma de subsistência das famílias, compreendemos, através da análise do Quadro 32, que os rendimentos das famílias são, maioritariamente, oriundos do trabalho, seguidos do rendimento auferido no âmbito da prestação do Rendimento Social de Inserção (RSI). Regista-se um volume, relativamente elevado, de famílias sem rendimentos, bem como das famílias que sobrevivem de pensões diversas.

Ação Social Quadro 32 A - Rendimentos/ Situação Perante o Trabalho em 2011

Rendimentos	2011
Rendimento do Trabalho	697
Pensões (social, invalidez, sobrevivência)	63
Prestação proteção Invalidez	18
Prestação Proteção Desemprego	56
Prestação proteção Maternidade/Paternidade adoção	1
Prestação Proteção Velhice	26
Prestações Proteção Encargos familiares	12
Prestação Proteção por Morte	8
Rendimento Social de inserção (RSI)	261
Bolsa de Formação Profissional	15
Pensão Alimentos/fundo garantia	32
Outros rendimentos	32
Sem rendimentos	443

Fonte: CPCJ da Maia, 2011

Ao analisarmos o Quadro 32A, da situação perante o trabalho das famílias, verificamos que, quase metade (41,88%), possui rendimentos provenientes do trabalho.

No entanto, 26,62% do universo destas famílias, vivem sem rendimentos e sem qualquer suporte institucional nem pecuniário, colocando em situação de grande vulnerabilidade as crianças/jovens que têm a seu cargo. Verifica-se também, que 15,68% beneficiam do Rendimento Social de Inserção (RSI).

Em síntese, podemos caracterizar a família tipo das crianças/jovens acompanhados pela Comissão de Proteção em 2011, como sendo famílias nucleares, em idade ativa dos 25 aos 44 anos, com níveis de escolaridade baixos, maioritariamente inseridos no mercado de trabalho. Por fim, destacamos a dependência de subsídios (RSI/Outros), que indicam alguns níveis de pobreza.

Ação Social Quadro 33 - Situação Habitacional entre os anos de 2007 a 2011

Tipo de habitação	2007	2008	2009	2010	2011
Casa	249	270	156	271	227
Parte de casa	6	2	11	4	15
Quarto/Pensão	0	0	0	0	1
Barraca	8	2	2	2	9
Sem residência	0	0	1	0	----
Outro	1	0	1	0	22
Apartamento/Andar	-----	-----	-----	-----	454
Sem Informação	----	----	----	----	15

Fonte: CPCJ da Maia, 2011

A análise do Quadro 33, até ao ano 2010, permite-nos concluir que a grande maioria das crianças/jovens e respetivos agregados familiares residem em casas (95,94%). A percentagem de famílias residentes em parte de casa é de 2,33%, em quarto é de 0,0%, em barracas, de 1,41%, sem residência de 0,1% e outras situações 0,2%. Em suma, podemos considerar que a categoria "outras" corresponde a uma situação habitacional inapropriada, insuficiente ou provisória.

Já no ano 2011, a maioria das famílias vive em apartamento ou andar (61,00%), outras vivem em casa unifamiliar (30,55%), sendo que 2,01% divide a habitação com outros familiares ou não, e 1,21% vivem em barracas.

Ação Social Quadro 34 - Intervenção promovida (medidas de promoção e proteção aplicadas em função do volume processual global) entre 2007 e 2011

Medida de Promoção e Proteção		2007	2008	2009	2010	2011
Apoio Junto dos Pais	M	85	55	58	70	67
	F	101	43	51	44	57
Apoio Junto de outro Familiar	M	22	10	21	14	17
	F	23	18	21	21	20
Confiança a Pessoa Idónea	M	7	3	0	0	2
	F	2	3	0	5	4
Apoio para Autonomia de Vida	M	0	0	0	1	1
	F	0	0	2	0	0
Acolhimento Familiar	M	2	2	2	3	1
	F	4	2	1	1	4
Acolhimento Institucional	M	10	18	20	15	16
	F	20	15	13	10	2

Fonte: CPCJ da Maia, 2011

Da análise do Quadro 34, para o ano 2011, podemos constatar que, a Comissão de Proteção aplicou, maioritariamente, medidas em meio natural de vida, destacando-se a medida Apoio Junto dos Pais (63,91%) e de Apoio Junto de outros Familiares (19,07%).

A promoção destas medidas tem como pressuposto a importância do recurso, sempre que possível, às medidas do meio natural de vida, que privilegiam a preservação do contexto familiar, em detrimento de outras, designadamente as de carácter institucional, que assumem a percentagem de 9,27%.

Ação Social Quadro 35 - Caracterização Social do meio Envolvente onde se Encontram Inseridas as Crianças/jovens Sinalizados à CPCJ da Maia entre 2007 e 2011

Caracterização Social	Nº de famílias				
	2007	2008	2009	2010	2011
Tem problemas sociais identificados (mendicidade, droga, prostituição)	57	70	39	47	267
Não tem problemas sociais identificados	155	204	110	230	462

Fonte: CPCJ da Maia, 2011

Dos processos onde se foi possível recolher elementos quanto à caracterização social do meio envolvente, aferimos que a grande maioria das Crianças/Jovens, sinalizados ao longo destes 5 anos, não tem problemas sociais identificados na sua zona de residência (82,05%), como podemos depreender através da análise do quadro 35.

Mundos de Vida - Associação para a Educação e Solidariedade

Em 2006, criou um serviço pioneiro em Portugal, o Serviço Especializado de Acolhimento Familiar constituindo-se a primeira Entidade Solidária como instituição de enquadramento.

Mundos de Vida tem dois centros para acolhimento de crianças. A Casa das Andorinhas – Centro de Acolhimento Temporário, que acolhe 12 crianças até aos 10 anos e a Casa do Alto – Lar de Infância e Juventude, que acolhe 10 jovens.

Todos os anos, realiza a campanha “Procuram-se Abraços” para encontrar uma nova geração de famílias de acolhimento, sob o lema do “direito da criança crescer numa família”, proporcionando assim, a uma criança crescer num ambiente familiar, terno e seguro.

Assim a Maia em 2010 aderiu ao Programa de Sensibilização de Famílias.

- ▶ Número de Ações de Formação/Sensibilização para Famílias de Acolhimento realizadas na Maia:
 - Encontros informativos (2010-2012): 7
 - Programas de formação (2010-2012): 3
- ▶ Quantas famílias aderiram a essas ações:
 - Famílias participantes E.I.: 39
 - Famílias participantes P.F.: 20

- ▶ Quantas famílias estão formadas:
 - Famílias formadas: 16
 - Famílias disponíveis em bolsa: 13
- ▶ Quantas crianças estão em Famílias de Acolhimento da Maia:
 - Crianças integradas em famílias: 7

PESSOAS SEM-ABRIGO

O conceito de pessoa sem-abrigo foi elaborado com base nas categorias operacionais, da tipologia proposta pela FEANTSA³ e utilizada por outros países europeus, com vista à facilidade da sua aplicação e operacionalização.

O conceito de pessoa sem-abrigo constitui a base operacional para a definição de medidas de combate ao fenómeno, que se pretende atuem a montante e a jusante, de forma a intervir, não só sobre a situação das pessoas que se enquadram nesta definição, mas sobre todas aquelas que se encontram em situação de risco.

Todos os planos de intervenção, dirigidos ao fenómeno das pessoas sem-abrigo, devem ter em consideração três níveis de intervenção: medidas que se dirijam à prevenção junto de grupos de risco; à intervenção em situação de rua e alojamento temporário; e intervenção ao nível do acompanhamento posterior ao alojamento e respetiva reinserção social.

As condições de operacionalização do conceito encontram-se explicitadas, no conjunto de requisitos operacionais, fazendo parte integrante do mesmo.

Conceito

Considera-se pessoa sem-abrigo, aquela que, independentemente da sua nacionalidade, idade, sexo, condição socioeconómica, de saúde física e mental, se encontre sem teto⁴, vivendo no espaço público, alojada em abrigo de emergência ou com paradeiro em local precário, ou sem casa⁵, encontrando-se em alojamento temporário destinado para o efeito.

Requisitos Operacionais

No sentido de clarificar alguns dos termos utilizados neste conceito, e facilitar a sua aplicação, indicam-se alguns dos seus requisitos operacionais:

Para além da questão da nacionalidade, pode colocar-se a questão da regularização da situação no país de cidadãos estrangeiros. Para efeitos de enquadramento neste conceito, devem ser incluídas todas as situações de estrangeiros, que correspondam a todas as outras condições, independentemente da situação de regularização, em que se encontrem no país (situação irregular, visto de curta duração; autorização de residência temporária ou permanente⁶).

³ FEANTSA – Federação Europeia de Organizações que trabalham com pessoas sem-abrigo.

⁴ A versão original do conceito anteriormente aprovada pelas diferentes entidades, especificava neste ponto a situação de "reiteradamente sem teto". Na sequência do trabalho desenvolvido em torno da operacionalização do conceito, o grupo reconheceu, de forma unânime, que a inclusão da expressão "reiteradamente" deveria ser retirada, pois as alternativas possíveis de operacionalização eram objetivamente transitórias.

⁵ Situação exatamente idêntica à descrita anteriormente.

⁶ Autorização de residência, é um documento emitido sob a forma de um título de residência e que permite aos cidadãos estrangeiros residirem em Portugal durante um certo período de tempo ou por tempo indeterminado. A atual lei considera residente legal o cidadão habilitado com título de residência em Portugal, de validade igual ou superior a um ano. (www.acidi.gov.pt)

Sem teto

- ▶ **Espaço público** – Espaços de utilização pública como jardins, estações de metro/camionagem, paragens de autocarro, estacionamentos, passeios, viadutos, pontes ou outros;
- ▶ **Abrigo de emergência** – qualquer equipamento que acolha, de imediato, gratuitamente e por períodos de curta duração, pessoas que não tenham acesso a outro local de pernoita;
- ▶ **Local precário** – local que, devido às condições em que se encontra, permita uma utilização pública, tais como: carros abandonados, vãos de escada, entradas de prédios, fábricas e prédios abandonados, casas abandonadas ou outros.

Sem casa

- ▶ **Alojamento temporário** – Equipamento que acolha pessoas, que não tenham acesso a um alojamento permanente e que promova a sua reinserção. Corresponde à resposta social da nomenclatura da Segurança Social, designada por "Centro de Alojamento Temporário: *resposta social, desenvolvida em equipamento, que visa o acolhimento, por um período de tempo limitado, de pessoas adultas em situação de carência, tendo em vista o encaminhamento para a resposta social mais adequada.*"

Não se incluem neste tipo de alojamento, os equipamentos que constituem respostas específicas para determinadas problemáticas, tais como:

- ▶ **Infância e juventude:**

- Lar de Apoio (guião técnico DGSS);
- Centro de Acolhimento Temporário para Infância e Juventude (Lei n.º147/99 de 1 de setembro; Guião técnico aprovado por Despacho do SEIS, e 29/11/96);
- Lar de Infância e Juventude (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro; Decreto-Lei n.º2/86, de 2 de janeiro; Guião técnico aprovado por despacho do SEIS, de 29/11/96);
- Apartamento de Autonomização (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro; Decreto-Lei n.º2/86, de 2 de Janeiro);

- ▶ **Pessoas Idosas**

- Centro de Noite (Orientação Técnica, circular n.º12,de 25/06/04; guião técnico aprovado por despacho de 19 de maio de 2004, do MSST);
- Residência
- Lar de Idosos (Despacho Normativo n.º12/98, de 25 de fevereiro; Despacho n.º 9400/2001 do SESS, de 11 de abril; Despacho n.º 7837/2002, de 16 de abril; Despacho

do MESS de 3/08/93; guião técnico aprovado por despacho do SEIS, de 29/11/96; orientação técnica, circular n.º 11, de 24/06/04);

► **Pessoas Adultas com Deficiência**

- Lar Residencial;

► **Pessoas Adultas em situação de Dependência**

- Unidade de Vida Protegida (Despacho conjunto n.º407/98, de 15 de maio);
- Unidade de Vida Autónoma (Despacho conjunto n.º407/98, de 15 de maio);
- Unidade de Vida Apoiada (Despacho conjunto n.º 407/98, de 15 de maio);
- Unidades de Longa Duração e Manutenção (Decreto-Lei n.º 101/2006 de 22 de maio)

► **Família e Comunidade em Geral**

- Centro de Apoio à Vida (Portaria n.º446/2004, de 30 de abril; Orientação Técnica, circular n.º14 de 25/06/04, guião técnico aprovado por despacho de 19 de maio do MSST);
- Comunidade de Inserção (Orientação Técnica, circular n.º13 de 25/06/04; guião técnico aprovado por despacho de 19 de maio do MSST);

► **Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA**

- Residência para Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA

► **Pessoas Toxicodependentes**

- Apartamento de Reinserção Social (Lei n.º 17/98, de 21 de abril; Decreto-Lei n.º72/99, de 15 de março; Despacho conjunto n.º363/99, de 29 de abril);
- Comunidades Terapêuticas;
- Centro de Acolhimento;
- Centro de Abrigo;

► **Pessoas Vítimas de Violência Doméstica**

- Casa Abrigo (Lei n.º 107/99, de 3 de agosto; Decreto-Lei nº 323/2000, de 19 de dezembro; Decreto Regulamentar n.º 1/2006, de 25 de janeiro).

Ação Social Quadro 36 - Número de Pessoas Sem-casa no Município da Maia

Freguesia	Quantidade
Águas Santas	3
Avioso (Santa Maria)	2
Avioso (São Pedro)	2
Barca	1
Gemunde	5
Gondim	2
Gueifães	2
Maia	2
Milheirós	2
Moreira	1
Pedrouços	2
Vermoim	3
Total	27

Fonte: ISS. IP,-2011

Verifica-se pela análise do Quadro 36, que, no Município da Maia, em 2011, se encontravam em situação de sem-teto, um total de 27 pessoas, sendo que cinco delas são naturais da freguesia de Gemunde, três da freguesia de Águas Santas e três de Vermoim. As restantes estão distribuídas pelas freguesias de Avioso (Santa Maria), Avioso (S. Pedro), Barca, Gondim, Gueifães, Maia, Milheirós Moreira e Pedrouços.

A problemática sem-casa está identificada no Município da Maia, tendo sido realizada uma intervenção específica, da qual resultou a integração destas pessoas em pensões, na Maia e no Porto.

No entanto, quatro destes cidadãos recusaram a intervenção e continuam em situação de sem-casa (local precário).

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A Violência Doméstica define-se como sendo qualquer conduta ou omissão, que inflja, repetidamente, sofrimentos físicos, sexuais, psicológicos ou económicos, de forma direta ou indireta, (por meio de ameaças, enganos, coação ou qualquer outro meio) a qualquer pessoa que resida no mesmo agregado familiar, ou que não residindo, seja cônjuge ou companheiro ou ex-cônjuge ou ex-companheiro, ascendente ou descendente, sendo esta um atentado à dignidade do Ser Humano.

A violência doméstica é um fenómeno complexo, que afeta a sociedade contemporânea, acarretando custos de diversa ordem, muitas das vezes com prejuízo sério e permanente, na qualidade de vida dos cidadãos.

Neste sentido, entendemos que esta temática deve ser devidamente compreendida no contexto social do nosso município, com vista a podermos planear, intervir e adotar as melhores medidas de prevenção e/ou combate ao fenómeno.

Ação Social Quadro 37 – Número de Casos de Violência Doméstica (VD) no Município da Maia em 2011

Freguesia	Participações VD	% Em relação ao total de participações	Nº habitantes (dados INE)	% Em relação ao total de habitantes
	2011			
Santa Maria de Avioso	9	2,6	4.513	3,3
São Pedro de Avioso	5	1,4	3.826	2,8
Barca	8	2,3	2.633	1,9
Folgosa	5	1,4	3.704	2,7
Gemunde	14	4,0	5.215	3,9
Gondim	3	0,9	2.208	1,6
Moreira	24	6,9	12.890	9,5
Nogueira	5	1,4	5.471	4,0
São Pedro Fins	9	2,6	1.837	1,4
Silva Escura	1	0,3	2.507	1,9
Vila Nova da Telha	7	2,0	5.886	4,4
Gueifães	26	7,4	11.964	8,8
Maia	31	8,9	12.406	9,2
Vermoim	40	11,5	15.764	11,7
Águas Santas	94	26,9	27.470	20,03
Milheirós	12	3,4	4861	3,6
Pedrouços	56	16,0	12.149	9,0
Total	349	100%	135.306	100%

Fonte: GNR e PSP – 2011

Neste caso e mesmo tendo em devida atenção a relevância do número de habitantes, a freguesia com maior número de casos de Violência Doméstica, no nosso município, é a freguesia de Águas Santas com 94 casos para 27.470 habitantes, perfazendo 26,9% do total de participações, no universo de 20,03% da população, o que significa que, esta freguesia é a mais preocupante na nossa área.

Seguidamente surge a freguesia de Vermoim (40 casos para 15.764 habitantes, perfazendo 26,9% do total de participações, com 11,07% da população maiata).

Em terceiro lugar, temos a freguesia da Maia (31 casos para 12.406 habitantes, perfazendo 8,9% do total de participações, com 9,02% da população).

Ação Social Quadro 38 – Número de vítimas de Violência Doméstica, segundo o Grupo Etário em 2011

Grupo Etário	N.º	%
0 – 15 Anos	117	27,1
16 – 24 Anos	39	9,0
25 – 39 Anos	97	22,5
40 – 54 Anos	125	29,0
55 – 69 Anos	36	8,4
70 e + Anos	16	3,7
Não definido	1	0,2

Fonte: PSP, 2011

Nos crimes conhecidos pela PSP, as vítimas com maior incidência (ver quadro 38) pertencem ao escalão etário dos 40 - 54 anos (125 = 29% dos casos), seguidas das vítimas do escalão 0 -15 anos (117=27,1% dos casos) e ainda (já mais afastado) do escalão etário dos 16 - 24 anos (9% dos casos).

Ação Social Quadro 38 A – Número de vítimas de Violência Doméstica, segundo o Grupo Etário em 2011

Grupo Etário	N.º	%
Menos de 16 anos	2	2,1
16 e 17 anos	0	0,0
18 a 24 anos	1	1,1
25 e + anos	91	96,8

Fonte: GNR, 2011

Nos crimes conhecidos pela GNR, as vítimas com maior incidência (ver quadro 38 A) pertencem ao escalão etário de 25 e + anos (91 = 96,8% dos casos), existindo assim menos situações no escalão de menos de 16 anos (2 casos), em comparação à informação da PSP.

Ação Social Quadro 39 - Número de Vítimas de Violência Doméstica (VD) segundo o Género em 2011

Sexo	N.º	%
Feminino	347	71,5
Masculino	138	28,5
Total	485	100%

Fonte: GNR e PSP, 2011

Nos crimes conhecidos pela GNR e PSP, salienta-se o fato das vítimas serem maioritariamente do sexo feminino (71%), sendo que as vítimas do sexo masculino são 28,5% (ver quadro 39). De acordo com a tendência nacional, também aqui no nosso município, as mulheres são o grupo principal das vítimas de Violência Doméstica.

Ação Social Quadro 40 – Grau de Parentesco entre vítimas e suspeitos de Violência Doméstica em 2011

Grau de parentesco	N.º	%
Cônjuge	124	29,5
Filho (a)	108	25,7
Companheiro	50	11,9
Ex- companheiro	36	8,6
Ex- cônjuge	30	7,1
Mãe	19	4,5
Enteado (a)	12	2,9
Pai	12	2,9
Cunhado (a)	3	0,7
Neto (a)	3	0,7
Irmã (o)	2	0,5
Sogro(a)	1	0,2
Não determinado	21	5,0

Fonte: PSP, 2011

Nos crimes conhecidos pela PSP (ver quadro 40), verifica-se que o grau de parentesco, entre as vítimas e os suspeitos, são maioritariamente entre os "Cônjuges", com 29,5% dos casos, seguido de "Filho/a" com 25,7% dos casos, e de "Companheiro/a" com 11,9%, bem como de "Ex-companheiro" e "Ex-cônjuge". Importa ainda referir que, se juntarmos os cônjuges aos companheiros, obtém-se um valor de 41,4% dos casos.

Ação Social Quadro 40 A – Grau de Parentesco entre vítimas e suspeitos de Violência Doméstica em 2011

Grau de parentesco	N.º	%
Cônjuges ou companheiros	65	73,9
Pai, Mãe, Padrasto ou Madrasta	10	11,4
Filho(a) / Enteado(a)	3	3,4
Irmão(a) / Cunhado(a)	1	1,1
Ex-cônjuge ou Ex-companheira	6	6,8
Outro	3	3,4

Fonte: GNR, 2011

Nos crimes conhecidos pela G.N.R (ver Quadro 40-A) verifica-se que o grau de parentesco entre as vítimas se refere, essencialmente, aos "Cônjuges ou Companheiros" com 73,9% dos casos.

Ação Social Quadro 41 – Suspeitos do crime de Violência Doméstica segundo o Grupo Etário em 2011

Grupo Etário	Nº	%
Menos de 16 anos	1	1,1
16 e 17 anos	0	0,0
18 a 24 anos	1	1,1
25 e + mais anos	89	97,8

Fonte: GNR, 2011

Nos crimes conhecidos pela G.N.R, quadro 38, verifica-se que os suspeitos do crime de Violência Doméstica têm, essencialmente, 25 e+ mais anos, com 97,8% dos casos.

Ação Social Quadro 41 A – Suspeitos do crime de Violência Doméstica segundo o Grupo Etário em 2011

Grupo Etário	Nº	%
Menos de 16 anos	0	0,0
16 a 24 anos	25	8,3
25 a 29 anos	105	34,7
40 a 54 anos	137	45,2
55 a 69 anos	33	10,9
70 e + mais anos	3	1,0

Fonte: PSP, 2011

Nos crimes conhecidos pela PSP, ver quadro 41 A, verifica-se ainda que, os suspeitos com maior incidência do crime de violência doméstica, têm entre 40 e 54 anos (45,2% dos casos), seguido do escalão etário dos 25 aos 29 anos (34,7% dos casos).

Ação Social Quadro 42 – Número de suspeitos de Crime de Violência Doméstica segundo o Sexo em 2011

Gênero	N.º	%
Masculino	333	84,5
Feminino	61	15,5
Total	394	100%

Fonte: PSP e GNR, 2011

Nos crimes conhecidos por ambas as forças de segurança (PSP e GNR), verifica-se também que os suspeitos destes crimes, são maioritariamente, do sexo masculino, com 84,5% dos casos, e 15,5% do sexo feminino.

CRIMINALIDADE

As últimas linhas de orientação estratégica da política pública de segurança para Portugal, traçadas pelo XIX Governo Constitucional visam, essencialmente, adotar políticas e medidas concretas, que contribuam para fazer de Portugal um país mais seguro, com o objetivo de reforçar a autoridade do Estado, a eficácia e o prestígio das forças de segurança.

Através da Rede Social do nosso município, a autarquia já tem levado a efeito várias parcerias/atividades com as forças de segurança locais (PSP e GNR), orientando as suas ações no sentido da melhor resolução dos problemas e dos riscos sociais da nossa comunidade.

Neste sentido, parece-nos essencial que demos cada vez mais respostas de elevada qualidade e de eficácia, no combate à criminalidade.

De seguida e com vista a melhor conhecer este Município, apresentamos os dados criminais, registados:

Ação Social Quadro 43 - Crimes registados pelas autoridades policiais por localização e categoria 2011

Localização geográfica	Taxa de criminalidade (%) por Localização Geográfica e Categoria de Crime					
	2011					
	Categoria de crime					
	Crimes contra a integridade física	Furto/roubo por esticão e na via pública	Furto de veículo e em veículo motorizado	Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2g/l	Condução sem habilitação legal	Crimes contra o património
	%	%	%	%	%	%
Portugal	5,7	1,5	5,4	2,2	1,6	21,5
Continente	5,6	1,6	5,6	2,1	1,6	21,7
Norte	5,5	0,9	4,9	1,8	1,1	17,4
Maia	4,9	1,1	5,8	0,6	0,8	19,7

Fonte: INE, julho de 2012

Conforme se pode depreender do quadro 43, a maior parte dos índices de criminalidade estão abaixo da média nacional e mesmo da região norte do país, o que se pode considerar positivo.

Para melhor compreensão do articulado, importa enquadrar algumas categorias de crime do Código Penal Português - Lei n.º 59/2007, de 4 de setembro:

- ▶ Crimes contra as pessoas: são os crimes constantes, na parte especial, no título I, do referido diploma.
- ▶ Crimes contra o património: são os crimes constantes, na parte especial, no título II, do referido diploma.
- ▶ Crimes contra a integridade física: são os crimes constantes, na parte especial, no capítulo III do título I, do referido diploma.
- ▶ Crimes contra a vida em sociedade: crimes constantes, na parte especial, no título IV do referido diploma.

Importa ainda destacar três itens: - Furto/roubo por esticão e na via pública; Furto de veículo e em veículo motorizado, crimes contra o património, que são os crimes que estão um pouco superiores à média do norte do país, sendo que estão mais baixos do que a média em Portugal e no Continente (à exceção do item "Furto de veículo e em veículo motorizado").

Ação Social Quadro 43 A - Número de Crimes Registados pelas Autoridades Policiais por Localização Geográfica e Categoria

Localização geográfica	Crimes registados pelas autoridades policiais por localização geográfica e categoria				
	Categoria de crime				
	Crimes contra as pessoas	Crimes contra o património	Crimes contra a vida em sociedade	Crimes contra o Estado	Crimes previstos em legislação avulsa
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
Portugal	91.381	229.078	46.781	6.382	41.567
Continente	84.783	220.379	44.053	5.992	39.643
Norte	31.205	65.220	15.742	1.509	8.635
Maia (2010)	1.098	2.627	292	29	324
Maia (2011)	1.055	2.876	291	27	259

Fonte: INE Julho de 2012

De acordo com o quadro supra, constata-se que, de 2010 para 2011, apenas subiu o crime contra o património (de 2.627 para 2.876), sendo que os restantes crimes baixaram: contra as pessoas (de 1.098 para 1.055), mantendo-se os crimes contra a vida em sociedade (de 292 para 291), os crimes contra o Estado (de 29 para 27), bem como os crimes previstos em legislação avulsa (de 324 para 259).

Na sequência dos dados indicados e apesar dos mesmos não serem, genericamente, negativos, mas existem, contudo, algumas dessas categorias a que importa dar a melhor atenção.

Neste sentido, iremos dar um maior apoio e contributo às forças de segurança, direcionando-se, a nossa atividade, para a melhor resolução dos problemas sociais que afetam a segurança dos nossos cidadãos em geral e, em particular, a dos inseridos em grupos de risco.

Pelo exposto, julgamos, assim, que o trabalho da Rede Social assumir-se-á como fulcral, na resolução e adequada coordenação das melhores soluções sociais, especialmente nos grupos de risco, com uma aposta forte na cooperação e interação profissional entre todos os diversos organismos/instituições públicas e privadas, com vista à melhoria constante da qualidade de vida dos cidadãos, deste Município.

Através da Rede Social, a autarquia já tem levado a efeito várias parcerias/atividades com as forças de segurança locais (Polícia de Segurança Pública (PSP) e Guarda Nacional Republicana (GNR), orientando as suas ações no sentido da melhor resolução dos problemas e dos riscos sociais da nossa comunidade.

Importa referir ainda, que a vertente reativa das forças de segurança, associada ao policiamento de proximidade, que tem vindo a ser adotado, têm visado, essencialmente, aumentar a articulação e a colaboração direta com as comunidades locais, no âmbito da resolução da criminalidade, na prevenção de crimes e no combate à prática de incivilidades, causadores de desconforto e do sentimento de insegurança da população.

Neste sentido, pretende assim trazer algumas respostas, no que concerne à prevenção da criminalidade e mesmo na violência, no meio urbano e rural, em particular, às incivilidades, à violência doméstica, aos conflitos entre vizinhanças nos bairros e residências, o apoio às diversas vítimas de crime, à prevenção e vigilância em áreas comerciais, à vigilância em áreas residenciais maioritariamente habitadas por idosos, entre outras preocupações de cariz comunitário, em matéria de segurança e ordem pública.

Por outro lado, as forças de segurança têm aumentado a sua visibilidade e a proatividade na comunidade, no sentido de garantir a melhor segurança possível, bem como desenvolver atividades diárias, que promovam a melhoria do sentimento de segurança dos seus municípios.

Pelo exposto, julgamos que será, através de um constante trabalho em rede social e com as restantes entidades, que se promoverá uma adequada coordenação, no sentido de se encontrarem as melhores soluções, sociais e outras, especialmente nos grupos de risco, com vista à melhoria constante da qualidade de vida dos cidadãos maiatos.

QUADRO AÇÃO SOCIAL

PROBLEMAS / OBSTÁCULOS	LINHAS DE FORÇA / OPORTUNIDADES
Existência de um número significativo de menores em risco	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de parcerias locais e interinstitucionais que trabalham as competências parentais: Centro de Apoio familiar, Aconselhamento Parental, CPCJ, (Re) Criar, SOCIALIS e ASMAN; • Existência de medidas de proteção social (amas, famílias de acolhimento).
Insuficiência de estruturas institucionais de apoio a crianças dos 0 aos 3 anos	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do número de creches a curto e médio prazo, com a criação de mais 277 vagas.
Inexistência de uma equipa multidisciplinar para atendimento/acompanhamento de vítimas de violência doméstica	<ul style="list-style-type: none"> • Policiamento de proximidade; • Rede Vizinhança; • Gabinetes Atendimento Integrado Local.
Insuficiente número de respostas sociais ligadas à deficiência	<ul style="list-style-type: none"> • Encontra-se em construção (APPACDM Maia); Lar Residencial (24 utentes), Centro Atividades Ocupacionais (30 utentes) Serviço Apoio Domiciliário (30 utentes) • Conselho Municipal do Cidadão com Deficiência; • Aumento de instituições que apoiam pessoas com deficiência – BOMPORTO; • Aumento da instituição que apoia pessoas com doenças raras - RARÍSSIMAS; • Serviço de Informação e Mediação para Pessoas com Deficiência (SIM-PD).
População idosa em crescimento face ao número de respostas sociais existentes no Município	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do número de camas em Lar de Idosos a curto prazo, para mais 145 e aumento do Serviço de Apoio Domiciliário, para mais 75 utentes; • Projeto "Casa do Avô" da ASMAN; • Banco Municipal de Produtos de Apoio (Cruz Vermelha Portuguesa e LACESMAIA); • Projeto Cidade Amiga dos Idosos; • Futura Criação do Conselho Municipal para a Proteção Integrada do Cidadão Idoso; • Futura criação do Cartão Maia Séniior; • Gabinetes Atendimento Integrado Local; • Pequenas Reparações ao Domicílio. (promovido pela autarquia).

PROBLEMAS / OBSTÁCULOS	LINHAS DE FORÇA / OPORTUNIDADES
Procura superior à oferta de casas Habitação Social	Apoio da Espaço Municipal - Empresa Municipal de Habitação Social no atendimento/acompanhamento social das famílias residentes em habitação social. • Mercado Social de Arrendamento
Aumento da precariedade das famílias	• Gabinetes Atendimento Integrado Local (com apoio económico da segurança social); • Projeto "horta de subsistência"; • Instituições que desenvolvem o Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a carentiados (PCAAC) e Banco Alimentar – Santa Casa da Misericórdia da Maia, Conferências Vicentinas, Junta de Freguesia da Maia, Cruz Vermelha, entre outras; • Existência de medidas de proteção social (Rendimento Social Inserção, Complemento Solidário do Idoso); • Pequenas Reparações ao Domicílio (promovido pela Autarquia).

POTENCIALIDADES	LINHAS DE FORÇA / OPORTUNIDADES
Futura criação do Banco Municipal Voluntariado	• Aumento das respostas sociais e municipais.
Crescimento Saldo Migratório	• Localização Geográfica do Município; • Oferta Educativa (CICCOPN e ISMAI); • Município Recetor de População Estudantil oriundos de Países de Expressão Portuguesa (São Tomé Príncipe e Cabo Verde).



EMPREGO

Diagnóstico Social do Município da Maia | 2014

EMPREGO

ENQUADRAMENTO E DADOS DO MUNICÍPIO DA MAIA

Ao longo da história da humanidade, variando com o nível cultural e com o nível evolutivo de cada sociedade, o trabalho tem sido percebido de forma diferenciada. Segundo o ponto 1 do artigo 58.^º da Constituição da República Portuguesa, "Todos têm direito ao Trabalho". O trabalho ou o emprego sendo essencial para o funcionamento das sociedades é fator de desenvolvimento de um determinado território e constitui o bem-estar dos indivíduos.

Em contrapartida, o desemprego está absolutamente associado ao fenómeno da pobreza e exclusão social, evidenciando consequências sociais e individuais. A evolução do desemprego em Portugal reflete problemas estruturais, os quais se têm vindo a acumular ao longo dos vários anos e que agora são manifestos devido ao quadro da crise económica e financeira que atravessamos.

Sendo o desemprego uma questão que fragiliza a coesão social, será necessária a promoção da inclusão no mercado de trabalho, preocupação esta patente no Plano Nacional de Ação para a Inclusão (PNAI). Este Plano tem como objetivo combater a exclusão e promover o desenvolvimento e procura assegurar a articulação, complementaridade e coerência com outros processos nacionais, nomeadamente com o Plano Nacional de Emprego (PNE) e com o Plano Nacional de Ação para o Crescimento e o Emprego (PNACE).

No entanto, a não inclusão no mercado de trabalho não é a única causa de exclusão social. É necessário ter em conta que a este fenómeno estão associados multifatores, como a falta de qualidade no trabalho, as formas precárias de emprego, as baixas qualificações académicas e profissionais, a clandestinidade, a situação de desvantagem na integração de mulheres, jovens e trabalhadores com mais de 50 anos, o nível de remunerações, a desaceleração do crescimento do emprego, entre outros.

Para promover a inserção profissional de determinados grupos sociais, são necessárias políticas ativas e preventivas que concretizem ações de melhoria de competências sociais e profissionais. Neste sentido destaca-se o investimento em formação profissional, que pretende promover o emprego e prevenir rupturas profissionais.

Neste domínio de intervenção, considera-se prioritária a reflexão sobre os indicadores socioeconómicos e os indicadores do emprego. Estes dados foram facultados pelo Centro de Emprego da Maia e pela análise das estatísticas do Instituto Nacional de Estatística (INE).

Emprego Quadro 1 – Evolução das Empresas por setor de Atividade, no Município da Maia

Setor	Empresas				Sociedades			
	2001		2007		2001		2007	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Primário	227	2,11	2	0,01	17	0,50	1	0,02
Secundário	3.221	29,97	2.425	16,39	1.152	32,70	1.443	27,07
Terciário	7.300	67,92	12.365	83,59	2.359	36,90	3.886	72,91
Total	10.748	100	14.792	100	3.530	100	5.330	100

Fonte: I.N.E. Anuário Estatístico da Região Norte, 2008

Da análise do Quadro 1, verifica-se que o setor dominante é o terciário, o qual concentra 83,6% das empresas sedeadas no Município da Maia, logo seguido pelo setor secundário com 16,4%. O setor Primário detinha, no ano de 2007, um valor residual que corresponde a 0,01% do total de empresas do Município. Relativamente ao ano de 2001, observa-se um crescimento no setor terciário, em detrimento dos outros dois setores de atividade.

No que concerne ao número de sociedades existentes no Município da Maia, em 2007 estavam aqui sedeadas 5330, correspondendo a um crescimento de cerca de 51% relativamente a 2001. Ainda no ano de 2007 observa-se um crescimento das sociedades no setor terciário, relativamente ao ano de 2001. As sociedades do setor Primário representavam somente cerca de 0,02%.

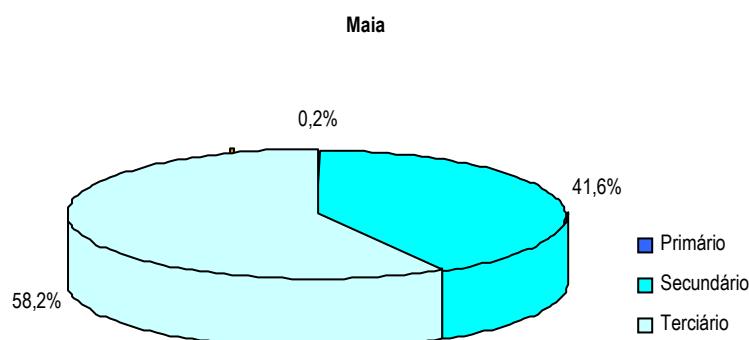
Emprego Quadro 2 - Número Trabalhadores por Conta de Outrem segundo o Setor de Atividade no Município da Maia, Grande Porto e Continente em 2007

Área Geográfica	N.º			
	Primário	Secundário	Terciário	Total
Maia	70	15.373	21.506	36.949
Grande Porto	1.054	94.203	197.957	293.214
Continente	34.162	790.254	1.328.612	2.153.028

Fonte: I.N.E. Anuário Estatístico da Região Norte, 2008

Quer no Município da Maia, quer no Grande Porto e no Continente o maior número de trabalhadores pertence ao Setor Terciário e isto porque a evolução dos setores económicos passa pela diminuição do Setor Primário, e um crescimento mais evidente no terciário, a designada terceirização, ou seja, o aumento das atividades terciárias. No Município da Maia, como verificamos no quadro 2, o setor primário conta com 70 trabalhadores, sendo que a atividade agrícola tem um valor praticamente residual no contexto socioeconómico da Maia. O Setor Secundário conta com 15373 trabalhadores e o Terciário com 21506.

Emprego Gráfico 1 - Percentagem de Trabalhadores por Conta de Outrem segundo Setor de Atividade no Município da Maia



Fonte: I.N.E. Anuário Estatístico da Região Norte, 2008

O Setor Primário tem pouca expressão no Município da Maia, como se pode verificar através do gráfico 1, empregando somente 0,2% do total de trabalhadores. O maior peso pertence ao Setor Terciário com 58,2% dos trabalhadores e ao Setor Secundário com 41,6%.

Emprego Quadro 3 – Postos de Trabalho por 1000 Habitantes no Município da Maia em 2001 e 2007

Ano	Postos de Trabalho	População Residente	Postos de trabalho por 1000 hab.
2001	61500	120111	512,0

Fonte: I.N.E., 2008

Segundo o quadro 3, no Município da Maia verificava-se no ano de 2001 a existência de cerca de 512 postos de trabalho por 1000 habitantes valor superior ao observado em 2007 que se traduz em 456,4 postos de trabalho por 1000 habitantes.

Emprego Quadro 4 - Taxa de Crescimento do Emprego

Área Geográfica	Postos de Trabalho		População Residente	
	2001	2007	1991-2001	2001-2007
Maia	61.500	63.091	30,5%	2,5%
Grande Porto	568.399	514.480	4,6%	-10,5%

Fonte: I.N.E., 2008

Através do Quadro 4, constata-se que no Grande Porto na década de 1991-2001, o Município da Maia foi o que mais contribuiu para o crescimento dos postos de trabalho na unidade territorial que integra com uma taxa de crescimento de 30,5%, substancialmente superior à média do grande Porto de 4,6%. Entre 2001 e 2007, o número de postos de trabalho também apresentou uma variação positiva (2,5%) ao contrário da média do grande Porto, com um decréscimo de 10,5%.

Emprego Quadro 5 - Número Total de Empresas, no Município da Maia, Grande Porto e Continente, 2008

Área Geográfica	N.º
Maia	14.887
Grande Porto	142.978
Continente	105.4373

Fonte: I.N.E. Anuário Estatístico da Região Norte, 2009

Em 2008 no Município da Maia, segundo o quadro 5, estavam registadas 14887 empresas, correspondendo aproximadamente a 10% do total das empresas implantadas no Grande Porto, o que demonstra algum dinamismo do setor económico. No Grande Porto estão implantadas 142.978 empresas e no Continente 1.054.373.

Emprego Quadro 6 – Número Trabalhadores por Conta de Outrem segundo o Nível de Habilidades no Município da Maia, Grande Porto e Continente em 2007

Área Geográfica	N.º								
	< 1.º CEB	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Sec.	Bachar.	Lic.	Mestrado	Dout.
Maia	353	7.536	7.224	8.601	8.378	1.015	3.515	219	62
Grande Porto	2.906	58.327	55.979	64.387	64.979	8.652	34.914	2.116	455
Continente	27.968	445.369	429.762	482.497	464.928	52.283	222.999	12.259	2.165

Fonte: I.N.E. Anuário Estatístico da Região Norte, 2008

Através do quadro 6 verifica-se que grande parte dos trabalhadores do Município da Maia (8601) possui o 3.º Ciclo do Ensino Básico, estando habilitados com o Ensino Secundário 8378 trabalhadores. Observa-se, ainda, que existem 353 trabalhadores que possuem menos que o 1.º Ciclo do Ensino Básico no Município da Maia, 2906 no Grande Porto e 27968 no Continente.

Emprego Quadro 7 - Percentagem de Trabalhadores por Conta de Outrem segundo o Nível de Habilidades no Município da Maia, Grande Porto e Continente em 2007

Área Geográfica	%								
	< 1.º CEB	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Sec.	Bachar.	Lic.	Mestr.	Dout.
Maia	1,0	20,4	19,6	23,3	22,7	2,7	9,5	0,6	0,2
Grande Porto	1,0	19,9	19,1	22,0	22,2	3,0	11,9	0,7	0,2
Continente	1,3	20,8	20,1	22,6	21,7	2,4	10,4	0,6	0,1

Fonte: I.N.E. Anuário Estatístico da Região Norte, 2008

Da análise do Quadro 7 conclui-se que a maioria dos trabalhadores do Município da Maia e do Continente possui o 3.º Ciclo do Ensino Básico com 23,3% e 22,6% respetivamente. Relativamente aos trabalhadores do Grande Porto a maioria possui o Ensino Secundário, 22,2%. Verifica-se, ainda, que comparativamente no Município da Maia a percentagem (9,5%) de trabalhadores licenciados é inferior, à percentagem do Grande Porto (11,9%) e do Continente (10,4%).

Emprego Quadro 8 – Número de Empresas Segundo a Classificação de Atividades Económicas no Município da Maia em 2007

Empresas	Maia	Grande Porto	Continente
	N.º	N.º	N.º
Indústrias transformadoras	1.216	11.815	91.927
Construção	1.202	1.0250	117.041
Comércio	3.795	38.946	288.979
Alojamento e Restauração	754	9.806	86.161
Transporte, armazéns e comunicações	417	3.406	26.964
Actividades Imobiliárias, alugueres e Serviços Prestados às Empresas	3.732	34.569	220.942
Educação	1.173	9.445	59.804
Saúde e Acção Social	1.483	13.655	76.860
Outras Actividades de Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais	1.011	10.948	84.769

Fonte: I.N.E. Anuário Estatístico da Região Norte, 2008

Verifica-se através do Quadro 8 que as empresas implantadas no Município da Maia são muito diversificadas, distinguindo-se o comércio com 3795 estabelecimentos, as atividades imobiliárias, alugueres e Serviços Prestados às Empresas com 3732. A indústria transformadora, apresenta 1216 empresas e a construção 1202. As atividades do Setor Terciário, são as atividades com o maior peso na estrutura produtiva do Município da Maia, tais como as comerciais, financeiras, transportes armazenagem e comunicação, alojamento e restauração.

Emprego Quadro 9 - Matriz de Origem dos Destinos das Viagens Casa – Trabalho

Origem Destino	Espinho	Gondomar	Maia	Matosinhos	Porto	Póvoa do Varzim	Valongo	Vila do Conde	Vila Nova de Gaia	Total
Espinho	10,1	0	0,1	0,1	0,9	0	0	0	1,8	13,0
Gondomar	0,1	28,4	3,4	3,5	20,0	0	2,1	0,2	2,9	60,6
Maia	0,1	1,0	23,2	4,4	9,9	0,1	1,5	0,8	1,1	42,1
Matosinhos	0,1	0,6	7,3	44,6	21,3	0,5	1,1	1,2	1,9	78,6
Porto	0,2	2,9	4,8	11,0	76,3	0,2	0,9	0,6	5,4	102,3
Póvoa do Varzim	0	0	0,2	0,6	1,1	22,4	0,1	4,2	0,1	28,7
Valongo	0,1	2,3	4,0	1,5	6,8	0	17,3	0,2	0,8	33,0
Vila do Conde	0	0	1,8	1,7	1,5	3,8	0,1	19,8	0,2	28,9
Vila Nova de Gaia	1,8	1,1	2,3	3,8	24,9	0	0,7	0,4	74,6	109,4
Total	12,4	36,3	47,0	71,1	162,8	27,0	23,7	27,4	88,7	496,5

Fonte: INE Mobilidade Casa – Trabalho da População Residente, 2003

Analizando a matriz de origem dos destinos das viagens casa – trabalho nos Municípios do grande Porto, retratado no quadro 9, o Município da Maia apresenta-se como um atrativo polo de emprego, observa-se que dos 42,1% dos residentes no Município da Maia que diariamente se deslocam para os seus locais de trabalho, 23,2% o fazem dentro do Município e 9,9% para o Município do Porto. Verifica-se, ainda, que 7,3% dos residentes no Município de Matosinhos se deslocam para o Município da Maia para trabalhar.

Emprego Quadro 10 - Total de Desempregados Inscritos nos Centros de Emprego nos Municípios do Grande Porto entre os anos 2004 a 2011

Municípios do Grande Porto	N.º							
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Dez. 2011
Espinho	2.591	2.536	2.479	2.293	2.553	3.372	3.366	3.319
Gondomar	10.948	11.349	10.546	8.811	9.073	11.194	11.731	13.105
Maia	7.638	7.749	7.256	6.095	6.702	8.186	7.890	9.026
Matosinhos	9.592	9.420	8.949	7.226	7.090	8.835	8.842	10.194
Porto	16.192	15.463	13.942	12.135	12.448	14.530	14.842	16.138
Póvoa do Varzim	3.349	3.556	3.314	2.884	3.196	4.204	4.008	4.190
Valongo	6.167	6.079	6.002	5.241	5.740	7.279	7.451	8.099
Vila do Conde	4.408	4.732	4.484	3.646	4.132	5.493	4.961	5.338
Vila Nova de Gaia	24.267	24.003	22.390	19.350	19.770	25.960	27.925	30.323
Total	85.152	84.887	79.362	67.681	70.704	89.053	91.016	99.732

Fonte: Centro de Emprego da Maia, Dez. 2011

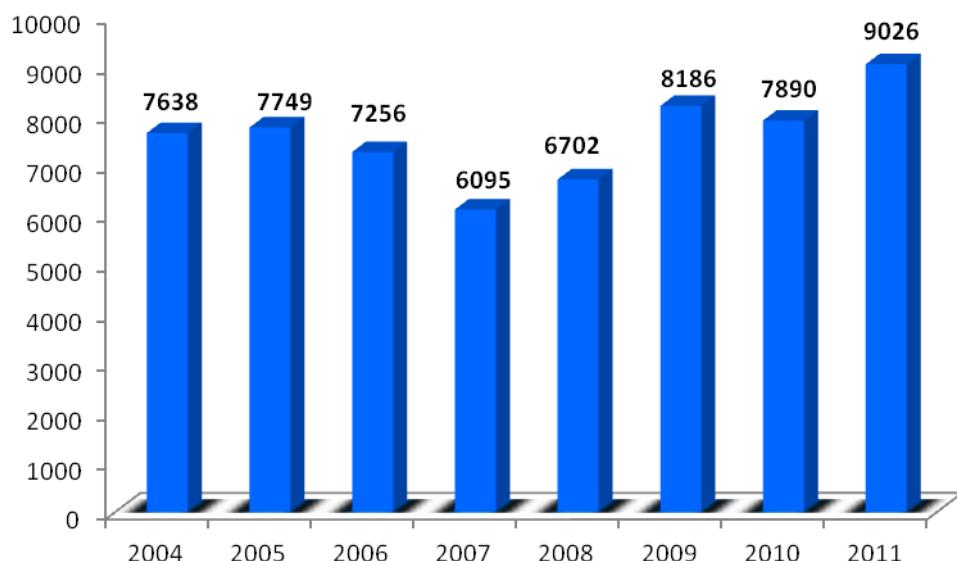
O desemprego registado nos Centros de Emprego do Grande Porto aproxima-se das cem mil pessoas.

A subida do número de desempregados registados foi generalizada em todos os Municípios analisados no Quadro 10, sendo o incremento significativo desde o ano de 2008, ano a partir do qual as dificuldades económicas e financeiras das empresas e consequentemente das famílias se tornaram mais visíveis.

O aumento do número de casais em que ambos os cônjuges estão registados como desempregados exige um atento e permanente acompanhamento.

Vila Nova de Gaia é o Município em que o número de desempregados registados tem maior significado numérico, seguido dos Municípios do Porto e de Gondomar. Os 9026 desempregados inscritos no Município da Maia mantêm a tendência regional e nacional de crescimento e correspondem, face ao período homólogo, a um crescimento de 14 %.

Emprego Gráfico 2 - Total de Desempregados Inscritos no Centro de Emprego da Maia
entre os Anos 2004 e 2011



Fonte: Centro de Emprego da Maia, Dez. de 2011

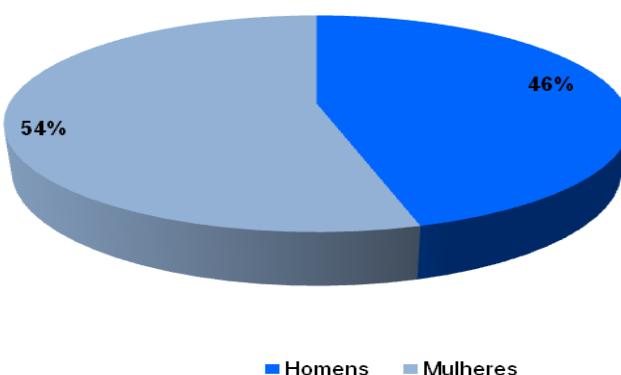
Os anos de 2009 e 2011 corresponderam aos períodos de maior incremento do número de desempregados registados no Município da Maia, com 22% e 14% de taxa de crescimento respetivamente.

Emprego Quadro 11 - Total de Desempregados Inscritos nos Centros de Emprego dos Município do Grande Porto, Norte e Continente por Género

Municípios do Grande Porto	N.º			2009			2010			Dezembro de 2011		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Espinho	1.497	1.875	3.372	1.441	1.925	3.366	1.512	1.807	3.319			
Gondomar	5.346	5.848	11.194	5.452	6.279	11.731	6.327	6.778	13.105			
Maia	3.607	4.579	8.186	3.509	4.381	7.890	4.110	4.916	9.026			
Matosinhos	4.705	4.130	8.835	4.499	4.343	8.842	5.319	4.875	10.194			
Porto	7.681	6.849	14.530	7.656	7.186	14.842	8.496	7.642	16.138			
Póvoa do Varzim	1.965	2.239	4.204	1.800	2.208	4.008	1.857	2.333	4.190			
Valongo	3.172	4.107	7.279	3.235	4.216	7.451	3.778	4.321	8.099			
Vila do Conde	2.240	3.253	5.493	2.040	2.921	4.961	2.322	3.016	5.338			
Vila Nova de Gaia	11.659	14.301	25.960	12.391	15.534	27.925	13.842	16.481	30.323			
Total	41.872	47.181	89.053	42.023	48.993	91.016	47.563	52.169	99.732			
Total Norte	101.535	126.959	228.494	101.802	132.367	234.169	116.131	138.383	254.514			
Total Continente	236.791	267.984	504.775	238.611	281.277	519.888	273.877	302.506	576.383			

Fonte: Centro de Emprego da Maia, Dez. de 2011

Emprego Gráfico 3 – Desemprego Registo segundo o Género



Fonte: Centro de Emprego da Maia, dez. 2011

Analizando os dados registados por género verifica-se que a subida do número de desempregados registados no último ano de 2011 afetou, no Município da Maia, mais os homens (17%) do que as mulheres (12%).

Também ao nível da região norte como do continente o número de homens desempregados aumentou mais, no ano de 2011, do que o das mulheres.

Emprego Quadro 12 - Total de Desempregados Inscritos nos Centros de Emprego nos Municípios do Grande Porto, Norte e Continente por Tempo de Inscrição em 2011

Municípios do Grande Porto	2009		2010		Dezembro 2011	
	< 1 ano	1 ano e +	< 1 ano	1 ano e +	< 1 ano	1 ano e +
Espinho	1.787	1.585	1.314	2.052	1.352	1.967
Gondomar	6.318	4.876	5.652	6.079	7.170	5.935
Maia	4.883	3.303	3.991	3.899	5.129	3.897
Matosinhos	5.359	3.476	4.988	3.854	6.363	3.831
Porto	8.391	6.139	7.482	7.360	8.868	7.270
Póvoa do Varzim	2.584	1.620	2.131	1.877	2.530	16..60
Valongo	4.326	2.953	3.725	3.726	4.534	3.565
Vila do Conde	3.332	2.161	2.461	2.500	3.106	2.232
Vila Nova de Gaia	14.148	11.812	11.715	16.210	13.333	16.990
Total	51.128	37.925	43.459	47.557	52.385	47.347
Total Norte	135.692	92.802	119.006	115.163	138.998	115.516
Total Continente	329.358	175.417	301.984	217.904	358.499	217.884

Fonte: Centro de Emprego da Maia, Dez. 2011

Na Maia o desemprego registado em 2011 tem um peso maior no número de inscritos há menos de um ano (57%). O trabalho permanente de acompanhamento dos desempregados inscritos tem possibilitado, de alguma forma, combater o flagelo do desemprego e consequentemente o desemprego de longa duração.

Cruzando esta informação com a refletida no Gráfico 2 (aumento significativo dos fluxos de desempregados inscritos em 2011) e ainda da situação de recessão económica do país, leva-nos a estar alerta para um possível aumento do número de desempregados, com consequente aumento do tempo médio de permanência em situação de desemprego involuntário

Emprego Quadro 13 - Total de Desempregados Inscritos nos Centros de Emprego nos Municípios do Grande Porto, Norte e Continente por Situação Face ao Emprego

Municípios do Grande Porto	2009		2010		Dezembro 2011	
	1º Emprego	Novo Emprego	1º Emprego	Novo Emprego	1º Emprego	Novo Emprego
Espinho	355	3.017	355	3.011	299	3.020
Gondomar	588	10.606	769	10.962	838	12.267
Maia	452	7.734	411	7.479	505	8.521
Matosinhos	343	8.492	318	8.524	415	9.779
Porto	1.212	13.318	1.163	13.679	1.072	15.066
Póvoa do Varzim	331	3.873	304	3.704	365	3.825
Valongo	549	6.730	601	6.850	694	7.405
Vila do Conde	290	5.203	288	4.673	384	4.954
Vila Nova de Gaia	1.512	24.448	1.738	26.187	1.892	28.431
Total	5.632	83.421	5.947	85.069	6.464	93.268
Total Norte	19.192	209.302	19.761	214.408	21.553	232.961
Total Continente	37.556	467.219	39.205	480.683	43.804	533.299

Fonte: Centro de Emprego da Maia, Dez 2011

Tal como seria expetável, da leitura dos quadros anteriores, o desemprego registado na categoria das pessoas que procuram um “novo emprego” tem um peso esmagador no total dos inscritos. No Município da Maia a percentagem cifra-se nos 94%.

Estas pessoas já perderam, pelo menos, um emprego. Entre outras, as características de qualificação, ou falta dela, são cruciais para a sua reintegração no mercado de trabalho.

Emprego Quadro 14 A - Total de Desempregados Inscritos nos Centros de Emprego nos Municípios do Grande Porto, Norte e Continente por Grupo Etário em 2009

Municípios do Grande Porto	2009			
	< 25 anos	25 - 34 anos	35 - 54 anos	55 e + anos
Espinho	449	705	1.601	617
Gondomar	1.251	2.424	5.640	1.879
Maia	926	1.883	3.963	1.414
Matosinhos	794	1.911	4.225	1.905
Porto	1.789	3.323	6.569	2.849
Póvoa do Varzim	599	1.044	1.756	805
Valongo	988	1.737	3.424	1.130
Vila do Conde	746	1.234	2.421	1.092
Vila Nova de Gaia	2.979	5.524	12.740	4.717
Total	10.521	19.785	42.339	16.408
Total Norte	29.792	48.585	106.789	43.328
Total Continente	64.116	119.441	229.054	92.164

Fonte: Centro de Emprego da Maia, Jan. 2009

Emprego Quadro 14 B - Total de Desempregados Inscritos nos Centros de Emprego nos Municípios do Grande Porto, Norte e Continente por Grupo Etário em 2010

Concelhos do Grande Porto	2010			
	< 25 anos	25 - 34 anos	35 - 54 anos	55 e + anos
Espinho	399	683	1.626	658
Gondomar	1.408	2.404	5.924	1.995
Maia	776	1.670	3.989	1.455
Matosinhos	796	1.867	4.276	1.903
Porto	1.623	3.370	6.922	2.927
Póvoa do Varzim	466	892	1.757	893
Valongo	1.010	1.668	3.631	1.142
Vila do Conde	507	1.016	2.292	1.146
Vila Nova de Gaia	2.867	5.881	13.981	5.196
Total	9.852	19.451	44.398	17.315
Total Norte	27.242	48.839	111.543	46.545
Total Continente	60.122	118.217	243.272	98.277

Fonte: Centro de Emprego da Maia, Jan. 2010

Emprego Quadro 14 C - Total de Desempregados Inscritos nos Centros de Emprego nos Municípios do Grande Porto, Norte e Continente por Grupo Etário em 2011

Municípios do Grande Porto	Janeiro de 2011			
	< 25 anos	25 - 34 anos	35 - 54 anos	55 e + anos
Espinho	391	681	1.616	643
Gondomar	1.484	2.459	6.035	2.042
Maia	836	1.723	4.069	1.505
Matosinhos	869	1.971	4.389	1.956
Porto	1.635	3.404	7.012	2.956
Póvoa do Varzim	496	923	1.805	911
Valongo	1.027	1.670	3.654	1.158
Vila do Conde	529	1.004	2.352	1.172
Vila Nova de Gaia	2.906	5.937	14.150	5.147
Total	10.173	19.772	45.082	17.490
Total Norte	27.921	49.539	113.416	47.325
Total Continente	62.208	121.660	249.759	100.353

Fonte: Centro de Emprego da Maia, Jan. 2011

A análise da evolução dos desempregados registados, no Município da Maia, não tem sofrido alterações significativas em qualquer escalão etário. Constatata-se uma predominância de 50% do segmento etário dos 35 aos 54 anos que classificamos de esperada, face às características do desemprego nacional. Uma população em idade ativa que terá de regressar ao mercado de trabalho.

.

Emprego Quadro 15 A - Total de Desempregados Inscritos nos Centros de Emprego nos Municípios do Grande Porto, Norte e Continente por Nível de Escolaridade em 2009

Municípios do Grande Porto	2009					
	< 1º Ciclo	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	Superior
Espinho	263	1.068	724	608	471	238
Gondomar	424	3.504	2.308	2.392	1.849	717
Maia	228	2.212	1.452	1.681	1.719	894
Matosinhos	279	2.600	1.581	1.622	1.804	949
Porto	460	3.616	2.641	2.803	3.054	1.956
Póvoa do Varzim	186	1.274	893	769	784	298
Valongo	258	2.275	1.599	1.420	1.216	511
Vila do Conde	223	1.897	1.201	962	881	329
Vila Nova de Gaia	1.017	8.427	5.561	4.714	4.233	2.008
Total	3.338	26.873	17.960	16.971	16.011	7.900
Total Norte	11.115	77.938	46.914	40.373	35.038	17.116
Total Continente	27.408	142.665	96.529	99.976	94.442	43.755

Fonte: Centro de Emprego da Maia, Jan. 2011

Emprego Quadro 15 B - Total de Desempregados Inscritos nos Centros de Emprego nos Municípios do Grande Porto, Norte e Continente por Nível de Escolaridade em 2010

Municípios do Grande Porto	2010					
	< 1º Ciclo	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	Superior
Espinho	267	1.024	684	597	527	267
Gondomar	467	3.414	2.307	2.595	2.162	786
Maia	203	2.107	1.216	1.702	1.776	886
Matosinhos	239	2.495	1.501	1.673	1.962	972
Porto	480	3.458	2.572	3.031	3.331	1.970
Póvoa do Varzim	171	1.258	785	732	714	348
Valongo	256	2.181	1.541	1.515	1.428	530
Vila do Conde	198	1.737	979	893	784	370
Vila Nova de Gaia	1.110	8.802	5.676	5.249	4.825	2.263
Total	3.391	26.476	17.261	17.987	17.509	8.392
Total Norte	11.307	76.278	44.242	43.585	39.402	19.355
Total Continente	29.109	139.941	91.968	106.324	104.024	48.522

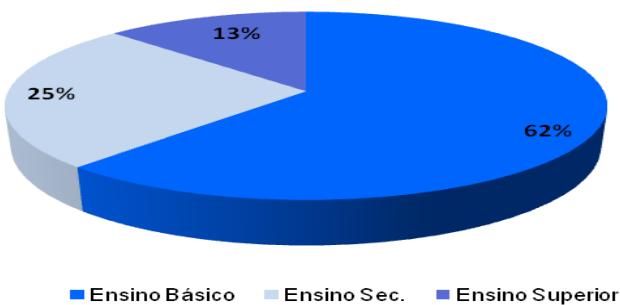
Fonte: Centro de Emprego da Maia, Jan. 2011

Emprego Quadro 15 C - Total de Desempregados Inscritos nos Centros de Emprego nos Municípios do Grande Porto, Norte e Continente por Nível de Escolaridade em Janeiro de 2011.

Municípios do Grande Porto	Janeiro 2011					
	< 1º Ciclo	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	Superior
Espinho	239	940	590	657	579	314
Gondomar	543	3.422	2.613	2.935	2.627	965
Maia	279	1.978	1.182	2.148	2.294	1.145
Matosinhos	245	2.538	1.671	2.082	2.352	1.306
Porto	510	3.344	2.792	3.389	3.619	2.484
Póvoa do Varzim	166	1.110	797	870	839	408
Valongo	238	2.088	1.672	1.778	1.673	650
Vila do Conde	208	1.538	1.046	1.164	900	482
Vila Nova de Gaia	1.244	8.482	5.833	6.201	5.879	2.684
Total	3.672	25.440	18.196	21.224	20.762	10.438
Total Norte	11.552	74.203	46.363	51.053	47.172	24.171
Total Continente	29.717	13.6815	97.861	123.902	126.546	61.542

Fonte: Centro de Emprego da Maia, Jan. 2011

Emprego Gráfico 4 – Nível de Habilidades dos Desempregados Inscritos do Município da Maia em 2011



Fonte: Centro de Emprego da Maia, 2011

Nas habilitações escolares é de realçar que tem havido um aumento da percentagem de desemprego registado no Município da Maia nos níveis secundário e superior. O agravamento, no ano de 2011, no número de desempregados com o ensino superior atingiu os 29%.

As medidas ativas de emprego, nomeadamente os programas de "Estágios Profissionais" têm sido fundamentais para minorar esta situação de dificuldade, principalmente dos jovens com habilitações de nível superior.

De realçar também a diminuição do número de desempregados inscritos com menos do 1º ciclo do ensino básico (alguns mesmo analfabetos) entre os anos de 2008 e 2010. Foi possível colocar no terreno uma parceria inovadora que envolveu o Centro de Emprego da Maia, a Câmara Municipal da Maia e alguns dos Agrupamentos das Escolas da Maia. Ao Centro de Emprego competiu a informação, sinalização e encaminhamento de desempregados inscritos para as escolas do ensino básico da Maia que promoveram turmas que foram devidamente reconhecidas pelo Ministério da Educação. À Câmara Municipal da Maia competiu, no âmbito do Conselho Municipal de Educação, a articulação das várias entidades envolvidas bem como a disponibilização, sempre que se considerou necessário, das instalações onde decorreram as aulas.

Mais de cem pessoas concluíram o seu processo de alfabetização e algumas dezenas foram identificadas e devidamente referenciadas, uma vez que não faziam parte daqueles que inicialmente se encontravam inscritos no Centro de Emprego.

Dificuldades do Ministério da Educação (DREN) na autorização para a colocação dos professores necessários conduziram à suspensão deste projeto em 2010. É fundamental que se retome esta ou outra oferta equivalente, fazendo face a uma iliteracia, com a qual as pessoas dificilmente exercem, na sua plenitude, os seus direitos e deveres de cidadãos.

Emprego Quadro 16 – Total de Desempregados Inscritos por motivos de Inscrição no Município da Maia em 2011

Município da Maia	2011							
	Ex-Inativos	Despedido	Despediu-se	Despedim. mútuo acordo	Fim trab. Não permanente	Trab. Por conta própria	Outros motivos	Total
Janeiro	99	194	59	34	239	1	183	809
Fevereiro	74	128	43	44	506	5	148	648
Março	66	143	55	43	213	2	190	712
Abril	53	127	34	40	212	3	132	601
Maio	91	148	39	37	153	8	172	648
Junho	58	178	31	38	212	4	131	652
Julho	89	187	49	35	268	15	133	776
Agosto	107	158	49	37	263	9	142	765
Setembro	148	207	48	38	398	4	180	1.023
Outubro	121	206	57	38	271	9	179	881
Novembro	106	239	46	54	242	12	141	840
Dezembro	70	239	40	119	218	6	155	847
TOTAL	1.082	2.154	550	557	2.895	78	1.886	9.202

Fonte: Centro de Emprego da Maia, dez. 2011

O “fim do trabalho não permanente” é o motivo mais significativo que está na origem das inscrições dos desempregados (31,5%). Este motivo corresponde ao termo dos contratos a prazo. O “Despedimento” da iniciativa do empregador (23,4%), o por “mútuo acordo” (6,1%) e mesmo o da iniciativa do trabalhador (na grande maioria por salários em atraso – 6%) também tem um peso significativo.

Também é de realçar o número de desempregados registados que passam de uma situação face ao mercado de trabalho de “inatividade” para a de “desemprego involuntário” passando à situação de disponibilidade e procura ativa de emprego (11,8%).

Emprego Quadro 17 - Desempregados Inscritos no Centro de Emprego da Maia por Freguesia de Residência

Freguesia			
	1.º Emprego	Novo Emprego	Total
Águas Santas	105	1802	1907
Avioso Sta. Maria	12	328	340
Avioso S. Pedro	11	208	219
Barca	9	214	223
Folgosa	17	219	236
Gemunde	23	345	368
Gondim	14	138	152
Gueifães	45	729	774
Maia	47	768	815
Milheirós	28	293	321
Moreira	41	758	799
Nogueira	27	366	393
Pedrouços	43	759	802
São Pedro Fins	6	135	141
Silva Escura	21	172	193
Vermoim	44	965	1009
Vila Nova da Telha	12	322	334
Total	505	8521	9026

Fonte: Centro de Emprego da Maia, dez. 2011

Destaca-se o número de desempregados registados que residem nas freguesias de Águas Santas (21,1%), de Vermoim (11,2%), Maia (9%), Pedrouços (8,9%), Moreira (8,9%) e Gueifães (8,6%).

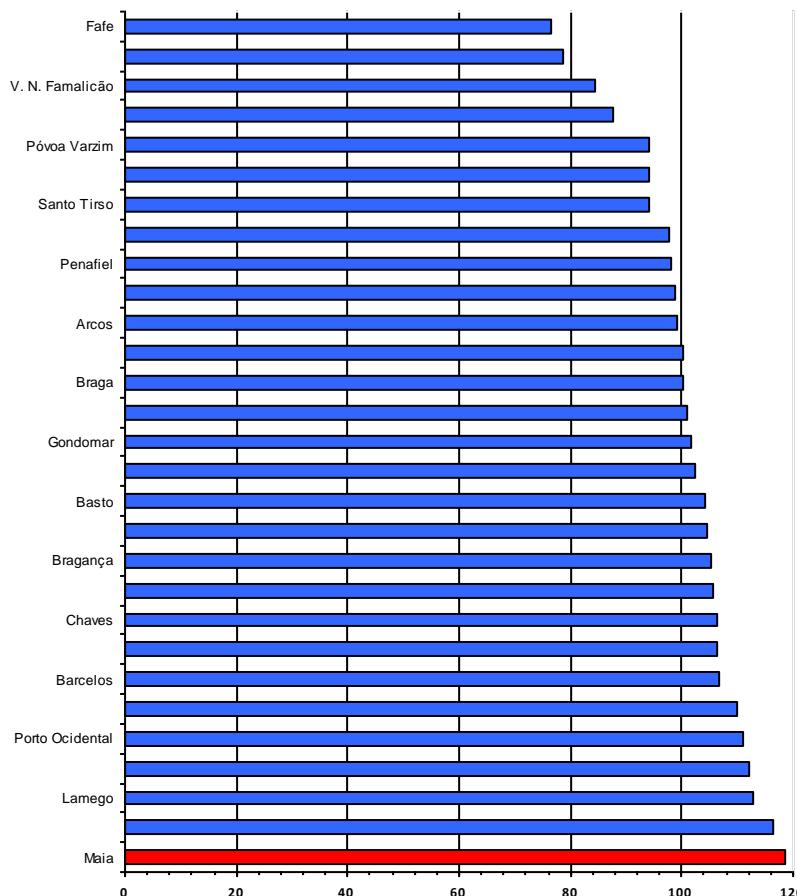
PROGRAMAS E MEDIDAS DE EMPREGO

No ano de 2011, 2315 pessoas foram diretamente abrangidas e apoiadas pelas medidas de emprego geridas pelo Centro de Emprego da Maia.

Os Estágios Profissionais, os Contratos Emprego Inserção, a Criação do Próprio Emprego bem como a colocação em postos de trabalho após ajustamento e satisfação das ofertas de emprego recebidas, correspondem ao volume mais significativo da atividade do Centro de Emprego da Maia. A estes números devemos também acrescentar o “encaminhamento” para os diversos Centros de Formação Profissional, bem como para os Centros Novas Oportunidades, de 7731 pessoas inscritas.

Ordenando por grau de execução do número de pessoas abrangidas pelos programas de emprego e formação face às metas, no decorrer do ano de 2011, o Centro de Emprego da Maia foi a Unidade Orgânica da Região Norte do IEFP, IP com melhor desempenho (118,4%).

Emprego Gráfico 5 - Programas e Medidas de Emprego



Fonte: www.iefp.pt (Síntese dos Programas e Medidas de Emprego – Dezembro 2011)

Gabinetes de Inserção Profissional

Os Gabinetes de Inserção Profissional (GIP) têm por objectivo apoiar jovens e adultos e desempregados na definição ou desenvolvimento do seu percurso de inserção ou reinserção no mercado de trabalho, em estreita cooperação com os Centros de Emprego do IEFP, I. P. O regime de acesso aos apoios concedidos pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P. (IEFP, I. P.) estão definidos na Portaria n.º 127/2009, de 30 de Janeiro.

Estes Gabinetes podem desenvolver as seguintes atividades:

- ▶ Informação profissional para jovens e adultos desempregados;
- ▶ Apoio à procura ativa de emprego;
- ▶ Acompanhamento personalizado dos desempregados em fase de inserção ou reinserção profissional;
- ▶ Captação de ofertas de entidades empregadoras;
- ▶ Divulgação de ofertas de emprego e atividades de colocação;
- ▶ Encaminhamento para ofertas de qualificação;
- ▶ Gabinetes de Inserção Profissional - Regulamento 3/34
- ▶ Divulgação e encaminhamento para medidas de apoio ao emprego, qualificação e empreendedorismo;
- ▶ Divulgação de programas comunitários que promovam a mobilidade no emprego e na formação profissional no espaço europeu;
- ▶ Motivação e apoio à participação em ocupações temporárias ou atividades em regime de voluntariado, que facilitem a inserção no mercado de trabalho;
- ▶ Controlo de apresentação periódica dos beneficiários das prestações de desemprego;
- ▶ Outras atividades consideradas necessárias aos desempregados inscritos nos Centros de Emprego.

No Município da Maia, existem 8 Gabinetes de Inserção Profissional, a operar nas seguintes freguesias: Águas Santas, Avioso Santa Maria, Gondim, Gueifães, Pedrouços, S. Pedro Fins, Vermoim e Vila Nova da Telha.

Assim em Maio de 2011, abriu o período de candidatura à criação dos Gabinetes de Inserção Profissional.

Para o Município da Maia, foram aprovados 8 Gabinetes de Inserção Profissional.

Emprego Quadro 18 – Freguesia do Município da Maia onde operam os Gabinetes Inserção Profissional

Freguesias	Entidades Promotoras
Águas Santas	Câmara Municipal Maia
Avioso Santa Maria	Câmara Municipal Maia
Gueifães	Junta Freguesia Gueifães
Gondim	Junta Freguesia Gondim
Pedrouços	Câmara Municipal Maia
São Pedro Fins	Junta Freguesia São Pedro Fins
Vermoim	Santa Casa Misericórdia da Maia – Centro Comunitário Vermoim
Vila Nova da Telha	Santa Casa Misericórdia da Maia – Centro Comunitário Vila Nova Telha

Maiafinicia

O Fundo MaiaFinicia é um Instrumento de Financiamento de Iniciativas Empresariais de Interesse Regional, enquadrado no Programa FINICIA, celebrado entre a Câmara Municipal da Maia, o IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, o Banco Espírito Santo, a Norgarante - Sociedade de Garantia Mutua, S.A. e a Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A..

Tem uma dotação máxima de € 500.000 sendo composto em 20% sob a forma de subsídio reembolsável sem juros a conceder pela Câmara Municipal da Maia e os restantes 80% por Crédito Bancário prestado pelo Banco Espírito Santo, com garantia autónoma prestada pela NORGARANTE - Sociedade de Garantia Mútua. S.A.

A constituição do Fundo MaiaFinicia visa estimular e orientar investimentos a realizar por Micro e Pequenas Empresas do Município da Maia, para a melhoria dos produtos e/ou serviços prestados, para a modernização das empresas, ou para as alterações decorrentes de imposições legais e regulamentares.

Pretende-se ainda colocar à disposição das Micro e Pequenas Empresas do Município da Maia um produto financeiro inovador e atractivo comparativamente aos produtos da mesma natureza disponibilizados no mercado.

Além desses dois objetivos este produto destina-se a ser utilizado no financiamento de pequenos projectos, de uma forma exclusiva ou complementar aos capitais próprios ou a capitais provenientes de outros mecanismos de apoio.

No que diz respeito ao emprego gerado através deste mecanismo de financiamento importa abordar esta matéria de duas formas. A primeira que diz respeito ao número de postos de trabalho no momento da candidatura, 39 trabalhadores em funções, e a perspetiva após projecto, de serem criados mais 36 postos de trabalho. Este último número será apenas confirmado no final do projeto dado que muitas destas previsões estão dependentes do aumento de volume de negócios das empresas.

Em conclusão podemos sempre referir que o MaiaFinicia é um programa que está a ajudar a modernização das micro e pequenas empresas do Município, que está a ter bastante adesão e está a ser um mecanismo importante de auxílio à criação de novas micro e pequenas empresas num total de 19 postos de trabalho. No final dos projectos estima-se que o número de trabalhadores nestas empresas seja de 75.

Emprego Quadro 19 – Evolução do Nº de trabalhadores nas Empresas Financiadas

MaiaFinicia			
Evolução do n.º de Trabalhadores nas Empresas Financiadas			
Início	N.º Empresas apoiadas	Nº Postos de trabalho aquando da candidatura	Nº Postos de trabalho após candidatura
"Start-up" < 3 anos	9	19	51
> 3 anos	3	20	24
Total	12	39	75

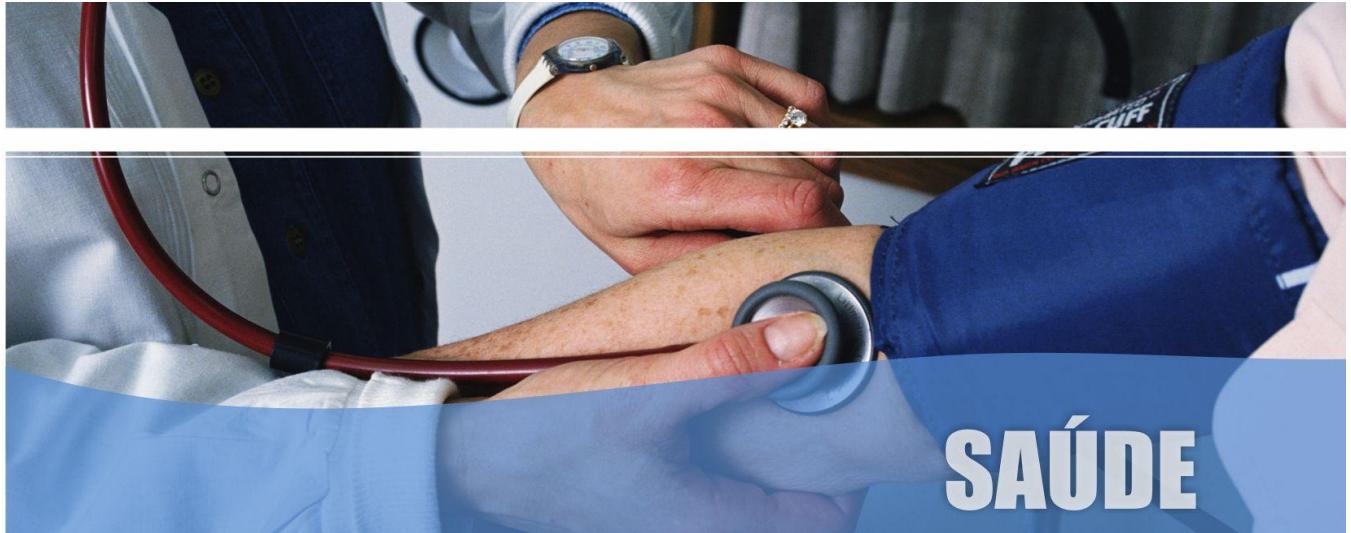
Fonte: Pelouro da Juventude, CMM 2011

De referir que o MaiaFinicia apenas tem disponível uma verba de aproximadamente 16.000,00 €, estando uma candidatura em apreciação que, no caso de ser aprovada, esgotará o MaiaFinicia. Dada a importância do programa e a procura por parte dos micro e pequenos empresários do Município, como importante fator de modernização e criação de emprego, a Câmara Municipal procederá durante o primeiro semestre de 2011 ao reforço do MaiaFinicia com mais 250.000,00 €.

QUADRO EMPREGO

PROBLEMAS / OBSTÁCULOS	LINHAS DE FORÇA / OPORTUNIDADES
<p>Aumento números desempregados inscritos no Centro Emprego Maia;</p> <p>Problemas estruturais e conjunturais de desemprego;</p> <p>Aproximadamente 30% dos desempregados inscritos no Centro Emprego da Maia têm como habilitação máxima o 1º. CEB.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Incontornável crise económica internacional, nacional e regional; • Projetos ligados à procura ativa de emprego (Gabinetes Inserção Profissional); • Existência de protocolos com a Autarquia, Centro Emprego da Maia e Ministério Educação (cursos de alfabetização); • Excelente Cooperação Institucional (Autarquia, Centro Emprego da Maia, Rede Solidária e Privados), com implementação de Estágios Profissionais e Contratos Emprego Inserção; • Grande investimento na criação do Próprio Emprego; • Maiafinicia; • Microcrédito; • Aumento do nº. ações de educação/formação (jovens e adultos); • Boa cobertura dos Centros de Novas Oportunidades.

POTENCIALIDADES	LINHAS DE FORÇA / OPORTUNIDADES
<p>Aumento da População residente do Município que trabalha no Município</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Localização geográfica do Município; • Melhoria da rede transporte (Metro); • Tecido Empresarial muito diversificado; • Grande investimento no parque habitacional; • Setor secundário com áreas industriais já com significativa expressão na tecnologia de ponte; • Setor terciário com grande empregabilidade.



SÁUDE

Diagnóstico Social do Município da Maia | 2014

SAÚDE

Tendo presente a Política Nacional de Saúde 2004-2010 no que diz respeito ao conceito de saúde, ou seja, um conceito que atua em construção, dependente de valores sociais, culturais, subjectivos e históricos, a promoção da saúde torna necessária a articulação de parcerias, actuações intersectoriais e a participação da comunidade.¹

O Plano Nacional de Saúde 2004-2010 define orientações estratégicas com a finalidade de sustentar, política, técnica e financeiramente, uma vontade nacional, dando-lhe um cunho integrador e facilitador na coordenação e intercolaboração dos múltiplos setores que contribuem para a saúde.²

O presente plano define três **grandes objetivos estratégicos**³:

- ▶ Obter ganhos em saúde aumentando o nível de saúde nas diferentes fases do ciclo de vida e reduzindo o peso da doença;
- ▶ Utilizar os instrumentos necessários, num contexto organizacional adequado, nomeadamente centrando a mudança no cidadão, capacitando o sistema de saúde para a inovação e reorientando o sistema prestador de cuidados;
- ▶ Garantir os mecanismos adequados para a efetivação do Plano, através de uma Cativação de recursos adequada, promovendo o diálogo intersectorial.

De forma a cumprir com os objetivos atrás elencados, o Plano Nacional foi elaborado de acordo com as seguintes **abordagens estratégicas**:⁴

I. **Estratégias Gerais:**

- Prioridade aos mais pobres;
- Abordagem Programática;
- Abordagem com base em settings.

II. **Estratégias para obter mais saúde para todos:**

- Abordagem centrada na família e no ciclo de vida;
- Abordagem à gestão integrada da doença.
-

¹ Plano Nacional de Saúde 2004-2010

² Plano Nacional de Saúde 2004-2010

³ Plano Nacional de Saúde 2004-2010

⁴ Plano Nacional de Saúde 2004-2010

III. Estratégias para a gestão da mudança:

- Mudança centrada no cidadão;
- Capacitar o sistema de saúde para a inovação;
- Reorientar o sistema de saúde;
- Acessibilidades e racionalidade da utilização do medicamento.

IV. Estratégias para garantir a execução do plano:

- Acompanhamento do Plano;
- Cativação de recursos;
- Diálogo;
- Quadro de referência legal.

Tendo como grandes orientações as estratégias definidas pelo Plano Nacional de Saúde 2004-2010, os títulos a abordar no Diagnóstico Social do Município da Maia, relativamente à saúde, vão debruçar-se, sobre as estratégias nº.: 1 e 2 (Abordagem com base em Settings, Abordagem centrada na família e no ciclo de vida e a Abordagem à gestão integrada da doença).

CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS

Os Cuidados de Saúde Primários são o primeiro contacto dos indivíduos com os serviços de saúde e asseguram os cuidados essenciais e o aconselhamento na resolução dos seus problemas, com disponibilidade e de forma personalizada. Abrangem a prevenção primária, secundária e terciária, ou seja, a educação para a saúde e a prevenção da doença, o diagnóstico, tratamento e ainda a reabilitação, tendo subjacente a necessidade de melhorar o acesso dos cidadãos à prestação de cuidados de saúde, assim como a forma de os gerir.

Neste sentido, na sequência do estabelecimento do regime de criação, estruturação e funcionamento dos agrupamentos de centros de saúde do Serviço Nacional de Saúde, publicado no Decreto-lei nº 28/2008 de 22 de fevereiro, e com a entrada em vigor da Portaria n.º 273/2009 de 18 de março, constitui-se o **ACES Grande Porto IV Maia**, cujo âmbito geográfico é coincidente com o Município da Maia.

A missão dos *Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES)* é a de garantir a prestação de cuidados de saúde primários à população de uma área geográfica determinada, procurando manter os princípios de equidade e solidariedade, de modo a que todos os grupos populacionais partilhem dos avanços científicos e tecnológicos, postos ao serviço da saúde e bem-estar.⁵

Os ACES desenvolvem atividades para promover a saúde e prevenir a doença da população, estruturam as diferentes unidades funcionais para satisfazer as necessidades dessa mesma população, gerem competências dos prestadores de cuidados de saúde e garantem que os recursos humanos e financeiros, os equipamentos e os sistemas de informação sejam utilizados de forma rigorosa, racional e eficiente.⁶

⁵ Missão para os Cuidados de Saúde Primários – Ministério da Saúde

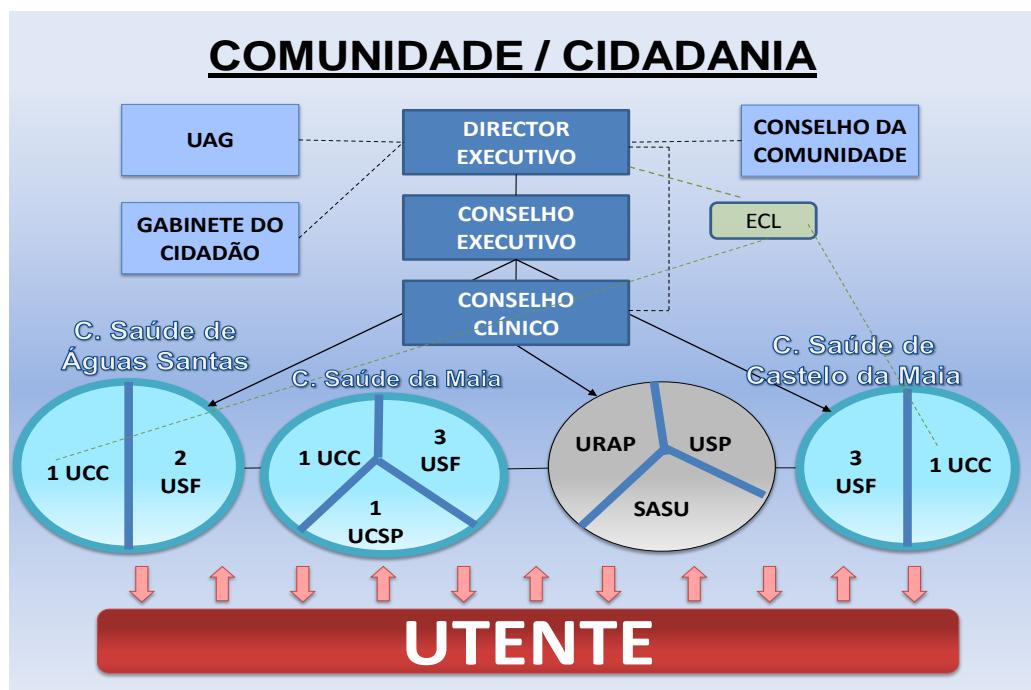
⁶ Missão para os Cuidados de Saúde Primários – Ministério da Saúde

Caracterização do Agrupamento Centros Saúde Grande Porto IV Maia (ACES Grande Porto IV Maia)

O ACES Grande Porto IV Maia criado com base no DL 28/2008 de 22 de Fevereiro iniciou a sua atividade em Março de 2009.

No final de 2011 o ACES Grande Porto IV Maia está organizado conforme se pode ver no organograma que se segue (fig. 1).

Saúde Organograma 1 – Caraterização do ACES Grande Porto IV Maia



Fonte: ACES Grande Porto IV Maia, dezembro 2011

- 8 Unidades Saúde Familiar (USF) - 7 em Modelo B e uma Modelo A que passa a Modelo B em Abril 2012;
- 1 Unidade de Apoio à Gestão (UAG);
- 1 Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP), estrutura funcional que está organizada em três pólos: Maia, Milheirós e Nogueira;
- 3 Unidades de Cuidados na Comunidade (UCC), em funcionamento;
- Equipas de Cuidados Integrados (ECCI), uma na área de Águas Santas e outra na área Castelo da Maia;

- 1 Equipa Coordenadora local da RNCCI (ECL);
- 1 Unidade de Saúde Pública (USP);
- 1 Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados (URAP);
- 1 Serviço de Atendimento a Situações de Urgência (SASU);
- 1 Gabinete do Cidadão.

De acordo com o esquema acima representado, o ACES Grande Porto IV Maia apresenta a seguinte constituição:

- ▶ **Diretor Executivo** - representa o órgão máximo do Conselho Executivo.
- ▶ **Conselho Executivo** – tem várias competências, a aprovação dos planos plurianuais e anuais de atividades das várias unidades funcionais, assegurando a articulação do ACES, em matéria de saúde, com os municípios da sua área geográfica.
- ▶ **Conselho Clínico** - compete avaliar a efetividade dos cuidados de saúde prestados, fixar procedimentos que garantam a melhoria contínua da qualidade dos cuidados de saúde, verificar o grau de satisfação dos profissionais do ACES e apoiar o diretor executivo entre outras competências.
- ▶ **Conselho da Comunidade** – dar parecer sobre os planos plurianuais e anuais de atividades do ACES e respetivos orçamentos, antes de serem aprovados. Acompanhar a execução dos planos de atividades, entre outras atividades.
- ▶ **Unidade Apoio à Gestão (UAG)** - organizada numa lógica de concentração dos serviços não assistenciais do ACES, presta apoio administrativo e geral ao diretor executivo, ao conselho clínico e às unidades funcionais. Presta assessoria técnica em todos os domínios da gestão do ACES.
- ▶ **Gabinete Cidadão** - compete verificar as condições de acesso dos utentes aos cuidados de saúde, informar os utentes dos seus direitos e deveres como utilizadores dos cuidados de saúde primários, receber observações, sugestões e reclamações dos utentes relativas aos cuidados prestados e responde às mesmas e verifica regularmente o grau de satisfação dos utentes do ACES.
- ▶ **Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC)** - presta cuidados de saúde e apoio psicológico e social de âmbito domiciliário e comunitário, especialmente às pessoas, famílias e grupos mais vulneráveis, em situação de maior risco ou dependência física e funcional ou doença que requeira acompanhamento próximo, e atua ainda na educação para a saúde, na integração em redes de apoio à família e na implementação de unidades móveis de intervenção, garantindo a continuidade e qualidade dos cuidados prestados.

- ▶ **Unidades Saúde Familiar (USF)** – pequenos Centros de Saúde com autonomia funcional e técnica, que contratualizam objetivos de acessibilidade, adequação, efetividade, eficiência e qualidade, que garantem aos cidadãos inscritos uma carteira básica de serviços.
- ▶ **Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP)** - prestar cuidados personalizados, garantido a acessibilidade, a continuidade e a globalidade dos mesmos. Esta tem como missão garantir a prestação de cuidados de saúde personalizados à população inscrita de uma determinada área geográfica.
- ▶ **Unidade de Saúde Pública (USP)** - que integra o Centro Diagnóstico Pneumológico - tem por missão contribuir para a melhoria do estado de saúde da população da sua área geográfica de intervenção, desenvolve atividades de planeamento em saúde, de promoção e proteção da saúde, incluindo a avaliação do impacto em saúde, de prevenção da doença, de vigilância epidemiológica, de vigilância em saúde ambiental, de investigação em saúde e de gestão ou participação em programas de saúde pública.
- ▶ **Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados (URAP)** - presta serviços de consultoria e assistência às unidades funcionais e organiza ligações funcionais aos serviços hospitalares.
- ▶ **Serviço Atendimento Situações Urgentes (SASU)** - destinado ao atendimento de utentes em situações de urgência e seu encaminhamento para os cuidados de saúde secundários, quando necessário.
- ▶ **Rede Nacional Cuidados Continuados Integrados (RNCCI)** – é um sistema integrado de serviços de saúde e apoio social que capacitam os seus utentes no sentido da promoção da autonomia, através da implementação de um novo modelo de cuidados que pretende reabilitar e informar os utentes, implica um trabalho integrado e pró-ativo de equipas de saúde e de apoio social com o envolvimento dos utentes e familiares/cuidadores informais. A RNCCI é assegurada por três equipas:
 - ▶ **ECR**- Equipa Coordenadora Regional
 - ▶ **EGA**- Equipa Gestão Altas
 - ▶ **ECL- Equipa Coordenadora Local** - estrutura de coordenação que integra o ACES, em articulação estreita com o seu Conselho Clínico e na dependência funcional da coordenação regional da RNCCI, é constituída por representantes dos CSP (médico e enfermeiro), do Instituto Segurança Social e da Autarquia (este último opcional).
- ▶ **Equipas de Cuidados Integrados** – prestam serviços domiciliários, decorrentes da avaliação integral, de cuidados médicos, de enfermagem, de reabilitação e de apoio social, ou outros, a pessoas em situação de dependência funcional, doença terminal, ou em processo de convalescência, com rede de suporte social, cuja situação não requer internamento mas que não podem deslocar-se de forma autónoma.

Caracterização da População inscrita no ACES Grande Porto IV Maia População inscrita por Local e Grupo Etário

Saúde Quadro 1 - Utentes Inscritos com e sem médico por local, janeiro de 2012

ACES	Instituição	Local	Nº Utentes Inscritos			
			S/ Médico Família	S/ Médico por opção	C/ Medico Família	Total
Maia	CS Maia	CS Maia (Sede)	1.863	87	4.556	6.506
		Ext Milheiros	256	8	3.226	3.490
		Ext Nogueira	92	34	4.847	4.973
		USF Odisseia	16	0	14.450	14.466
		USF Lidor	54	17	14.689	14.691
		USF Pirâmides	2	0	12.742	12.744
	CS Águas Santas	CS Águas Santas (Sede)	1.191	66	2.775	4.032
		USF Saúde em Família	6	1	12.487	12.494
		USF Alto da Maia	1	0	14.913	14.914
	CS Castelo da Maia	Ext Moreira da Maia	340	25	1.077	1.442
		USF Pedras Rubras	15	1	16.462	16.478
		USF Viver Mais	8	0	7.704	7.712
		USF IRIS	0	0	7.892	7.892
Total			3.844	239	117.820	121.903

Fonte: Sistema Informação ARS Norte, janeiro 2012

No quadro anterior podemos observar o número de utentes inscritos, com e sem médico de família, por unidade de saúde.

Através do quadro 1 inferimos que é a Unidade de Saúde Familiar de Pedras Rubras a que apresenta o maior número de utentes inscritos, com 16478 pessoas

Da análise do mesmo quadro pode, ainda, verificar-se que dos 121.903 utentes inscritos no ACES Grande Porto IV Maia 117.820 dispõem de médico de família, a que corresponde uma taxa de cobertura médica é de 96,65%, ou seja, quase a totalidade da população maiata inscrita.

Hospital de referência

O Hospital de Referência é o Hospital de S. João EPE.

Os Índices de Utilização Hospitalar constam no quadro seguinte, como análise comparativa com os da ARS Norte e do Continente.

Saúde Quadro 2 – Índices Utilização Hospitalar

	ACES Maia	ARS Norte	Total Continente	Unidade de Medida
Índice Utilização hospitalar Cirúrgica (IUHc)	0,058	0,065	0,065	Nº.
Índice Utilização hospitalar Médica (IUHc)	0,040	0,051	0,055	Nº.
Rácio IUHc_IUHc Nacional	0,906	1.004	1.000	Nº.
Rácio IUHc_IUHc Nacional	0,728	0,927	1.000	Nº.
Rácio nº. de Urgências ano/1000habitantes	510	563	-	-
Rácio nº. de Urgências ano/1000inscritos	514	513	-	-

Fonte: Sistema Informação ARS Norte, janeiro 2012

SAÚDE PÚBLICA

A Saúde Pública é a ciência e a arte de promover saúde (...), com base no entendimento de que a saúde é um processo que envolve o bem-estar social, mental, espiritual e físico. A Saúde Pública intervém com base no conhecimento de que a saúde é um recurso fundamental do indivíduo, da comunidade e da sociedade como um todo e que deve ser sustentada por um forte investimento nas condições de vida que criam, mantêm e protegem a saúde" (Kickbusch, 1989).

A Saúde Pública, pela sua própria natureza intrínseca, torna-se ponto de partida e de encontro de diferentes disciplinas, setores, instituições, culturas e valores.

Saúde Quadro 3 – Caracterização Demográfica do ACES Grande Porto IV Maia

Utentes inscritos por grupo etário, 2010	0 a 14 anos		15 Aos 64 anos		≥ 65 anos		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
CS Maia	CS Maia (Sede)	858	13,97	4.498	73,23	786	12,80	6.142
	Ext Milheiros	527	14,68	2.560	71,31	503	14,01	3.590
	Ext Nogueira	738	14,67	3.456	68,68	838	16,65	5.032
	USF Odisseia	2.511	16,92	10.540	71,04	1.786	12,04	14.837
	USF Lidor	2.075	14,16	10.163	69,36	2.415	16,48	14.653
	USF Pirâmides	2.215	19,40	8.030	70,33	1.173	10,27	11.418
Sub total	-	<u>8.924</u>		<u>39.247</u>		<u>7.501</u>		<u>55.672</u>
CS Águas Santas	CS Águas Santas (Sede)	665	17,63	2.612	69,25	495	13,12	3.772
	USF Saúde em Família	1.951	15,31	8.754	68,71	2.035	15,97	12.740
	USF Alto da Maia	2.608	17,97	9.908	68,27	1.998	13,77	14.514
Sub total	-	<u>5.224</u>		<u>21.274</u>		<u>4.528</u>		<u>31.026</u>
CS Castelo da Maia	Ext Moreira da Maia	141	8,50	1.204	72,57	314	18,93	1.659
	USF Pedras Rubras	2.644	15,94	11.363	68,52	2.576	15,53	16.583
	USF Viver Mais	1.401	18,27	5.418	70,64	851	11,10	7.670
	USF IRIS	1.167	15,01	5.474	70,42	1.132	14,56	7.773
Sub total	-	<u>5.353</u>		<u>23.459</u>		<u>4.873</u>		<u>33.685</u>
Total		19.501		83.980		16.902		120.383

Fonte: Sistema Informação ARS Norte, dezembro 2010

O Quadro 3 caracteriza o número de inscritos por grupo etário no ACES da Maia, no ano de 2010, observando-se que o número de utentes inscritos era de 120 383. Do total de inscritos 16,2% (19 501) pertencia ao grupo etário dos 0 aos 14 anos, 69,8% (83 980) ao grupo etário dos 15 aos 64 anos e 14% (16 902) ao grupo etário dos 65 e ou mais anos.

Saúde Quadro 4 - Índices de dependência por local e global, 2010

ACES da MAIA	Índice de dependência de Jovens	Índice de dependência de Idosos	Índice de dependência Total
CS Maia Sub - total	22,74	19,11	41,85
CS Águas Santas Sub - total	24,56	21,28	45,84
CS Castelo da Maia Sub - total	22,82	20,77	43,59
Total	23,22	20,13	43,35

Fonte: Sistema Informação ARS Norte, dezembro 2010

Da análise dos vários indicadores constata-se que o índice de dependência de idosos e o índice de dependência total no CS Maia são inferiores aos verificados no CS Castelo da Maia e no CS Águas Santas, sendo este, o que apresenta os maiores índices, 21,28 e 45,84, respetivamente.

Perfil Saúde do ACES Grande Porto IV Maia

Saúde Quadro 5 - Evolução da Taxa Bruta da Natalidade (/1000 habitantes), 2003-2008, no ACES Grande Porto IV Maia, Região Norte e Continente

Área Geográfica	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Continente	10,7	10,3	10,3	9,9	9,6	9,8
Região Norte	10,8	10,2	10	9,6	9,1	9,2
ACES Maia	12,1	12,3	12,4	11,4	11,2	11,2

Fonte: ACES Grande Porto IV Maia, janeiro de 2009

Segundo o Quadro 5, o Município da Maia apresenta taxas de natalidade mais elevadas comparativamente à Região Norte e ao Continente. No entanto, verifica-se uma tendência nacional para um decréscimo desta taxa. Esta quebra da taxa de natalidade tem vindo a observar-se nas últimas décadas nos países ocidentais ou chamados países desenvolvidos.

Saúde Quadro 6 - Esperança de Vida à Nascença e aos 65 Anos, Triénio 2005-2007, no Continente, Região Norte e ACES Grande Porto IV Maia

Esperança de Vida	CONTINENTE			REGIÃO NORTE			ACES MAIA		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
À Nascença	78,9	75,6	82,0	79,0	75,8	82,1	81,2	77,9	84,4
Aos 65 anos	18,4	16,6	20,0	18,5	16,6	20,0	20,2	18,3	21,8

Fonte: ACES Grande Porto IV Maia, janeiro de 2008

A esperança de vida numa determinada idade indica o número médio de anos que um indivíduo pode, ainda, esperar viver. Podemos verificar que a esperança de vida à nascença (Quadro 6) de um Maiato é de 81,2 anos, descendo na Região Norte para 79,0 anos e no Continente para 78,9 anos.

Existe, no entanto, uma diferença da esperança de vida à nascença no ACES Grande Porto IV Maia entre sexos, sendo que para o sexo masculino é de 78 anos e para o sexo feminino é de 84 anos.

Aos 65 anos a esperança de vida de uma Maiato é de 20,2 anos, superior à do Continente e da Região Norte.

Mortalidade

Saúde Quadro 7 - Evolução da Taxa Bruta de Mortalidade (/1000 Habitantes), 2003-2008 no Município da Maia, Região Norte e Continente.

Área Geográfica	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Continente	10,4	9,7	10,2	9,6	9,8	9,8
Região Norte	8,9	8,3	8,7	8,3	8,4	8,4
ACES Maia	6,4	6,1	6,5	6,1	6,0	5,5

Fonte: ACES Grande Porto IV Maia, janeiro de 2009

No Município da Maia tem-se verificado um decréscimo sustentado na taxa de mortalidade geral que entre os anos 2007 e 2008 foi de 0,5%, ao contrário do que se verifica na Região Norte e no Continente onde os valores apresentam alguma estabilidade.

Mortalidade Infantil

A taxa de mortalidade infantil é um indicador social com um importante significado, pois tem uma relevante correlação com as condições de vida em geral da população residente num determinado território.

Saúde Quadro 8 - Evolução do Número de Óbitos de Crianças com Menos de 1 Ano no Município da Maia, Região Norte e Continente por Triénios 2001 – 2007

Área Geográfica	2001/03	2002/04	2003/05	2004/06	2005/07
ACES Maia	27	19	14	14	16
Região Norte	638	545	465	407	375
Continente	1480	1354	1173	1067	1008

Fonte: ACES Grande Porto IV Maia, janeiro de 2008

Relativamente à evolução do número de óbitos de crianças com menos de um ano, verificamos pela análise do quadro 8, que este número no Município da Maia tem vindo a decrescer nestes últimos anos, pese embora em 2005/07 se tenha verificado uma ligeira subida deste indicador.

Saúde Quadro 9 - Evolução da Taxa de Mortalidade Infantil (/1000 Nados Vivos), média anual nos Triénios 2001 – 2007

Área Geográfica	2001/03	2002/04	2003/05	2004/06	2005/07
ACES Maia	5,8	4,0	2,9	2,9	3,4
Região Norte	5,2	4,6	4,0	3,7	3,5
Continente	4,6	4,3	3,7	3,5	3,4

Fonte: ACES Grande Porto IV Maia, janeiro de 2008

A taxa de mortalidade infantil, segundo o quadro 9, tem diminuído progressivamente, verificando-se uma diminuição entre os triénios 2001/03 e 2005/07 de aproximadamente 41%, ainda que no triénio 2005/07 se tenha verificado um ligeiro acréscimo relativamente ao triénio 2004/06 (0.5%). De referir, ainda, a proximidade das taxas verificadas na região Norte e no Continente.

Saúde Quadro 10 - Taxa Mortalidade Padronizada pela Idade/100000 hab. (H+M 0-64 ANOS)
Grandes Grupos de Causas de Morte 2003/2005

CAUSAS	Portugal	Região Norte	Maia
Doenças Infeciosas e Parasitárias	12.7	10.2	15.6
Tumores Malignos	70.7	70.1	62.6
Doenças Aparelho Circulatório	39.6	32.3	27.6
Doenças Aparelho Digestivo	16.3	17.6	11.1
Sintomas, sinais e achados não classificados	18.0	21.7	20.6

Fonte: ACES Grande Porto IV Maia, janeiro de 2006

O Quadro 10 caracteriza as causas de morte de maior relevância no grupo etário dos 0 aos 64 anos. Percebe-se desta análise que a morte causada por Doenças Infeciosas e Parasitárias no Município da Maia têm um valor superior à média nacional e à da Região Norte. Tanto no Município da Maia, como na Região Norte e em Portugal, são os Tumores Malignos a principal causa de morte.

Morbilidade

De acordo com o processo de contratualização interna foi definido como prioritário a necessidade da melhoria na qualidade dos registo. Neste sentido o ACES Grande Porto IV Maia escolheu quatro problemas de saúde para monitorização de registo ao longo do ano de 2011, nomeadamente hipertensão, diabetes, Abuso de tabaco e DPOC (Doença Pulmonar Obstrutiva Crónica).

Conforme se pode observar no quadro nº11 verificou-se um aumento acentuado nos registo de DPOC e Abuso de tabaco.

Saúde Quadro 11 - Monitorização dos registo dos problemas de saúde

PROBLEMA DE SAÚDE	COD	TOTAL ACES			
		2010	2011	Variação	%
Hipertensão	K 86 K87	17883	19091	1208	6,8%
Abuso do Tabaco	P17	9171	11487	2316	25,3%
DPOC	R95	713	937	224	31,4%
Diabetes	T89 T90	7257	7270	13	0,2%

Fonte: ACES Grande Porto IV Maia, janeiro de 2012

Nos valores relativos ao diagnóstico “Diabetes” verificou-se um aumento de apenas 0,2%, devido à correção da duplicação de codificação (códigos T89 e T90 em simultâneo) por utente, existente nesta patologia.

Doenças de Notificação Obrigatória

Saúde Quadro 12 - Evolução das DNO no ACES Grande Porto IV Maia (2009 – 2011)

Doenças Notificação Obrigatória		2009	2010	2011	Total
A77.1	Febre Escaro-nodular	-	-	2	2
A02	Outras Salmoneloses	1	6	1	8
B16	Hepatite B	1	3	-	4
B17.1	Hepatite C	1	-	-	1
B50/54	Malária	2	4	2	8
A39.0	Meningite Meningocócica	-	1	-	1
A39	Infecção Meningocócica	1	-	-	1
B26	Parotidite	4	2	-	6
A50	Sífilis Congénita	-	-	1	1
A51	Sífilis Precoce	-	-	1	1
A37	Tosse Convulsa	-	-	3	3
A48.1	Doença dos Legionários	4	7	6	17
A19	Tuberculose Miliar	2	-	1	3
A15/16	Tuberculose Respiratória	35	31	30	96
A23	Brucelose	-	-	2	2
A78	Febre Q	1	-	-	1
A81.0	D. Creutzfeldt - Jacob	1	-	-	1
A27	Leptospirose	-	1	1	2
A69.2	Doença de Lyme	-	1	1	2
Total		53	56	51	160

Fonte: Unidade Saúde pública da Maia, janeiro 2012

Nos últimos três anos (2009/11) a DNO com maior número de notificações foi a tuberculose respiratória com 96 casos, o que corresponde a 60.0% do total de notificações, seguida da doença dos legionários, da malária e outras salmoneloses.

Ao longo destes anos não tem havido uma variação acentuada entre o número total de casos notificados.

VIH / SIDA

A infecção pelo vírus da imunodeficiência humana (VIH) e a síndrome da imunodeficiência (SIDA) representaram, em todo o mundo e ao longo dos últimos 25 anos, uma causa fundamental de doença e de morte.

À Coordenação Nacional para a Infeção VIH/Sida está atribuída a responsabilidade de coordenar as atividades de prevenção da infecção no País. Coube-lhe, assim, elaborar o Programa Nacional de Prevenção e Controlo da Infeção pelo VIH/Sida 2007-2010, documento que desenvolve a estratégia para orientar e coordenar o esforço nacional na luta contra a infecção ao longo dos próximos quatro anos).⁷

**Saúde Quadro 13 - Número de Notificações de Casos de CRS, PA, Sida e Infecção VIH
(CRS+PA+SIDA) Por Estado Vital (casos declarados até 31/12/2008)**

Local Residência	CRS			PA			SIDA			Infecção VIH (CRS+PA+Sida)		
	Morto	Vivo	Total	Morto	Vivo	Total	Morto	Vivo	Total	Morto	Vivo	Total
Portugal	484	2.890	3.374	807	15.687	16.494	7.273	7.747	15.020	8.564	26.324	34.888
Região Norte	121	674	795	256	4.320	4.576	2.193	2.020	4.213	2.570	7.014	7.584
ACES Maia	1	13	14	9	91	100	59	53	112	69	157	226

Fonte: Departamento das Doenças Infecciosas – Unidade de referência e Vigilância Epidemiológica, janeiro de 2009

*Estão incluídos casos notificados em que o Município de Residência é desconhecido nos 5 Distritos da Ex-Região Norte

CRS-Complexo Relacionado com Sida; PA- Portadores Assintomáticos; Sida- síndrome de imunodeficiência adquirida

Conforme descreve o Quadro 13, foram notificados 14 casos de complexo relacionado com Sida e permanecem vivos 13 casos.

Quanto aos portadores assintomáticos, foram elencados 100 casos dos quais 91 permanecem vivos.

Relativamente aos notificados de sida, num total de 112, permanecem vivos 53 casos.

Analizando a infecção VIH, num total de 226 casos, 157 permanecem com vida.

⁷ IN <http://www.portaldasaude.pt>

Saúde Quadro 14 - Número de Notificações, Taxa de Incidência⁸ média anual (2000-2008) Taxa de Prevalência⁹ a de Casos de Sida e Infeção VIH (CRS+PA+SIDA) Portugal, Região Norte e ACES Maia

Local Residência	SIDA			Infeção VIH (CRS+PA+Sida)		
	Notificações (2000- 2008)	Taxa Incidência média anual (00-08)	Taxa Prevalência	Notificações (2000-2008)	Taxa Incidência média anual (00-08)	Taxa Prevalência
Portugal	7.227	7,7	8,2	17.985	19,1	27,9
Região Norte	2.467	7,4	6,1	5.548	16,6	21,0
ACES Maia	83	7,2	4,6	156	13,5	13,6

Fonte: Departamento das Doenças Infecciosas – Unidade de referência e Vigilância Epidemiológica, janeiro de 2009

O Quadro 14 releva a taxa de Incidência média de sida e seropositividade no período 2000-2008, observando-se que a taxa de sida é claramente inferior (7,2%) às médias da região Norte e de Portugal. O mesmo é válido para a taxa de seropositividade (13,5%), claramente inferior às médias da Região Norte (16,6%) e de Portugal (19,1%).

Tuberculose

A tuberculose - chamada antigamente de "peste cinzenta, e conhecida também em português como tísica pulmonar ou "doença do peito" - é uma das doenças infeciosas documentadas desde mais longa data e que continua a afigir a Humanidade nos dias atuais. Causada pelo *Mycobacterium tuberculosis*, estima-se que esta bactéria evolui desde há 15.000 ou 20.000 anos, a partir de outras bactérias do género *Mycobacterium*¹⁰.

A tuberculose é considerada uma doença socialmente determinada, pois a sua ocorrência está diretamente associada à forma como se organizam os processos de produção e de reprodução social, assim como à implementação de políticas de controlo da doença. Os processos de produção e reprodução estão diretamente relacionados ao modo de viver e trabalhar do indivíduo.

Remetendo ainda para a publicação, Perfil da Saúde da Região Norte, a tuberculose constitui outro dos problemas que tem, nesta região, uma expressão superior à nacional, razão pela qual tem sido considerada, um problema de saúde de intervenção prioritária desde 2005.

⁸ Incidência é o número de casos novos que surgem no período de um ano, por cada 100 000 habitantes.

⁹ Prevalência número total de casos existentes numa determinada população e num determinado momento temporal.

¹⁰ In <http://www.portaldasaude.pt>; para saber mais consulte: Direcção-Geral da Saúde - <http://www.dgs.pt>

Notificação

A tuberculose é uma doença de notificação obrigatória (compulsória), ou seja, qualquer caso confirmado tem que ser obrigatoriamente notificado.

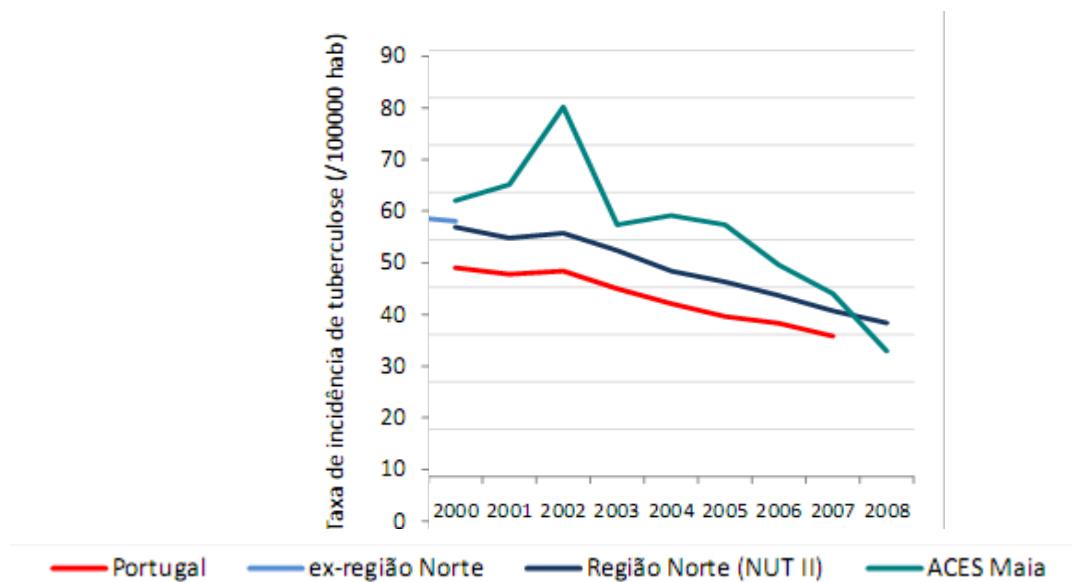
Saúde Quadro 15 - Evolução da Taxa de Incidência de Tuberculose, 2000-2008 Continente, Região Norte e ACES Grande Porto IV Maia, 2008

Área Geográfica	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Portugal	44,1	42,8	43,4	39,7	36,5	33,8	32,4	29,6	
Região Norte (NUT II)	52,7	50,4	51,4	47,8	43,4	41,1	38,2	35,0	32,5
ACES Maia	58,3	61,7	78,1	53,2	55,1	53,2	44,7	38,7	26,5

Fonte: Sistema Vigilância Programa Tuberculose, janeiro de 2009

O Quadro 15 releva a taxa de Incidência de tuberculose nos anos 2000-2008, sendo dado observar que a taxa de tuberculose do ACES Grande Porto IV Maia em 2008 é claramente inferior (26,5%) à média da região Norte (32,5%).

Saúde Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Incidência (/100 000 habitantes) de Tuberculose (2000 – 2008) Continente, Região Norte e Maia, 2008



Fonte: Sistema Vigilância Programa Tuberculose, janeiro de 2009

No ACES Grande Porto IV Maia, excetuando o período entre 2000 e 2002, a taxa de incidência de tuberculose tem diminuído progressivamente. De salientar que entre 2003 e 2008 a taxa de incidência teve um decréscimo de cerca de 50,2%. Por falta de elementos não foi possível mencionar a taxa de incidência de tuberculose em Portugal no ano de 2008.

Saúde Quadro 16 - Acompanhamento de utentes do Centro Diagnóstico Pneumológico (CDP) Maia nas Unidades de Saúde no ano de 2011 (Tuberculose doença, tuberculose infecção, quimioprofilaxia e prevenção)

Unidade de Saúde	Total de utentes
CDP Maia	57
USF Pedras Rubras	10
USF Viver Mais	3
UCSP Águas Santas	1
USF Alto da Maia	5
USF Saúde em Família	6
USF Lidor	1
Unidade de Milheirós	2
Unidade de Nogueira	2

Fonte: Unidade Saúde Pública Maia, janeiro 2012

Os utentes seguidos nas várias unidades de saúde identificadas no quadro acima tem seguimento conjunto com o CDP.

Saúde Quadro 17 - Avaliação relativamente ao número de consultas médicas realizadas em 2011

Médicos	Número de consultas
Total consultas	651

Fonte: Unidade Saúde Pública Maia, janeiro 2012

Incluiu, nomeadamente, vigilância dos doentes e utentes a fazerem quimioprofilaxia e consultas de rastreio.

Saúde Quadro 18 - Rastreio a conviventes dos casos índice de 2011

Ano	Nº rastreios a efetuar	Nº de rastreios efetuados
2011	105	104

Fonte: Unidade Saúde Pública Maia, janeiro 2012

Saúde Quadro 19 - Utentes a fazerem quimioprofilaxia ou tratamento a tuberculose infecção

Ano	Nº de utentes
2011	21

Fonte: Unidade Saúde Pública Maia, janeiro 2012

O Quadro 19 identifica o número de utentes que iniciou tratamento em 2011. Não inclui os que iniciaram em 2010 e tiveram continuidade em 2011

Saúde Quadro 20 - Avaliação relativamente ao número de consultas e contactos de enfermagem realizados no CDP Maia

Ano	Nº de consultas e contatos
2011	645

Fonte: Unidade Saúde Pública Maia, janeiro 2012

Saúde Quadro 21 - Distribuição geográfica por área de residência permanente dos doentes do CDP Maia que iniciaram tratamento em 2011

Freguesia	Número de doentes ou casos índice
Águas Santas	5
Barca	1
Folgosa	1
Gueifães	3
Maia	3

Freguesia	Número de doentes ou casos índice
Milheirós	2
Moreira	7
Nogueira	1
Pedrouços	3
S. Pedro Fins	1
S.ta Maria do Avioso	1
Silva Escura	1
Vermoim	5

Fonte: Unidade Saúde Pública Maia, janeiro 2012

No Quadro acima identificado não estão incluídos doentes que iniciaram tratamento e que pertenciam a outros Municípios.

Saúde Quadro 22 - Distribuição dos doentes segundo classificação da tuberculose por localização

TUBERCULOSE PULMONAR					
Exclusivamente pulmonar	25 Casos	Tuberculose pulmonar associada a outra localização	3 Casos	Tuberculose pulmonar+urinária+articular Tuberculose miliar	1 caso 2 casos
Tuberculosa extra pulmonar					1 caso
Tuberculose ocular					1 caso
Tuberculose ganglionar					2 casos
Tuberculose pleural					2 casos
Tuberculose cutânea					1 caso
Tuberculose urinária					1 caso
Tuberculose tubo digestivo					1 caso

Fonte: Unidade Saúde Pública Maia, janeiro 2012

No Quadro 22, não estão incluídos os doentes que iniciaram tratamento em 2010 e tiveram continuidade em 2011.

Saúde Quadro 23 - Doentes que iniciaram tratamento em Toma Observação Direta (TOD) na unidade de saúde CDP da Maia no ano de 2011

Sexo	Idade	Classificação da tuberculose por localização	Classificação por tratamento	Número de consultas de enfermagem no ano de 2011	Data de início dos contatos
M	31	Tuberculose pulmonar	Caso novo	148	02-06-2011
M	38	Tuberculose pulmonar	Caso novo	180	20-04-2011
F	30	Tuberculose pulmonar	Caso novo	42	06-05-2011
M	21	Tuberculose pulmonar	Caso novo	8	14-11-2011
M	30	Tuberculose pulmonar	Caso novo	22	29-11-2012
M	19	Tuberculose pulmonar	Caso novo	92	17-08-2011
F	34	Tuberculose pulmonar	Caso novo	27	22-11-2011

Fonte: Unidade Saúde Pública Maia, janeiro 2012

No quadro acima não se incluiu as consultas de enfermagem a doentes que iniciaram o tratamento em 2010 e aos que tem autorização para levar medicação e fazer tratamento domiciliário.

SAÚDE MENTAL

A saúde mental (ou sanidade mental) é um termo usado para descrever um nível de qualidade de vida cognitiva ou emocional ou a ausência de uma doença mental. Na perspetiva da psicologia positiva ou do holismo, a saúde mental pode incluir a capacidade de um indivíduo apreciar a vida e procurar um equilíbrio entre as atividades e os esforços para atingir a resiliência psicológica.

A Organização Mundial de Saúde afirma que não existe definição "oficial" de saúde mental. Diferenças culturais, julgamentos subjetivos, e teorias relacionadas concorrentes afetam o modo como a "saúde mental" é definida¹¹.

Os problemas de saúde mental constituem atualmente a principal causa de incapacidade e é uma das mais importantes causas de morbidade nas nossas sociedades.

Prevê-se para o futuro um incremento significativo da prevalência de doenças psiquiátricas, e em particular de casos de demência, a que não é alheio o aumento da esperança de vida e consequente envelhecimento da população. Prevê-se igualmente um impacto crescente na sociedade portuguesa de problemas direta ou indiretamente relacionados com a saúde mental, como sejam os problemas de violência doméstica, o abuso de álcool e drogas ou a delinquência juvenil¹².

Pedopsiquiatria ou Psiquiatria da Infância e da Adolescência

A Psiquiatria da Infância e Adolescência é uma especialidade médica vocacionada para o atendimento de crianças e jovens com patologia do foro mental entre os 0 e os 18 anos.

O campo de intervenção desta especialidade é bastante vasto: dificuldades de aprendizagem, perturbações da linguagem (atraso, gaguez, mutismo), perturbações do desenvolvimento (autismo, S. Asperger), perturbações do comportamento (hiperatividade, défice de atenção, agressividade), perturbações do comportamento alimentar (anorexia nervosa, bulimia), perturbações do sono.

¹¹ PT.Wikipédia.org/Miki/Saúde_mental

¹² PT.Wikipédia.org/Miki/Saúde_mental

(insónia, pesadelos, terrores noturnos), encoprose ou enurese (dificuldades no controlo de esfíncteres), perturbações da ansiedade, perturbações do humor (depressão, doença bipolar), perturbações psicóticas (esquizofrenia), entre outras.

Saúde Quadro 24 - Indicadores relativos à Saúde Mental de Pedopsiquiatria entre 2005 e 2008
Número de consultas, por género, Município da Maia

Número de Pacientes por Género	Sexo Masculino		Sexo Feminino	
	Nº	%	Nº	%
Município da Maia	107	62,2	65	37,8

Fonte: Hospital São João, janeiro 2009

Como se pode verificar pela observação do quadro anterior, entre 2005 e 2008, recorreram à consulta de pedopsiquiatria 172 crianças e jovens. A sua distribuição segundo o género demonstra uma maior incidência do grupo masculino (62,2%).

Saúde Quadro 25 - Indicadores relativos à Saúde Mental de Pedopsiquiatria entre 2009 e 2011.
Número de consultas, por género e idade, do Município da Maia

Anos	Menos 1 Ano		1 a 4		5 a 9		10 Aos 14		15 aos 25		Sub-Total		Total
	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	
2009	0	0	3	49	78	249	142	283	119	103	342	684	1026
2010	0	5	24	60	137	232	230	336	162	193	553	826	1379
2011	0	5	24	64	159	182	191	342	82	111	456	704	1160
Total	10		224		1.037		1.524		770		1351	2214	3565

Fonte: Centro Hospitalar do Porto, janeiro de 2012

Como se pode verificar pela observação do quadro 25, entre 2009 e 2011, foram realizadas 3565 consultas de pedopsiquiatria, no Centro Hospitalar do Porto, a crianças e jovens. A sua distribuição segundo o género demonstra uma maior incidência do grupo masculino (62%).

Saúde Quadro 26 - Indicadores relativos à Saúde Mental de Pedopsiquiatria entre 2005 e 2008
Freguesias de origem dos Pacientes, Município da Maia

Freguesias de Origem	Sexo Masculino		Sexo Feminino	
	Nº	%	Nº	%
Águas Santas	32	29,9	22	33,9
Avioso Santa Maria	7	6,5	3	4,6
Barca	1	0,9	1	1,5
Gueifães	19	17,8	12	18,5
Maia	23	21,5	13	20,0
Milheirós	1	0,9	0	--
Moreira	22	20,6	14	21,5
Nogueira	1	0,9	0	--
Vermoim	1	0,9	0	--
Total	107	100	65	100

Fonte: Hospital São João, janeiro 2009

No Quadro 26 observa-se que a freguesia de origem dos utentes do sexo feminino é Águas Santas, representando mais de (33,9%)

Relativamente ao sexo masculino a situação é similar. A maioria dos utentes do sexo masculino tem como freguesia de origem Águas Santas (29,9%).

Maia, Moreira e Gueifães são freguesias com uma representatividade significativa, quer em termos do sexo feminino, quer em termos do sexo masculino. Com a freguesia de origem Maia surgem (21,5%) dos pacientes do sexo masculino e (20%) do sexo feminino. Moreira apresenta uma representatividade de (20,6%) para o sexo masculino e (21,5%) para o sexo feminino. Gueifães é a freguesia de origem para (17,8%) dos pacientes do sexo masculino e (18,5%) dos pacientes do sexo feminino.

Saúde Quadro 27 - Indicadores relativos à Saúde Mental de Pedopsiquiatria entre 2009 e 2011
 Freguesia de origem dos Pacientes, Município da Maia

Freguesias Origem	ANO 2009		ANO 2010		ANO 2011	
	F	M	F	M	F	M
Águas – Santas	92	171	137	206	109	168
Maia	136	82	204	99	173	98
Moreira	40	342	60	410	50	344
Nogueira	5	7	7	11	6	10
São Pedro Fins	4	12	11	17	9	14
Pedrouços	92	70	133	83	109	70
Vila Nova Telha	0	0	1	0	0	0

Fonte: Centro Hospitalar do Porto, janeiro de 2012

No Quadro 27 observa-se que, no Ano 2009 a freguesia de origem com maior número de internamentos foi a Maia, no Género feminino e Moreira no Género masculino. Nos restantes anos 2010 e 2011 as freguesias com maior número de internamentos continuam a ser Maia e Moreira.

Saúde Quadro 28 - Indicadores relativos à Saúde Mental de Pedopsiquiatria entre 2009 e 2011
 Número de Internamentos, por residência e género dos Pacientes, Município da Maia

Freguesias Origem	ANO 2009		ANO 2010		ANO 2011	
	F	M	F	M	F	M
Águas – Santas	2	1	0	1	0	0
Maia	3	0	0	0	1	0
Moreira	0	2	0	0	0	0
Nogueira	0	1	0	0	0	0
São Pedro Fins	1	0	0	0	0	0
Pedrouços	2	0	0	0	0	0
Vila Nova Telha	0	0	1	0	0	0
TOTAL	8	4	1	1	1	0

Fonte: Centro Hospitalar do Porto, janeiro de 2012

Relativamente ao Quadro 28 analisa-se que o ano 2009 foi o que teve maior número de internamentos (12) e quase na totalidade do género feminino e com origem na freguesia da Maia.

Saúde Quadro 29 - Indicadores relativos à Saúde Mental de Pedopsiquiatria entre 2009 e 2011

Número de Internamentos, por idade e género dos Pacientes, Município da Maia

Anos	Menos 1 Ano		1 A 4		5 A 9		10 A 14		15 A 25		TOTAL	
	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M
2009								1			1	1
2010						2					2	2
2011									1	1	1	2
Total					2		1		2			

Fonte: Centro Hospitalar do Porto, janeiro de 2012

Relativamente ao Quadro 29 analisa-se que o ano 2010 e 2011 foram os que tiveram maior número de internamentos (2 e 2 respetivamente), no entanto ao nível de idades diferiram, ou seja, em 2010 foi entre os 5 a 9 anos, enquanto em 2011 foi na faixa etária dos 15 aos 25 anos.

Saúde Quadro 30 - Indicadores relativos à Saúde Mental de Pedopsiquiatria entre 2005 e 2008

Patologias mais comuns

Patologias – CID – 10 ¹³
1º Transtorno misto da conduta e emoções ¹⁴
2º Transtornos emocionais com inicio especificamente na infância ¹⁵
3º Transtornos hipercinéticos ¹⁶

Fonte: Hospital de São João

¹³ A 10ª Revisão da Classificação Internacional de Doenças adotou a denominação "Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde" sendo, na prática conhecida por "CID-10".

¹⁴ Grupo de transtornos caracterizados pela presença de um comportamento agressivo ou provocador, associado a sinais patentes e marcantes de depressão, ansiedade ou de outros transtornos emocionais.

¹⁵ Grupo de transtornos que constituem uma exacerbção de manifestações normais do desenvolvimento, mais do que um fenómeno qualitativamente anormal por si próprio.

¹⁶ Grupo de transtornos caracterizados por início precoce (habitualmente durante os cinco primeiros anos de vida), falta de perseverança nas atividades que exigem um envolvimento cognitivo, e uma tendência a passar de uma atividade a outra sem acabar nenhuma, associadas a uma atividade global desorganizada. As relações das crianças hipercinéticas com os adultos são frequentemente marcadas por ausência de inibição social. São crianças pouco populares com as outras crianças e podem ter tendência a se isolar. Estes transtornos são frequentemente acompanhados de um deficit cognitivo e de um atraso específico do desenvolvimento da motricidade e da linguagem.

As patologias mais comuns dos pacientes que recorrem às consultas de pedopsiquiatria com base na classificação estatística Internacional de doenças e problemas relacionados com a saúde, formam entre 2005 e 2008, em 1º lugar o transtorno misto da conduta e emoções, em segundo lugar surgem os transtornos emocionais e em terceiros os transtornos hiperkinéticos.

A informação recolhida neste ponto é insuficiente e não traduz a realidade atual na medida em que outros serviços que trabalham a Pedopsiquiatria não disponibilizaram dados.

Saúde Quadro 30 A- Indicadores relativos à Saúde Mental de Adultos 2005 – 2008 Número de Internamentos, por género, Município da Maia

Número de Internamentos	Sexo Masculino		Sexo Feminino	
	Nº	%	Nº	%
Município da Maia	109	34,7	205	65,3

Fonte: Hospital de São João, janeiro 2009

Como se pode verificar pela observação do quadro anterior, entre 2005 e 2008, foram internados 314 pacientes devido a perturbações psiquiátricas. A sua distribuição segundo o género demonstra uma maior incidência no grupo feminino (65,3%).

Saúde Quadro 31 - Indicadores relativos à Saúde Mental Adultos 2005 – 2008 Número de Internamentos, por grupo etário, Município da Maia

Grupo Etário	Internamentos	
	Nº	%
13 - 19 Anos	12	3,8
20 - 29 Anos	50	16,0
30 - 39 Anos	72	22,9
40 - 49 Anos	76	24,2
50 - 59 Anos	44	14,0
60 - 69 Anos	30	9,6
70 - 79 Anos	24	7,6
80 - 89 Anos	5	1,6
> 90 Anos	1	0,3
Total	314	100

Fonte: Hospital de São João, janeiro de 2009

Como se pode verificar pela observação do quadro anterior, entre 2005 e 2008, foram internados 314 utentes. No que respeita ao grupo etário é perceptível que a incidência recaí em 2 escalões etários, designadamente nos que balizam as idades entre os 30 e os 39, com uma representatividade de 22,9% e na faixa etária dos 40 aos 49 anos, 24,2%.

Saúde Quadro 32 - Indicadores relativos à Saúde Mental de Adultos 2005 – 2008 Prevalência de Internamentos, Município da Maia

Prevalência de Internamentos	
1º Episódio Depressivo	
2º Esquizofrenia	
3º Perturbações mentais e do comportamento decorrentes do uso de álcool	
4º Reações ao stresse grave e perturbações de ajustamento	
5º Perturbação depressiva decorrente	
6º Perturbação específica da personalidade	

Fonte: Hospital de São João, janeiro 2009

A prevalência de internamentos com base na classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados com a saúde foram entre 2005 e 2008, em 1º lugar o episódio depressivo, em segundo lugar a esquizofrenia e em terceiro as perturbações mentais e do comportamento decorrentes do uso de álcool, no Município da Maia.

Saúde Quadro 33 - Indicadores relativos à Saúde Mental de Adultos 2005 – 2008 Número de Consultas, por género, Município da Maia

Número de Consultas por Sexo	Sexo Masculino		Sexo Feminino	
	Nº	%	Nº	%
Município da Maia	754	33,6	1492	66,4

Fonte: Hospital de São João, janeiro 2009

Pela observação do quadro anterior, entre 2005 e 2008, recorreram à consulta por perturbações mentais 2246 pacientes. A sua distribuição segundo o género demonstra uma maior incidência no grupo feminino (66,4%).

Saúde Quadro 34 - Indicadores relativos à Saúde Mental de Adultos 2005 – 2008 Número de Consultas, por grupo etário e sexo, Município da Maia

Grupo Etário	Sexo Masculino		Sexo Feminino	
	Nº	%	Nº	%
13 - 19 Anos	192	25,5	179	12,0
20 - 29 Anos	77	10,2	216	14,5
30 - 39 Anos	89	11,8	325	21,8
40 - 49 Anos	88	11,6	254	17,0
50 - 59 Anos	122	16,2	224	15,0
60 - 69 Anos	93	12,3	141	9,4
70 - 79 Anos	63	8,4	104	7,0
80 - 89 Anos	28	3,7	42	2,8
> 90 Anos	2	0,3	7	0,5
Total	754	100	1492	100

Fonte: Hospital de São João, janeiro 2009

No que respeita ao grupo etário e sexo dos pacientes que recorreram à consulta, é perceptível que a incidência recaiu, no que se refere ao sexo masculino, nos escalões etários dos 13 aos 19, com uma representatividade de 25,5% e dos 50 aos 59 anos, de 16,2%.

Já no que respeita ao sexo feminino, os escalões etários com maior representatividade são os dos 30 aos 39 anos (21,8%) e os dos 40 aos 49 anos, com 17%.

Nota: A informação recolhida neste ponto é insuficiente e não traduz a realidade atual na medida em que outros serviços que trabalham a Psiquiatria não disponibilizaram dados.

Toxicodependência

Os dados recolhidos relativamente a esta população específica não dão conta de todos os toxicodependentes residentes no Município, mas apenas aqueles que recorreram aos serviços do IDT.

A toxicodependência é um fenómeno em ascensão que tem marcado as sociedades nos últimos cinquenta anos. Resulta dos efeitos de uma substância sobre o organismo, provocadora de um consumo compulsivo, difícil de abandonar. As dependências físicas e psicológicas surgem normalmente associadas. A prevenção é a grande solução deste problema.

A primeira e melhor forma de prevenir é a troca de informação, ao nível familiar e escolar. São os pais que, melhor do que ninguém, conhecem os seus filhos e são os primeiros a poder ajudar. São várias as causas que podem precipitar a toxicodependência. A curiosidade e o gosto pelo risco, próprios da fase da adolescência e juventude, são duas delas. A influência dos amigos, que veem no consumo de drogas uma forma de afirmação social, é outra.

- O que é a dependência?

A dependência é uma utilização inadequada de uma droga por quem a consome. Existe a dependência física, que corresponde a uma adaptação inadequada do organismo à droga consumada regularmente. Quando esta falta, o organismo ressente-se de uma forma que provoca grande sofrimento no consumidor. Nem todas as drogas provocam este tipo de dependência. Existe outra forma de dependência que pode ser provocada por todas as drogas psicoativas e que é muito mais grave: a dependência psicológica. Associa-se geralmente a uma ilusão de poder e de controlo dos problemas e a uma negação da dependência.

Quando falamos de dependência não podemos esquecer a co dependência, ou seja, a dependência que algumas pessoas desenvolvem relativamente a um toxicodependente. Esta reação é compreensível em pessoas que se preocupam com os outros, em especial quando gostam muito deles, mas acaba por prejudicar a evolução do problema do toxicodependente. Além disso, os co dependentes tornam-se também pessoas com problemas que precisam de ajuda para recuperar¹⁷.

¹⁷ PT.Wikipédia.org/Miki/Saúde_mental

- O que são "drogas"?

Designam-se genericamente por "droga" todas as substâncias que podem modificar uma ou mais funções de um organismo vivo em que são introduzidos. As drogas que estão relacionadas com a toxicodependência são apenas uma parte do conjunto das drogas: são as drogas psicoativas, que se caracterizam pelo poder de modificar as funções do Sistemas Nervoso Central. Uma droga psicoativa é qualquer substância que altera o humor, a percepção do ambiente externo (tempo, local, etc.) ou interno (sonhos, alucinações, etc.). O uso destas substâncias pode originar sérios problemas, assim como precipitar comportamentos não desejáveis¹⁸.

Drogas Lícitas: álcool, benzodiazepinas e a nicotina, são as mais consumidas pelos Portugueses.

Drogas Ilícitas: Haxixe, Cocaína, Heroína e o éxtase, também são as mais consumidas em Portugal.

Remetendo para os resultados do estudo nacional realizado em 2007, O Relatório Anual do Instituto da Droga e da Toxicodependência (IDT) do mesmo ano revela que entre 2001 e 2007, apesar da subida das prevalências de consumo ao longo da vida a nível de várias substâncias ilícitas, se verificou uma descida generalizada das taxas de continuidade dos consumos.

Ainda segundo a mesma fonte, Portugal continua a situar-se entre os países com as menores prevalências de consumo de drogas, com exceção da heroína, em que o nosso país surge com as maiores prevalências.

A Delegação Regional do Norte do IDT, I.P. comprehende um Núcleo de Apoio Técnico (NAT) e um Núcleo de Apoio Geral (NAG). Dentro desta delegação podemos encontrar as seguintes Unidades de Intervenção Local:

- ▶ Centro de Respostas Integradas (CRI);
- ▶ Unidade de Desabituação (UD);
- ▶ Comunidade Terapêutica (CT);
- ▶ Unidade de Alcoologia (UA).

Na sequência do processo de mudança organizacional e funcional do IDT,I.P. os antigos Centros de Apoio a Toxicodependentes (CAT) DO Distrito do Porto foram substituídos por Centros de Respostas Integradas, havendo atualmente três destes centros em funcionamento no distrito:

- ▶ CRI Porto Central (inclui as equipas técnicas de Cedofeita, V.N. Gaia e Santa Maria Feira);
- ▶ CRI Porto Ocidental (inclui as equipas técnicas Ocidental e Matosinhos);
- ▶ CRI Porto Oriental (inclui as equipas técnicas Oriental, de Gondomar e Freamunde)

¹⁸ PT.Wikipédia.org/Miki/Saúde_mental

Esta nova organização do IDT,I.P. corresponde a uma nova filosofia de ação que subjaz ao PORI (Plano Operacional Respostas Integradas) e que visa potenciar as sinergias disponíveis no território, através da implementação de Programas de Respostas Integradas (PRI).

- Indicadores Toxicodependência

Saúde Quadro 35 - Utentes Ativos do Município da Maia nos Centros de Respostas Integradas (CRI) segundo o Género em 2011

Sexo	Número	%
Masculino	368	78,30%
Feminino	102	21,7%
Total	470	100

Fonte: Delegação Regional do Norte – IDT

Com base no quadro 35 verifica-se que os utentes ativos nos Centros de Respostas Integradas são maioritariamente do sexo masculino, 78,3%, enquanto os utentes do sexo feminino representam 21,7%.

Saúde Quadro 36 - Utentes do Município da Maia Ativos nos Centros de Respostas Integradas (CRI) por Nível de Escolaridade em 2011

Nível de Escolaridade	Número	%
1º Ciclo Ensino Básico	115	24,52%
2º Ciclo Ensino Básico	154	32,84%
3º Ciclo Ensino Básico	91	19,40%
Secundário	43	9,17%
Grau Universitário	15	3,20%

Nível de Escolaridade	Número	%
Frequência Universitária	4	0,85%
Sem Escolaridade	16	3,41%
Sem Escolaridade mas sabe ler e escrever	2	0,43%
Desconhecido	29	6,18%
Total	469	100

Fonte: Delegação Regional do Norte - IDT

No que diz respeito ao nível de escolaridade, verifica-se no quadro 36 que o maior número de utentes inscritos possui o 2º Ciclo do Ensino Básico (154) e o 1º ciclo do ensino básico (115).

Saúde Quadro 37 - Utentes do Município da Maia Ativos nos Centros de Respostas Integradas (CRI) segundo a Situação Profissional em 2011

Situação Profissional	Número	%
Desconhecido	80	17,06%
Desocupado há menos de um ano	31	6,61%
Desocupado há um ano ou mais	137	29,21%
Estudante / Formação Profissional	74	15,78%
Outra Situação	13	2,77%
Reformado/Pensão Social p/ Idade	7	1,49%
Reformado/Pensão Social p/ Invalidez	1	0,21%
Trabalho estável/regular	115	24,52%
Trabalho ocasional	11	2,35%
Total	469	100%

Fonte: Delegação Regional do Norte - IDT

Em relação à situação profissional constata-se com base no quadro 37, que 29,21% dos utentes ativos em 2011 se encontram em situação de desemprego ou à procura de emprego há mais de um ano, e que apenas 24,52% têm emprego.

Saúde Quadro 38 - Caracterização dos Utentes Ativos do Município da Maia, segundo o tipo de inscrição nos Centros de Respostas Integradas (CRI) em 2011

Tipo de Inscrição	Número	%
Consulta de cessação tabágica	2	0,43%
Consumo de outras substâncias psicoativas	290	61,7%
Criança/Jovem em risco	71	15,11%
Família	8	1,7%
Outra Patologia aditiva	1	0,21%
Outra situação	7	1,49%
Parente	30	6,38%
Problemas ligados ao álcool	61	12,98%
Total	470	100%

Fonte: Delegação Regional do Norte - IDT

Verifica-se através do quadro 38, que os utentes admitidos por consumo de outras substâncias psicoativas apresentam um valor superior (61,70%) aos outros tipos de inscrição. De salientar que o número imediatamente a seguir refere-se a Crianças/Jovens em risco com 15,11%, sendo os problemas ligados ao álcool o 3º tipo de inscrição, representando 12,98%.

Saúde Quadro 39 - Caracterização dos Utentes Novos do Município da Maia, segundo a Equipa de Tratamento em 2011

Equipas de Tratamento	Número
E T Cedofeita	3
E T Gaia	1
E T Gondomar	1
E T Matosinhos	22
E T Porto Ocidental	11
E T Porto Oriental	11
PIAC	48
U A Norte (Equipa)	18
Total	115

Fonte: Delegação Regional do Norte - IDT

Verifica-se, através do quadro 39, que o número de novos utentes admitidos nestas equipas provenientes do Município da Maia, se encontra distribuído pela Área Metropolitana do Grande Porto.

Saúde Quadro 40 - Utentes Admitidos na Unidade Álcool Porto – Dr. José Barrias, IDT, IP, do Município da Maia em 2007 e 2008.

Utentes Admitidos em Consulta de Alcoologia	
Feminino	394
Masculino	946
Total	1340

Fonte: Unidade Álcool Porto

Verifica-se, através do Quadro 40, que o número de utentes admitidos nestas equipas provenientes do Município da Maia, são maioritariamente do sexo masculino (70,60%).

Saúde Quadro 41 - Distribuição de Consultas em Alcoologia segundo a Freguesia de residência e o Sexo dos utentes

Freguesia	Feminino	Masculino	Total
Águas - Santas	33	133	166
Barca	23	9	32
Folgosa	8	29	37
Gemunde	0	84	84
Gondim	2	12	14
Gueifães	102	73	175
Maia	73	133	206
Milheirós	19	29	48
Moreira	3	102	105
Nogueira	4	23	27
Avioso - Santa Maria	3	21	24
Avioso - São Pedro	25	36	61
São Pedro Fins	0	4	4
Silva - Escura	0	21	21
Vermoim	14	75	89
Vila Nova Telha	13	32	45
Pedrouços	72	128	200

Fonte: Unidade Álcool Porto 2010

Verifica-se pelo quadro anterior que o maior número de utentes em consulta externa de alcoologia é proveniente da Freguesia da Maia, com 206 utentes, logo seguido da freguesia de Pedrouços com 200 utentes. Também as freguesias de Gueifães, Águas Santas e Moreira apresentam números significativos, superiores a 100.

Saúde Quadro 42 - Número de utentes identificados com problemas de álcool no ACES Maia

Freguesias	Nº Utentes
CS Maia (Sede)	9
Ext. Milheirós	24
Ext. Nogueira	22
USF Odisseia	56
USF Lidor	58

Freguesias	Nº Utentes
USF Pirâmides	24
Usf Saúde em família	58
USF Alto da Maia	56
USF Pedras Rubras	26
USF Viver Mais	67
USF Iris	51
Total	451

Fonte: Aces da Maia, dezembro 2010

- Entidades Solidárias na Maia Ligadas à Toxicodependência

A Norte Vida – Associação para a Promoção da Saúde, é uma Instituição Privada de Solidariedade Social criada em 1991 por iniciativa do Governador Civil do Porto e do Núcleo Distrital do Projecto Vida. Os fundadores definiram para esta instituição os seguintes objetivos genéricos:

- ▶ Apoio a jovens, à família e ao desenvolvimento comunitário;
- ▶ A promoção da saúde, designadamente através do desenvolvimento de projetos e da criação de serviços de prevenção, tratamento e reinserção social de pessoas toxicodependentes;
- ▶ A Educação e a formação profissional dos cidadãos.

A COMUNIDADE TERAPÊUTICA DO MEILÃO, situada no Município da Maia, foi criada em 1999 e surge com o propósito de oferecer uma resposta especializada, onde se procura ajudar pessoas com problemas de toxicodependência a reaprender a viver sem drogas, reencontrar a alegria, o interesse e o prazer de viver. Destina-se a casos que impliquem cortes radicais e prolongados com o meio habitual do toxicodependente. É desenvolvido com o residente um trabalho intenso a nível individual e coletivo, aspirando a uma melhor compreensão da dinâmica subjacente a cada caso e a uma progressiva e maior capacidade de integração no grupo e na sociedade. O resultado desejável é uma completa reintegração na vida social e não um mero refúgio num ambiente protegido.

Entidade	Freguesia	Resposta	Nº. Utentes
Comunidade Terapêutica do Meilão	Águas Santas	Centro de Recuperação de Toxicodependentes	18

PROGRAMAS EM DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DA MAIA NO ÂMBITO DA TOXICODEPENDÊNCIA

Programa Operacional Respostas Integradas

O Plano Operacional de Respostas Integradas (PORI) surge enquanto medida estruturante ao nível da intervenção integrada no âmbito das áreas de missão do Instituto da Drogas e Toxicodependência (IDT), Prevenção, Dissuasão, Redução de Riscos e Minimização de Danos, Tratamento e Reinserção, procurando potenciar as sinergias disponíveis nos territórios, com o objetivo de reduzir o consumo de substâncias psicoativas.

O PORI privilegia a existência de diagnósticos rigorosos que fundamentem e justifiquem a necessidade de intervenção num território. A operacionalização é efetivada por via de Programas Respostas Integradas (PRI) a implementar em cada território. O PRI é um programa de intervenção específico que integra respostas interdisciplinares e multisectoriais, com alguns ou todos os eixos (prevenção, tratamento, redução de riscos e minimização de danos e reinserção) e que decorre dos resultados do diagnóstico do território identificado como prioritário.

Em Julho de 2007, foram aprovados pelo IDT, I.P. dois territórios considerados prioritários para o Município da Maia:

- ▶ O Território da **Vila do Castêlo** (Gemunde – Bajouca, Avioso- Santa Maria – PER Souto de Cima; Avioso – São Pedro – ISMAI, Estação do Metro e Ciclop, Gondim - Porto Bom).
- ▶ O Território do **Bairro do Sobreiro** (Vermoim – Bairro Sobreiro; Maia – Cemitério, Escolas EB2,3 e Secundária; Gueifães – Cooperativa Coopermaia; Nogueira – Lugar do Rio; Barca - Monte Santa Cruz).

Em Dezembro 2008, teve início no Município da Maia o “Projeto Inserir” aprovado e financiado pelo IDT, I.P. para responder às áreas consideradas lacunares e prioritárias no Território Bairro Sobreiro, contemplando três áreas/eixos:

- ▶ Eixo da Prevenção (promovido pela Santa Casa Misericórdia da Maia);
- ▶ Eixo da Redução de Riscos e Minimização de Danos (promovido pela Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação da Maia);
- ▶ Eixo da Reinserção (promovido pela Santa Casa Misericórdia da Maia).

Projeto "Inserir"

A primeira fase de implantação do Projeto Inserir decorreu entre 01/01/2009 e 31/12/2010, abrangendo as áreas lacunares da Prevenção e da Reinserção.

Tendo surgido como resposta aos problemas relacionados com comportamentos de risco e com consumos de substâncias psicoativas nas freguesias de Barca, Gueifães, Maia, Nogueira e Vermoim, foram, contudo, acompanhados até ao final de 2010 alguns utentes que não pertenciam ao território de intervenção, residentes, nomeadamente, nas freguesias de Vila Nova da Telha, Gemunde, Moreira da Maia, Águas Santas, Silva Escura e Vila do Castelo da Maia.

A população alvo caracterizada por inúmeros problemas a nível social, económico e de saúde, com baixo investimento e baixas expectativas no campo académico e laboral, apresenta características que fomentam os comportamentos de consumo de substâncias ilícitas. Através do Projeto, foi trabalhada a parte da prevenção de consumos mediante um trabalho de proximidade junto das escolas do território (EB23 de Nogueira, EB23 da Maia, EB23 de Gueifães) e junto da população local. A implementação dos Programas implicou a formação prévia dos professores e supervisão da aplicação¹⁹.

Projeto "Inserir - R"

A nível da reinserção foi criada uma plataforma para aprender a "lidar" com as dificuldades de acesso à recuperação de competências pessoais, à promoção da autonomia, à satisfação das necessidades básicas, e ao tratamento, garantindo, inovadoramente, uma estrutura de apoio de acompanhamento a nível psicossocial de incentivo à mudança.

Ao longo dos primeiros 18 meses de intervenção, foi feito o acompanhamento de 75 utentes e de 5 familiares de utentes. Do total de indivíduos em acompanhamento, 68 foram do género masculino e 12 do género feminino. As idades variaram entre os 20 e os 60 anos, sendo na sua maioria da faixa etária superior aos 40 anos (32 utentes), seguidos da faixa etária entre os 30 a 34 anos (23 utentes). Foram, ainda, acompanhados 12 utentes com idade entre os 35 a 39 anos, 8 utentes com idade entre os 20 e 24 anos, 4 utentes com idade entre os 25 e os 29 anos e 1 utente com idade entre os 15 e os 19 anos.

¹⁹ Dados cedidos pela Santa Casa Misericórdia da Maia

No que concerne à promoção da alfabetização foram acompanhados 26 utentes, tendo, ainda, 39 utentes usufruído de orientação vocacional e 17 utentes de treino de competências 20.

Projeto de Continuidade, início em 01/01/11.

Em Janeiro de 2011, os objetivos e as ações foram objeto de reformulação decorrente dos resultados obtidos no período inicial e do conhecimento adquirido das necessidades a colmatar no âmbito de um processo de reinserção.

A contratualização de um plano de inserção individual, a satisfação das necessidades básicas, o desenvolvimento de competências pessoais, sociais, académicas e profissionais, o envolvimento da rede de suporte familiar, a promoção da diminuição da desocupação, a articulação interinstitucional (saúde, educação, habitação, formação profissional, etc.), a promoção da criação de uma Comunidade de Inserção, a sensibilização de entidades empregadoras, a promoção das competências (pré) profissionais, a promoção da inserção profissional dos utentes e a criação de uma Empresa de Inserção²¹, passaram a constituir os principais objetivos deste projeto.

Num primeiro momento da continuidade do Projeto "Inserir", em inícios de 2011, foi feito um acompanhamento de proximidade, através de um follow-up de casos e, no caso dos indivíduos que estavam afastados do projeto, de novo foi feita a sua (re) entrada. Entretanto, novos utentes encaminhados por outros técnicos, deram entrada no Projeto de forma a ser possível estabelecer acompanhamento individual e psicossocial, quer através do encaminhamento e tratamento da toxicodependência nos Centros de Respostas Integradas do IDT, quer através da satisfação das necessidades básicas.

Através do Projeto, são agilizadas respostas cujo eixo direutivo é a Reinserção Social e a promoção/inclusão destes consumidores, mediante a contratualização de um plano individual de inserção e do desenvolvimento de ações que concorram para alcançar os seus objetivos.

O âmbito de ações de intervenção abertas aos utentes do projeto, bem como a todos os utentes do Centro Comunitário, é alargado e congrega-se no denominado Serviço de Apoio à Comunidade:

- ▶ Cantina Comunitária, balneário e lavandaria (onde são facilitados acessos a cuidados básicos de higiene pessoal e tratamento de roupa), Apoio Psicossocial, Gabinete de Inserção Profissional (GIP), Animação Sociocultural através da equipa de futsal " Holly Team"

²⁰ Dados cedidos pela Santa Casa Misericórdia da Maia

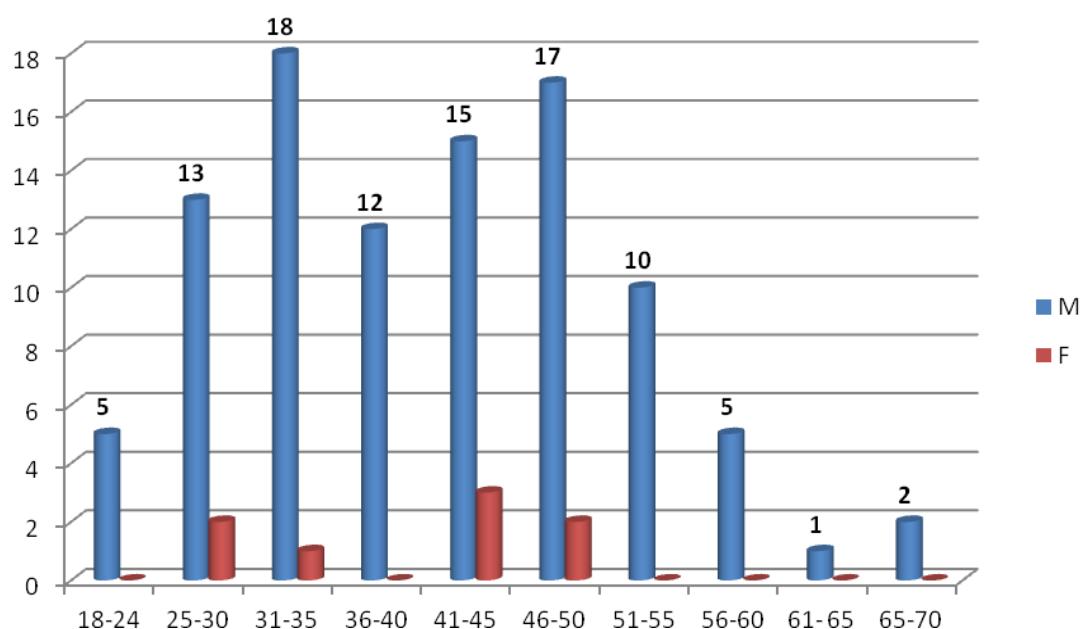
²¹ Dados cedidos pela Santa Casa Misericórdia da Maia

(participante na Liga para a Inclusão Social), do grupo coral “Cor da Voz”, das atividades lúdico-pedagógicas, (aulas de informática, iniciação à Língua Gestual, Expressão Plástica, Oficina de Percussões, Biblioteca Multimédia) e Ação Social.

Neste âmbito, são agilizados esforços no sentido de dar respostas às solicitações e necessidades prementes, (caso de apoio para medicação, cabazes de alimentos em situações de carência e grande vulnerabilidade socioeconómica), suprindo outras lacunas que se fazem sentir e articulando com as diversas Instituições da Rede Solidária da Maia.

Partimos assim, do pressuposto que a Reinserção é algo transversal, que atua nas diferentes áreas da vida social, reunindo condições de intervenção adequadas à interrupção dos ciclos reprodutores da pobreza, fomentando assim, a Inclusão Social²².

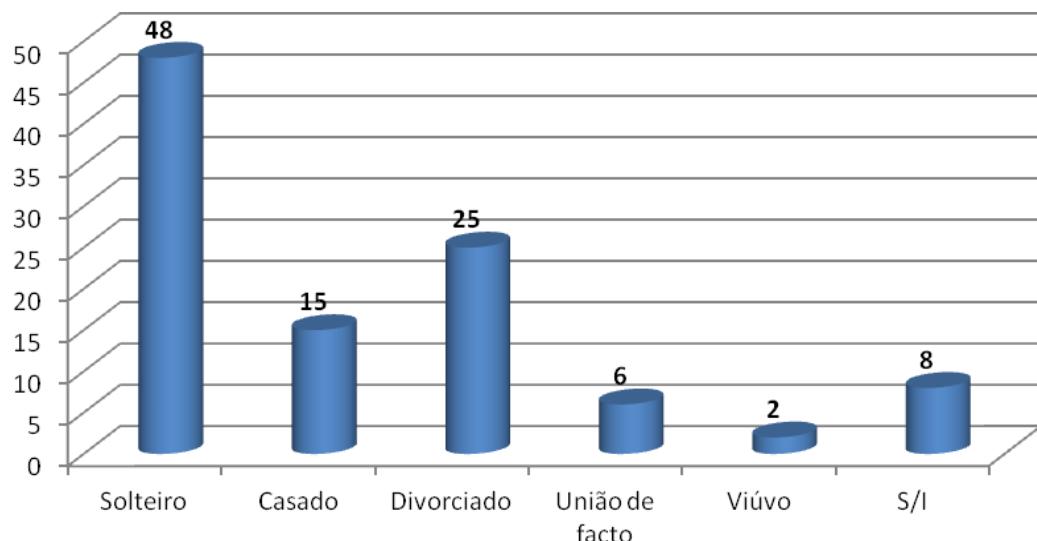
Saúde Gráfico 2 – Número de Utentes do Projeto Inserir por Sexo e Idade



Fonte: Santa Casa Misericórdia da Maia

No Gráfico acima verifica-se a predominância do sexo masculino, com maior prevalência do grupo etário dos 31 aos 35 anos e dos 46 aos 50 anos.

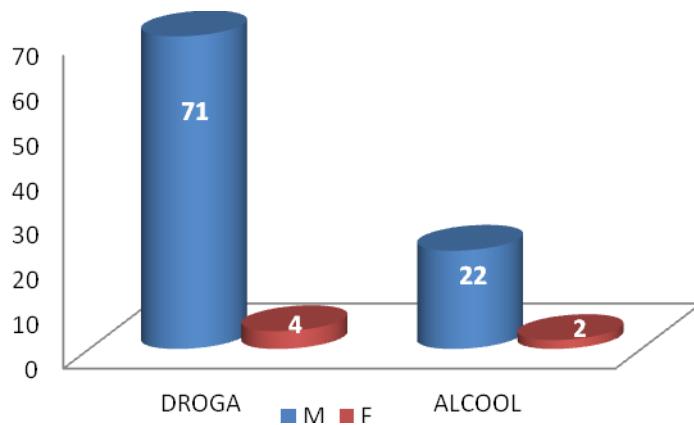
Saúde Gráfico 3 – Representação do número de utentes segundo o estado civil



Fonte: Santa Casa Misericórdia da Maia

Da análise do gráfico 3 verifica-se que a maior parte dos utentes são solteiros (48), seguindo-se os divorciados com 25 utentes e os casados ou em união de facto com 21 utentes. De referir que relativamente a 8 utentes não existe informação.

Saúde Gráfico 4 – Representação do número de utentes, segundo o tipo de consumos (substâncias psicoativas; drogas lícitas e ilícitas)



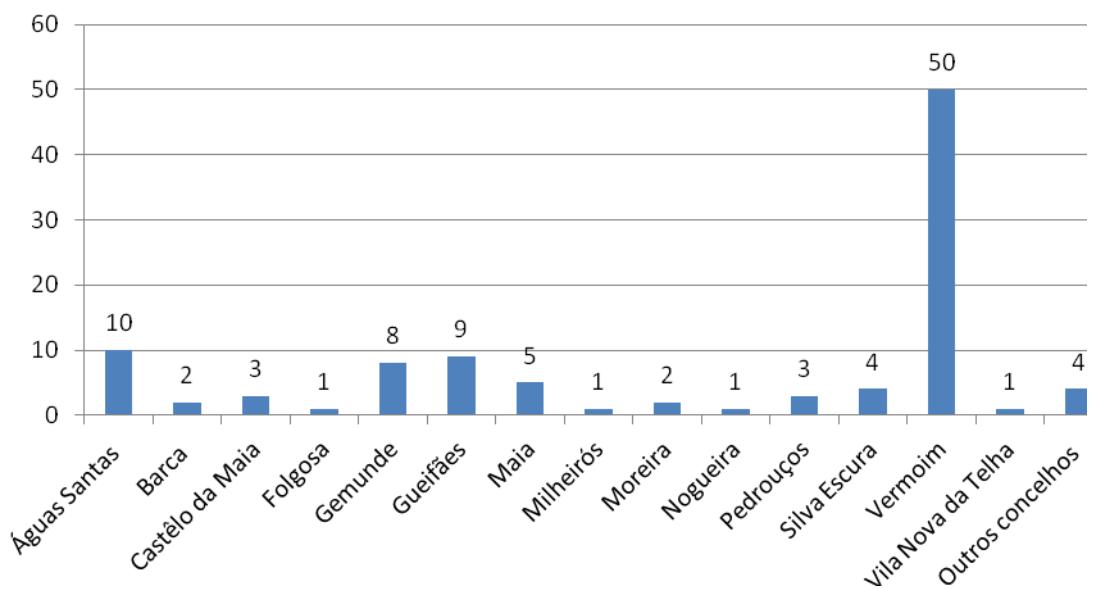
Fonte: Santa Casa Misericórdia da Maia

²² Dados cedidos pela Santa Casa Misericórdia da Maia

Como evidencia o Gráfico 4, os utentes consumidores de substâncias psicoativas inscritos no Projeto prevalecem em maior número, comparativamente com os utentes com consumos problemáticos de álcool.

Através da articulação com os Centros de Respostas Integradas, os utentes são reencaminhados para consulta com as equipas terapêuticas (caso de utentes ainda não “acolhidos” pelos CRI’S, ou de sem-abrigo com necessidades específicas que solicitam ajuda ao Centro Comunitário²³.

Saúde Gráfico 5 – Representações do número de utentes por freguesias



Fonte: Santa Casa Misericórdia da Maia

Como se verifica no gráfico, Vermoim é a freguesia com maior número de utentes inscritos no Projeto, com um total de 50 utentes, seguido de Águas Santas com 10 utentes, Gueifães com 9 e Gemunde com 8.

Embora o total de utentes inscritos seja de 104, durante o primeiro semestre do corrente ano, só foi possível fazer o acompanhamento e respetiva monitorização de 97 utentes, sendo que 3 dos restantes utentes pertencem a outras freguesias fora do Município da Maia, nomeadamente; Santa Maria da Feira, S. Mamede Infesta e Valongo²⁴.

²³ Dados cedidos pela Santa Casa Misericórdia da Maia

²⁴ Dados cedidos pela Santa Casa Misericórdia da Maia

Projeto “Despertar”

No âmbito do projeto “Despertar” foi criada uma “Equipa de Rua”, que desenvolveu o seu trabalho de Fevereiro de 2009 a Fevereiro de 2011. Foi implementada uma rede de cuidados sócio sanitários globais e integrados que contribuíram diariamente para a melhoria da qualidade de vida dos consumidores de substâncias psicoativas.

Desde a sua implementação, o Projeto integrou num conjunto global de respostas à toxicodependência e VIH/SIDA no Município da Maia, realizadas em articulação com a Câmara Municipal da Maia, o IDT,I.P., o Instituto da Segurança Social, o ACES, os Agrupamentos de escolas, a Santa Casa da Misericórdia da Maia e a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens²⁵.

Os objetivos gerais eram os seguintes:

- ▶ Contribuir para a Redução de Danos na População Consumidora;
- ▶ Proporcionar cuidados de saúde à população alvo;
- ▶ Promover Redes Sociais junto da população alvo;
- ▶ Contribuir para a integração dos utentes na sociedade / comunidade;
- ▶ Contribuir para a Redução de Riscos da comunidade Maiata.

Os objetivos específicos da equipa eram os seguintes:

- ▶ Promover a troca de material asséptico de consumo aos consumidores de substâncias psicoativas a 100% dos utentes que o solicitem;
- ▶ Promover a recolha de material de consumo usado no Município da Maia uma vez por mês;
- ▶ Promover o encaminhamento para os serviços de saúde a 70% dos utentes do projeto;
- ▶ Promover o encaminhamento/acompanhamento ao rastreio clínico a todos os utentes que o solicitem ou preencham critérios para tal;
- ▶ Garantir condições de vacinação a 80% dos utentes identificados com essa necessidade;
- ▶ Garantir cuidados de enfermagem ou encaminhamento a 100% dos utentes identificados com essa necessidade;
- ▶ Fornecer snacks diários a todos os utentes que o solicitem;
- ▶ Fornecer roupa, calçado e cobertores aos utentes identificados com essa necessidade;
- ▶ Fornecer produtos de higiene a todos os utentes que o solicitem ou preencham critérios para tal;
- ▶ Garantir o rastreio do VIH pelo programa de ADR a 100% dos utentes com indicação clínica;
- ▶ Organizar e gerir o Programa de Substituição de Baixo Limiar a todos os utentes com indicação clínica;

²⁵ Dados cedidos pela Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação da Maia

- ▶ Fornecer informação a todos os utentes relativamente às doenças do foro infecioso através de material e/ou atividades apropriadas para o efeito;
- ▶ Promover educação para a saúde sobre práticas sexuais de menor risco a 80% dos utentes do Projeto;
- ▶ Garantir a distribuição de preservativos a todos os utentes que o solicitem.

População Alvo:

A população alvo incluiu consumidores de drogas ilícitas, como heroína, cocaína ou haxixe, consumidores de drogas lícitas como o álcool, os sem-abrigo e Prostitutas.

Esta rede de cuidados e estes objetivos específicos agruparam-se e efetivaram-se nas seguintes estratégias de intervenção:

- ▶ Troca/Distribuição de material asséptico de consumo fumado e endovenoso, tarefa considerada prioritária na resposta dada pela equipa e que abrangeu 70 utentes;
- ▶ Cuidados de saúde, traduzidos pela vacinação, rastreio de doenças infeciosas, cuidados de enfermagem, terapêutica medicamentosa e consultas de enfermagem.

Nesta vertente, o projeto ao longo do seu funcionamento prestou cuidados de saúde a cerca de 181 consumidores, dos quais 64 foram encaminhados para vacinação, 30 rastreados sob o ponto de vista das doenças infeciosas, 43 foram alvo de cuidados de enfermagem e 65 alvo de terapêutica medicamentosa. É de salientar a boa articulação com o CRI Porto Ocidental, que para além dos cuidados médicos articulou com a equipa no âmbito da gestão do PSOBLE (Programa Substituição Opiáceos Baixo Limiar) a 55 utentes ao longo dos dois anos.

Também no que respeita a apoio psicossocial, foram alvo de intervenção 181 indivíduos, tendo sido realizados cerca de 1361 atendimentos psicossociais.

No campo da informação e sensibilização, para além de informação presencial de educação para a saúde, foi providenciada a distribuição de diverso material informativo. Tal distribuição de informação documental e informativa, de acordo com os relatórios mensais, foi substancialmente expressiva, tendo sido distribuídos 649 pequenos manuais R.R.M.D. e 1141 de outros materiais informativos. Realizaram-se ainda, 36 ações de informação e sensibilização.

Englobado na intervenção da equipa foi implementado um Programa de Substituição Opiácea de Baixo Limiar, transversal a todos os objetivos, deu resposta a uma média de 40 utentes por mês. Este programa respondeu a um grupo de utentes que, pelas suas características de desinserção social e degradação física, não teriam resposta de outra forma.

Numa análise global, esta equipa prestou cuidados sócio sanitários a 191 utentes, 80% dos quais consumidores de heroína e cocaína, sendo os restantes consumidores de álcool, haxixe e benzodiazepinas. Tratava-se de uma população maioritariamente masculina, com idades compreendidas entre os 22 e os 56 anos de idade, com habilitações literárias inferiores ao nível do ensino básico e em situação profissional de desemprego ou com empregos precários. Com estes resultados a taxa de sucesso foi de 250%, visto que o objetivo inicial era abranger 74 utentes.

Encaminhamentos:

Constituindo um objetivo de suma importância para a melhoria de qualidade de vida, concretizado no encaminhamento para Hospitais, Centros de Saúde, Centros de Diagnóstico Pneumológico, Gabinetes de Apoio Social, Unidades de Tratamento do IDT, Unidades de Desabituação, Comunidades Terapêuticas, Segurança Social e Estruturas Sociais da comunidade, foram nesta vertente, encaminhados para as mais diversas estruturas 83 consumidores, dos quais 8 utentes para o Hospital, 7 utentes para consultas de infeciólogia, 20 utentes para Centros de Saúde, para Centros de Diagnóstico Pneumológico 25 utentes, 15 utentes para Gabinetes de Apoio, 94 utentes para Unidades de Tratamento, 2 utentes para Unidades de Desabituação, 2 utentes para Comunidade Terapêutica, 29 utentes para a Segurança Social, 33 para o Centro Comunitário do Bairro do Sobreiro, 10 utentes para o Projeto "Inserir R", 22 utentes para exames médicos, para o Tribunal 4 utentes, para o IEFP 12 utentes e para o Alojamento Temporário 2 utentes.

Horário Funcionamento:

O horário de funcionamento da equipa foi diário, durante 365 dias por ano, com a carga diária de 7 horas durante o período de financiamento complementar do IDT, I.P. passando a 4 horas diárias desde o mês de Fevereiro de 2011, altura da cessação do financiamento.

As 4 horas diárias permitem à equipa assegurar somente os serviços mínimos (administração de metadona, troca de material e alguns encaminhamentos) pelo que será imperioso para a satisfação das necessidades dos utentes e, consequentemente, para a qualidade da intervenção da equipa que esta volte a funcionar como anteriormente.

PROGRAMAS DE SAÚDE DESENVOLVIDOS NO ACES GRANDE PORTO IV MAIA

Programa de Saúde Materna

A redução da morbilidade e mortalidade materna e perinatal, depende essencialmente dos cuidados de saúde prestados á grávida e ao recém-nascido.

População Alvo: estima-se 440 grávidas

Saúde Quadro 43 - Indicadores Saúde Materna

Indicadores de execução	2009	2010
Taxa cobertura Saúde Materna	71%	72%
% Grávidas c/ 1 ^a . Consulta 1º. Trimestre	91,7%	91,7%
% Grávidas c/ 1 ^a . Consulta 3º. Trimestre	2,5%	2%
Nº. Médio consultas grávidas	5,5	5,5
% Grávidas com revisão puerpério	50%	51%

Fonte: Sistema Informação ARS Norte, janeiro 2011

As mulheres em vigilância na consulta de Planeamento Familiar são sensibilizadas para a consulta Pré-Concepcional e a recorrer o mais precocemente possível perante suspeita de gravidez.

Após confirmação da mesma, passam a ser vigiadas com a seguinte periodicidade: 1^a consulta o mais precocemente possível e depois mensalmente, com referenciação para consulta de termo às 37 semanas, conforme protocolado em sede de Unidade Coordenadora Funcional.

No entanto, com base nos dados do quadro anterior, é significativamente baixa a percentagem de mulheres que realiza a revisão de puerpério.

Objetivos Gerais:

- ▶ Redução da morbilidade e mortalidade materna e perinatal;
- ▶ Avaliação do bem-estar materno e fetal, através de parâmetros clínicos e laboratoriais criteriosos;
- ▶ Detecção precoce de fatores de risco, que possam afetar a evolução da gravidez e o bem-estar do feto;
- ▶ Promoção da Educação para a Saúde.

Objetivos Específicos para 2010

- ▶ Atingir uma taxa de cobertura em Saúde Materna de 70%;
- ▶ Realizar a primeira consulta antes das doze semanas de gravidez a 90% das grávidas;
- ▶ Manter ou diminuir a percentagem de grávidas observadas no último trimestre;
- ▶ Efetuar a revisão de puerpério²⁶, a 51% de grávidas vigiadas no ACES Grande oito IV Maia.

Interrupção voluntária da gravidez

Em cumprimento da Lei 16/2007 de 17 de Abril e da Portaria nº 741-A/2007 de 21 junho, foi estabelecido Protocolo entre o Centro de Saúde da Maia e Águas Santas e Hospital de S. João, no âmbito da Unidade Coordenadora Funcional.

A Lei 16/2007 alterou o artigo 142 do Código Penal, no sentido de passar a não ser punível a interrupção da gravidez, realizada por opção da mulher nas primeiras dez semanas de gravidez, vindo a Portaria nº 741-A/2007 regulamentar a supracitada lei.

Programa de Saúde Reprodutiva

Objetivos Gerais:

- ▶ Melhoria da Saúde e do bem-estar da Família;
- ▶ Preparação para uma maternidade e paternidade responsáveis;
- ▶ Redução da morbilidade e mortalidade materna, perinatal e infantil.

²⁶ O período logo após o parto chama-se puerpério, também conhecido como pós-parto.

Objetivos Específicos:

- ▶ Aumentar a taxa de cobertura em Planeamento Familiar para 23%;
- ▶ Aumentar para 40% a percentagem de mulheres dos 15 aos 49 anos abrangidas pela consulta de enfermagem;
- ▶ Assegurar um número médio de consultas conforme o preconizado nas Orientações Técnicas.

População Alvo: Mulheres entre os 15 e 49 anos de idade

Saúde Quadro 44- Indicadores da Saúde Reprodutiva

Indicadores de Execução	2009	2010
Taxa cobertura em Planeamento Familiar	23,5%	24%
Nº. Médio consultas em P.F.	1,1	1,1

Fonte: Sistema Informação ARS Norte, janeiro2011

As Unidades de Saúde Familiar possuem atividades de Planeamento Familiar, integradas na consulta de medicina familiar. A uma maior oferta de cuidados deveria corresponder uma maior procura.

No entanto, esta procura não é, ainda, suficiente.

É de notar que das mulheres entre os 15 e os 44 anos (idade fértil), inscritas no ACES, apenas 23,5% recorreram às consultas de planeamento familiar, em 2009.

No ano de 2010, o número de mulheres entre os 15 e os 44 anos, que recorreu ao planeamento familiar aumentou em meio ponto percentual.

O número médio de consultas em planeamento familiar foi de 1,1%, nos dois anos em análise.

Contraceção de emergência

É um recurso importante para a mulher que não deseja engravidar devido a uma relação sexual não protegida ou a um acidente contraceptivo, devendo ser facultada a todas as mulheres que procurem a Equipa de Saúde.

Aos adolescentes é marcada uma consulta de Planeamento Familiar.

Avaliação

Durante o ano de 2008, foram identificadas 2 situações, de contraceção de emergência, na Unidade de Saúde de Águas Santas e 15 na Unidade da Maia.

Centro de Atendimento a Jovens

Considerando que

- ▶ Os adolescentes constituem alvo prioritário das atividades de Planeamento Familiar, devendo ser implementadas medidas de forma a atrair e fixar este grupo etário, nomeadamente através de horários flexíveis de atendimento desburocratizado;
- ▶ Entre as ações de Planeamento Familiar a implementar, encontra-se nas sociedades ocidentais a prevenção da gravidez e aborto nas adolescentes e a sua integração equilibrada na sociedade;
- ▶ Os Centros de Atendimento a Jovens contribuem para uma diminuição do número de gravidezes e abortos na adolescência, de doenças de transmissão sexual e suas consequências.

Estabeleceu-se uma parceria com uma Instituição da Rede Solidária (Socialis) local para o desenvolvimento deste projeto.

Objetivos:

- ▶ Preparar os jovens para uma vivência correta da sexualidade;
- ▶ Prevenir doenças sexualmente transmissíveis, gravidezes indesejadas e riscos associados
- ▶ Canalizar a participação dos diferentes recursos da comunidade na promoção da saúde dos adolescentes e ainda facilitar aos jovens o acesso aos cuidados de saúde.

O Centro Atendimento a Jovens, segundo dados de 2009, tem 365 utentes inscritos e realiza uma média de 46 consultas mensais.

Programa de Saúde Infantil e Juvenil

A Saúde não depende exclusivamente da prestação de cuidados, tendo uma importância crescente o ambiente social, biofísico e ecológico em que se desenvolve a criança.

Objetivo Geral – Manutenção e promoção da saúde de todas as crianças vigiadas no Centro de Saúde.

Objetivos Específicos:

- ▶ Manter a taxa de cobertura de Saúde Infantil, no 1º ano de vida;
- ▶ Aumentar em 10% a taxa de cobertura no 2º ano de vida;
- ▶ Aumentar para 5 o número de consultas no 1º ano de vida
- ▶ Aumentar em 7,8% a precocidade da 1ª consulta da vida;
- ▶ Manter o nº médio de consultas no 2º ano de vida;
- ▶ Aumentar em 6,7% a % de exames globais aos 6 anos.

População alvo:

- ▶ Crianças com menos de 1 ano – 458 (Maia), 263 (Águas Santas)
- ▶ Crianças entre os 12 – 23 meses – 965
- ▶ Crianças 5-6 anos – 1219 (Maia), 670 (Águas Santas)

Saúde Quadro 45 - Indicadores da Saúde Infantil e Juvenil no Aces Grande Porto IV Maia

Indicadores de Execução	2009	2010
Taxa cobertura no 1º. Ano vida	90%	90%
Taxa cobertura no 2º. Ano vida	52%	52%
Média consulta no 1º. Ano vida	4,5	4,5
Precocidade da 1ª. Consulta < 28 dias	60%	60%
Média de consultas no 2º. Ano vida	4	4
Taxa cobertura EGS aos 5-6 anos	50%	55%

Fonte: Sistema Informação ARS Norte, janeiro 2011

Programa Nacional de Promoção de Saúde Oral

No âmbito do Programa Nacional de Promoção de Saúde Oral²⁷, foram abrangidos 17 Municípios do Distrito do Porto, num total de 35 Centros de Saúde. Participaram neste programa 257 Médicos Dentistas / Estomatologistas.

Foram atribuídas ao Distrito do Porto 7200 vagas para tratamento dentário de crianças com idades entre os 3 e os 16 anos. Ao Centro de Saúde da Maia/Águas Santas foram atribuídas 347 e 252 crianças respetivamente, tendo sido a taxa de execução de 100%, enquanto para o distrito foi de 96%. As crianças consideradas perdidas (312 - 4%) ou seja crianças que faltaram sistematicamente ou que iniciaram o programa e não o concluíram, foi de 0 enquanto para o distrito foram 312.

A taxa de execução no grupo etário dos 3 aos 5 anos foi de 100% enquanto para o distrito foi de 91%. Foram contratualizadas 26 crianças.

No grupo etário dos 6 aos 8 anos, foram contratualizadas 241 crianças mantendo-se a taxa de execução nos 100%, não se registando crianças perdidas. O distrito do Porto atingiu 96%.

No grupo etário dos 9 aos 13 anos foram contratualizadas 277 crianças e a taxa de execução, continuou a manter-se nos 100%, atingindo o distrito 97%.

No grupo etário dos 14 aos 16 anos, manteve o Centro de Saúde, taxas de 100% enquanto para o distrito foi de 97%. Foram contratualizadas 55 crianças.

É de salientar que, em nenhum dos grupos etários se verificou perda de crianças.

Apresentam-se quadros, retirados da avaliação apresentada pela Equipa de Saúde Escolar, do Departamento de Saúde Pública da ARS Norte, relativos à avaliação da contratualização 2007, onde é possível comparar valores atingidos no Centro de Saúde, relativamente aos outros Centros de Saúde e Distrito

O Programa Nacional de Saúde Escolar (PNSE)

O programa Nacional de Saúde Escolar (PNSE) é um programa de âmbito nacional, inserido no Plano Nacional de Saúde que tem por finalidade:

- ▶ Promover e proteger a saúde e prevenir a doença na comunidade educativa;

²⁷ <https://www.saudeoral.min-saude.pt>

- ▶ Apoiar a inclusão escolar de crianças com Necessidades de Saúde e Educativas Especiais e promover um ambiente escolar seguro e saudável;
- ▶ Reforçar os fatores de proteção relacionados com os estilos de vida saudáveis;
- ▶ Contribuir para o desenvolvimento dos princípios das escolas promotoras de saúde.

Desenvolve o seu trabalho assente no modelo de trabalho em equipa multidisciplinar, com respeito pela relação pedagógica privilegiada dos docentes e pelo envolvimento das famílias e da restante comunidade educativa, em quatro áreas de intervenção:

- ▶ A Saúde individual e coletiva;
- ▶ A Inclusão escolar;
- ▶ O Ambiente escolar;
- ▶ Os Estilos de vida.

Estabelece parcerias, num trabalho em rede, com as autarquias, a segurança social, as organizações não-governamentais e todos os setores da sociedade que trabalham com crianças e jovens onde a preocupação subjacente seja o bem-estar, numa escola que se quer, cada vez mais, promotora da saúde.

Destina-se a toda a comunidade educativa: alunos, pais e encarregados de educação, educadores de infância, professores, auxiliares de Ação educativa e outros profissionais. Desenvolve-se prioritariamente nos estabelecimentos de educação e ensino do Ministério da Educação, nas Instituições Rede Solidária, bem como noutras estabelecimentos de ensino, cuja população seja considerada mais vulnerável ou de risco acrescido e, sempre que os recursos humanos o permitam, nos estabelecimentos de ensino cooperativo e/ou particular.

A coordenação e execução do programa, a nível Distrital, cabem a uma Equipa de que fazem parte elementos da Saúde e da Educação, indicados pelas estruturas sub-regionais dos respetivos ministérios e ao nível local, por Equipas constituídas por profissionais da saúde, educadores/professores, alunos e pais/encarregados de educação.

Projetos de Saúde Escolar da Câmara Municipal da Maia para o Ano Letivo 2010/2011

A Câmara Municipal da Maia propôs para o ano letivo 2010/2011, 5 projetos de Saúde Escolar:

- ▶ Projeto de Educação Alimentar: "Maia Refeições Saudáveis" e "Maia Menu Saudável".
- ▶ Projeto de Higiene Oral: "Maia a Sorrir";
- ▶ Projeto de Prevenção: "Com o Sol no coração vamos ter precaução";

- ▶ Projeto de Segurança Alimentar: "De pequenino se torce o pepino".
- ▶ Projeto Terapia fala: "Maia Fala Melhor".
- ▶ Projeto Educação Postural: "Maia Melhor Postura".

Projeto de Educação Alimentar: "Maia Refeições Saudáveis"

O que é:

A Edilidade dispõe de um serviço de almoço escolar que se pauta pela aposta em *refeições nutricionalmente equilibradas e nutritivas*, adequadamente acompanhadas por técnicos especializados, quer do município quer da entidade fornecedora do serviço.

Objetivos:

- ▶ Sensibilizar as crianças e suas famílias para a importância de uma alimentação saudável;
- ▶ Promover o pequeno-almoço e o lanche como refeições fundamentais no dia alimentar da criança;
- ▶ Sensibilizar para a importância de serem adotadas escolhas alimentares saudáveis;
- ▶ Dotar as crianças e as famílias de competências para efetuarem as refeições de forma saudável e nutritiva;
- ▶ Prevenir doenças resultantes de hábitos alimentares e estilos-de-vida pouco saudáveis.

A quem se destina?

Crianças que frequentam os Jardim-de-infância e alunos do 2º ano de escolaridade.

Quais as parcerias?

Câmara Municipal da Maia, Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto e ACES Grande Porto IV Maia.

Projeto de Educação Alimentar: "Maia Menu Saudável"

O que é:

O consumo insuficiente de hortaliças e legumes encontra-se entre os 10 fatores de risco para o aparecimento de doenças e morte prematura.

A frequente rejeição destes alimentos pelas crianças, na *Sopa* e no *Prato*, observada ao nível dos almoços escolares, constitui uma preocupação do Gabinete da Saúde da C.M.Maia, pelo papel fundamental que estes alimentos desempenham na saúde presente e futura das crianças.

Objetivos:

- ▶ Promover uma melhor aceitação das hortícolas na refeição do almoço;
- ▶ Perceber a importância destes alimentos, fundamentais ao crescimento e saúde das crianças.

A quem se destina?

Crianças que frequentam os Jardim-de-infância e alunos do 2º ano de escolaridade.

Quais as parcerias?

Câmara Municipal da Maia, Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto e ACES Grande Porto IV Maia

Projetos de Higiene Oral: "Maia a Sorrir"

O que é:

O projeto Maia a sorrir insere-se no âmbito dos Projetos de Saúde Escolar (desenvolvidos pela Autarquia), tendo por base o desenvolvimento da temática da saúde oral numa lógica de prevenção primária, com o objetivo de diminuir a incidência de cárie dentária e promoção e manutenção da saúde oral.

Mediante a realização de ações, como rastreios de cárie dentária, formação na área da saúde oral, implementação da escovagem e do bochecho de flúor, entrega de Kits de higiene oral, no decurso do currículo escolar é fomentado o envolvimento das crianças na promoção e manutenção da sua saúde oral.

Objetivos:

- ▶ Distinguir os diferentes tipos de dentes e as suas funções;
- ▶ Distinguir dentição de lite de dentição permanente,
- ▶ Conhecer alguns dos problemas que advêm da falta da higiene oral;
- ▶ Conhecer os diferentes métodos de limpeza oral
- ▶ Perceber quais os alimentos prejudiciais a uma dentição saudável

A quem se destina?

Todos os alunos que frequentam os Jardim-de-infância e alunos das Escolas de 1º Ciclo do Ensino Básico do Município da Maia.

Quais as parcerias?

Câmara Municipal da Maia, Instituto Superior de Saúde do Alto Ave (ISAVE), Universidade Fernando Pessoa (UFP) e Grupo Esfera Saúde.

Projeto de prevenção “Com o Sol no Coração Vamos Ter Precaução”

O que é:

O projeto de prevenção Com o sol no coração vamos ter precaução preconiza a prevenção primária do cancro da pele, através da divulgação e promoção de medidas de proteção adequadas ao convívio com o sol, a fim de minimizar o risco de cancro cutâneo a curto, médio e longo prazo.

Objetivos:

- ▶ Aumentar o conhecimento relativamente ao sol e aos seus efeitos solares;
- ▶ Alertar para os fatores de risco;
- ▶ Incentivar a prática de comportamentos protetores;
- ▶ Entre outros....

A quem se destina?

Todos os alunos que frequentam os Jardim-de-infância e alunos das Escolas de 1º Ciclo do Ensino Básico do Município da Maia.

Quais as parcerias?

Câmara Municipal da Maia, Liga Portuguesa Contra o Cancro – Núcleo Regional do Norte.

Projeto de Segurança Alimentar “De Pequenino Se Torce o Pepino”

O que é:

Projeto que se destina a promover a alimentação saudável e alertar para as regras de higiene e segurança alimentar.

Objetivos:

- ▶ Promover a segurança alimentar como ferramenta fundamental;
- ▶ Promover a realização de atividades experimentais nas escolas;
- ▶ Promover uma verdadeira política de higiene e segurança alimentar doméstica;
- ▶ Entre outros....

A quem se destina?

Crianças que frequentam os Jardim-de-infância e alunos das Escolas de 1º Ciclo do Ensino Básico do Município da Maia.

Quais as parcerias?

Câmara Municipal da Maia e Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa.

Projeto de Terapia da Fala “Maia Fala Melhor”

O que é:

Com o início do ano escolar, as crianças debatem-se com dificuldades de oralidade que prejudicam os processos de desenvolvimento da leitura e da escrita. Estas dificuldades nas crianças são frequentes, nomeadamente nas idades pré-escolar e escolar e podem ser exteriorizadas nas mais diversas formas.

Objetivos:

- ▶ Intervir em todas as situações de patologia da fala, linguagem oral, escrita e voz;
- ▶ Intervir em alterações relacionadas com as funções auditiva, visual, cognitiva, oro-muscular e deglutição;
- ▶ Entre outros....

A quem se destina?

Crianças que frequentam os Jardim-de-infância e alunos das Escolas de 1º Ciclo do Ensino Básico do Município da Maia.

Quais as parcerias?

Câmara Municipal da Maia e Escola Superior, Universidade Fernando pessoa (UFP) e Grupo Esfera Saúde.

Projeto de Educação Postural “Maia melhor postura”

O que é:

O projeto surgiu como resposta a variados problemas de saúde cada vez mais frequentes em idade jovem. A promoção da educação postural pelas crianças, famílias e comunidade educativa, é um objetivo considerado prioritário ao nível da intervenção na área da Saúde Escolar.

Objetivos:

- ▶ Sensibilizar para a importância da adoção de posturas corretas;
- ▶ Transmitir princípios essenciais a adotar para uma melhor educação postural no dia-a-dia
- ▶ Corrigir más posturas.
- ▶ Entre outros....

A quem se destina?

Crianças que frequentam o jardim-de-infância e alunos das Escolas de 1º Ciclo do Ensino Básico do Município da Maia.

Quais as parcerias?

Câmara Municipal da Maia e Grupo Esfera Saúde.

Programa de Vacinação

A introdução do Programa Nacional de Vacinação (P.N.V) contribuiu, em todo o mundo, para reduzir a incidência de diversas doenças e a mortalidade por elas provocada.

O P.N.V. que se iniciou em 1965 com uma campanha de vacinação contra a poliomielite, tem como finalidade proteger o indivíduo e a comunidade, controlando, eliminando e contribuindo para a erradicação de doenças infeciosas.

Mais de 7 milhões de crianças e vários milhões de adultos foram vacinados em Portugal desde o início do Programa Nacional de Vacinação. O Ministério da Saúde através da Direção Geral da Saúde, bem como todos os serviços que aplicam P.N.V., têm a enorme responsabilidade de garantir à população portuguesa as vacinas mais importantes para a sua proteção e que estas sejam eficazes, seguras, de qualidade e administradas na idade adequada, permitindo a vacinação precoce do maior número possível de pessoas a fim de controlar as respetivas doenças. O P.N.V. constitui o mais importante programa de saúde pública do país, tendo como objetivos o de manter as taxas de cobertura nas crianças e obter uma elevada taxa de adesão à vacinação nos adultos.

Objetivos específicos para 2009

- ▶ Manter ou aumentar as taxas de vacinação já atingidas em 2008;
- ▶ Informatizar 95% das fichas pertencentes às coortes dos 2, 6 e 13 anos;
- ▶ Informatizar 20% das fichas de adultos.

Saúde Quadro 46 - Cobertura Vacinais (%) em Dezembro de 2008 por Coorte²⁸, de Nascimento
Região Norte e Aces Grande Porto IV Maia

Coortes de Nascimento	Região Norte	Aces Maia
Vacina/dose		
2008		
BCG	96,7	95,1
VHB 1	96,4	95,0
2007		
BCG	99,1	99,1
VHB 3	98,4	98,2
DTP a 3	98,4	98,6
HIB 3	98,4	98,5
VIP 3	98,5	98,6
MenC 2	98,0	98,0

Fonte: Dados solicitados pelo DSP aos Delegados de Saúde Concelhios em Junho de 2009

²⁸ Recentemente adaptou-se o termo coorte para designar a classe ou o conjunto de indivíduos que apresentam o mesmo fenómeno em dado período de tempo, logo, um corte de nascimento é sinónimo de geração.

Saúde Quadro 47 - Cobertura Vacinais (%) de 1994, 2001 e 2006 por Coorte de Nascimento
 Região Norte e Aces Grande Porto IV Maia

Coortes de Nascimento Vacina/dose	Região Norte	Aces Maia
2006		
DTPa 4	96,8	95,5
HIB 4	96,6	95,6
VASPR 1	98,4	96,7
MenC 3	97,5	95,8
2001		
DTPa 4	98,0	97,3
VAP/VIP 4	97,8	97,2
VASPR 2	97,9	97,5
1994		
VHB 3	96,5	89,4
CASPR 2	97,9	91,1
Td	97,2	89,3

Fonte: Dados solicitados pelo DSP aos Delegados de Saúde Concelhios em
 Junho de 2009

Em todas as vacinas e todas as coortes de nascimento avaliadas, excluindo a coorte de nascimento de 1994, as coberturas foram superiores a 95%, o que assegura a imunidade do grupo quando aplicável.

Plano Nacional de Prevenção e Controlo das Doenças Oncológicas (PNPCDO)

O cancro está entre as três principais causas de morte em Portugal, registando-se um aumento progressivo do seu peso proporcional, de acordo com o "Plano Nacional de Saúde – 2004/2010-Orientações Estratégicas".

Este Programa está em sintonia com as normas da Direção Geral da Saúde e recomendações do Plano de Vigilância Oncológico da Região Norte, enquanto não for implementado o Rastreio Organizado previsto para este Município.

Objetivos Específicos para 2009:

- ▶ Garantir a realização de pelo menos uma mamografia a 60% das mulheres entre os 50 e 69 anos, nos últimos três anos
- ▶ Garantir a realização de pelo menos uma colpocitologia a 60% das mulheres entre os 25 e os 64 anos, nos últimos três anos.
- ▶ Assegurar os métodos de rastreio de cancro colo rectal recomendados a 30% dos homens e mulheres entre os 50 e 74 anos

População Alvo:

- ▶ Rastreio do Cancro do colo do útero – 4630 mulheres
- ▶ Rastreio do Cancro da mama – 1818 mulheres
- ▶ Rastreio do Cancro colo-rectal – homens e mulheres dos 50 aos 74 anos

Rastreio do Cancro da Mama

Embora a etiologia do cancro da mama seja desconhecida, há estudos que apontam para determinados fatores de risco. As técnicas de avaliação do risco baseiam-se em fatores que mostraram estar correlacionados com o aparecimento de cancro da mama, assim como, em princípios epidemiológicos que permitem fazer uma quantificação do risco.

Saúde Quadro 48 - Indicadores do Rastreio do Cancro da Mama no ACES Grande Porto IV Maia

Indicadores de execução	2009	2010
% de mulheres dos 50-69 anos que realizaram mamografia	20%	22%
% de intervenções de enfermagem tipo informativo sobre auto vigilância da mama	30%	32%

Fonte: Sistema Informação ARS Norte, janeiro 2011

Da análise do quadro anterior é dado concluir ter-se verificado, de 2009 para 2010, um aumento de 2% da percentagem de mulheres que realizaram mamografia, tendo-se registado idêntico aumento no que respeita a intervenções informativas.

Rastreio de Cancro do Colo do Útero

Todas as mulheres, mesmo adolescentes são incentivadas para este procedimento, desde que tenham iniciado vida sexual.

As taxas de prevalência de cancro do colo do útero obedecem a uma curva bimodal que se situa entre os 30 e os 35 anos e após os 60 anos, registando-se maior incidência no grupo etário dos 20-25 anos.

Saúde Quadro 49 - Indicadores do Rastreio do Colo do Útero Aces Grande Porto IV Maia

Indicadores de execução	2005	2009	2010
% de mulheres dos 25-64 que realizaram colpocitologia	32%	30%	30%

Fonte: Sistema Informação ARS Norte, janeiro 2011

De acordo com o Quadro 49, a percentagem de mulheres entre os 25 e os 64 anos que realizaram colpocitologia manteve-se constante nos anos 2009 e 2010, ainda que ligeiramente abaixo da percentagem verificada no ano de 2005

Rastreio do cancro do colo-retal

O carcinoma colo-retal é a segunda neoplasia mais frequente tanto no homem como na mulher.

A grande maioria das neoplasias colo-rectais, com apresentação clínica, já se encontra disseminada para além da parede abdominal, resultando numa baixa sobrevida aos cinco anos. Contudo, quando localizadas a sobrevida sob para 80%.

A incidência de carcinoma colo-rectal é superior nas sociedades desenvolvidas, sendo implicada na etiologia a dieta rica em gorduras e com baixo teor de fibras.

O risco acrescido para o desenvolvimento deste tipo de cancro, está relacionado com os seguintes fatores:

- ▶ Envelhecimento;
- ▶ História Familiar – parente em 1º. Grau aumenta o risco para 2 a 3 vezes mais, adenomatose familiar, outras poliposes, carcinoma da mama, ovário e endométrio em vários membros da Família;
- ▶ Colite Ulcerosa;
- ▶ Antecedentes pessoais de cancro do cólon ou pólio.

População Alvo: Homens e Mulheres inscritos no Aces Maia dos 50 – 74 anos

**Saúde Quadro 50 - Indicadores do Rastreio do Cancro do Colo e Recato no
Aces Grande Porto IV Maia**

Indicadores de execução	2009	2010
% de mulheres dos 25-64 que realizaram colpocitologia	10%	11%

Fonte: Sistema Informação ARS Norte, janeiro 2011

Conforme dá conta o quadro anterior, a percentagem de mulheres com idade compreendida entre os 25 e os 64 anos que realizaram colpocitologia sofreu um ligeiro acréscimo no ano de 2010, quando comparada com o ano 2009.

Programa de “Cuidados ao ostomizado”

A derivação cirúrgica de uma víscera para a superfície da pele, isto é a ostomia, realiza-se normalmente como último recurso e numa grande percentagem de casos por patologia oncológica subjacente.

Considera-se que a autossuficiência é a componente fundamental para o bem-estar do ostomizado, o que pressupõe para além de prestação de cuidados qualificados, a realização dos mesmos por uma equipa multidisciplinar, a formação do ostomizado e ou outro prestador informal.

Objetivo Gerais:

- ▶ Melhorar a qualidade de vida do ostomizado.
- ▶ Melhorar os autocuidados e a autossuficiência.

População Alvo:

Ostomizados vigiados na USF”.

Programa de Diabetes Mellitus

A Diabetes Mellitus é uma doença crónica, constituindo após 2^a Guerra Mundial um dos maiores problemas de Saúde Pública, abrangendo todas as idades e países.

É causa de doenças prolongadas, morte prematura e ameaça para, pelo menos, 10 milhões de europeus.

Estudos epidemiológicos revelam a real gravidade da Diabetes, quer ligada às complicações crónicas quer sobre o plano de despesas de saúde.

A Diabetes conduz a uma alteração da qualidade de vida, com elevada morbilidade (absentismo laboral, incapacidade temporária ou permanente) e mortalidade.

Esta doença, em expansão epidémica, tem vindo a merecer da Organização Mundial da Saúde uma atenção especial, nomeadamente durante a 42^a. Assembleia de 1989, de que resultou um documento consensual designado por "**Declaração de St.Vincent**". Desde 1991 que Portugal integra o Programa DiabCare.

Objetivos Gerais:

- ▶ Proporcionar a todos os diabéticos, o acesso a todas as vertentes do Programa Nacional de Controlo da Diabetes Mellitus no que respeita aos Cuidados de Saúde Primários.

Objetivos Específicos para 2010

- ▶ Efetuar a avaliação da microalbuminúria a 60% dos diabéticos vigiados no Centro de Saúde;
- ▶ Efetuar a observação dos pés a 60% dos diabéticos vigiados no Centro de Saúde;
- ▶ Referenciar à consulta do Pé Diabético 80% dos diabéticos com pé em risco vigiados no Centro de Saúde;
- ▶ Aumentar em 2% a percentagem de diabéticos com pelo menos uma referenciamento a Oftalmologia.

Saúde Quadro 51 - Indicadores de Execução do Programa de Controlo da Diabetes Mellitus, no Aces Grande Porto IV Maia, entre 2009 e 2010

Indicadores de execução	2009	2010
% de diabéticos diagnosticados no total de inscritos	3%	4%
% de diabéticos c/ aval. microalbuminúria ou proteinúria /ano	40%	60%
% de diabéticos c/ observação dos pés no ano	40%	60%
% de diabéticos c/ pé em risco referenciados à Consulta do Pé	40	80%
% de diabéticos c/ uma referenciação a Oftalmologia no ano	20%	22%
% diabéticos c/ vacina gripe efetuada última época vacinal	?	?

Fonte: Sistema Informação ARS Norte, janeiro 2011

A percentagem de diabéticos diagnosticados, no total de inscritos no Aces Grande Porto IV Maia, era no ano 2010 de 4%, o que corresponde a cerca de 4816 indivíduos, superior em 1 % à percentagem verificada em 2009

Em 2009, a percentagem de diabéticos com aval microalbuminúria²⁹ ou proteinúria era de 40%, tendo tal número aumentado para 60% em 2010.

²⁹ O teste de microalbuminúria na urina mede a quantidade de albumina na urina. A presença de albumina ao sempre o primeiro sinal de um problema de rins - In pt.Wikipedia.org/wiki/microalbuminúria.

Programa de Doenças Cardiovasculares

As doenças cardiovasculares, hipertensiva e isquémicas, ocupam no seu conjunto a primeira causa de morte no Distrito do Porto, assim como no Município da Maia. São responsáveis por uma elevada morbilidade e diminuição da esperança de vida com qualidade.

Alterações dos hábitos alimentares, muitos deles influenciados pelos países desenvolvidos, e determinados comportamentos estão na origem do aumento dos fatores de risco cardiovascular.

A hipertensão arterial, o tabagismo e a hipercolesterolemia, constituem os principais fatores de risco cardiovascular.

A relação destes três fatores com a cardiopatia isquémica é, consistente, intensa, gradual, independente e com valor preditivo positivo.

Estes três fatores são independentes, mas quando coexistentes no mesmo indivíduo o risco não é adicionado mas potenciado segundo uma curva exponencial. Daí a importância da *abordagem global do risco cardiovascular e a sua gestão*.

A hipertensão arterial contribui para o aumento da mortalidade em geral, através do acréscimo de mortalidade cardiovascular, pois favorece o aparecimento de insuficiência cardíaca congestiva, cardiopatia coronária, acidente vascular cerebral, morte súbita e insuficiência renal.

O diagnóstico de HTA é efetuado, segundo os critérios revistos recentemente, pela Direção Geral da Saúde. Está-se atento à revisão dos critérios de diagnóstico e controlo do hipertenso já proposto nas *Guidelines da Organização Mundial da Saúde e/ou do VII Comité Conjunto Americano*, para a Deteção, Controlo e Vigilância da Hipertensão Arterial.

Na vigilância dos doentes hipertensos, segue-se as normas da Direção Geral da Saúde, quanto à periodicidade e pedido de exames auxiliares de diagnóstico.

Objetivos Gerais:

- ▶ Reduzir a incidência e mortalidade por enfarte do miocárdio, particularmente abaixo dos 65 anos;
- ▶ Reduzir a incidência e mortalidade por acidente vascular cerebral, particularmente abaixo dos 65 anos;
- ▶ Aumentar a proporção de hipertensos que se encontram diagnosticados e controlados.

Objetivos Específicos para 2010:

- ▶ Aumentar em 2 % a percentagem de hipertensos diagnosticados;
- ▶ Aumentar em 3% a percentagem de hipertensos com registo de tensão arterial nos últimos seis meses.

População Alvo: Toda a população adulta abrangida pelo ACES Maia

Saúde Quadro 52 - Indicadores de Execução do Programa de Prevenção e Controlo de Doenças Cardiovasculares, no Aces Grande Porto IV Maia, entre 2009 e 2010

Indicadores de execução	2009	2010
% Hipertensos diagnosticados	23%	25%
Taxa Hipertensos com registo de T.A. nos últimos 6 meses	77%	80%
Número médio de consultas de enfermagem a hipertensos diagnosticados	1	2
% Hipertensos com PNV atualizado	30%	40%

Fonte: Sistema Informação ARS Norte, janeiro 2011

De acordo com o quadro 52, a percentagem de hipertensos diagnosticados, no Aces Grande Porto IV Maia, no ano 2009, era de 23% o que corresponde a cerca de 26 956 utentes.

Em 2010 número de hipertensos, passou a ser de 30 095, o que representa um aumento de 3139 utentes em um ano.

Programa de Idosos

O envelhecimento da população é um fenómeno universal e um processo individualizado, que dura toda a vida e se acompanha de alterações fisiológicas, psicológicas e comportamentais.

O envelhecimento da população, a partir da década de sessenta, constitui fenómeno social preocupante que parece dever-se essencialmente a três fatores: a quebra da taxa de fecundidade, a redução da taxa de mortalidade e a processos migratórios.

A manter-se a tendência atual, a população portuguesa experimentará um processo de envelhecimento recente, comparável ao já existente na Europa mais desenvolvida, com repercussões sociais, no estado de saúde, na utilização dos serviços e nos custos dos cuidados.

Em Agosto de 1982, sob a égide das Nações Unidas, discutiu-se a problemática da Terceira Idade, onde foi definido um Plano Internacional de Ação, designado por Declaração de Viena, reconhecendo-se que a qualidade de vida não é menos importante que a sua duração, e que as pessoas idosas deverão, na medida do possível, poder viver no seio da Família e da Comunidade, uma vida onde podem realizar-se, gozar de boa saúde, conhecer a segurança e o bem-estar e serem considerados membros plenos da sociedade.

É importante determinar o impacto das doenças sobre a esperança de vida em boa saúde, indicador que combina duas dimensões de saúde: a esperança de vida e a restrição das atividades.

Objetivos Gerais:

- ▶ Melhorar a qualidade de vida da pessoa idosa
- ▶ Promover a autonomia do idoso no seu meio habitual de vida

Objetivos Específicos para 2009:

- ▶ Imunizar contra o tétano 75% dos idosos com 65 ou mais anos
- ▶ Aumentar para 87% a taxa de utilização
- ▶ Prescrever a vacina antigripal a 65% da população idosa utilizadora;
- ▶ Identificar a necessidade de gestão do regime terapêutico ineficaz em 40% dos idosos utilizadores;
- ▶ Efetuar o registo do IMC ≥ 27 e $\leq 29,9$ em 35% da população idosa utilizadora.

População Alvo: Pessoas com idade \geq a 65 anos

Saúde Quadro 53 - Indicadores Saúde do Adulto≥ a 65 anos

Indicadores de execução	2009	2010
% de idosos c/ 65 ou mais anos c/ vacina do tétano	--	--
Taxa de utilização dos inscritos c/ 65 ou mais anos	75%	75%
% de utilizadores c/ 65 ou mais anos c/ vacina da gripe efetuada na última época vacinal	--	--

Fonte: Sistema Informação ARS Norte, janeiro 2011

A taxa de utilização dos inscritos com mais de 65 anos no Aces Grande Porto IV Maia foi no ano 2101 de 75%, como demonstra o quadro 53, não tendo sido possível apurar os restantes indicadores.

Apoio Domiciliário Integrado (ADI)

No âmbito do Despacho Conjunto dos Ministérios da Saúde e do Trabalho e Solidariedade, foi criado o serviço de apoio domiciliário integrado, resultante de uma parceria estabelecida entre o Centro de Saúde da Maia, a Segurança Social e a Santa Casa da Misericórdia da Maia.

Objetivos:

- ▶ Criar condições que possibilitem uma intervenção articulada da saúde e ação social, dirigidas às pessoas em situação de dependência;
- ▶ Promover a autonomia das pessoas em situação de dependência;
- ▶ Reforçar as capacidades e competências das famílias para lidar com essas situações.

População Alvo:

- ▶ Pessoas em situação de dependência física ou social de forma transitória, resultante ou agravada por isolamento, doença crónica, situações de doença, ausência ou perda de familiar.

Conceito:

A ADI é um serviço que se concretiza através de um conjunto de ações e cuidados pluridisciplinares, flexíveis, abrangentes, acessíveis e articulados de apoio social e de saúde no domicílio.

Gestão:

A gestão é efetuada por uma equipa designada Equipa de Cuidados Integrados, constituída por um médico, um enfermeiro, dois técnicos do Serviço Social, sendo um deles do Centro de Saúde e outro do Centro Regional da Segurança Social. Considerando que na presente data, a responsável pela ECI, vai integrar uma outra USF, entende a equipa que deverá haver responsáveis da USF Lidador na gestão deste serviço.

Programa Idade Maior

Encontra-se bem estabelecido que a prática do exercício físico, devidamente orientada por profissionais com competências nesta área, contribui decisivamente para a promoção do envelhecimento ativo e saudável.

Numa parceria da Direção Geral da Saúde, Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa e com a colaboração dos Laboratórios Pfizer, desenvolve-se já desde Fevereiro de 2006, na Unidade de Saúde de Águas Santas o Programa “Idade Maior”, pretendendo a USF Lidador torná-lo extensivo para o âmbito geográfico desta, para o que existe disponibilidade de cedência de espaço pela Câmara Municipal da Maia e pela Faculdade de Motricidade do Porto, para a sua concretização.

Objetivo:

- ▶ Promover um envelhecimento ativo e saudável.
- ▶ Estabelecer elos de ligação entre idosos e destes com a USF.
- ▶ Efetuar Ações de Educação para a saúde.
- ▶ Promover a autonomia do idoso.

População Alvo:

- População idosa com idade superior ou igual a 65 anos, inscritos na USF.

Programa de Cuidados a Doentes Dependentes no Domicílio

A organização de cuidados de saúde a doentes dependentes no domicílio deve ter em atenção quais as reais necessidades do doente.

Os cuidados de longa duração têm como princípios, a continuidade, a abordagem global, a participação dos dependentes e seus familiares e a qualidade dos cuidados.

Objetivos Gerais:

- ▶ Promover a autonomia das pessoas em situação de dependência;
- ▶ Potenciar o autocuidado;
- ▶ Informar e formar a família para a prestação de cuidados informais.
- ▶ Melhorar o controlo da doença.
- ▶ Prevenir as complicações da sua evolução.

Objetivos Específicos para 2009

1. Registar o grau de dependência em 45% dos utentes dependentes.
2. Diminuir para 25% os casos com regime terapêutico ineficaz.
3. Identificar o risco de úlceras de pressão em 40% dos utentes em cuidados domiciliários.

População Alvo: Pessoas em situação de dependência, transitória ou permanente, inscritos na USF.

Cuidados continuados Integrados no ACES

No ACES Maia existe uma ECL (Equipa Coordenadora Local da RNCCI), que iniciou funções em Abril de 2011 e duas Equipas de Cuidados Continuados Integrados (ECCI), denominadas respetivamente, ECCI Castelo Maia e ECCI Águas Santas.

Nos quadros números 54 e 55 estão descritos os resultados obtidos durante o ano de 2011.

Saúde Quadro 54

Nome da ECCI	Data de início de atividade	Total de utentes admitidos	Média de nº de dias de internamento
Aguas Santas	18-11-2010	79	78
Castelo Maia	13-12-2010	52	124

Fonte: ACES Grande Porto IV Maia, janeiro 2012

Saúde Quadro 55 - Indicadores de Avaliação da Carta de Compromisso das ECCI

Indicadores	ECCI Aguas Santas	ECCI Castelo Maia
1.Percentagem de utentes que melhoraram a autonomia (física ou instrumental)	25%	37,7%
2.Incidência de úlceras de pressão	8%	7%
3. Avaliação sistemática da dor	100%	91,6%
4. Resposta da ECCI nas primeiras 24 horas	98%	98%
5. Taxa de ocupação da ECCI	46,9%	44,91%

Fonte: ACES Grande Porto IV Maia, janeiro 2012

No que respeita aos indicadores regionais, será necessário consolidar a interpretação do indicador sobre taxa de referenciação por inscrito, e qual o valor considerado de qualidade.

Quanto aos indicadores do eixo local, continuaremos a monitorizar e a incentivar todos os profissionais para uma melhoria de identificação de problemas de saúde, tendo-se assistindo ao longo do ano a um aumento do número de casos identificados.

Temos consciência que haverá um percurso a fazer, registando-se contudo que ao longo dos anos temos vindo a melhorar nos indicadores contratualizados.

**PROJETOS EM CURSO NO ACES GRANDE PORTO IV MAIA EM 2011 –
SAÚDE QUADRO 56**

Nome do Projeto	Entidade Promotora	Entidades Parceiras	Objetivos	População alvo	Área De Intervenção
ADI Maia	ACES Grande Porto IV - Maia	CRSS, Câmara Municipal, Misericórdia da Maia	Promoção de respostas integradas para idosos e/ou dependentes	Idosos e /ou Dependentes	Freguesias de: Maia Gueifães
Rede Social Eixos II e III	Câmara Municipal da Maia	CMM, CRSS Maia Misericórdia da Maia e outros	Promover um planeamento integrado e sistemático, mobilizando as competências e recursos das comunidades. Garantir maior eficácia no conjunto de respostas sociais no Município da Maia	População do Município	Município da Maia
Despertar	Cruz Vermelha da Maia	IDT, Cruz Vermelha	Prevenção dos riscos associados ao consumo de drogas	Utentes dependentes de drogas e álcool	Unidade Móvel
Reinserção	Santa Casa da Misericórdia	IDT, Misericórdia da Maia	Satisfação das necessidades básicas dos dependentes	Dependentes de drogas licitas e ilícitas	Maia Vermoim
PASSE	ARS Norte	ARS Norte IP, DREN (Escolas Promotoras de Saúde)	Prevenção da Obesidade Infantil; Promoção de escolhas alimentares acertadas	Alunos do 3º ano de escolaridade	EB 1 da Maia
PRESSE	ARS Norte	ARS Norte IP, DREN (Escolas Promotoras de Saúde)	Educação para a Sexualidade	Docentes e alunos do 6º ano de escolaridade	EB 2/3 Nogueira, Gueifães e Maia
CICCOPN	CICCOPN	IEFP, AICCOPN, ACES Grande Porto IV - Maia, Câmara Municipal da Maia entre Outros	Formação Profissional para a valorização dos recursos humanos do sector da construção civil e Obras Públicas	Ativos das empresas associadas da AICOPN	Geral
Mais Sorrisos	ACES Grande Porto IV - Maia	ISSSP, CESSS,CRL	Promover envelhecimento ativo. Reforçar as redes de relacionamento social para um envelhecimento bem-sucedido	Pessoas 55 e mais anos	Águas Santas

Nome do Projeto	Entidade Promotora	Entidades Parceiras	Objetivos	População alvo	Área De Intervenção
Idade Maior	ACES Grande Porto IV - Maia	CMM - Departamento da saúde e do desporto	Prevenir ou atrasar o aparecimento de doenças incapacitantes	Pessoas 65 e mais anos	Águas Santas
Rede Social CSIF Maia-Leste	Câmara Municipal da Maia	CSIF - Maia Leste	Promover soluções para os problemas da comunidade residentes em Maia Leste.	Comunidade	Maia Leste
CPCJ	Câmara Municipal da Maia	ACES Grande Porto IV - Maia, Segurança Social, IPSS, I.E.F.P.,	Promover os direitos das crianças e jovens	Crianças e Jovens	Município da Maia

Fonte: ACES Grande Porto IV Maia

QUADRO SAÚDE

PROBLEMAS / OBSTÁCULOS	LINHAS DE FORÇA / OPORTUNIDADES
Aumento das doenças cardiovasculares e doenças associadas com o aumento da idade.	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da esperança de vida; • Quantidade e qualidade de "recursos humanos" – Médicos e Enfermeiros; • Promoção das visitas domiciliárias dos serviços de saúde e sociais; • Existência de Equipas de Cuidados Continuados Integrados.
Contexto situacional de crise socioeconómica com tendência para agravamento de indicadores de risco (toxicodependências).	<ul style="list-style-type: none"> • Programas e respostas ligadas às toxicodependências (PORI); • Parceria entre a Autarquia e as Entidades Solidárias para o desenvolvimento de projetos ligados às dependências (Projeto "Inserir" e "Despertar").

POTENCIALIDADES	LINHAS DE FORÇA / OPORTUNIDADES
Cobertura quase na totalidade da população Maiata com Médico Família; Taxa de Natalidade superior relativamente à Região Norte e Continente; Existência de diversos projetos da Autarquia dirigidos às crianças	<ul style="list-style-type: none"> • Mudanças organizacionais e funcionais (ACES); • Parceria entre a Autarquia e o Ministério da Saúde, na criação de novas estruturas de saúde; • Parceria entre a Autarquia, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Entidades Solidárias e Entidades Privadas para a conceção e desenvolvimento de projetos saúde escolar.



ÍNDICE DE FIGURAS, GRÁFICOS, MAPAS, QUADROS E TABELAS

Diagnóstico Social do Município da Maia | 2014



ÍNDICE DE FIGURAS, GRÁFICOS, MAPAS, QUADROS E TABELAS – DEMOGRAFIA

DEMOGRAFIA MAPA 1 – MUNICÍPIO DA MAIA (PÁG. 13)

DEMOGRAFIA MAPA 2 – FREGUESIAS DA MAIA (PÁG. 14)

DEMOGRAFIA QUADRO 1 - POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DA MAIA, POR FREGUESIA EM 2001 E 2011 (PÁG. 15)

DEMOGRAFIA QUADRO 2 - POPULAÇÃO RESIDENTE POR GRUPOS ETÁRIOS, NO MUNICÍPIO DA MAIA POR FREGUESIA EM 2001 E 2011 (PÁG. 16)

DEMOGRAFIA QUADRO 3 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DO GRANDE PORTO (PÁG. 17)

DEMOGRAFIA QUADRO 4 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO POR GRUPO ETÁRIO NOS MUNICÍPIOS DO GRANDE PORTO, ENTRE OS ANOS DE 2001 E 2011 (PÁG. 18)

DEMOGRAFIA QUADRO 5 - INDICADORES DE POPULAÇÃO EM 2010 (PÁG. 19)

DEMOGRAFIA QUADRO 6 – TAXA DE NATALIDADE E MORTALIDADE EM 2001, 2010 (PÁG. 19)

DEMOGRAFIA QUADRO 7 - ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE IDOSOS, NOS ANOS DE 2004 A 2011 (PÁG. 20)

DEMOGRAFIA QUADRO 8 - ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE JOVENS, NOS ANOS DE 2004 A 2011 (PÁG. 20)

DEMOGRAFIA QUADRO 9 - POPULAÇÃO RESIDENTE COM 65 E MAIS ANOS POR FREGUESIA (PÁG. 21)

DEMOGRAFIA QUADRO 10 – ALOJAMENTOS FAMILIARES DE RESIDÊNCIA HABITUAL NOS QUAIS TODOS OS RESIDENTES TÊM 65 OU MAIS ANOS (PÁG. 22)

DEMOGRAFIA QUADRO 11 - ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO (PÁG. 23)

DEMOGRAFIA QUADRO 12 - ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA TOTAL (PÁG. 23)

DEMOGRAFIA QUADRO 13 - TIPOS DE FAMÍLIA NA MAIA E NO GRANDE PORTO, 2001 (PÁG. 24)

DEMOGRAFIA GRÁFICO 1 – POPULAÇÃO ESTRANGEIRA POR NACIONALIDADES EM 2008, NO MUNICÍPIO DA MAIA (PÁG. 26)

DEMOGRAFIA GRÁFICO 2- POPULAÇÃO ESTRANGEIRA POR NACIONALIDADES, NO MUNICÍPIO DA MAIA EM 2011 (PÁG. 27)

DEMOGRAFIA QUADRO 14 - POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE NOS MUNICÍPIOS DO GRANDE PORTO EM 2008 E 2011 (PÁG. 28)

ÍNDICE DE FIGURAS, GRÁFICOS, MAPAS, QUADROS E TABELAS – EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO FIGURA 1 - AGRUPAMENTOS ESCOLARES DO MUNICÍPIO DA MAIA (PÁG. 34)

EDUCAÇÃO FIGURA 2 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL E AGREGAÇÃO FUNCIONAL DOS AGRUPAMENTOS ESCOLARES (PÁG. 35)

EDUCAÇÃO FIGURA 3 - LOCALIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DO MUNICÍPIO DA MAIA (PÁG. 36)

EDUCAÇÃO TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR, POR FREGUESIA, NOS ANOS LETIVOS 2004/05 E 2011/12 (PÁG. 37)

EDUCAÇÃO TABELA 2 - DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DO 1º CEB, POR FREGUESIA, NOS ANOS LETIVOS 2004/05 E 2011/12 (PÁG. 38)

EDUCAÇÃO TABELA 3 - DISTRIBUIÇÃO DAS ESCOLAS DOS 2º E 3º CICLOS DO ENSINO BÁSICO E ENSINO SECUNDÁRIO DA REDE PÚBLICA, POR FREGUESIA, NO ANO LETIVO 2011/12 (PÁG. 39)

EDUCAÇÃO GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DA TAXA DE OCUPAÇÃO ENTRE OS ANOS LETIVOS 2004/2005 E 2011/2012 NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR (PÁG. 41)

EDUCAÇÃO GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO DA TAXA DE OCUPAÇÃO ENTRE OS ANOS LETIVOS 2004/2005 E 2011/2012 NOS ESTABELECIMENTOS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO (PÁG. 42)

EDUCAÇÃO TABELA 4 - ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO PRÉ-ESCOLAR E 1º CEB (PÚBLICO) (PÁG. 44)

EDUCAÇÃO GRÁFICO 3 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS DO PRÉ-ESCOLAR PÚBLICO ENTRE OS ANOS LETIVOS 2004/2005 E 2011/2012 (PÁG. 49)

EDUCAÇÃO GRÁFICO 4 - VARIAÇÃO DO NÚMERO DE CRIANÇAS A FREQUENTAR O ENSINO PRÉ-ESCOLAR PÚBLICO, POR FREGUESIA, ENTRE OS ANOS LETIVOS 2004/2005 E 2011/2012 (PÁG. 50)

EDUCAÇÃO GRÁFICO 5 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CRIANÇAS A FREQUENTAR A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR EM INSTITUIÇÕES DO SETOR SOLIDÁRIO ENTRE OS ANOS LETIVOS 2004/2005 E 2011/2012 (PÁG. 51)

EDUCAÇÃO GRÁFICO 6 - VARIAÇÃO DO NÚMERO DE CRIANÇAS A FREQUENTAR A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR EM INSTITUIÇÕES DO SETOR SOLIDÁRIO, POR FREGUESIA, ENTRE OS ANOS LETIVOS 2004/2005 E 2011/2012 (PÁG. 52)

EDUCAÇÃO GRÁFICO 7 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CRIANÇAS A FREQUENTAR A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR EM ESTABELECIMENTO PRIVADOS ENTRE OS ANOS LETIVOS 2004/2005 E 2011/2012 (PÁG. 53)

EDUCAÇÃO GRÁFICO 8 - VARIAÇÃO DO NÚMERO DE CRIANÇAS A FREQUENTAR A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR EM ESTABELECIMENTOS PRIVADOS, POR FREGUESIA, ENTRE OS ANOS LETIVOS 2004/2005 E 2011/2012 (PÁG. 54)

EDUCAÇÃO TABELA 5 - DISTRIBUIÇÃO, POR IDADE, DO NÚMERO DE CRIANÇAS A FREQUENTAR A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR EM ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS NO ANO LETIVO 2011/12 (PÁG. 55)

EDUCAÇÃO TABELA 6 - DISTRIBUIÇÃO, POR IDADE, DO NÚMERO DE CRIANÇAS A FREQUENTAR A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR EM INSTITUIÇÕES DO SETOR SOLIDÁRIO NO ANO LETIVO 2011/12 (PÁG. 56)

EDUCAÇÃO TABELA 7 - DISTRIBUIÇÃO, POR IDADE, DO NÚMERO DE CRIANÇAS A FREQUENTAR A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR EM ESTABELECIMENTOS PRIVADOS NO ANO LETIVO 2011/12 (PÁG. 58)

EDUCAÇÃO GRÁFICO 9 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO PÚBLICO ENTRE OS ANOS LETIVOS 2004/2005 E 2011/2012 (PÁG. 59)

EDUCAÇÃO GRÁFICO 10 - VARIAÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO PÚBLICO, POR FREGUESIA ENTRE OS ANOS LETIVOS 2004/2005 E 2011/2012 (PÁG. 60)

EDUCAÇÃO TABELA 8 - DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS DO 1ºCICLO DO ENSINO BÁSICO PÚBLICO, POR ANO DE ESCOLARIDADE, NO ANO LETIVO 2011/12 (PÁG. 61)

EDUCAÇÃO GRÁFICO 11 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO PRIVADO ENTRE OS ANOS LETIVOS 2004/2005 E 2011/2012 (PÁG. 63)

EDUCAÇÃO TABELA 9 - DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS DO 1ºCICLO DO ENSINO BÁSICO PRIVADO, POR ANO DE ESCOLARIDADE, ENTRE OS ANOS LETIVOS 2004/2005 E 2011/2012 (PÁG. 64)

EDUCAÇÃO GRÁFICO 12 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS DO 2º E 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO PÚBLICO, ENTRE OS ANOS LETIVOS 2004/2005 E 2011/2012 (PÁG. 65)

EDUCAÇÃO GRÁFICO 13 - VARIAÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS DO 2º E 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO PÚBLICO, ENTRE OS ANOS LETIVOS 2004/2005 E 2011/2012 (PÁG. 66)

EDUCAÇÃO GRÁFICO 14 - DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NO 2º E 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO PÚBLICO, NO ANO LETIVO 2011/12, POR ESTABELECIMENTO DE ENSINO (PÁG. 67)

EDUCAÇÃO GRÁFICO 15 - NÚMERO DE ALUNOS DO 2º E 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO PRIVADO ENTRE OS ANOS LETIVOS 2004/2005 E 2011/2012 (PÁG. 68)

EDUCAÇÃO GRÁFICO 16 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS DO ENSINO SECUNDÁRIO PÚBLICO ENTRE OS ANOS LETIVOS 2004/2005 E 2011/2012 (PÁG. 70)

EDUCAÇÃO GRÁFICO 17 - VARIAÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS DO ENSINO SECUNDÁRIO PÚBLICO ENTRE OS ANOS LETIVOS 2004/2005 E 2011/2012, POR ESTABELECIMENTO DE ENSINO (PÁG. 71)

EDUCAÇÃO GRÁFICO 18 - DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO SECUNDÁRIO PÚBLICO, NO ANO LETIVO 2011/12, POR ESTABELECIMENTO DE ENSINO (PÁG. 72)

EDUCAÇÃO TABELA 10 - NÚMERO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO NOS ANOS LETIVOS 2004/05 E 2011/12 (PÁG. 74)

EDUCAÇÃO TABELA 11 - ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO INSERIDOS NUMA SALA DE UNIDADE DE ENSINO ESTRUTURADO NO ANO LETIVO 2011/12 (PÁG. 75)

EDUCAÇÃO TABELA 12 - ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS DO 2º E 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO E ENSINO SECUNDÁRIO NOS ANOS LETIVOS 2004/05 E 2011/12 (PÁG. 76)

EDUCAÇÃO GRÁFICO 19 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NOS CURSOS PROFISSIONAIS, TECNOLÓGICOS E DE APRENDIZAGEM ENTRE OS ANOS LETIVOS 2006/2007 E 2011/2012 (PÁG. 78)

EDUCAÇÃO TABELA 13 - NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NOS CURSOS PROFISSIONAIS, TECNOLÓGICOS E DE APRENDIZAGEM ENTRE OS ANOS LETIVOS 2006/2007 E 2011/2012, POR ESCOLA (PÁG. 79)

EDUCAÇÃO GRÁFICO 20 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NOS CURSOS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE JOVENS ENTRE OS ANOS LETIVOS 2006/2007 E 2011/2012 (PÁG. 82)

EDUCAÇÃO TABELA 14 - NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NOS CURSOS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE JOVENS ENTRE OS ANOS LETIVOS 2006/2007 E 2011/2012, POR ESCOLA (PÁG. 83)

EDUCAÇÃO TABELA 15 - NÚMERO DE ALUNOS DO ENSINO RECORRENTE NA ESCOLA SECUNDÁRIA DA MAIA ENTRE OS ANOS LETIVOS 2004/05 E 2011/12 (PÁG. 87)

EDUCAÇÃO GRÁFICO 21 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NOS CURSOS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS ENTRE OS ANOS LETIVOS 2007/2008 E 2011/2012 (PÁG. 87)

EDUCAÇÃO TABELA 16 - NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NOS CURSOS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS ENTRE OS ANOS LETIVOS 2007/2008 E 2011/2012, POR ESCOLA (PÁG. 88)

EDUCAÇÃO TABELA 17 - NÚMERO DE ALUNOS CERTIFICADOS PELO PROCESSO DE RECONHECIMENTO, VALIDAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS (RVCC) ENTRE 2007 E 2011 (PÁG. 89)

EDUCAÇÃO GRÁFICO 22 - NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS E DIPLOMADOS NOS CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO TECNOLÓGICA, NO ISMAI, ENTRE OS ANOS LETIVOS 2006/2007 E 2011/2012 (PÁG. 90)

EDUCAÇÃO TABELA 18 - NÚMERO DE ALUNOS INSCRITOS, NOS CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO TECNOLÓGICA DO ISMAI, NO ANO LETIVO 2011/12 (PÁG. 91)

EDUCAÇÃO GRÁFICO 23 - NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NAS LICENCIATURAS E MESTRADOS, NO ISMAI, ENTRE OS ANOS LETIVOS 2006/2007 E 2011/2012 (PÁG. 92)

EDUCAÇÃO TABELA 19 - NÚMERO DE ALUNOS INSCRITOS NAS LICENCIATURAS DO ISMAI NO ANO LETIVO 2011/12 (PÁG. 93)

EDUCAÇÃO TABELA 20 - NÚMERO DE ALUNOS INSCRITOS NOS MESTRADOS DO ISMAI NO ANO LETIVO 2011/12 (PÁG. 94)

EDUCAÇÃO TABELA 21 - NÚMERO DE ALUNOS DIPLOMADOS NO ISMAI ENTRE OS ANOS LETIVOS 2006/2007 E 2010/2011 (PÁG. 95)

EDUCAÇÃO GRÁFICO 24 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE REFEIÇÕES ESCOLARES NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO (PÚBLICO) ENTRE OS ANOS LETIVOS 2006/2007 E 2011/2012 (PÁG. 97)

EDUCAÇÃO GRÁFICO 25 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS COM SUBSÍDIO PARA LIVROS/MATERIAL ESCOLAR/ALIMENTAÇÃO, POR ESCALÃO, NO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO ENTRE OS ANOS LETIVOS 2008/2009 E 2011/2012 (PÁG. 98)

EDUCAÇÃO TABELA 22 - NÚMERO DE ALUNOS SUBSIDIADOS, POR ESCALÃO, NO 2º, 3º CICLOS E ENSINO SECUNDÁRIO, NOS ANOS LETIVOS 2004/05 E 2011/12 (PÁG. 99)

EDUCAÇÃO GRÁFICO 26 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS COM SUBSÍDIO DE TRANSPORTE ESCOLAR ENTRE OS ANOS LETIVOS 2004/2005 E 2011/2012 (PÁG. 100)

EDUCAÇÃO GRÁFICO 27 - VARIAÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS COM SUBSÍDIO DE TRANSPORTE ESCOLAR, POR ESTABELECIMENTO DE ENSINO, ENTRE OS ANOS LETIVOS 2004/2005 E 2011/2012 (PÁG. 101)

EDUCAÇÃO GRÁFICO 28 - NÚMERO DE ALUNOS COM SUBSÍDIO DE TRANSPORTE ESCOLAR, POR EMPRESA DE TRANSPORTE, NO ANO LETIVO 2004/05 (PÁG. 102)

EDUCAÇÃO GRÁFICO 29 - NÚMERO DE ALUNOS COM SUBSÍDIO DE TRANSPORTE ESCOLAR, POR EMPRESA DE TRANSPORTE, NO ANO LETIVO 2011/12 (PÁG. 102)

EDUCAÇÃO GRÁFICO 30 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS INSCRITOS NAS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR ENTRE OS ANOS LETIVOS 2006/2007 E 2011/2012 (PÁG. 104)

EDUCAÇÃO GRÁFICO 31 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CRIANÇAS A FREQUENTAR A COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA ENTRE OS ANOS LETIVOS 2005/2006 E 2011/2012 (PÁG. 106)

EDUCAÇÃO GRÁFICO 32 - NÚMERO DE ALUNOS A FREQUENTAR O SERVIÇO DE APOIO À FAMÍLIA NOS ANOS LETIVOS 2010/11 E 2011/12 (PÁG. 108)

EDUCAÇÃO GRÁFICO 33 - TAXAS DE RETENÇÃO E DESISTÊNCIA A NÍVEL NACIONAL, POR NÍVEL DE ENSINO, NOS ANOS LETIVOS 2004/05 E 2010/11 (PÁG. 111)

EDUCAÇÃO GRÁFICO 34 - TAXAS DE RETENÇÃO E DESISTÊNCIA NA REGIÃO NORTE, POR NÍVEL DE ENSINO, NOS ANOS LETIVOS 2004/05 E 2010/11 (PÁG. 112)

EDUCAÇÃO GRÁFICO 35 - TAXA DE RETENÇÃO NO 1º CEB (PÚBLICO) NOS ANOS LETIVOS 2004/05 E 2010/11, NO MUNICÍPIO DA MAIA (PÁG. 112)

EDUCAÇÃO TABELA 23 - NÚMERO DE ALUNOS REPETENTES E CASOS DE ABSENTISMO E ABANDONO NO 1º CEB (PÚBLICO) EM 2004/05 E 2010/11, NO MUNICÍPIO DA MAIA (PÁG. 113)

EDUCAÇÃO TABELA 24 - NÚMERO DE ALUNOS REPETENTES POR ANO DE ESCOLARIDADE NO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO PÚBLICO NOS ANOS LETIVOS 2004/05 E 2010/11, NO MUNICÍPIO DA MAIA (PÁG. 114)

EDUCAÇÃO GRÁFICO 36 - TAXA DE RETENÇÃO NO 2º CICLO DO ENSINO BÁSICO PÚBLICO NOS ANOS LETIVOS 2004/05 E 2010/11, NO MUNICÍPIO DA MAIA (PÁG. 115)

EDUCAÇÃO GRÁFICO 37 - TAXA DE RETENÇÃO NO 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO PÚBLICO NOS ANOS LETIVOS 2004/05 E 2010/11, NO MUNICÍPIO DA MAIA (PÁG. 115)

EDUCAÇÃO GRÁFICO 38 - TAXA DE DESISTÊNCIA NO 2º CICLO DO ENSINO BÁSICO PÚBLICO NOS ANOS LETIVOS 2004/05 E 2010/11, NO MUNICÍPIO DA MAIA (PÁG. 116)

EDUCAÇÃO GRÁFICO 39 - TAXA DE DESISTÊNCIA NO 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO PÚBLICO NOS ANOS LETIVOS 2004/05 E 2010/11, NO MUNICÍPIO DA MAIA (PÁG. 116)

EDUCAÇÃO TABELA 25 - NÚMERO DE ALUNOS REPETENTES E CASOS DE ABSENTISMO E ABANDONO POR ANO DE ESCOLARIDADE NOS 2º E 3º CICLOS DO ENSINO BÁSICO PÚBLICO NOS ANOS LETIVOS 2004/05 E 2010/11, NO MUNICÍPIO DA MAIA (PÁG. 118)

EDUCAÇÃO GRÁFICO 40 - TAXA DE RETENÇÃO NO ENSINO SECUNDÁRIO REGULAR PÚBLICO NOS ANOS LETIVOS 2004/05 E 2010/11, NO MUNICÍPIO DA MAIA (PÁG. 119)

EDUCAÇÃO GRÁFICO 41 - TAXA DE DESISTÊNCIA NO ENSINO SECUNDÁRIO REGULAR PÚBLICO NOS ANOS LETIVOS

2004/05 E 2010/11, NO MUNICÍPIO DA MAIA (PÁG. 120)

EDUCAÇÃO TABELA 26 - NÚMERO DE ALUNOS REPETENTES E CASOS DE ABANDONO POR ANO DE ESCOLARIDADE NO ENSINO SECUNDÁRIO REGULAR PÚBLICO EM 2004/05 E 2010/11, NO MUNICÍPIO DA MAIA (PÁG. 121)

ÍNDICE DE FIGURAS, GRÁFICOS, MAPAS, QUADROS E TABELAS – AÇÃO SOCIAL

AÇÃO SOCIAL QUADRO 1 – ENTIDADES SOLIDÁRIAS DO MUNICÍPIO DA MAIA E RESPECTIVAS VALÊNCIAS EM 2011 (PÁG. 128)

AÇÃO SOCIAL QUADRO 2 – SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE APOIO À INFÂNCIA E JUVENTUDE EM 2011 (PÁG. 132)

AÇÃO SOCIAL QUADRO 3 – SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE APOIO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM 2011, ENTIDADES SOLIDÁRIAS DO MUNICÍPIO DA MAIA (PÁG. 134)

AÇÃO SOCIAL QUADRO 4 – SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE APOIO À TERCEIRA IDADE EM 2011 NO MUNICÍPIO DA MAIA (PÁG. 144)

AÇÃO SOCIAL QUADRO 5 – FREGUESIAS DO MUNICÍPIO DA MAIA ABRANGIDAS PELO SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO EM 2011 (PÁG. 144)

AÇÃO SOCIAL QUADRO 6 – CENTROS DE CONVÍVIO DA TERCEIRA IDADE EM 2011 (PÁG. 145)

AÇÃO SOCIAL QUADRO 7 – PRINCIPAIS PRESTAÇÕES FAMILIARES EM 2010 E 2011 (PÁG. 172)

AÇÃO SOCIAL GRÁFICO 1 - DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS RSI PELO DISTRITO DO PORTO (AGO2012) (PÁG. 174)

AÇÃO SOCIAL QUADRO 8 - DISTRIBUIÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS RSI FACE À POPULAÇÃO RESIDENTE - GRANDE PORTO (PÁG. 175)

AÇÃO SOCIAL GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DO RSI NO MUNICÍPIO DA MAIA (PÁG.176)

AÇÃO SOCIAL GRÁFICO 3 – DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS RSI NA MAIA PELA DATA DO REQUERIMENTO (PÁG. 177)

AÇÃO SOCIAL GRÁFICO 4 – DISTRIBUIÇÃO DE BENEFICIÁRIOS RSI FACE À POPULAÇÃO RESIDENTE NA MAIA (PÁG. 177)

AÇÃO SOCIAL GRÁFICO 5 – DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS RSI POR FREGUESIA - MUNICÍPIO DA MAIA (PÁG. 178)



AÇÃO SOCIAL GRÁFICO 6 - DISTRIBUIÇÃO POR FREGUESIA DE BENEFICIÁRIOS RSI FACE À POPULAÇÃO RESIDENTE
(PÁG.179)

AÇÃO SOCIAL GRÁFICO 7 - DISTRIBUIÇÃO DE BENEFICIÁRIOS RSI NA MAIA POR GÉNERO (PÁG. 179)

AÇÃO SOCIAL GRÁFICO 8 - DISTRIBUIÇÃO DE BENEFICIÁRIOS RSI NA MAIA POR FAIXA ETÁRIA (PÁG. 180)

AÇÃO SOCIAL GRÁFICO 9 - DISTRIBUIÇÃO DE BENEFICIÁRIOS COM OU SEM RENDIMENTOS (PÁG. 181)

AÇÃO SOCIAL GRÁFICO 10 - PROCESSOS FAMILIARES POR TIPOLOGIA DE AGREGADO (PÁG. 181)

AÇÃO SOCIAL GRÁFICO 11 - DIMENSÃO DE AGREGADO FAMILIAR (PÁG. 182)

AÇÃO SOCIAL GRÁFICO 12 - ESCALÃO DE PRESTAÇÃO DE RSI (PÁG. 183)

AÇÃO SOCIAL QUADRO 9 - HABITAÇÃO SOCIAL (PÁG. 184)

AÇÃO SOCIAL GRÁFICO 13 - BENEFICIÁRIOS POR ÁREA DE INSERÇÃO (CONTRATO DE INSERÇÃO) (PÁG. 184)

AÇÃO SOCIAL QUADRO 10 – VALOR MÉDIO ANUAL DAS PENSÕES EM 2011 (PÁG. 187)

AÇÃO SOCIAL QUADRO 11 – PENSIONISTAS POR INVALIDEZ, VELHICE E SOBREVIVÊNCIA EM 2011 (PÁG. 190)

AÇÃO SOCIAL QUADRO 12 – NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS DA MEDIDA COMPLEMENTO SOLIDÁRIO PARA IDOSOS NO MUNICÍPIO DA MAIA POR FREGUESIA E ESTADO CIVIL EM 2010 (PÁG. 191)

AÇÃO SOCIAL QUADRO 13 – NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS DA MEDIDA COMPLEMENTO SOLIDÁRIO PARA IDOSOS NO MUNICÍPIO DA MAIA POR FREGUESIA E ESTADO CIVIL EM 2011 (PÁG. 192)

AÇÃO SOCIAL QUADRO 14 – INSTITUIÇÕES COM O PROGRAMA COMUNITÁRIO DE AJUDA ALIMENTAR A CARENCIADOS EM 2008, 2009, 2010 E 2011 (PÁG. 193)

AÇÃO SOCIAL QUADRO 15- CONFERÊNCIAS DO MUNICÍPIO DA MAIA (PÁG. 195)

AÇÃO SOCIAL QUADRO 16 - NÚMERO TOTAL DE CABAZES DE N ATAL ATRIBUÍDOS, POR CADA TIPO DE CABAZ, EM 2007, 2008, 2009, 2010 E 2011 (PÁG. 196)

AÇÃO SOCIAL QUADRO 17 – ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS Gabinetes DE ATENDIMENTO INTEGRADO LOCAL (PÁG. 203)

AÇÃO SOCIAL QUADRO 18 – NÚMERO TOTAL DE ATENDIMENTOS DOS Gabinetes DE ATENDIMENTO INTEGRADO LOCAL NO MUNICÍPIO DA MAIA EM 2007, 2008, 2009, 2010 E 2011 (PÁG. 206)

AÇÃO SOCIAL GRÁFICO 14 – NÚMERO TOTAL DE ATENDIMENTOS DOS GAIL NO MUNICÍPIO DA MAIA ENTRE OS ANOS DE 2007 E DE 2011 (PÁG. 207)

AÇÃO SOCIAL GRÁFICO 15 – PROBLEMÁTICAS APRESENTADAS NOS PRIMEIROS ATENDIMENTOS EFETUADOS EM 2011 (PÁG. 209)

AÇÃO SOCIAL QUADRO 19 – PREVALÊNCIA DOS APOIOS SOCIAIS POR RUBRICA NO MUNICÍPIO DA MAIA EM 2010 E 2011 (PÁG. 210)



AÇÃO SOCIAL QUADRO 20 - PROCESSOS INSTAURADOS NA CPCJ DA MAIA ENTRE 2007 E 2011 (PÁG. 212)

AÇÃO SOCIAL QUADRO 21 - FLUXO PROCESSUAL (GLOBAL) NA CPCJ DA MAIA ENTRE 2005 E 2011 (PÁG. 213)

AÇÃO SOCIAL QUADRO 22 - NATURALIDADE DAS CRIANÇAS/JOVENS ACOMPANHADAS PELA CPCJ DA MAIA ENTRE OS ANOS DE 2007 A 2011 (PÁG. 213)

AÇÃO SOCIAL QUADRO 23 - ENQUADRAMENTO SÓCIO-EDUCATIVO DAS CRIANÇAS DOS 0 AOS 5 ANOS ACOMPANHADAS PELA CPCJ DA MAIA ENTRE OS ANOS DE 2005 A 2010 (PÁG. 214)

AÇÃO SOCIAL QUADRO 24 - ESCOLARIDADE DAS CRIANÇAS ENTRE OS 6 E OS 10 ANOS ACOMPANHADAS PELA CPCJ DA MAIA ENTRE OS ANOS DE 2005 A 2010 (PÁG. 214)

AÇÃO SOCIAL QUADRO 25 - ESCOLARIDADE DAS CRIANÇAS ENTRE OS 11 E OS 14 ANOS ACOMPANHADAS PELA CPCJ DA MAIA ENTRE OS ANOS DE 2005 A 2010 (PÁG. 215)

AÇÃO SOCIAL QUADRO 26 - ESCOLARIDADE DOS JOVENS COM MAIS DE 15 ANOS ACOMPANHADAS PELA CPCJ DA MAIA ENTRE OS ANOS DE 2005 A 2010 (PÁG. 215)

AÇÃO SOCIAL QUADRO 27 - ENTIDADES QUE PARTICIPARAM NAS SINALIZAÇÕES DAS SITUAÇÕES DE PERIGO ENTRE 2007 E 2011 (PÁG. 216)

AÇÃO SOCIAL QUADRO 28 - MODALIDADE DE CONTACTO (PÁG. 217)

AÇÃO SOCIAL QUADRO 29 - PROBLEMÁTICAS SINALIZADAS À CPCJ, DISTRIBUÍDAS POR SEXO, ENTRE OS ANOS DE 2007 E 2011 (PÁG. 218)

AÇÃO SOCIAL QUADRO 30 - TIPOLOGIA DO AGREGADO FAMILIAR COM QUEM VIVE A CRIANÇA/JOVEM ENTRE OS ANOS DE 2007 E 2011 (PÁG. 219)

AÇÃO SOCIAL QUADRO 31 - TIPO DE FAMÍLIAS COM QUEM VIVEM AS CRIANÇAS/JOVENS ENTRE OS ANOS DE 2007 E 2011 (PÁG. 220)

AÇÃO SOCIAL QUADRO 32 - PROVENIÊNCIA DOS RENDIMENTOS DOS AGREGADOS FAMILIARES ENTRE OS ANOS DE 2007 E 2010 (PÁG. 221)

AÇÃO SOCIAL QUADRO 32A - RENDIMENTOS/ SITUAÇÃO PERANTE O TRABALHO EM 2011 (PÁG. 222)

AÇÃO SOCIAL QUADRO 33 - SITUAÇÃO HABITACIONAL ENTRE OS ANOS DE 2007 A 2011 (PÁG. 222)

AÇÃO SOCIAL QUADRO 34 - INTERVENÇÃO PROMOVIDA (MEDIDAS DE PROMOÇÃO E PROTEÇÃO APLICADAS EM FUNÇÃO DO VOLUME PROCESSUAL GLOBAL) ENTRE OS ANOS DE 2007 E 2011 (PÁG. 223)



AÇÃO SOCIAL QUADRO 35 - CARACTERIZAÇÃO SOCIAL DO MEIO ENVOLVENTE ONDE SE ENCONTRAM INSERIDAS AS CRIANÇAS/JOVENS SINALIZADOS À CPCJ DA MAIA ENTRE 2007 E 2011 (PÁG. 224)

AÇÃO SOCIAL QUADRO 36 - NÚMERO DE PESSOAS SEM-ABRIGO NO MUNICÍPIO DA MAIA (PÁG. 229)

AÇÃO SOCIAL QUADRO 37 - NÚMERO DE CASOS DE VIOLENCIA DOMÉSTICA (VD) NO MUNICÍPIO DA MAIA EM 2011 (PÁG. 230)

AÇÃO SOCIAL QUADRO 38 E 38 A - NÚMERO DE VÍTIMAS DE VIOLENCIA DOMÉSTICA (VD) SEGUNDO O GRUPO ETÁRIO EM 2011 (PÁG. 231)

AÇÃO SOCIAL QUADRO 39 – NÚMERO DE VÍTIMAS DE VIOLENCIA DOMÉSTICA (VD) SEGUNDO O GÉNERO EM 2011 (PÁG. 232)

AÇÃO SOCIAL QUADRO 40 E 40A – GRAU DE PARENTESCO ENTRE VÍTIMAS E SUSPEITOS DE VIOLENCIA DOMÉSTICA (VD) EM 2011 (PÁG. 233)

AÇÃO SOCIAL QUADRO 41 E 41-A – NÚMERO DE SUSPEITOS DE CRIME DE VIOLENCIA DOMÉSTICA SEGUNDO O GRUPO ETÁRIO EM 2011 (PÁG. 233)

AÇÃO SOCIAL QUADRO 42 – NÚMERO DE SUSPEITOS DE CRIME DE VIOLENCIA DOMÉSTICA (VD) SEGUNDO O SEXO EM 2011 (PÁG. 234)

AÇÃO SOCIAL QUADRO 43 - NÚMERO DE CRIMES REGISTADOS PELAS AUTORIDADES POLICIAIS POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E CATEGORIA DE CRIME, EM 2011 (PÁG. 235)

AÇÃO SOCIAL QUADRO 43 A - NÚMERO DE CRIMES REGISTADOS PELAS AUTORIDADES POLICIAIS POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E CATEGORIA DE CRIME (PÁG. 236)

ÍNDICE DE FIGURAS, GRÁFICOS, MAPAS, QUADROS E TABELAS – EMPREGO

EMPREGO QUADRO 1 – EVOLUÇÃO DAS EMPRESAS POR SETOR DE ATIVIDADE, NO MUNICÍPIO DA MAIA (PÁG. 248)

EMPREGO QUADRO 2 - NÚMERO TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM SEGUNDO O SETOR DE ATIVIDADE NO MUNICÍPIO DA MAIA, GRANDE PORTO E CONTINENTE EM 2007 (PÁG. 248)

EMPREGO GRÁFICO 1 - PERCENTAGEM DE TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM SEGUNDO SETOR DE ATIVIDADE NO MUNICÍPIO DA MAIA (PÁG. 249)

EMPREGO QUADRO 3 – POSTOS DE TRABALHO POR 1000 HABITANTES NO MUNICÍPIO DA MAIA EM 2001 E 2007 (PÁG. 249)

EMPREGO QUADRO 4 - TAXA DE CRESCIMENTO DO EMPREGO (PÁG. 250)

EMPREGO QUADRO 5 - NÚMERO TOTAL DE EMPRESAS, NO MUNICÍPIO DA MAIA, GRANDE PORTO E CONTINENTE, 2008 (PÁG. 250)

EMPREGO QUADRO 6 – NÚMERO TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM SEGUNDO O NÍVEL DE HABILITAÇÕES NO MUNICÍPIO DA MAIA, GRANDE PORTO E CONTINENTE EM 2007 (PÁG. 251)

EMPREGO QUADRO 7 - PERCENTAGEM DE TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM SEGUNDO O NÍVEL DE HABILITAÇÕES NO MUNICÍPIO DA MAIA, GRANDE PORTO E CONTINENTE EM 2007 (PÁG. 251)

EMPREGO QUADRO 8 – NÚMERO DE EMPRESAS SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÓMICAS NO MUNICÍPIO DA MAIA EM 2007 (PÁG. 252)

EMPREGO QUADRO 9 - MATRIZ DE ORIGEM DOS DESTINOS DAS VIAGENS CASA – TRABALHO (PÁG. 253)

EMPREGO QUADRO 10 - TOTAL DE DESEMPREGADOS INSCRITOS NOS CENTROS DE EMPREGO NOS MUNICÍPIOS DO GRANDE PORTO ENTRE OS ANOS 2004 A 2011 (PÁG. 254)

EMPREGO GRÁFICO 2 - TOTAL DE DESEMPREGADOS INSCRITOS NO CENTRO DE EMPREGO DA MAIA ENTRE OS ANOS 2004 E 2011 (PÁG. 255)

EMPREGO QUADRO 11 - TOTAL DE DESEMPREGADOS INSCRITOS NOS CENTROS DE EMPREGO DOS MUNICÍPIOS DO GRANDE PORTO, NORTE E CONTINENTE POR GÉNERO (PÁG. 256)

EMPREGO GRÁFICO 3 – DESEMPREGO REGISTO SEGUNDO O GÉNERO (PÁG. 256)

EMPREGO QUADRO 12 - TOTAL DE DESEMPREGADOS INSCRITOS NOS CENTROS DE EMPREGO NOS MUNICÍPIOS DO GRANDE PORTO, NORTE E CONTINENTE POR TEMPO DE INSCRIÇÃO EM 2011 (PÁG. 257)

EMPREGO QUADRO 13 - TOTAL DE DESEMPREGADOS INSCRITOS NOS CENTROS DE EMPREGO NOS MUNICÍPIOS DO GRANDE PORTO, NORTE E CONTINENTE POR SITUAÇÃO FACE AO EMPREGO (PÁG. 258)

EMPREGO QUADRO 14 A - TOTAL DE DESEMPREGADOS INSCRITOS NOS CENTROS DE EMPREGO NOS MUNICÍPIOS DO GRANDE PORTO, NORTE E CONTINENTE POR GRUPO ETÁRIO EM 2009 (PÁG. 259)

EMPREGO QUADRO 14 B - TOTAL DE DESEMPREGADOS INSCRITOS NOS CENTROS DE EMPREGO NOS MUNICÍPIOS DO GRANDE PORTO, NORTE E CONTINENTE POR GRUPO ETÁRIO EM 2010 (PÁG. 259)

EMPREGO QUADRO 14 C - TOTAL DE DESEMPREGADOS INSCRITOS NOS CENTROS DE EMPREGO NOS MUNICÍPIOS DO GRANDE PORTO, NORTE E CONTINENTE POR GRUPO ETÁRIO EM 2011 (PÁG. 260)

EMPREGO QUADRO 15 A - TOTAL DE DESEMPREGADOS INSCRITOS NOS CENTROS DE EMPREGO NOS MUNICÍPIOS DO GRANDE PORTO, NORTE E CONTINENTE POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE EM 2009 (PÁG. 261)

EMPREGO QUADRO 15 B - TOTAL DE DESEMPREGADOS INSCRITOS NOS CENTROS DE EMPREGO NOS MUNICÍPIOS DO GRANDE PORTO, NORTE E CONTINENTE POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE EM 2010 (PÁG. 261)

EMPREGO QUADRO 15 C - TOTAL DE DESEMPREGADOS INSCRITOS NOS CENTROS DE EMPREGO NOS MUNICÍPIOS DO GRANDE PORTO, NORTE E CONTINENTE POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE EM JANEIRO DE 2011 (PÁG. 262)

EMPREGO GRÁFICO 4 - NÍVEL DE HABILITAÇÕES DOS DESEMPREGADOS INSCRITOS DO MUNICÍPIO DA MAIA EM 2011 (PÁG. 262)

EMPREGO QUADRO 16 - TOTAL DE DESEMPREGADOS INSCRITOS POR MOTIVOS DE INSCRIÇÃO NO MUNICÍPIO DA MAIA EM 2011 (PÁG. 263)

EMPREGO QUADRO 17 - DESEMPREGADOS INSCRITOS NO CENTRO DE EMPREGO DA MAIA POR FREGUESIA DE RESIDÊNCIA (PÁG. 264)

EMPREGO GRÁFICO 5 - PROGRAMAS E MEDIDAS DE EMPREGO (PÁG. 265)

EMPREGO QUADRO 18 - FREGUESIA DO MUNICÍPIO DA MAIA ONDE OPERAM OS GABINETES INSERÇÃO PROFISSIONAL (PÁG. 267)

EMPREGO QUADRO 19 - EVOLUÇÃO DO Nº DE TRABALHADORES NAS EMPRESAS FINANCIADAS (PÁG. 268)



INDICE DE FIGURAS, GRÁFICOS, MAPAS, QUADROS E TABELAS – SAÚDE

SAÚDE ORGANOGRAMA 1 – CARATERIZAÇÃO DO ACES GRANDE PORTO IV MAIA (PÁG. 274)

SAÚDE QUADRO 1 - UTENTES INSCRITOS COM E SEM MÉDICO POR LOCAL, JANEIRO DE 2012 (PÁG. 277)

SAÚDE QUADRO 2 – ÍNDICES UTILIZAÇÃO HOSPITALAR (PÁG. 278)

SAÚDE QUADRO 3 – CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA DO ACES GRANDE PORTO IV MAIA (PÁG. 279)

SAÚDE QUADRO 4 - ÍNDICES DE DEPENDÊNCIA POR LOCAL E GLOBAL, 2010 (PÁG. 280)

SAÚDE QUADRO 5 - EVOLUÇÃO DA TAXA BRUTA DA NATALIDADE (/1000 HABITANTES), 2003-2008, NO ACES GRANDE PORTO IV MAIA, REGIÃO NORTE E CONTINENTE (PÁG. 280)

SAÚDE QUADRO 6 - ESPERANÇA DE VIDA À NASCENÇA E AOS 65 ANOS, TRIÉNIO 2005-2007, NO CONTINENTE, REGIÃO NORTE E ACES GRANDE PORTO IV MAIA (PÁG. 281)

SAÚDE QUADRO 7 - EVOLUÇÃO DA TAXA BRUTA DE MORTALIDADE (/1000 HABITANTES), 2003-2008 NO MUNICÍPIO DA MAIA, REGIÃO NORTE E CONTINENTE (PÁG. 282)

SAÚDE QUADRO 8 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ÓBITOS DE CRIANÇAS COM MENOS DE 1 ANO NO MUNICÍPIO DA MAIA, REGIÃO NORTE E CONTINENTE POR TRIÉNIOS 2001 – 2007 (PÁG. 282)

SAÚDE QUADRO 9 - EVOLUÇÃO DA TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL (/1000 NADOS VIVOS), MÉDIA ANUAL NOS TRIÉNIOS 2001 – 2007 (PÁG. 293)

SAÚDE QUADRO 10 - TAXA MORTALIDADE PADRONIZADA PELA IDADE/100000 HAB. (H+M 0-64 ANOS) GRANDES GRUPOS DE CAUSAS DE MORTE 2003/2005 (PÁG. 283)

SAÚDE QUADRO 11 - MONITORIZAÇÃO DOS REGISTOS DOS PROBLEMAS DE SAÚDE (PÁG. 284)

SAÚDE QUADRO 12 - EVOLUÇÃO DAS DNO NO ACES GRANDE PORTO IV MAIA (2009 – 2011) (PÁG. 285)

SAÚDE QUADRO 13 - NÚMERO DE NOTIFICAÇÕES DE CASOS DE CRS, PA, SIDA E INFECÇÃO VIH (CRS+PA+SIDA) POR ESTADO VITAL (CASOS DECLARADOS ATÉ 31/12/2008) (PÁG. 286)

SAÚDE QUADRO 14 - NÚMERO DE NOTIFICAÇÕES, TAXA DE INCIDÊNCIA MÉDIA ANUAL (2000-2008) TAXA DE PREVALÊNCIA A DE CASOS DE SIDA E INFECÇÃO VIH (CRS+PA+SIDA) PORTUGAL, REGIÃO NORTE E ACES MAIA (PÁG. 287)

SAÚDE QUADRO 15 - EVOLUÇÃO DA TAXA DE INCIDÊNCIA DE TUBERCULOSE, 2000-2008 CONTINENTE, REGIÃO

NORTE E ACES GRANDE PORTO IV MAIA, 2008 (PÁG. 288)

SAÚDE GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DA TAXA DE INCIDÊNCIA (/100 000 HABITANTES) DE TUBERCULOSE (2000 – 2008) CONTINENTE, REGIÃO NORTE E MAIA, 2008 (PÁG. 288)

SAÚDE QUADRO 16 - ACOMPANHAMENTO DE UTENTES DO CENTRO DIAGNÓSTICO PNEUMOLÓGICO (CDP) MAIA NAS UNIDADES DE SAÚDE NO ANO DE 2011 (TUBERCULOSE DOENÇA, TUBERCULOSE INFEÇÃO, QUIMIOPROFILAXIA E PREVENÇÃO) (PÁG. 289)

SAÚDE QUADRO 17 - AVALIAÇÃO RELATIVAMENTE AO NÚMERO DE CONSULTAS MÉDICAS REALIZADAS EM 2011 (PÁG. 289)

SAÚDE QUADRO 18 - RASTREIO A CONVIVENTES DOS CASOS ÍNDICE DE 2011 (PÁG. 290)

SAÚDE QUADRO 19 - UTENTES A FAZEREM QUIMIOPROFILAXIA OU TRATAMENTO A TUBERCULOSE INFEÇÃO (PÁG. 290)

SAÚDE QUADRO 20 - AVALIAÇÃO RELATIVAMENTE AO NÚMERO DE CONSULTAS E CONTACTOS DE ENFERMAGEM REALIZADOS NO CDP MAIA (PÁG. 290)

SAÚDE QUADRO 21 - DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA POR ÁREA DE RESIDÊNCIA PERMANENTE DOS DOENTES DO CDP MAIA QUE INICIARAM TRATAMENTO EM 2011 (PÁG. 290)

SAÚDE QUADRO 22 - DISTRIBUIÇÃO DOS DOENTES SEGUNDO CLASSIFICAÇÃO DA TUBERCULOSE POR LOCALIZAÇÃO (PÁG. 291)

SAÚDE QUADRO 23 - DOENTES QUE INICIARAM TRATAMENTO EM TOMA OBSERVAÇÃO DIRETA (TOD) NA UNIDADE DE SAÚDE CDP DA MAIA NO ANO DE 2011 (PÁG. 292)

SAÚDE QUADRO 24 - INDICADORES RELATIVOS À SAÚDE MENTAL DE PEDOPSQUIATRIA ENTRE 2005 E 2008 NÚMERO DE CONSULTAS, POR GÉNERO, MUNICÍPIO DA MAIA (PÁG. 294)

SAÚDE QUADRO 25 - INDICADORES RELATIVOS À SAÚDE MENTAL DE PEDOPSQUIATRIA ENTRE 2009 E 2011 NÚMERO DE CONSULTAS, POR GÉNERO E IDADE, DO MUNICÍPIO DA MAIA (PÁG. 294)

SAÚDE QUADRO 26 - INDICADORES RELATIVOS À SAÚDE MENTAL DE PEDOPSQUIATRIA ENTRE 2005 E 2008 FREGUESIA DE ORIGEM DOS PACIENTES, MUNICÍPIO DA MAIA (PÁG. 295)

SAÚDE QUADRO 27 - INDICADORES RELATIVOS À SAÚDE MENTAL DE PEDOPSQUIATRIA ENTRE 2009 E 2011 FREGUESIA DE ORIGEM DOS PACIENTES, MUNICÍPIO DA MAIA (PÁG. 296)

SAÚDE QUADRO 28 - INDICADORES RELATIVOS À SAÚDE MENTAL DE PEDOPSQUIATRIA ENTRE 2009 E 2011 NÚMERO DE INTERNAMENTOS, POR RESIDÊNCIA E GÉNERO DOS PACIENTES, MUNICÍPIO DA MAIA (PÁG. 296)



SAÚDE QUADRO 29 - INDICADORES RELATIVOS À SAÚDE MENTAL DE PEDOPSQUIATRIA ENTRE 2009 E 2011

NÚMERO DE INTERNAMENTOS, POR IDADE E GÉNERO DOS PACIENTES, MUNICÍPIO DA MAIA
(PÁG. 297)

SAÚDE QUADRO 30 - INDICADORES RELATIVOS À SAÚDE MENTAL DE PEDOPSQUIATRIA ENTRE 2005 E 2008
PATOLOGIAS MAIS COMUNS (PÁG. 297)

SAÚDE QUADRO 30 A- INDICADORES RELATIVOS À SAÚDE MENTAL DE ADULTOS 2005 – 2008 NÚMERO DE
INTERNAMENTOS, POR GÉNERO, MUNICÍPIO DA MAIA (PÁG. 298)

SAÚDE QUADRO 31 - INDICADORES RELATIVOS À SAÚDE MENTAL ADULTOS 2005 – 2008 NÚMERO DE
INTERNAMENTOS, POR GRUPO ETÁRIO, MUNICÍPIO DA MAIA (PÁG. 298)

SAÚDE QUADRO 32 - INDICADORES RELATIVOS À SAÚDE MENTAL DE ADULTOS 2005 – 2008 PREVALÊNCIA DE
INTERNAMENTOS, MUNICÍPIO DA MAIA (PÁG. 299)

SAÚDE QUADRO 33 - INDICADORES RELATIVOS À SAÚDE MENTAL DE ADULTOS 2005 – 2008 NÚMERO DE
CONSULTAS, POR GÉNERO, MUNICÍPIO DA MAIA (PÁG. 299)

SAÚDE QUADRO 34 - INDICADORES RELATIVOS À SAÚDE MENTAL DE ADULTOS 2005 – 2008 NÚMERO DE
CONSULTAS, POR GRUPO ETÁRIO E SEXO, MUNICÍPIO DA MAIA (PÁG. 300)

SAÚDE QUADRO 35 - UTENTES ATIVOS DO MUNICÍPIO DA MAIA NOS CENTROS DE RESPOSTAS INTEGRADAS (CRI)
SEGUNDO O GÉNERO EM 2011 (PÁG. 303)

SAÚDE QUADRO 36 - UTENTES DO MUNICÍPIO DA MAIA ATIVOS NOS CENTROS DE RESPOSTAS INTEGRADAS (CRI)
POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE EM 2011 (PÁG. 303)

SAÚDE QUADRO 37 - UTENTES DO MUNICÍPIO DA MAIA ATIVOS NOS CENTROS DE RESPOSTAS INTEGRADAS (CRI)
SEGUNDO A SITUAÇÃO PROFISSIONAL EM 2011 (PÁG. 304)

SAÚDE QUADRO 38 - CARATERIZAÇÃO DOS UTENTES ATIVOS DO MUNICÍPIO DA MAIA, SEGUNDO O TIPO DE
INSCRIÇÃO NOS CENTROS DE RESPOSTAS INTEGRADAS (CRI) EM 2011 (PÁG. 305)

SAÚDE QUADRO 39 - CARATERIZAÇÃO DOS UTENTES NOVOS DO MUNICÍPIO DA MAIA, SEGUNDO A EQUIPA DE
TRATAMENTO EM 2011 (PÁG. 306)

SAÚDE QUADRO 40 - UTENTES ADMITIDOS NA UNIDADE ÁLCOOL PORTO – DR. JOSÉ BARRIAS, IDT, IP, DO
MUNICÍPIO DA MAIA EM 2007 E 2008 (PÁG.306)

SAÚDE QUADRO 41 - DISTRIBUIÇÃO DE CONSULTAS EM ALCOOLOGIA SEGUNDO A FREGUESIA DE RESIDÊNCIA E O
SEXO DOS UTENTES (PÁG. 307)

SAÚDE QUADRO 42 - NÚMERO DE UTENTES IDENTIFICADOS COM PROBLEMAS DE ÁLCOOL NO ACES MAIA (PÁG. 307)

SAÚDE GRÁFICO 2 – NÚMERO DE UTENTES DO PROJETO INSERIR POR SEXO E IDADE (PÁG. 312)

SAÚDE GRÁFICO 3 – REPRESENTAÇÃO DO NÚMERO DE UTENTES SEGUNDO O ESTADO CIVIL (PÁG. 313)

SAÚDE GRÁFICO 4 – REPRESENTAÇÃO DO NÚMERO DE UTENTES, SEGUNDO O TIPO DE CONSUMOS (SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS; DROGAS LÍCITAS E ILÍCITAS) (PÁG. 313)

SAÚDE GRÁFICO 5 – REPRESENTAÇÕES DO NÚMERO DE UTENTES POR FREGUESIAS (PÁG. 314)

SAÚDE QUADRO 43 - INDICADORES SAÚDE MATERNA (PÁG. 318)

SAÚDE QUADRO 44- INDICADORES SAÚDE REPRODUTIVA (PÁG. 320)

SAÚDE QUADRO 45 - INDICADORES DA SAÚDE INFANTIL E JUVENIL NO ACES GRANDE PORTO IV MAIA (PÁG. 322)

SAÚDE QUADRO 46 - COBERTURA VACINAIS (%) EM DEZEMBRO DE 2008 POR COORTE, DE NASCIMENTO REGIÃO NORTE E ACES GRANDE PORTO IV MAIA (PÁG. 331)

SAÚDE QUADRO 47 - COBERTURA VACINAIS (%) DE 1994, 2001 E 2006 POR COORTE DE NASCIMENTO REGIÃO NORTE E ACES GRANDE PORTO IV MAIA (PÁG. 332)

SAÚDE QUADRO 48 - INDICADORES DO RASTREIO DO CANCRO DA MAMA NO ACES GRANDE PORTO IV MAIA (PÁG. 334)

SAÚDE QUADRO 49 - INDICADORES DO RASTREIO DO COLO DO ÚTERO ACES GRANDE PORTO IV MAIA (PÁG. 334)

SAÚDE QUADRO 50 - INDICADORES DO RASTREIO DO CANCRO DO COLO E RECATO NO ACES GRANDE PORTO IV MAIA (PÁG. 335)

SAÚDE QUADRO 51 - INDICADORES DE EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE CONTROLO DA DIABETES MELLITUS, NO ACES GRANDE PORTO IV MAIA, ENTRE 2009 E 2010 (PÁG. 338)

SAÚDE QUADRO 52 - INDICADORES DE EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE PREVENÇÃO E CONTROLO DE DOENÇAS CARDIOVASCULARES, NO ACES GRANDE PORTO IV MAIA, ENTRE 2009 E 2010 (PÁG. 340)

SAÚDE QUADRO 53 - INDICADORES SAÚDE DO ADULTO \geq A 65 ANOS (PÁG. 342)

SAÚDE QUADRO 54 (PÁG. 344)

SAÚDE QUADRO 55 - INDICADORES DE AVALIAÇÃO DA CARTA DE COMPROMISSO DAS ECCI (PÁG. 345)

SAÚDE QUADRO 56 – PROJETOS EM CURSO NO ACES GRANDE PORTO IV MAIA EM 2011 (PÁG. 346)



BIBLIOGRAFIA

Diagnóstico Social do Município da Maia | 2014

BIBLIOGRAFIA

- Administração Regional de Saúde do Norte, I.P. (2009). Relatório de Atividades 2008.
- Administração Regional de Saúde do Norte, I.P. Departamento de Saúde Pública. Unidade de Vigilância Epidemiológica. Gripe – Vigilância Epidemiológica. Região Norte – Semana 40 de (2010 a 2012).
- Caetano, Dorgival, Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10 – Descrições Clínicas.
- Câmara Municipal Maia, Departamento Desporto
- Câmara Municipal Maia, Departamento de Educação, Ação Social e Juventude.
- Câmara Municipal Maia, Plano Municipal Acessibilidades, Maia para Todos
- Centro de Emprego da Maia, (Dezembro 2011).
- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Maia, Relatório Anual (2011).
- Cruz Vermelha Portuguesa, Delegação da Maia, Relatório do Projeto Despertar (2011).
- Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão de Património, E.E.M., Habitação Social (2011)
- FELÍCIO, M. Machado, V. (2008). Perfil de Saúde da Região Norte. Administração Regional de Saúde do Norte, I.P.
- Grupo de Apoio à Coordenação do PORI (2007). Documento de Apoio ao PORI
- Instituto de Segurança Social, I.P, Centro Distrital do Porto/Serviço Local da Maia, (2008,2010 E 2011)
- Instituto de Segurança Social, I.P., Comissão Nacional do Rendimento Social Inserção (Agosto 2012).
- Instituto Emprego e Formação profissional, I.P., Síntese dos Programas e Medidas de Emprego (Dezembro 2011).
- Instituto Nacional de Estatística, I.P. (2003). Mobilidade Casa – Trabalho da População Empregada Residente na Área Metropolitana do Porto
- Instituto Nacional de Estatística, I.P. Censos 2009 e 2011.

- Instituto Nacional de Estatística, I.P., Anuário Estatístico da Região Norte (2008, 2009 e 2010)
- Ministério da Saúde, Direção-Geral da Saúde, Plano Nacional de Saúde (2004-2010): Mais Saúde para Todos.
- Plano Nacional Ação para Inclusão (2008-2010).
- Plano Nacional de Emprego (2005-2008)
- Plano Operacional de Respostas Integradas. Lisboa: Instituto da Drogas e da Toxicodependência, I.P.
- Programa Nacional de Ação para o Crescimento e o Emprego (2005-2008).
- PT.Wikipédia.org/Miki/Saúde_mental
- Santa Casa Misericórdia da Maia, Relatório do Projeto Inserir (2011), Relatório do Projeto Inserir-R (2011).
- Sistema de Informação da Administração Regional de Saúde do Norte, I.P. Departamento de Estudos e Planeamento (Março 2011), Manual de Utilização
- Sistema Integrado de Informação do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, (2008 e 2011)